

ESPAÑHOL, LÍNGUAS INDÍGENAS E PORTUGUÊS

Múltiplos enfoques funcionalistas



DOI: 10.11606/9786587621067

Juliano Desiderato Antonio
Marcelo Módolo
(Organizadores)

ESPAANHOL, LÍNGUAS INDÍGENAS E PORTUGUÊS

Múltiplos enfoques funcionalistas



São Paulo, 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

E77 Espanhol, línguas indígenas e português [recurso eletrônico] : múltiplos enfoques funcionalistas / Organizadores: Juliano Desiderato Antonio, Marcelo Módolo. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020.
4.575 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-06-7
DOI 10.11606/9786587621067

1. Línguas – Estudos comparativos. 2. Língua espanhola. 3. Línguas indígenas. 4. Língua portuguesa. I. Antonio, Juliano Desiderato. II. Módolo, Marcelo.

CDD 418.007



Universidade de São Paulo

Reitor

Vahan Agopyan

Vice-Reitor

Antonio Carlos Hernandes



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora

Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor

Paulo Martins

Comitê Editorial

Aloísio de Medeiros Dantas (Universidade Federal de Campina Grande)

Artur Costrino (Universidade Federal de Ouro Preto)

Eckhard Bick (University of Southern Denmark)

Joyce Elaine de Almeida Baronas (Universidade Estadual de Londrina)

Leonardo Lennertz Marcotulio (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Maria Beatriz Nascimento Decat (Universidade Federal de Minas Gerais)

Mário Eduardo Viaro (Universidade de São Paulo)

Mikel Iruskieta (University of the Basque Country)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

| SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

8

Juliano Desiderato Antonio e Marcelo Módolo

PRIMEIRA PARTE

15

Gramática de Construções

Trajetória de gramaticalização do item lexical *vista* até os itens gramaticais *haja vista* e *haja vista que*

16

Marcelo Módolo e Alfredo Vital Oliveira

Eventos de cortar e quebrar, *frames* e construções gramaticais: uma amostra a partir de *cópus*

39

André Vinícius Lopes Coneglian

SEGUNDA PARTE

64

Rhetorical Structure Theory

(Teoria da Estrutura Retórica)

Uma investigação funcionalista da relação retórica de avaliação no português falado

65

Kátia Roseane Cortez dos Santos

A importância da identificação da unidade central para a definição da superestrutura de textos do gênero carta aberta em contexto de avaliação

86

Sâmia Leticia Cardoso dos Santos

Juliano Desiderato Antonio

**“O cliente sempre tem razão?”:
análise de sentimentos em
comentários em páginas de empresas
no Facebook** **99**

*Juliano Desiderato Antonio, Fernanda Trevizan
e Silva e Luiza Prevedel Pereira*

**As relações de sentido de causa,
resultado, razão, explicação e
justificativa em orações causais
conjuncionais em textos de língua
falada** **113**

Virgínia Maria Nuss

TERCEIRA PARTE **134**

Gramática Discursivo-Funcional

**Uma investigação funcional dos
significados modais expressos pela
perífrase *tener que* no espanhol
peninsular falado** **135**

*Ana Luiza Ferancini Nogueira
Sandra Denise Gasparini-Bastos*

**A alternância indicativo/subjuntivo
nas concessivas introduzidas por
aunque no espanhol peninsular
falado: uma investigação à luz da
gramática discursivo-funcional** **160**

*Beatriz Goaveia Garcia Parra-Araujo
Sandra Denise Gasparini-Bastos*

**Uma abordagem funcional da
pressuposição em orações
prefaciadas por *incluso si* no
espanhol peninsular escrito** 185
Bárbara Ribeiro Fante e Talita Storti Garcia

QUARTA PARTE 209

Outros modelos funcionalistas

**A construção correlata aditiva *não
só... mas também* sob a perspectiva
da RST** 210
Gabriele Pecuch

Análise multissistêmica de *só que não* 228
Hélcio Batista Pereira

**Perspectiva funcionalista e estudos
de línguas indígenas no Brasil** 249
Maria José Guerra e Marcelo Silveira

QUINTA PARTE 271

Funcionalismo e Cognição

**Os espaços contrafactuais ativados
pelas *hashtags* #gostariaque e
#gostavaque** 272
Carolina Martinez Canelo

**Esquemas de conhecimento e
a centração egoica no indivíduo
diagnosticado com esquizofrenia** **295**

Fernanda Trombini Rahmen Cassim

**Transitividade gramatical: comparação
de relatos escritos em cartas de
pacientes do hospital psiquiátrico
Pinel (1934-1938)** **316**

Antonio Ackel

Sobre os colaboradores desta obra **345**

| APRESENTAÇÃO

Esta obra sintetiza trabalhos de 21 autores, de diferentes universidades brasileiras, sob o prisma do funcionalismo linguístico, enfocando as seguintes abordagens teórico-metodológicas: Gramática de Construções, *Rhetorical Structure Theory* (Teoria da Estrutura Retórica), Gramática Discursivo-Funcional, Abordagem Multissistêmica da Língua, Funcionalismo e Cognição. Os artigos apresentados trazem reflexões sobre assuntos múltiplos, em voga no quadro atual da Linguística Brasileira.

Os Organizadores esperam, com esta diversidade na unidade, trazer pesquisas significativas à baila, promovendo e ampliando, assim, o debate na área acadêmica e contribuindo para divulgar as novas tendências teóricas e desenvolvimentos da pesquisa sobre o funcionalismo. A obra destina-se tanto a alunos de graduação, pós-graduação e professores-pesquisadores dos cursos de Letras quanto a estudantes e profissionais de outras áreas correlatas que tomam a linguagem como objeto de estudo e reflexão.

Para que seu conteúdo seja apresentado de forma mais organizada, os capítulos da obra foram divididos em cinco seções a partir do pareamento de temas ou de abordagens teórico-metodológicas.

A primeira seção trata de uma perspectiva de análise em franca ebulição nos estudos funcionalistas atuais, a perspectiva das construções (GOLDBERG, 2013; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Dois capítulos integram essa seção do livro. O primeiro deles, de autoria de Alfredo Vital Oliveira e Marcelo Módolo, consiste em um estudo que focaliza a trajetória das mudanças linguísticas provenientes do item lexical *vista* até se chegar aos itens gramaticais, com acepção causal, *haja vista* e *haja vista que*, demonstrando os deslizamentos semânticos e as alterações morfossintáticas das construções estudadas, analisando-se a função que exercem numa amostra de 1.744

enunciados que compõem o *corpus* de análise, todos provenientes do *site* Corpus do Português. Adota-se no trabalho o conceito de construção, segundo Goldberg (2003), como o pareamento convencional de forma e sentido, estando relacionadas à forma propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas e ao sentido, propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. O estudo também se fundamenta nos pressupostos de Bybee (2016), em que a emergência e o desenvolvimento de construções nas línguas devem-se à atuação de processos cognitivos como categorização, encadeamento e analogia nos quais a frequência de uso é essencial. O segundo capítulo dessa primeira seção, de autoria de André Vinicius Lopes Coneglian, oferece uma análise da configuração sintático-semântica das predicções de verbos de separação, que são classificados em dois grupos, o grupo dos verbos do tipo *cortar*, tais como, *cortar, rasgar, romper*, entre outros, e o grupo dos verbos do tipo *quebrar*, tais como *quebrar, estilhaçar, despedaçar*, entre outros. O trabalho centra-se na constituição das predicções a fim de verificar o mapeamento de *frames* semânticos configurados em construções gramaticais. Apresenta-se, afinal, um exame das determinações cognitivo-funcionais na configuração da interface sintaxe-semântica.

Na segunda seção, estão agrupados os trabalhos que tomam como perspectiva teórico-metodológica a *Rhetorical Structure Theory* (RST) (MANN; THOMPSON, 1988; ZELDES *et al.*, 2019), a Teoria da Estrutura Retórica. O trabalho de autoria de Katia Roseane Cortez dos Santos abre a segunda seção do livro. Nele, a autora investiga a relação retórica de avaliação no português falado, caracterizada no que concerne a aspectos funcionais, como a intenção do falante ao utilizá-la em um texto, e a aspectos formais que a sinalizam e que podem auxiliar no seu processo de identificação, como é o caso da frequente presença de adjetivos qualificadores. A análise é feita com dados provenientes de um *corpus* de língua falada

constituído de cinco elocuições formais do gênero aula e de dez entrevistas. No segundo capítulo da segunda seção, Sâmia Leticia Cardoso dos Santos e Juliano Desiderato Antonio apresentam critérios para identificação da unidade central de textos do gênero *carta aberta* em contexto de avaliação. Os critérios investigados utilizados pelos autores são a posição da unidade central no texto, a recorrência das palavras mais frequentes na unidade central e as relações retóricas estabelecidas pela unidade central. O *corpus* em que se baseou o trabalho é formado por 100 redações do gênero *carta aberta* produzidas para um concurso vestibular. O terceiro capítulo da segunda seção do livro, de autoria de Juliano Desiderato Antonio, Fernanda Trevizan e Santos e Luiza Prevedel Pereira, trata de uma área de pesquisa que vem crescendo muito recentemente, a análise de sentimentos. Situada na interseção entre a Linguística e o Processamento de Línguas Naturais, a análise de sentimentos surgiu a partir da necessidade e do interesse dos departamentos de *marketing* de grandes empresas e de analistas políticos por minerar as opiniões dos usuários das redes sociais a respeito de produtos e serviços oferecidos por empresas e o posicionamento desses usuários frente a temas debatidos na sociedade. O *corpus* investigado no trabalho é composto por comentários feitos por usuários da rede social Facebook em páginas de empresas. Por fim, encerra a segunda seção do livro o capítulo de Virgínia Maria Nuss, que trata das diferentes relações de sentido que emergem de orações causais conjuncionais. A autora argumenta que as conjunções causais e as conjunções explicativas atuam como pistas para a identificação de diferentes relações de sentidos que envolvem causalidade, as quais não se limitam apenas à causa e à explicação. No trabalho, são identificadas relações de causa, de explicação, de justificativa, de razão e de resultado.

A terceira seção da obra reúne trabalhos sobre o espanhol desenvolvidos sob a ótica da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). No capítulo que abre a seção,

Ana Luiza Ferancini Nogueira e Sandra Denise Gasparini-Bastos descrevem e analisam os significados modais expressos pela construção *tener que* em dados do espanhol falado peninsular, a partir da proposta funcionalista de classificação das modalidades de Hengeveld (2004). A análise quantitativa e qualitativa dos dados revela que a construção *tener que* pode servir, a depender de sua relação com outros elementos contextuais, como sujeito e tempo verbal, à expressão das modalidades inerente (facultativa), deôntica e epistêmica. A alternância entre indicativo e subjuntivo nas orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* no espanhol é discutida, no segundo capítulo da terceira seção, por Beatriz Goaveia Garcia Parra-Araujo e Sandra Denise Gasparini-Bastos. A partir da análise de dados extraídos do espanhol peninsular falado, as autoras verificam que o emprego do modo indicativo e do modo subjuntivo, em cada um dos níveis que integram a arquitetura do modelo teórico utilizado, é determinado por fatores de ordem pragmática e semântica, como o tipo de relação concessiva, a informatividade do conteúdo transmitido, a factualidade da oração concessiva e a expressão ou não da subjetividade por parte do falante. Por fim, encerra a terceira seção o capítulo de autoria de Bárbara Ribeiro Fante e Talita Storti Garcia, que discute o critério da Pressuposição (HENGEVELD, 1998) em orações do espanhol peninsular escrito, introduzidas por *incluso si*, descritas à luz da Gramática Discursivo-Funcional. Hengeveld concebe esse critério atrelado à Factualidade das orações concessivas e condicionais de segunda e de terceira ordem. As autoras mostram que as orações introduzidas por *incluso si* podem atuar nos Níveis Interpessoal e Representacional do modelo e geralmente são não pressupostas e semifactuais. Os resultados ampliam a proposta de Hengeveld (1998), pois mostram que tanto as orações do domínio semântico quanto as do domínio pragmático apresentam a mesma tendência no que diz respeito à Pressuposição.

A quarta seção do livro é composta de trabalhos desenvolvidos sob a perspectiva de outros modelos funcionalistas. A proposição de um terceiro arranjo sintático para as sentenças complexas, as orações correlatas, é abordada no primeiro capítulo da seção por Gabriele Pecuch. Autores como Módolo (1999, 2005, 2008) e Castilho (2010) apresentam esse processo de construção do período composto como uma proposta menos rígida, quando comparada às classificações observadas nas gramáticas tradicionais. Este capítulo volta-se, sobretudo, às orações correlatas classificadas como aditivas, com destaque à análise da atuação do par correlativo mais prototípico entre essas sentenças, o “não só... mas também”, nos domínios argumentativo e da organização textual. No segundo capítulo da quarta seção, Hércius Batista Pereira apresenta resultados de trabalho de análise do uso de “só que não” a partir da Abordagem Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista (CASTILHO, 2010). Para o autor, essa expressão comumente utilizada em redes sociais é fruto de processos de gramaticalização, semanticização e discursivização que propiciaram sua configuração como interjeição, cujo funcionamento depende da relação de foricidade com um enunciado que contradiz, para criticar ou produzir humor. Seu uso insere o usuário da língua em novas práticas linguísticas e em novas práticas sociais interpretadas como “modernas” e “modernizantes”. Por fim, o trabalho questiona o papel que a conjunção adversativa ‘mas’ teria tido na gramaticalização de ‘só que’ e, por conseguinte, de ‘só que não’. A quarta seção do livro se encerra com o capítulo de autoria de Marcelo Silveira e Maria José Guerra, que focalizam os estudos de línguas indígenas no Brasil a partir da perspectiva funcionalista. Além de apresentarem uma retrospectiva histórica do tratamento dado às línguas indígenas, os autores também abordam outras questões como a escola indígena, por exemplo.

Finalizando a obra, a quinta e última seção abrange trabalhos referentes ao tema linguagem e cognição. No primeiro capítulo da seção, Camila Martinez Canelo discute como espaços mentais,

especificamente a contrafactualidade, são ativados ao longo do desenrolar comunicativo. Para tanto, deve-se assumir uma visão sociocognitiva da linguagem, a qual pressupõe um processamento cognitivo aliado ao contexto sociocultural de cada indivíduo para que a gramática da língua seja construída. O *corpus* analisado foi extraído do Twitter, e foi coletado a partir da busca pelas *hashtags* #gostariaque – usada por falantes brasileiros – e #gostavaque – utilizada por falantes portugueses. Identificou-se que existe um contínuo de contrafactualidade, ora mais forte, ora mais fraca, o qual depende não só do contexto linguístico, isto é, dos sintagmas escolhidos, como também do contexto extralinguístico do enunciador. O segundo capítulo da seção, de Fernanda Trombini Rahmen Cassim, trata dos Esquemas de Conhecimento na fala dos indivíduos diagnosticados com esquizofrenia. Para a autora, a não verificação de esquemas prévios do interlocutor, a qual é recorrente na chamada “linguagem esquizofrênica”, reflete a organização psíquica desses indivíduos, uma organização de investimento narcísico. No trabalho, é descrito o modo de funcionamento desse discurso, observando-se a pouca recorrência de esforço por parte dos falantes para que haja consonância entre seus Esquemas de Conhecimento e os Esquemas de Conhecimento do ouvinte. Por fim, o último capítulo do livro, de Antonio Ackel, apresenta um estudo gramatical funcionalista sobre a transitividade no uso da língua escrita e a possibilidade de seus desdobramentos com intenção de fazer parte das pesquisas que relacionam cognição e comunicação (GIVÓN, 1995; BYBEE, 2010). O *corpus* do trabalho é composto por 120 sentenças extraídas de seis cartas manuscritas por pessoas que foram internadas no Sanatório Pinel porque, de acordo com a Instituição, apresentaram comportamentos *excêntricos* para a sociedade. Entre 1934 e 1938, tempo em que as cartas foram elaboradas, o Pinel conduzia exames e emitia pareceres psiquiátricos, em profusão, aos membros das famílias ricas da cidade de São Paulo. Seis são os autores de suas histórias, cada uma contada parcialmente em vinte orações: dois

esquizofrênicos; dois parafrênicos e dois psicastênicos. Para a análise gramatical, foram utilizados, como pressupostos metodológicos, os graus de transitividade apresentados por Hopper e Thompson (1980). Diferentemente da Gramática Tradicional, que atribui transitividade somente ao verbo da oração, o Funcionalismo, originado no oeste norte-americano, entende que toda sentença pode ser identificada dentro de um contínuo e classificada como mais ou menos transitiva (CUNHA; SOUZA, 2011; CASTILHO, 2012; ABRAÇADO; KENNEDY, 2014). Os critérios que estabelecem o grau de transitividade de uma oração revelam cognitivamente se houve ou não transferência — parcial ou total — de uma ação do agente para o paciente. Após fazer uma descrição criteriosa de todos os parâmetros que revelam esses graus, o capítulo apresenta os resultados da análise associados à doença diagnosticada em cada paciente. Encontrar explicações para a natureza da linguagem, sob termos funcionais, é verificar se formas linguísticas são condicionadas pelos usos contextualizados em situações específicas e analisar o funcionamento dessas formas (HALLIDAY, 1973).

PRIMEIRA PARTE

Gramática de Construções

TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM LEXICAL *VISTA* ATÉ OS ITENS GRAMATICAIS *HAJA VISTA* E *HAJA VISTA QUE*

Marcelo Módolo
Alfredo Vital Oliveira

Introdução

A partir da leitura de inúmeros textos dissertativos de discentes, nos últimos 20 anos, observa-se que, na composição deles – principalmente na concatenação das ideias – são utilizadas duas construções que não foram aprendidas nos bancos escolares, mas que são eficientes para a pretendida ligação de certas noções, como se exemplifica nos trechos seguintes, colhidos de redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017:

“A educação brasileira é um tema que está em constante discussão, **haja vista** a precariedade que se encontram muitas escolas, como o descaso com os profissionais da área.¹” (ENEM 05546622);

“Entretanto, a inclusão de pessoas com deficiência física torna-se um problema nocivo ao desenvolvimento do país, **haja vista que** essas pessoas, muitas vezes, não recebem uma formação de qualidade e, portanto, são excluídas do cenário social.” (ENEM 02945295).

Assim, objetivamente, quando se elabora um texto argumentativo e pretende-se relacionar reflexões de explicação, justificativa ou causa, por exemplo, além das conjunções, locuções conjuntivas (porque,

1 Mantivemos todos os exemplos *ipsis litteris*.

pois, já que e visto que) e das locuções prepositivas (devido a, por causa de, em vista de, em virtude de) – as quais são formalmente apresentadas como conectivos desses conceitos nas aulas de Língua Portuguesa – registra-se ainda o uso efetivo da locução prepositiva **haja vista** e da locução conjuntiva **haja vista que**.

Dessa forma, este trabalho objetiva descrever o processo de gramaticalização dessas duas locuções que atuam como elementos conjuntivos em Português, a partir da hipótese de que houve gramaticalização do item lexical **vista** (substantivo visão) até o item gramatical **haja vista que** (conjunção com noção semântica de causa ou de explicação).

1. Causalidade

Quando versam sobre causalidade, as diferentes correntes teóricas da Linguística se alternam entre indicar o referente com exatidão e descrever os contextos de uso das expressões linguísticas. A corrente formalista geralmente alicerça sua definição em aspectos científicos da causalidade, a partir de um panorama externalista, isto é, desconsiderando as perspectivas psicológicas do usuário da língua e de seu contexto sociocultural. A corrente funcionalista, entretanto, propõe descrever as funções e os usos de expressões consideradas causais, respaldando-se, principalmente, no conhecimento intuitivo do usuário da língua sobre sua concepção de causalidade em que o uso das palavras e das suas funções é analisado dentro dos seus contextos de uso, afirmando que as palavras ganham sentido pelo uso.

Assim, baseado nesse conceito de causalidade, proposto por Neves (2014), são analisados os enunciados oriundos dos usuários da Língua Portuguesa, desde o século XIII até o século XXI, a fim de verificar se as construções **haja vista** e **haja vista que** interligam ideias que estabelecem ligação causal em relação a um acontecimento ou a uma ação.

2. Preposição e conjunção

Na elaboração de um texto, para se explicitarem as relações semânticas entre elementos da sentença ou entre sentenças, inclusive no sentido causal, de forma mais clara, o sintagma ou as orações devem estar bem associados. Essa articulação chama-se coesão, que é explicitada por meio de elementos conectivos, normalmente conjunções, preposições, advérbios e pronomes. Para este estudo, interessam especialmente o conceito e os exemplos de preposições e de conjunções da esfera semântica da causalidade.

Azeredo (2013) define preposição como a palavra invariável que precede uma unidade nominal (substantivo, pronome substantivo, infinitivo), convertendo-a em constituinte de uma unidade maior e locução prepositiva como a combinação estável de palavras que equivale a uma preposição.

Cunha e Cintra (2013) classificam as preposições como essenciais [a, ante, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por (per), sem, sob, sobre, trás] e como acidentais, aquelas que, pertencendo a outras classes, funcionam às vezes como preposições (afora, conforme, consoante, durante, exceto, fora, mediante, menos, não obstante, salvo, segundo, tirante, visto). Há dois tipos de locuções prepositivas: o que consiste na sequência preposição + substantivo (ou advérbio) + preposição (em cima de, em vez de, a troco de, a respeito de, por dentro de, por volta de) e o formado por advérbio + preposição (perto de, longe de, fora de, além de) (AZEREDO, 2013). Nem Cunha e Cintra (2013) nem Azeredo (2013) listam o padrão verbo + substantivo, como o aqui analisado. São exemplos de preposições ou de locuções prepositivas que podem estabelecer causa: por, de, com, a, por causa de, em vista de, em virtude de, devido a, em consequência de, por motivo de, por razões de, à míngua de, por falta de.

A conjunção é a palavra invariável que liga duas orações ou duas palavras semelhantes (de mesma função gramatical) da mesma oração. Ela pode ser representada por apenas uma palavra ou por duas ou mais palavras quando, então, é chamada de locução conjuntiva.

As locuções conjuntivas são duas ou mais palavras que funcionam, de modo solidário, como conjunções, estabelecendo relações entre as orações dos enunciados. As locuções conjuntivas mantêm também a mesma característica de invariabilidade (funcionam coletivamente como palavras invariáveis) e a mesma classificação das conjunções. Tradicionalmente, a gramaticografia apregoa que toda locução conjuntiva termina por conjunção.

Abaixo, no Quadro 1, resumem-se as conjunções causais exemplificadas por 7 autores de gramáticas normativas tradicionais editadas no Brasil.

Ainda da análise da gramaticografia da Língua Portuguesa, verifica-se que nem a locução prepositiva causal **haja vista** nem a locução conjuntiva **haja vista que** é apresentada como exemplo de conectivo causal.

Quadro 1 – Exemplificação de conjunções causais presentes na gramaticografia do Português

Conjunção	Azeredo	Bechara	Cegalla	Cunha e Cintra	Rocha Lima	Sacconi	Terra
como (=porque)	x	x	x	x	x	x	x
dado que	x						
desde que		x		x	x		
já que	x	x	x	x	x	x	x
pois	x		x		x	x	
pois que	x			x	x	x	
porquanto	x		x	x	x	x	
porque	x	x	x	x	x	x	x
que (=porque)		x	x			x	
se (= já que)						x	
uma vez que	x	x	x	x	x	x	x
visto como	x	x	x	x	x		
visto que	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Azeredo (2013), Cegalla (2008), Cunha e Cintra (2013), Bechara (2015), Rocha Lima (2013), Sacconi (2010) e Terra (1988)

3. Metodologia

Para a consecução deste trabalho, analisa-se uma amostra de textos em Língua Portuguesa, representativos dos últimos nove séculos, a fim de comprovar a tese da gramaticalização dessas duas construções como conectivos causais, utilizando os registros linguísticos compilados no *site Corpus do Português*, que contém duas seções distintas: uma seção com cerca de 45 milhões de palavras de quase 57 mil textos em Língua Portuguesa entre os anos de 1300 a 1900 e outra seção com um bilhão de palavras em Português, com

aproximadamente um milhão de textos do século XXI, dos quatro países mais populosos de Língua Portuguesa (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique).

Para análise detalhada dessas construções, utilizamos o conceito proposto por Goldberg (2003). Segundo essa autora, "C" é uma construção, se e somente se "C" for um pareamento forma-significado (F1, S1), de modo que algum aspecto de F1 ou algum aspecto de S1 seja estritamente predizível a partir de partes componentes de "C" ou a partir de outras construções previamente estabelecidas. Dessa forma, uma construção pode ser constituída por morfemas, palavras, expressões idiomáticas e modelos parciais e/ou totalmente lexicalizados no repertório das construções. Por isso, os encadeamentos (*chunks*) **em vista de, haja vista, haja visto, haja vista que, haja visto que, havendo em vista** são considerados construções, pois, analisando cada construção, a partir da construção **vista**, é predizível o seu significado a partir da composição semântica dos seus componentes.

Segundo o princípio da não sinonímia de Goldberg (1995), se duas construções são sintaticamente distintas, elas devem ser semanticamente ou pragmaticamente distintas. Assim, a construção **haja visto** e **hajam vista** são consideradas construções sinônimas a **haja vista**, enquanto **haja visto que** é concebido como sinônimo de **haja vista que**, pois não há distinção semântica ou pragmática entre elas, quando exercem a função de conectivos causais, embora haja diferença sintática. Assim, quando se indicar frequência de uso de **haja vista**, por exemplo, ela é o resultado da soma dos registros de **haja vista, haja visto e hajam vista**.

Como há grupos de dados com um grande número de registros, determinou-se uma amostra para estudo das construções **em vista de, haja vista e haja vista que**, de acordo com os preceitos da Metodologia Científica, segundo o preconizado por Ochoa (2013).

Na Tabela 1, há o resumo do número auferido de cada amostra por tipo de construção, a partir da aplicação da fórmula para amostras aleatórias simples, na qual foi especificado o erro em 5% e o grau de confiança em 95% em relação ao número total de ocorrências.

Tabela 1 – Construções, contendo o item **vista**, as quais relacionam ideias de causalidade

CONSTRUÇÃO	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
Em vista de	10	9	0	0	32	33	628
Haja vista	0	0	0	0	5	21	387
Haja vista que	0	0	0	0	0	8	397
TOTAL	10	9	0	0	37	62	1.412

Fonte: *Corpus do Português*, 15 nov. 2017.

Emprega-se, na coletânea de registros, a legenda com o seguinte esquema (origem, variedade, século), para indicar de que texto os exemplos foram selecionados, o país de origem (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique) e o século (XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI) para se situar no espaço e no tempo cada enunciado selecionado, por exemplo (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XX).

Nos esquemas da indicação da unidirecionalidade da mudança linguística, serão utilizados os símbolos a seguir, de acordo com o preconizado por Viaro (2014):

- $x \sim y$ (x faz parte do mesmo paradigma de y e ambos passaram a conviver na sincronia);
- $x \Rightarrow y$ (x é substituído por y).

4. Gramaticalização

Gramaticalização é um termo que foi introduzido, em 1912, por Antoine Meillet (NEVES, 1997, p. 113), que define esse processo como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”, levando-se em conta quando é possível identificar a fonte de uma dada forma gramatical.

Os conceitos de gramaticalização são variados, dependendo do tipo de abordagem, ou dos fenômenos linguísticos estudados. Alguns teóricos afirmam que se trata de um processo em que um termo lexical se torna gramatical, ou ainda um termo gramatical que se torna mais gramatical. De maneira bastante simplista, pode-se afirmar que a gramaticalização pode ser definida como o processo de mudança linguística que ocorre quando um item lexical adquire, em certos contextos, funções gramaticais ou quando um item gramatical se torna ainda mais gramatical. Entende-se que um item lexical é aquele que contém uma carga semântica expressiva, tais como, os substantivos, adjetivos e verbos. Já um item gramatical seria aquele que serve de operador aos itens lexicais, ligando sentenças, determinando nomes, como, por exemplo, as conjunções, as preposições, os artigos, os advérbios que dependem necessariamente daqueles para terem significado.

O processo de gramaticalização das construções em estudo (**haja vista** e **haja vista que**) é demonstrado pela verificação da frequência de uso dessas construções e pelo exame da função gramatical que exercem nos enunciados selecionados.

Na teoria baseada no uso, em que a gramática é diretamente fundamentada pela experiência linguística, “não há nenhum tipo de dado que possa ser excluído da análise, pois todos são considerados como representativos do desempenho e não da competência” (BYBEE, 2016, p. 54). Dessa forma, o desempenho (*performance*) faz parte do conhecimento linguístico do falante.

As representações linguísticas, na linguística centrada no uso, são tratadas como emergentes, ao invés de armazenadas como entidades fixas, ou seja, para um modelo baseado no uso, as unidades linguísticas são vistas como rotinas cognitivas. As instâncias que emergem do uso são estruturadas em padrões de uso decorrentes da ativação mental e podem ser constantemente alteradas, em decorrência de novas experiências dos falantes. Nesse sentido, pode-se observar, na Tabela 2, a seguir, que emergem novas construções derivadas do item lexical **vista**. No século XV, emerge a construção prepositiva **em vista de**, com acepção causal; no século XIX, emerge a construção prepositiva causal **haja vista**; no século XX, finalmente, emerge a construção conjuncional causal **haja vista que**.

Tabela 2 – Comparação de frequência de uso das construções provenientes do item lexical vista

Construção	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
Vista	13	46	431	1.134	917	522	2.629	4.115	211.002
Em vista de	0	0	10	9	0	0	32	33	2.838
Haja vista	0	0	0	0	0	0	5	21	1.821
Haja vista que	0	0	0	0	0	0	0	8	1.875
TOTAL	13	46	441	1.143	917	522	2.666	4.177	217.536

Fonte: Corpus do Português, 15 nov. 2017.

A partir do item lexical **vista**, item de maior frequência nos nove séculos analisados, observa-se, no século XV, que emerge do uso da língua uma nova construção linguística (**em vista de**), com frequência de uso menor que o item lexical fonte, ou seja, há 431 registros do item lexical **vista** contra 10 registros da construção gramatical **em vista de**. No século XVI, ocorre o mesmo fenômeno, ou seja, a frequência de uso maior do item fonte em relação ao item dele derivado. Assim, constata-se que houve 1.134 ocorrências do item lexical **vista**, enquanto

se contam apenas 9 ocorrências da construção gramatical **em vista de**. No século XIX, observa-se que o pressuposto da frequência de uso manifesta-se em relação a dois itens gramaticais (**em vista de** e **haja vista**). O item lexical fonte **vista** possui uma frequência de 2.629 ocorrências, número muito maior do que as construções dele derivadas, 32 ocorrências da construção gramatical **em vista de** e 5 ocorrências da construção gramatical **haja vista**. Ainda no século XIX, verifica-se o fenômeno da frequência em relação ao item gramatical **em vista de** e o item também gramatical proveniente diretamente dele (**haja vista**), tanto que se contabilizam 32 registros da construção **em vista de**, enquanto há 5 registros da construção **haja vista**. No século XX, a hipótese da frequência de uso configura-se nitidamente. Com maior frequência de uso, encontra-se o item lexical **vista** (4.115 registros). A construção gramatical **em vista de** apresenta apenas 33 ocorrências. O item gramatical **haja vista** possui 21 registros, quantidade muito menor do que o item lexical fonte (**vista**) e montante maior do que a construção gramatical derivada da construção **haja vista**, a qual apresenta 8 registros (**haja vista que**). Por fim, no século XXI, a frequência de uso do item lexical **vista** é de 211.002 ocorrências. Em relação à construção **vista**, o princípio da frequência de uso em relação a todas as construções dela derivadas efetiva-se, pois os valores dos registros das construções **em vista de**, **haja vista** e **haja vista que** são menores do que a do item fonte **vista**, com, respectivamente, 2.838, 1.821 e 1.875 ocorrências.

Bybee (2016) enfatiza que a recentidade e a frequência desempenham um papel importante na manutenção de exemplares particulares. No caso de frequência de palavras complexas, quando comparada à base que ela contém, a avaliação da frequência deve ser relativa. Em geral, “a palavra mais complexa ou derivada é menos frequente que a base mais simples da qual ela deriva.” (BYBEE, 2016, p. 56).

“As palavras derivadas que são mais frequentes do que suas bases são menos composicionais ou menos semanticamente transparentes do que palavras complexas que são menos frequentes do que suas

bases” (BYBEE, 2016, p. 81-82). Destaca-se, neste estudo, que essa frequência maior da construção derivada ocorre em uma fase das mudanças linguísticas analisadas. Ela acontece, no século XXI, quando a construção conjuntiva **haja vista que** possui maior frequência de uso em relação à construção prepositiva **haja vista**, a qual foi seu item fonte imediato, respectivamente 1.875 registros contra 1.821 registros.

Após analisar a frequência de uso do item lexical **vista** e dos itens gramaticais derivados dele (**em vista de, haja vista e haja vista que**), examinam-se as noções semânticas dessas construções, a fim de diagramar as mudanças linguísticas. Como alguns significados do item lexical **vista** e de sua variante **vistas** possuem grau de concretude ou grau de abstração muito aproximado, tornando muito subjetiva sua gradativa ordenação, é apropriado esquematizar a unidirecionalidade da mudança, proposta por Heine (2003), por meio de um *cline* semântico, dividido em cinco agrupamentos: (A) concreto (globo ocular, parte do corpo) => (B) concreto (paisagem, cenário) => (C) abstrato (percepção visual) => (D) abstrato (julgamento, consideração) => (E) abstrato (expressão invariável relacionada ao modo de pagamento), conforme se exemplifica nos enunciados (1) a (5)).

Observa-se que as quatro primeiras acepções desse *cline* semântico são registradas desde o século XIII. Apenas no século XVIII, contudo, é que se iniciam os registros do significado relacionado com a forma de **pagamento à vista**. Nesse sentido, tem-se mais um elemento indicando que a unidirecionalidade das mudanças acontece do significado concreto para o abstrato, tanto que esse significado mais abstrato só aparece cinco séculos depois do sentido de **vista** mais concreto (a acepção de globo ocular).

² O termo *cline* é, nesta pesquisa, empregado para se referir a um conjunto contínuo e conexo de elementos linguísticos hierarquicamente organizados ao longo de uma escala de mudança, diacronicamente atestado ou apenas sincronicamente hipotetizada.

- (1) Emília passava pelo braço de uma de suas amigas; passava altiva, desdenhosa, meneando com gestos soberanos a linda cabeça coroada pelas tranças bastas do ondeado cabelo. Fiquei imóvel entre ela e a coluna, acompanhando com a **vista**, sem querer, o garboso desenvolvimento daquele passo de sílfide. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XIX);
- (2) Imaginar é sonhar, dorme e repousa a vida no entretanto; sentir é viver activamente, cansa-a e consome-a. Isto é o que eu pensava - porque não pensava em nada, divagava - enquanto aqueles versos do Fausto me estavam na memória, e aquela saudosa **vista** do Tejo e das suas margens diante dos olhos. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Portugal, séc. XIX);
- (3) Reprimir também, se for necessário, qualquer ato anti-social. Mas sem perder de **vista** que ela age entre seus próprios cidadãos; ao contrário disso, milícia, que quer dizer exército, age contra inimigos. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XX);
- (4) O teatro que vigorava no Brasil se centrava muito no ator: o público ia ver certos atores, como Procópio Ferreira. Só depois é que se começou a fazer teatro pensando na poesia, **vista** no sentido grego da criação. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XX);
- (5) Sobre as paredes quadros com retratos de médicos e seções do corpo humano. Em cima da vitrine um quadro com o seguinte letreiro: - "Consultas pagas à vista" ao lado do sofá o telefone. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XIX).

O item lexical **vista**, então, isoladamente, não exerce a função de preposição para ligar termos ou orações.

Entretanto, o discurso individual, como nível gerador do sistema linguístico, está em constante transformação pelos usuários da língua, quando em situações comunicativas. Desse processo, o item

lexical **vista** foi combinado com a preposição **em** e **de**, resultando a construção **em vista de**. Tal construção relaciona dois termos, onde um termo completa ou explica o sentido do outro.

- (1) O senhor Chantre, **em vista do** Comunicado e de outros ataques da imprensa, está decidido a “reformular os costumes do clero diocesano”, palavras do padre Saldanha (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Portugal, séc. XIX);
- (2) De 1851 acredito não ter praticado uma só mentira, exceto, naturalmente, as mentiras oficiosas e de polidez, que todos os casuístas permitem, e também os pequenos subterfúgios literários exigidos, **em vista de** uma verdade superior, pelas necessidades de uma frase bem equilibrada ou para evitar um mal maior, como o de apunhalar um autor (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XIX);
- (3) Mesmo a senhora tem conhecimento de quais são tais atos que cometeram e estão cometendo diariamente. Agora, vendo melhor, a senhora é apenas uma pessoa que está injuriada, maltratada, revoltada com tudo aquilo que vê, em o lugar do que imaginava que veria **em vista de** todas as promessas feitas e que não se cumprem, ano após ano, e ainda em a impossibilidade de pensar como será o futuro de seus filhos, caso já os tenha! (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Moçambique, séc. XXI);
- (4) Uma nota de a Bíblia de Jerusalém sobre esta passagem, diz: “Como quer que seja, **em vista de** os problemas materiais, os apóstolos casados, como Cefas (Pedro), geralmente levavam a esposa em missão” (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XXI).

Observando as construções dos enunciados (6) a (9), apura-se que, na gramaticalização desta nova construção, a partir do item fonte **vista**, na função típica de preposição, houve o acréscimo de duas preposições, uma antes do item **vista (em)** e outra após o item **vista (de)**.

Do ponto de vista da linguística funcional, essa mudança semântica e categorizacional é totalmente prevista, pois, de acordo com o aventado por Heine (2003), pode ocorrer ampliação ou expansão de uma construção para uso em novos contextos, como é o caso da construção **em vista de**, a qual, em todas essas quatro sentenças, exerce a função prototípica de preposição.

Nesses quatro enunciados, a construção **em vista de** exerce a função de introduzir a causa ao enunciado, e seu núcleo (**vista**) permanece invariável, tanto que, em (6), a preposição final **de** combina-se com o artigo masculino **o**, resultando em **do**, ou seja, redundante na construção **em vista do**. Verifica-se que também não há alteração do vocábulo núcleo da construção causal (**vista**) quando ela é imediatamente seguida de substantivo feminino (7), de substantivo feminino plural (8) e de substantivo masculino plural (9). Assim, observa-se que, independente do gênero e do número do vocábulo que é utilizado após a construção, seu núcleo (**vista**) permanece sempre invariável.

Analisa-se, a seguir, o sentido que o sintagma introduzido pela construção **em vista de** possui em cada uma dessas quatro assertivas. Em (6), a justificativa de o senhor Chantre estar decidido a “reformular os costumes do clero diocesano” tem origem no Comunicado e em outros ataques da imprensa, fato que é agregado ao enunciado por intermédio da construção **em vista do**; em (7), é a construção **em vista de** que acopla o fundamento que aponta para a verdade superior como argumento, a fim de explicar a conduta mentirosa que todos os casuístas permitem, e também para elucidar os pequenos subterfúgios literários que se exigem para obter uma frase bem equilibrada ou para evitar um mal maior, como o de apunhalar um autor; em (8), é a construção **em vista de** que introduz a ideia que é considerada a responsável pela senhora estar injuriada ou revoltada, ou seja, as promessas feitas não cumpridas; em (9), o sintagma encabeçado pela construção **em vista de (em vista de os problemas materiais)** apresenta a explicação para os apóstolos casados levarem a esposa quando em missão, ou seja, os problemas materiais.

Em todas essas quatro sentenças, pode-se, com manutenção plena de sentido, substituir a construção **em vista de** e **em vista do** por outra construção prepositiva causal já constante da gramaticografia da Língua Portuguesa, como, por exemplo, **devido a** ou **em virtude de**, o que ratifica seu uso como preposição com significação causal.

Sob a perspectiva da gramática normativa, por exemplo, Azeredo (2013) ensina que há dois tipos de locuções prepositivas [o que consiste na sequência preposição + substantivo (ou advérbio)] + preposição; e o que é formado por advérbio + preposição). A construção **em vista de** enquadra-se no primeiro tipo, pois é composta por preposição (**de**) + substantivo (**vista**) + preposição (**de**).

Nos termos de Bybee (2016), o processo de gramaticalização envolve a criação de uma nova construção a partir de uma construção existente. Logo, envolve o processo por que uma instância lexical ou gramatical particular de uma construção torna-se autônoma das outras instâncias da construção. Esse processo envolve criar novos *chunks* (encadeamentos), com as mudanças morfológicas concomitantes desencadeadas pelo aumento da frequência. Mudanças semânticas e pragmáticas ocorrem como resultado dos contextos em que a construção emergente é usada.

Por isso, a construção **em vista de** é analisada como um novo *chunk* que, por sua vez, é a base para um novo processo de gramaticalização. A nova expressão gramaticalizada com sentido causal com função típica de preposição, a partir da construção **em vista de**, é formada por acréscimo de forma verbal derivada do verbo **haver**, ou seja, **haja vista**, e pela perda da preposição **de**, pois o usuário da língua pode realizar adaptações no *chunk* no momento de criar um elemento linguístico a partir dele.

Neste caso estudado, pode-se especular dois tipos de motivações: cognitivo e fonético. A partir da categorização antagônica de abstrato e concreto, quando se pode imputar que o tempo é abstrato, enquanto

o espaço é concreto, observa-se que, desde o Latim, estruturas sintáticas relacionadas com o tempo podem ser construídas sem uso de preposição. Como exemplo, Almeida (1997) apresenta estes enunciados:

- estruturas sintáticas relacionadas ao espaço, com uso de preposição (caso latino acusativo): "*Ad patrem sum.*" (Estou em casa de meu pai); "*Ad Cæsārem sunt.*" (Estão na presença de César); "*Redeo ex urbe.*" (Volto da cidade); "*Ire usque Romam.*" (Ir até Roma);
- estruturas sintáticas relacionadas ao tempo, sem uso de preposição (caso latino ablativo): "*Summa velhice*" (na extrema velhice); "*Cæsaris advento*" (na chegada de César).

Dessa forma, depreende-se que construções que envolvem noções semânticas mais abstratas (tempo em relação ao espaço) podem ser concebidas sem o uso de preposição. Neste caso estudado, pode-se especular que, por motivações fonéticas, isto é, para alcançar um agradável efeito sonoro, houve a supressão do elemento **em**, ou seja, uma redução sonora, quando, então, emerge a encadeação **haja vista** com funções prepositivas e utilizada como elemento de ligação de ideias causais.

A fim de comprovar o atributo intrínseco de um elemento linguístico classificado como preposição, a invariabilidade, observa-se que a construção **haja vista** permaneceu imutável, independentemente do gênero e do número do vocábulo que a segue, nos enunciados selecionados: masculino singular (10), feminino singular (11), masculino plural (12) e feminino plural (13):

- (1) Sofia cismava, atropelava o mundo, pagaram ela e Lurdinha e também o português, os três cedendo a Sofia em qualquer ocasião, **haja vista** o casamento, nossa, que mão-de-obra, destruiu o lusitano, Pai nosso que estais no céu. (CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XX);

- (2) Era o pessoal que fazia parte da Congregação Mariana da Catedral reunido, talvez, para alguma comemoração da Semana Santa, **haja vista** a fotografia ter sido tomada no dia 2 de abril de 1933. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XX);
- (3) Isso significa que todos podemos, através da consciência desperta, ou até mesmo de uma mente bem treinada no exercício do observar e ouvir, modificar a essência íntima de tal maneira que este passe a estar definitivamente do seu lado – **haja vista** os tantos momentos em que nos tornamos inimigos de nós mesmos. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XXI);
- (4) Não há dúvida, a faixa visual consiste um dos pontos máximos, a provar que, em matéria de cinema, **haja visto** outras experiências semelhantes nos últimos tempos, já ultrapassamos uma das fases radicais do b-a-ba na sétima arte. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XXI)

Com a substituição, nesses quatro enunciados, da construção *haja vista* por outras expressões causais já presentes na gramaticografia da Língua Portuguesa, como, por exemplo, **devido a** ou **em virtude de**, ratifica-se o seu uso como preposição com significação causal, pois, com essas permutas preposicionais, todas as sentenças modificadas permaneceram com o mesmo significado e com a mesma função das sentenças originais.

No que se refere à construção **haja vista**, analisou-se o processo de gramaticalização com o seguinte esquema de unidirecionalidade das mudanças: item lexical **vista** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** ~ item gramatical **haja vista** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** ~ item gramatical **haja vista**.

Tesnière (1976) ensina que *les translatifs* são as palavras cuja função é a de transformar a categoria de palavras plenas. Suas ações são exercidas sobre o interior dos núcleos que formam essas palavras. Acrescenta esse autor que se pode aglutinar o *translatif* às conjunções de subordinação, aos pronomes relativos, às preposições, aos artigos e aos verbos auxiliares.

Assim, depreende-se que, na gênese das construções **haja vista que**, em estudo, há o acréscimo de um *translatif* (a conjunção **que**) à locução prepositiva **haja vista**. Dessa forma, com o acréscimo do *translatif que*, houve a mudança de categoria morfológica em relação às construções originais, ou seja, ocorreu a transformação de uma construção prepositiva (**haja vista**) em uma construção conjuntiva **haja vista que**.

A seguir, examinam-se os enunciados (14) a (17), onde se constata que a construção **haja vista que** exerce a função de ligar a ideia de causa que está diretamente ligada àquilo que provoca um determinado fato, ao motivo do que se declara na sentença principal do enunciado:

(1) Mas esta mulher da leitaria é que não tem desculpa, **haja vista que** os pais, com muito trabalho, ensinaram-na a comportar-se à mesa, e aí está que reincide, acaso terá sobejado dos grosseiros tempos de então, quando mouros e cristãos se igualavam nos modos, opinião, aliás, muito controversa, porque não falta quem afirme e intente provar que a vantagem em civilização a estavam levando os seguidores de Maomé. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Portugal, séc. XX);

(2) Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão. O terceiro mandamento inclui mais do que a menção descuidosa ou irada do nome de Deus – **haja vista que** nenhum israelita meramente considerasse a hipótese de fazer isto. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Angola, séc. XXI);

(3) Ninguém sabe. O que a gente sabe é que vivemos sempre esperando um grande acontecimento e nada acontece depois de ele. **Haja vista que**, logo em o dia seguinte, começamos a aguardar ansiosos por o próximo evento. E quando é que vamos ser felizes de fato? (*CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XXI*);

(4) Isto porque se ainda faltam fatores que levem a o amadurecimento de a democracia em essas nações em o campo político, há enormes possibilidades em o campo econômico que vão consolidar a região africana em o globo como forte candidata para enfrentar o jogo de as potências capitalistas e se contrapor a o imperialismo usando tudo o que a África tem de melhor: riqueza, gente e espaço territorial. **Haja vista que** ainda hoje são os interesses estrangeiros que isuflaram tais guerras e é, justamente por o uso de essa capacidade, que o renascimento africano poderá trazer alentos a as nações de o continente, a exemplo de movimentos como a Primavera Árabe. (*CORPUS DO PORTUGUÊS, Moçambique, séc. XXI*).

Em todas essas quatro sentenças, pode-se substituir a construção **haja vista que** por outra construção conjuntiva causal já reconhecida na gramaticografia da Língua Portuguesa. Nos enunciados (14) a (16), a adequada permuta pode ser realizada com as conjunções causais **porque, já que, visto que, pois, uma vez que, dado que**; enquanto, no enunciado (17), devido à topicalização da sentença causal, a apropriada substituição conjuntiva pode ser efetuada com as conjunções causais como, **porque, já que, visto que, uma vez que, dado que**, o que ratifica o uso da construção **haja vista que** como conjunção com significação causal.

Considerações finais

Na alçada da causalidade, os juntivos responsáveis por relacionar ideias num enunciado podem ser expressos por preposições ou por conjunções. De modo objetivo, as gramáticas normativas e as

obras descritivas de linguística funcionalista, com objetivos diversos, reúnem definições e exemplificações prototípicas desses elementos coesivos. Também, todo usuário da língua, a partir da análise das construções empregadas em qualquer tipo de texto, escrito ou oral, realiza analogias e associações do sentido e da forma em que qualquer elemento linguístico é utilizado em contextos causais.

Dessa forma, os usuários da língua podem aprender, formal ou informalmente, as regras gramaticais da Língua Portuguesa, nas obras didáticas ou na troca de experiências comunicativas com os demais falantes pelos mais diversos meios. Entretanto, como o usuário da língua produz sua própria gramática, podendo utilizar integralmente ou adaptar qualquer elemento aprendido, aquelas construções que realizam a coesão gramatical e semântica de componentes causais podem ser utilizadas literalmente ou sofrer pequenas alterações, devido a não permanecerem tão eficientes com o decorrer do tempo, ou devido a não serem mais utilizadas com a mesma frequência.

Nesse sentido, contextualiza-se o aparecimento, nos textos de usuários da Língua Portuguesa, de construções que efetuam a função de conectivos que ainda não estão exemplificadas como preposições ou como conjunções causais na gramaticografia da Língua Portuguesa. Esse cenário de inovações linguísticas foi o evento propulsor desta pesquisa, para se descreverem os processos que foram os responsáveis pelas mudanças linguísticas que propiciaram o surgimento das construções causais **haja vista** e **haja vista que**.

Para demonstrar que a construção **haja vista** e **haja vista que** exercem, respectivamente, a função de preposição e de conjunção causal, realizou-se, com sucesso, a análise do significado que essas construções agregam ao enunciado quando encabeçam seus sintagmas ou suas orações, além de teste de substituição de ambas as construções por preposições ou por conjunções causais que já constam da gramaticografia da Língua Portuguesa.

Também, na análise realizada, determinou-se que se vê aumentada, nos últimos três séculos, a frequência de utilização das construções **haja vista** e **haja vista que** como construções causais em Língua Portuguesa. Assim, após estudo exaustivo, comprovou-se, integralmente, a hipótese de Bybee (2016), segundo a qual, na gramaticalização de construções, uma instância específica de uso emerge de um padrão construcional existente e, com o aumento da frequência de ocorrência, pode vir a se tornar um *chunk*, ou seja, uma unidade autônoma, que, por sua vez, pode vir a se tornar um exemplar, o qual servirá de modelo para a formação de novos *types*.

Dessa forma, em relação aos processos de gramaticalização das construções **haja vista** e **haja vista que**, como elementos conjuntivos em Português, por meio desta pesquisa, os *chunks* e os *types* podem ser esquematizados desta forma:

- item lexical **vista** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** ~ item gramatical **haja vista** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** ~ item gramatical **haja vista** item gramatical **haja vista que**.

Devido ao uso funcional comprovado nesta pesquisa, e à utilização regular por usuários da Língua Portuguesa, as gramáticas normativas e as gramáticas descritivas, atuais, poderiam, sem nenhuma restrição, incluir as construções **haja vista** nas suas listas de preposições causais e as construções **haja vista que** nas suas ilustrações de conjunções causais, pois elas satisfazem todos os requisitos de forma, de sentido e de função, atribuídas a essas duas classes morfológicas, e/ou nas exemplificações de sintagmas preposicionais ou de sentenças relacionadas à esfera causal.

| Referências

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática latina**: curso único e completo. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2013.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BECHARA, E. **Lições de português pela análise sintática**. 10. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

BYBEE, J. L. **Língua, uso e cognição**. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CEGALLA, D. P. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa**: edição de bolso. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

GOLDBERG, A. E. Constructions: a new theoretical approach to language. **Trends in cognitive sciences**, v. 7, n. 5, p. 219-224, 2003.

GOLDBERG, A. E. **Constructions**: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HEINE, B. Grammaticalization. *In*: JOSEPH, B.; JANDA, R. D. **The handbook of historical linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M. H. de M. Intersubjetividade e interlocução nas relações de causalidade: a funcionalidade dos juntivos causais na língua portuguesa. **Revista Linguística**, v. 30, n. 1, p. 113-140, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124912>. Acesso em: 15 nov. 2019.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OCHOA, C. **Qual é o tamanho da amostra que eu preciso?** 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2mvRARy>. Acesso em: 19 dez. 2017.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática completa**. 30. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010.

TERRA, E. **Curso prático de gramática**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 1988.

TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. 3. ed. Paris. Klincksiek, 1976.

VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2014.

EVENTOS DE CORTAR E QUEBRAR, *FRAMES* E CONSTRUÇÕES GRAMATICAIS: UMA AMOSTRA A PARTIR DE CÓRPUS

André Vinícius Lopes Coneglian

1. Introdução³

Uma das principais questões que diz respeito à relação entre linguagem e pensamento é a natureza das significações linguísticas, se elas se constroem objetivamente a partir de uma relação direta do ser humano com a realidade, ou se elas se constroem cognitivamente a partir da experiência humana no mundo. É esta segunda direção que este capítulo assume na investigação do significado de verbos como *cortar*, *rasgar*, *quebrar*, *dilacerar*, entre outros, abrigados nas categorias de verbos CORTAR e QUEBRAR.

Neste trabalho, examina-se a expressão lexical e gramatical de eventos de SEPARAÇÃO DE INTEGRIDADE MATERIAL no português brasileiro a partir de ocorrências retiradas de córpus (*Corpus Brasileiro*, disponível na plataforma *Sketch Engine*) – aproximadamente 200 ocorrências foram analisadas para cada verbo: *quebrar* e *rachar*; *cortar* e *fatiar*; *rasgar* e *dilacerar*. O exame é conduzido a partir de uma análise dos *frames* semânticos que são ativados por esses verbos e as construções gramaticais por meio das quais esses eventos são instanciados. Ora, um exame dessa natureza pode revelar aspectos relevantes da conceptualização desses eventos de SEPARAÇÃO.

3 Agradeço ao Juliano Desiderato Antonio pela leitura atenta e pelos comentários que, certamente, melhoraram este texto.

4 Notação gráfica. Os termos em versalete indicam *frames* semânticos.

5 Disponível *on-line* em: <https://the.sketchengine.co.uk/auth/corpora/>.

A proposta geral que se desenvolve ao longo deste capítulo é esta: no processo de verbalização da experiência (ou seja, de comunicação de intenções, vivências e experiências), os falantes estão a todo momento negociando cognitivamente a construção dessa experiência, que é fluida e “caleidoscópica” (WHORF, 1956). Por isso mesmo recorre-se à material autêntico de uso da linguagem, no qual podem-se verificar construções convencionalizadas e construções inovadoras na expressão de eventos de SEPARAÇÃO.

O desenvolvimento desta proposta reflete a organização deste capítulo. Na seção 2, assentam-se as noções gerais sobre a relação entre experiência, significação e linguagem, com foco na noção de *frame* semântico e no modo pelo qual eventos do mundo são categorizados a partir de *frames*. Na seção 3, lançando-se como pano de fundo o Projeto *Cut & Break* (MAJID *et al.*, 2007), sistematizam-se os *frames* que fazem parte do cenário de SEPARAÇÃO DE INTEGRIDADE MATERIAL. Nas seções 4 e 5, apresenta-se a análise de ocorrências de verbos CORTAR e QUEBRAR no português, examinando-se a interface sintaxe-semântica das construções gramaticais (seção 4) e as construções inovadoras na expressão linguística de eventos de SEPARAÇÃO (seção 5).

2. A categorização de eventos a partir de *frames*

O mecanismo de categorização é uma operação básica do espírito humano. Os seres humanos só são capazes de transitar no mundo, arrazoar sobre causas e efeitos, elaborar hipóteses e asseverar a ineficiência de causas porque, a partir da experiência no mundo, são formados modelos cognitivos idealizados (LAKOFF, 1987), com base nos quais categorias linguísticas e não linguísticas são formadas na mente humana. Tais modelos cognitivos constituem-se a partir de *frames*, que dizem respeito a uma porção coerente do conhecimento humano (FILLMORE, 1976). Entende-se, aqui, *frame* no seu sentido

fillmoriano, segundo o qual *frames* “são representações esquemáticas de estruturas conceituais e de padrões de crenças, de práticas, de instituições, de imagens, etc. que provêm a base para a interação significativa em uma dada comunidade de fala” (FILLMORE *et al.*, 2003, p. 235).

Uma categoria existe se (e somente se) dois ou mais objetos ou eventos distintos são tratados como equivalentes, ou semelhantes (MERVIS; ROSCH, 1981). Desse modo, entidades como *cama*, *poltrona* e *armário*, apesar de serem perceptivamente bastante diferentes, podem ser agrupados na categoria *mobília*. O interesse pelo estudo da formação e do desenvolvimento de categorias linguísticas e não linguísticas tem estado no centro das ciências cognitivas modernas (vejam-se, por exemplo, Mervis e Rosch, 1981, Lakoff, 1987, entre tantos outros). De um ponto de vista linguístico, o exame do modo pelo qual categorias conceituais se estabelecem é relevante tanto na medida em que elas podem vir reveladas nos elementos linguísticos quanto na medida em que a estrutura linguística, como resultado de uma convenção de um grupo social, pode moldar e restringir a expressão dessas categorias não linguísticas (LEVINSON, 2003).

Esse fato suscita uma importante distinção para a investigação da relação entre linguagem e pensamento. Se as categorias podem ser linguísticas ou não linguísticas e se as categorias, de um modo geral, são formadas a partir de *frames*, deve-se distinguir *frames* cognitivos de *frames* linguísticos (FILLMORE; BAKER, 2010).

Explicam Fillmore e Baker (2010) que *frames* cognitivos desempenham um papel fundamental no modo pelo qual os seres humanos percebem, lembram e interagem com o mundo. Esses *frames* estruturam eventos, acionam participantes e ordenam temporalmente o curso da experiência (por exemplo, temporalmente a causa precede o efeito); eles também representam cognitivamente as propriedades da matéria física, a disposição espacial dos objetos e

os aspectos visuais das entidades no mundo. Os *frames* linguísticos, por outro lado, surgem da relação entre os elementos linguísticos e seus significados. Nessa medida, esclarecem Fillmore e Baker (2010), uma análise semântica é aquela em que são explicitados os diferentes modos pelos quais propriedades semânticas ancoram-se em propriedades da forma linguística. Note-se que, nessa visão, fala-se de forma linguística e, não, de palavra ou de lexema, uma vez que esse tipo de análise pode ser conduzido para qualquer nível de organização formal da linguagem, na forma de uma **construção** (GOLDBERG, 2006), como se discute mais adiante.

Inúmeros estudos têm se dedicado à sistematização de *frames* semânticos que constituem as categorias de eventos. Bouveret (no prelo), em seu estudo sobre eventos de TRANSFERÊNCIA em dez línguas de diferentes famílias, identifica *frames* como FONTE, DIREÇÃO, CAUSAÇÃO, TEMA DE TRANSFERÊNCIA e BENEFICIÁRIO como principais elementos configuradores de eventos de TRANSFERÊNCIA, geralmente lexicalizados pelo verbo *dar* e seus correspondentes nas línguas. Levinson (2012), com base em uma amostra de mais de 60 línguas de diferentes famílias, aponta que eventos de COLOCAÇÃO e de REMOÇÃO, geralmente lexicalizados por verbos como *put* e *take*, em inglês, e seus correspondentes nas línguas, configuram-se a partir de distinções no campo dêitico, de planejamento da ação e de complexidades causais. Esses fatores, que correspondem a diferenças no sistema cultural em que cada língua se insere, acarretam importantes diferenças no modo pelo qual cada língua expressa eventos de COLOCAÇÃO e de REMOÇÃO.

No caso de eventos como *cortar*, *quebrar* e *rasgar*, ainda que configurem cenas diferentes, podem ser agrupados na categoria eventos de SEPARAÇÃO, mais especificamente, SEPARAÇÃO DE INTEGRIDADE MATERIAL, nos termos de Hale e Kayser (1987) – é justamente nesse domínio que este trabalho foca. Em se tratando de categorização de eventos, a questão chave é justamente verificar o que permite que

diferentes ações e processos possam ser considerados eventos de mesma natureza (MAJID *et al.*, 2008). Por exemplo, um evento em que alguém pica uma cenoura com uma faca é o mesmo tipo de evento em que uma pessoa corta um papel com uma tesoura? Ou um evento em que alguém estilhaça um prato de porcelana com um martelo é o mesmo tipo de evento em que um vaso racha? Pode parecer que não, uma vez que diferentes itens lexicais são usados para construir cada um desses eventos (*cortar, rasgar, estilhaçar, rachar*). No entanto, todos esses eventos se superordenam dentro do *frame* de SEPARAÇÃO DE INTEGRIDADE MATERIAL. Uma investigação como a que se conduz aqui pode revelar as propriedades semânticas que tanto aproximam quanto diferenciam esses verbos dentro desse espaço conceptual.

Para que o processo de verbalização da experiência seja possível, é necessário, antes de tudo, que os falantes discirnam os eventos e as entidades no mundo, transformando-os em estruturas semânticas (*frames* semânticos, nos termos de Fillmore, 1976, 1985). Isso se deve ao fato de que o pensamento, do modo como é organizado, é mais complexo e mais rico do que pode ser de fato instanciado linguisticamente (CHAFE, 2005). O processo de transformação de estrutura conceptual (pensamento) em estrutura linguística prevê, necessariamente, a transformação da experiência em estrutura semântica, que se organiza a partir de *frames* cognitivos (FILLMORE, 1976). Essas estruturas semânticas são convertidas em estruturas gramaticais, e é dessa projeção de estrutura semântica em estrutura gramatical que nascem as construções gramaticais (CHAFE, 2005; CROFT, 2007). Um processo fundamental na configuração das estruturas gramaticais e semânticas é o processo de categorização (BROWN, 1990; LAKOFF, 1987), pois é por meio dele que os seres humanos tentam impor estrutura para o “fluxo caleidoscópico” da realidade (WHORF, 1956).

Nessa direção, uma investigação a respeito do modo pelo qual eventos de separação de integridade material são linguisticamente instanciados deve partir de um exame dos fatores que configuram a experiência de separação de objetos. O equacionamento deve ser feito de tal forma que fiquem contrafaceados os fatores experiências que são linguisticamente relevantes para a expressão de eventos de separação de integridade material.

Metodologicamente, dois caminhos de investigação são possíveis, um deles é o elicitación desses fatores a partir de experimentos com falantes, o outro é, por indução, o lavamento desses fatores a partir do exame de cópulas. Neste estudo, segue-se a segunda direção metodológica. No entanto, os estudos seminais sobre a categorização de eventos de separação, que fazem parte do Projeto *Cut & Break* (BOHNEMEYER *et al.*, 2001; MAJID *et al.*, 2004), seguem a primeira direção. Ao final deste capítulo, faz-se um cotejo dos resultados alcançados a partir de cada uma dessas direções, avaliando-as quanto às possibilidades e limitações.

A seguir, provê-se uma visão geral do Projeto *Cut & Break*, apresentando-se seus principais resultados e reinterpretando-os com subcategorias do amplo *frame* semântico de SEPARAÇÃO DE INTEGRIDADE MATERIAL.

3. Eventos de separação nas línguas do mundo: o Projeto Cut & Break

O Projeto *Cut & Break*, proposto e conduzido, inicialmente, no *Max Planck Institute for Psycholinguistics*, com Asifa Majid e Melissa Bowerman na direção, pôs-se a investigar os universais semânticos ligados a eventos de SEPARAÇÃO. O estudo pioneiro foi conduzido em 28 línguas diferentes⁶ e consistiu na exposição de 61 cliques curtos a

⁶ As línguas analisadas pertencem a 13 famílias linguísticas diferentes, são de 23 países diferentes e de diferentes tipologias lexicais (MAJID *et al.*, 2008).

informantes dessas línguas, que deveriam narrar o que aconteceu em cada clipe⁷ (vejam-se, especialmente, Majid *et al.*, 2007 e 2008).

Os cliques mostram cenas relativamente canônicas de eventos de SEPARAÇÃO, como se vê na Figura 1, abaixo, tais como, cortar tecido com tesoura, arrebentar um galho com as mãos, cortar cenouras na horizontal em pedaços grandes com uma faca, cortar uma cenoura na vertical com uma faca. Da amostragem dos dados coletados, um conjunto de quatro parâmetros surgiu como mais frequentemente relevante para as distinções linguísticas dos eventos de separação.

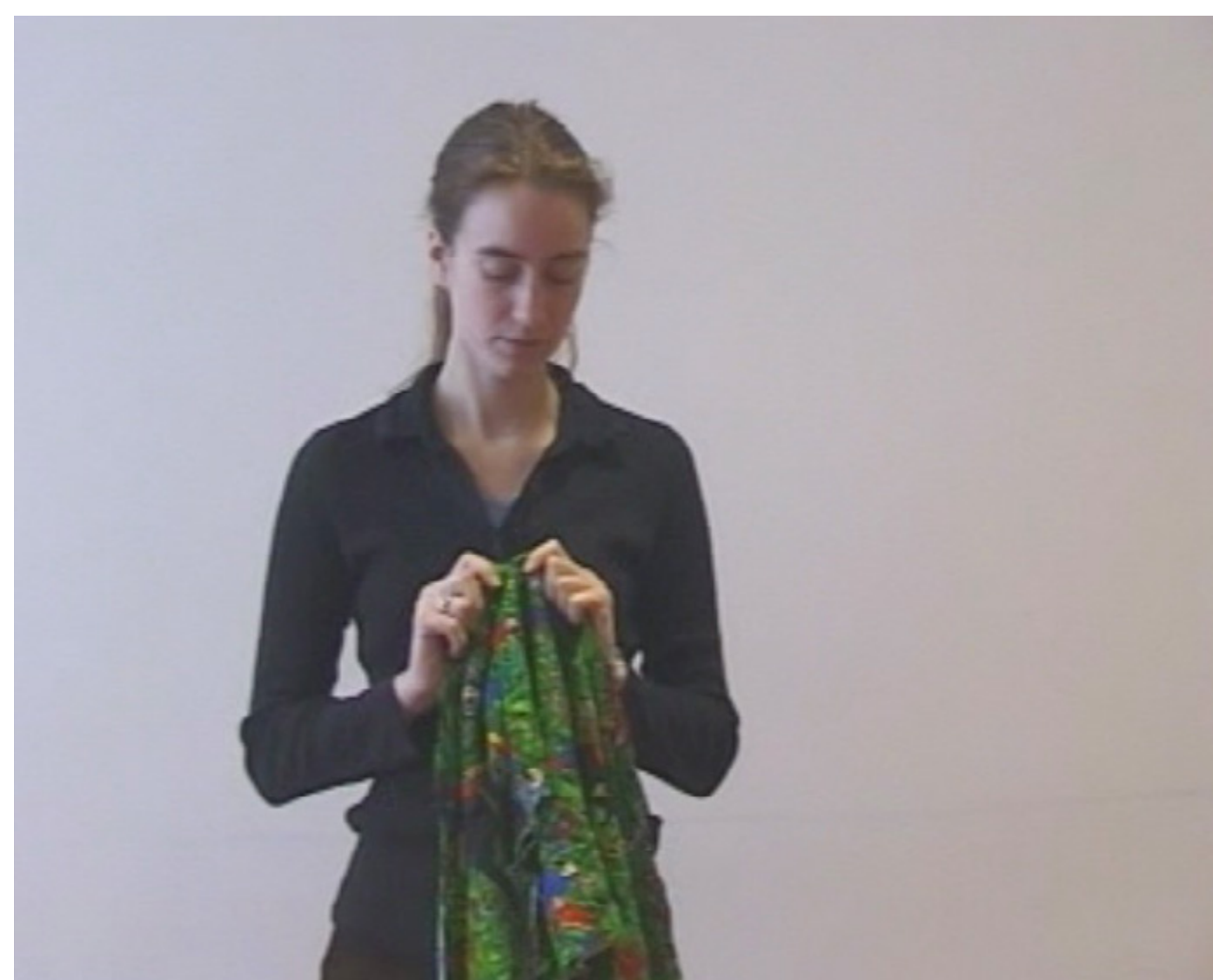


Figura 1. Captura do vídeo #1 do Projeto Cut&Break
Fonte: Bohnemeyer *et al.* (2001)

Os resultados preliminares desse estudo pioneiro apontam quatro parâmetros significativos que caracterizam eventos de SEPARAÇÃO DE INTEGRIDADE MATERIAL (MAJID *et al.*, 2008). O primeiro parâmetro diz respeito à distinção entre eventos de ABRIR, de um lado, e eventos de CORTAR, QUEBRAR e RASGAR, do outro. Essa distinção relevante decorre da natureza das entidades envolvidas nos eventos. Eventos de ABRIR, de um modo geral, implicam entidades (ou objetos) complexos que funcionalmente têm partes separáveis, sem que percam sua integridade funcional, ou seja, esses objetivos têm o propósito (a

⁷ Esse mesmo estudo foi conduzido para o português brasileiro (veja-se Coneglian, no prelo).

funcionalidade) de 'sofrer' algum tipo de separação. Daí têm-se exemplos como *abrir uma porta, abrir a tampa de uma panela*. Eventos de CORTAR, QUEBRAR e RASGAR resultam na mudança da integridade das entidades e de objetos que "sofrem" esses eventos, e, o mais importante, essas entidades são agrupadas numa mesma categoria justamente por não terem como componente de sua funcionalidade a separação.

Os outros três parâmetros constituem elaborações pertinentes ao domínio dos eventos de CORTAR, QUEBRAR e RASGAR propriamente. Do segundo parâmetro resulta a distinção entre o domínio do CORTAR/QUEBRAR do domínio do RASGAR. A distinção se dá justamente no modo como a separação é conduzida: eventos de separação "limpa" são categorizados no domínio do CORTAR/QUEBRAR, ao passo que eventos de separação "bagunçada" são categorizados no domínio do RASGAR. Esse parâmetro é translinguisticamente relevante: das 28 línguas analisadas, 19 delas possuem verbos específicos para eventos do tipo de RASGAR.

O terceiro parâmetro diz respeito à especificação das entidades que sofrem os eventos de cortar/quebrar e rasgar; a distinção relevante se dá entre objetos flexíveis, como tecido ou papel, e rígidos, como madeira ou cenoura. O quarto parâmetro diz respeito à natureza da causa da perda de integridade material; a distinção relevante, nesse caso, se dá entre eventos de IMPACTO e eventos de TORÇÃO. A maioria das línguas investigadas no Projeto apresentam verbos específicos para cenários do tipo em que a cenoura é cortada com um golpe e para cenários do tipo em que uma pessoa parte uma cenoura com as duas mãos.

Esses quatro parâmetros, mais significativos na distinção entre eventos de CORTAR/QUEBRAR, podem ser analisados como variações e especificações do *frame* de SEPARAÇÃO. Fuji *et al.* (2013) explicam que o cruzamento desses parâmetros na expressão lexicogramatical

dos eventos de SEPARAÇÃO dá origem aos *frames* que organizam a experiência de SEPARAÇÃO DE INTEGRIDADE MATERIAL. Nessa direção, as autoras sugerem reinterpretar esses quatro parâmetros como elaborações do *frame* SEPARAÇÃO, o que permite que outros aspectos e dimensões desse *frame* sejam incorporados à análise, tais como, as interações de dinâmica de força, o tipo de instrumento por meio do qual se realiza a separação, os sons associados a cada um desses eventos, etc. (Coneglian, em prep.). Nessa medida, o que ocorre é que os verbos que lexicalizam eventos de SEPARAÇÃO selecionam aspectos específicos dos *frames* que são ativados (cf. CROFT *et al.* 2001; CROFT, 2009).

É um exame desses *frames* que se faz a seguir, bem como um exame das construções gramaticais que instanciam.

4. A interface sintaxe-semântica na expressão de eventos de CORTAR e QUEBRAR no português brasileiro

Os verbos das famílias CORTAR e QUEBRAR são verbos que, na classificação de Chafe (1970), constituem verbos do tipo ação-processo, isto é, são verbos que tanto lexicalizam algo que se faz (a ação) quanto algo que acontece (o processo)⁸. O fato interessante de verbos ação-processo é que, dependendo da construção que os instancia, tanto pode ser perfilado somente o processo (01), quanto a ação-processo propriamente (02).

(1) O vaso quebrou.

(2) O menino quebrou o vaso.

⁸ Na terminologia de Levin e Rappaport-Hovav (2005), esses verbos são verbos de mudança de estado, que evocam um esquema em que um agente causa a mudança de estado de um tema. Veja-se, na mesma direção de Levin e Rappaport-Hovav (2005), o estudo de Cançado, Godoy e Amaral (2013) para o português brasileiro.

Os verbos da família QUEBRAR permitem essa alternância (causativa) mas verbos da família CORTAR, não. A explicação para esse fato pode ser facilmente dada a partir da verificação dos *frames* que são ativados por esses verbos, como se discute neste trabalho.

Os verbos da família CORTAR envolvem um tipo de ação que causa a separação, ou um sub-evento causativo, e geralmente incluem a aplicação de força (DELANCEY, 1995). Ao passo que os verbos da família QUEBRAR dizem respeito a mudança de estado de um tema, e podem ocorrer em construções intransitivas que descrevem o resultado da separação. Nesse sentido, os verbos da família CORTAR tendem a perfilar o modo da ação por parte do agente ou do instrumento utilizado, ao passo que verbos da família QUEBRAR tendem a perfilar principalmente a mudança de estado de um tema (BOUVERET; SWEETSER, 2011).

A análise preliminar dos verbos *cortar, fatiar, dilacerar, rasgar, quebrar e rachar* revela que o parâmetro de agentividade e volição (não explicitamente considerado no estudo do MPI) desempenham papel fundamental tanto na configuração do significado desses verbos quanto na sua realização construcional. A partir do exame das ocorrências, o que se verifica é que não existe uma divisão precisa entre verbos que acionam seus agentes e verbos que não acionam seus agentes, mas há, na verdade, a formação de um contínuo; e a obrigatoriedade ou facultatividade no acionamento dos agentes, um fato semântico, relaciona-se com o tipo de construção em que esses verbos podem ocorrer, como se vê na Figura 2, a seguir.

9 Discutir a questão da alternância causativa dos verbos do tipo *quebrar* está além do objetivo deste trabalho. Para uma discussão teórica a respeito dessa construção vejam-se especialmente Croft (1991) e Levin (1993).

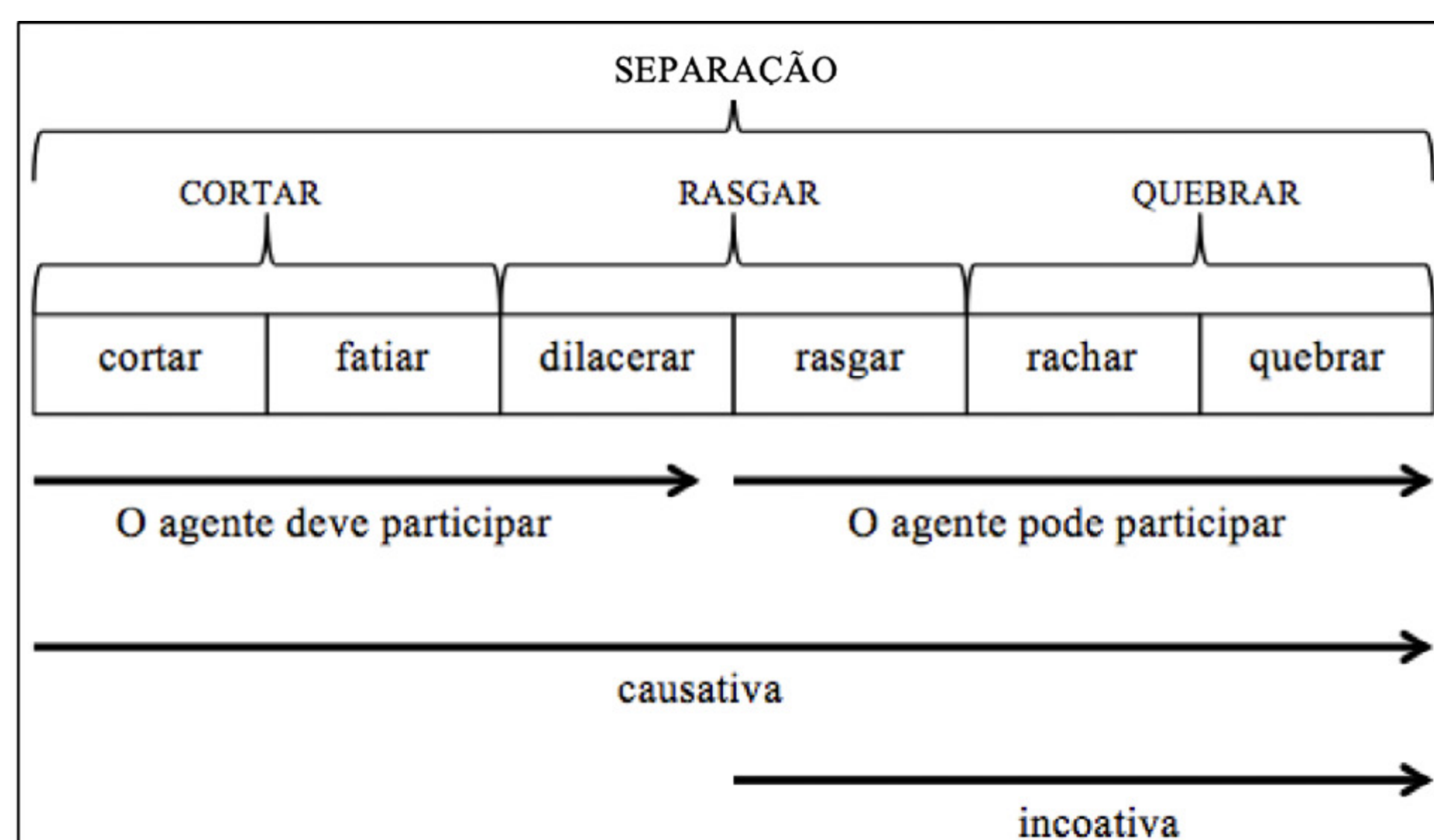


Figura 2. Contínuo quanto à presença de agente e à disponibilidade de construções sintáticas

Fonte: Elaboração própria

Todos os verbos investigados podem ocorrer na construção transitiva causativa, aquela em que um agente promove a mudança de estado de um tema, vejam-se as ocorrências em (3). No entanto, somente os verbos da família QUEBRAR e o verbo *rasgar* podem apresentar a possibilidade de alternância causativa, sendo instanciados sintaticamente na construção incoativa, aquela em que o sujeito sintático tem o papel semântico de paciente (ou afetado), como mostram as ocorrências em (4).

- (3) a. Cada vez que os manifestantes cortavam a corda, gritavam em coro “traz outra corda”.
- b. Não vamos fatiar a negociação como um salame, diz o embaixador.
- c. Eles rasgaram [a faixa] e colocaram fogo com um isqueiro...
- d. Os rebeldes voltam a assumir a guerra interminável que dilacera o país...
- e. Na rebelião, os internos atearam fogo nos colchões, quebraram as janelas....

f... a detenção não só racha a aliança governista, como também vai influenciar...

- (4) a. A pele literalmente rasga e não há tratamento.
- b. O carro praticamente rachou e o piloto foi retirado desacordado.
- c. O ônibus quebrou às 07h20 no meio da avenida Rebouças...

Note-se que, se o exame desses verbos ficasse restringido a classes gerais de significado (como verbos de ação-processo, ou de mudança de estado), as particularidades de cada verbo e de cada família seriam perdidas. Enfatize-se que as quatro categorias semânticas verbais propostas por Chafe (1970) obviamente não precisam dar conta de captar as especificidades de cada família verbal. Pelo contrário, essas classes semânticas são, em si, esquemáticas (nos termos de Langacker, 1987), por esse motivo elas dão conta de todo e qualquer verbo em toda e qualquer língua (HASPELMATH; HARTMAN, 2015).

Ora, o que se pode ver aqui é exatamente que o significado dos verbos se constrói tanto a partir dos *frames* que esse verbo aciona quanto das construções em que esses verbos podem ocorrer (CROFT, 2003; MICHAELIS, 2015)¹⁰. Os *frames* semânticos de cada verbo permitem prever o seu potencial sintático, mas não implicam a instanciação construcional desses verbos (MICHAELIS, 2015) – basta considerar, nesse caso, a impossibilidade de alternância causativa para verbos da família CORTAR.

Os parâmetros de agentividade e de volição são especificações do *frame* DINÂMICA DE FORÇAS (CROFT, 2012, 1991; TALMY, 2018). Todos os verbos CORTAR e QUEBRAR evocam diferentes interações de forças, o

10 Daí a noção de composicionalidade construcional (DANCYGIER; SWEETSER, 2005; KAY; MICHAELIS, 2012), segundo a qual o significado de uma expressão linguística complexa não deriva diretamente das funções de suas partes componentes (SZABÓ, 2007), mas, sim, da interação funcional e significativa que essas partes estabelecem entre si.

que acaba criando uma escala de agentividade para os participantes em cada cena especificamente (CROFT, 1990). Tome-se o caso do verbo *dilacerar*, da família RASGAR. Dentre as ocorrências analisadas, a maior parte delas vem com mais de um agente instanciado, como se vê nas ocorrências em (5), a seguir. Em (5a), o agente é coletivo, metonimicamente instanciado por “o parlamento”; em (5b) os agentes são instanciados pluralmente; e em (5c), uma construção nominal, os agentes são dois, e são, na verdade, duas forças opostas. Em cada um desses casos, há uma configuração específica de dinâmica de forças, que não é apenas de CONTATO, como pode ser em eventos de QUEBRAR, mas é de manipulação do objeto em si.

- (5) a. O plebiscito pode dilacerar o império.
- b. É necessário reduzir as desigualdades que dilaceram o tecido do país...
- c. Sentia-se dilacerado entre a adoração pela mulher [...] e o desejo sexual por outra...

Além dos parâmetros da agentividade e da volição, que devem ser incorporados à configuração dos significados de CORTAR e QUEBRAR, um outro parâmetro deve ser considerado, o da USABILIDADE DAS PARTES SEPARADAS. Esse parâmetro figura particularmente relevante nos verbos da família CORTAR. Esse parâmetro diz respeito, por exemplo, à especificidade do evento FATIAR, cujo resultado, as FATIAS, geralmente são para consumo ou uso. Esse *frame* serve de domínio fonte para mapeamentos metafóricos, como em *fatiar a reforma agrária*, *fatiar o mercado*, *fatiar os lucros*, como se discute na seção 5.1. De modo semelhante, o verbo *cortar* pode acionar esse *frame*, como em *cortar um pedaço de tecido (para fazer uma roupa)*.

Outro parâmetro relevante para a família de verbos CORTAR, especialmente para o verbo *cortar* (e também *aparar*), é o *frame* de REMOÇÃO, que tanto em usos concretos, como *cortar o cabelo*

(*aparar as pontas*), quanto em usos metafóricos, como *cortar gastos* e *cortar funcionários*, diz respeito à remoção de excessos.

Chega-se, finalmente, à verificação de alguns dos *frames* que são acionados em construções metafóricas.

5. Criatividade na verbalização de eventos de CORTAR e QUEBRAR

5.1 Criatividade e mapeamentos metafóricos

Um dos caminhos mais importantes a percorrer na análise dos *multi-frames* acionados por verbos (e itens lexicais de um modo geral) é a investigação da configuração metafórica das significações. Como aponta Sullivan (2013), mapeamentos metafóricos envolvem o mapeamento dos papéis de um *frame* nos papéis de outro *frame*. Nessa medida, sugerem Bouveret e Sweetser (2011), a escolha de um domínio alvo pode acarretar o mapeamento de diferentes papéis do domínio fonte, do mesmo modo que acarreta diferentes opções sintáticas para a expressão de significados metafóricos do tipo “quebrar um acordo”, “cortar os gastos”, “dilacerar a alma”, etc.

O exame do conjunto de ocorrências deste trabalho revela que usos metafóricos dos verbos CORTAR e QUEBRAR são mais frequentes que os usos não metafóricos (casos concretos), como mostra a Tabela 1, a seguir. Esse mesmo fato se sustenta em línguas como o francês, o inglês e o japonês (vejam-se os trabalhos de Bouveret e Sweetser, 2009, 2011; Fuji *et al.*, 2013).

Tabela 1. Distribuição no corpúsculo de ocorrências com usos metafóricos e não metafóricos dos verbos CORTAR, QUEBRAR e rasgar

	CORTAR		QUEBRAR		RASGAR	
	<i>cortar</i>	<i>fatiar</i>	<i>quebrar</i>	<i>rachar</i>	<i>rasgar</i>	<i>dilacerar</i>
Não metafórico	53 29,12%	68 34,7%	53 28,64%	13 11,7%	81 43,55%	35 19,44%
Metafórico	129 70,88%	128 65,3%	132 71,36%	98 88,29%	105 56,45%	145 80,56%
Total	182 100%	196 100%	185 100%	111 100%	186 100%	180 100%

Fonte: Elaboração própria

O verbo *quebrar*, especificamente, em contextos metafóricos, pode evocar *frames* como o de FALÊNCIA (06a), de DESTRUIÇÃO (06b), de PERDA DE FUNCIONALIDADE (06c) e de LIBERTAÇÃO DE CATIVEIRO (06d).

- (6) a. As políticas do FMI quebram a indústria têxtil da África do Sul.
- b. Quebrar esse dilema é papel das reformas.
- c. Seu passatempo é desvendar senhas e quebrar proteções eletrônicas...
- d. Ela busca aplauso para seus gestos, quebrando o tédio da paisagem e das coisas...

Um caso interessante com o verbo *cortar* são as ocorrências em que o verbo aciona o *frame* de MOVIMENTO FICTIVO (MATLOCK, 2004; TALMY, 2018), isto é, casos em que o movimento é apenas virtual, como se vê nos exemplos em (07).

- (7) a. Narizinho vai ao ribeirão que corta o sítio de sua avó.

b. O bastante para asfaltar todos os 10 quilômetros de ruas da cidade – que, por sinal, é cortada ao meio pela BR-040.

c. Safáris fotográficos e pecuária convivem em harmonia nessa planície sedimentar cortada pelo rio Paraguai.

Explica Matlock (2004) que enunciados como os que se oferecem em (7) evocam um tipo implícito de movimento. O enunciado em (7a) difere radicalmente dos enunciados em (7b) e (7c) pelo fato de que, nesses dois últimos, o verbo *cortar* aparece em uma construção passiva (7b) e uma construção modificadora (7c). Elaborar uma análise sobre essas diferenças está além do objetivo deste texto, mas deve-se mencionar que ocorrências desse tipo são frequentes no corpus analisado.

Esses são apenas alguns exemplos de *frames* que são acionados por esses verbos em contextos metafóricos. Uma análise, que não se pretende aqui, mas é necessária, é verificar especificamente quais os papéis que são mapeados do domínio fonte para o domínio alvo. O desempacotamento da dinâmica desses mapeamentos é o que permite verificar, afinal, o modo pelo qual os elementos do domínio alvo (metafórico) são conceptualizados pelas mentes (DANCYGIER; SWEETSER, 2014).

5.2 Criatividade e re-enquadre de eventos

Geralmente assume-se como expressão de criatividade em linguagem manifestações de construções figurativas, sejam metafóricas ou metonímicas (LANGLOTZ, 2006; BORKENT *et al.*, 2013). Contudo, não é apenas na linguagem figurativa que se verificam aspectos da criatividade da mente humana (FRANCHI, 2006). Uma operação muito comum é também o *reframing* (re-enquadre), por meio da qual um determinado item lexical pode evocar um *frame* diferente daquele que convencionalizadamente evoca dependendo do seu contexto de uso (COULSON, 2001).

Considere-se o contexto culinário, mais especificamente, considere-se o cenário em que um chefe se prepara para fazer uma *mousse* de chocolate. Há uma série de eventos e de ações que devem ser levados a cabo para que a *mousse* fique pronta: separar os ingredientes, misturá-los, etc. Atente-se à codificação linguística de alguns desses eventos: *quebrar* o ovo, *bater* o creme de leite, *ferver* o leite, *rasgar* a barra de chocolate e *picar* a manteiga.

No entanto, *rasgar uma barra de chocolate* e *picar a manteiga* causam certa estranheza. Por quê? Uma barra de chocolate não é algo que normalmente se *rasgue*, mas, sim, que se *quebre*, e a manteiga, de igual modo, não é algo que normalmente se *pique*, mas que se espalhe, que se use para untar uma forma. Certamente há uma certa estranheza no modo como esses eventos estão enquadrados.

Apesar dessa estranheza, a *chef* de confeitaria Raíza Costa, em um de seus vídeos de culinária¹¹, não teve qualquer problema em usar os verbos *rasgar* e *picar* com os argumentos barra de chocolate e manteiga, respectivamente. Esse uso, entretanto, é contextualmente motivado: ao pegar uma barra de chocolate, a *chef* é tentada a dizer “quebrar a barra”, mas logo corrige o verbo para “rasgar a barra de chocolate”, depois de manusear o item e quase conseguir dobrá-lo, dada a falta de consistência da barra. A confeitadeira também não teve problema algum com “manteiga picadinha”, porque ela estava lidando com um bloco de manteiga gelada e dura.

Especificamente com a barra de chocolate, objeto com o qual Raíza interage no vídeo, há até mesmo uma rotina motora ligada à percepção das propriedades da barra; ela faz um arco com a barra de chocolate, e é aí que ela se dá conta de que o verbo *quebrar* não se encaixaria nessa verbalização. A solução foi mudar a categoria do evento, preservando, no entanto, o seu enquadre geral de SEPARAÇÃO.

11 **Mousse de chocolate com menta**, Raíza Costa, Rainha da Cocada. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sh9BM2MHvfs&t=359s>. Acesso em: 06 maio 2019.

Ora, a partir do exemplo da “aula de culinária”, o que se percebe é que o significado de itens lexicais, neste caso, o significado de verbos, não é absoluto, genérico e contextualmente isolável (como gostariam que fossem as semânticas de decomposição de evento, Levin e Rappaport-Hovav, 2005); antes, o significado dos verbos emerge em contextos particulares de uso, moldado e definido por *frames* semânticos evocados, os quais se constituem a partir da experiência e da vivência do falante no mundo (BOUVERET; SWEETSER, 2011; COULSON, 2001; CROFT, 2012; GOLDBERG, 2006).

6. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foram apresentados parâmetros (adicionais àqueles propostos a partir do estudo do MPI) que configuram e especificam o *frame* SEPARAÇÃO. *Frames*, aqui entendidos como uma porção coerente do conhecimento humano, são acionados e evocados por meio de itens lexicais e de construções gramaticais, que, por sua vez, perfilam¹² um ou outro aspecto do *frame*. A condução do estudo aqui proposto, a partir do exame de ocorrências coletadas em *cópus*, permite chegar à especificidade dos parâmetros e dos *frames* acionados por itens lexicais e construções gramaticais.

A proposta de investigar tanto o significado lexical dos verbos quanto as construções gramaticais nas quais esses verbos se instanciam é um caminho altamente seguro para a identificação do significado das expressões linguísticas. O estudo conduzido pelo MPI teve como foco a semântica lexical dos verbos, o que acarretou a não identificação de parâmetros básicos na configuração de eventos de SEPARAÇÃO, como variação no grau de agentividade e volição, funcionalidade das partes separadas, etc. A identificação desses parâmetros só foi possível a partir de um exame que verificou a composicionalidade construcional desses eventos. De semelhante modo, o exame dos mapeamentos que são estabelecidos entre *frames*, que dão origem a

¹² Nos termos de Langacker (1987).

significados metafóricos, trouxe à luz outros *frames* que são acionados por verbos da família CORTAR e QUEBRAR. Não é de estranhar, afinal, que o trabalho com *corp* sugira novos parâmetros e contextos que, por introspecção ou experimentação, não seriam considerados.

As análises, de caráter amostral, apresentadas neste capítulo abrem o caminho para estudos futuros. O primeiro deles é fazer um exame cuidadoso das acepções dos verbos da família cortar e quebrar no *Dicionário de verbos do português* (BORBA, 1990). Há também a necessidade de examinar uma amostragem maior de ocorrências a fim de verificar se há outras construções gramaticais em que ocorrem esses verbos. Esse mesmo exame pode conduzir a um levantamento estatístico dos elementos de *frames* que são mapeados na sintaxe. A análise de um volume razoável dessas ocorrências pode resultar no agrupamento desses verbos, revelando, assim, sua proximidade semântica e construcional (cf. CROFT; POOLE, 2008). Por ora, tudo isso está reservado para o futuro (CONEGLIAN, em prep.).

| Referências

BOHNEMEYER, J. *et al.* Cut and break clips. *In*: LEVINSON, S.; ENFIELD, N. J. (org.). **Manual for field season 2001**. Nijmegen: Max Planck Institute for Psycholinguistics. 2001. Disponível em: <http://fieldmanuals.mpi.nl/volumes/2001/cut-and-break-clips/>. Acesso em: 06 maio 2019.

BORKENT, M.; DANCYGIER, B.; HINNELL, J. 'Language and the creative mind': new directions in cognitive linguistics. *In*: BORKENT, M.; DANCYGIER, B.; HINNELL, J. (org.). **Language and the creative mind**. Stanford: CSLI, 2013.

13 Veja-se MacWhinney (2005) para uma avaliação ponderada a respeito do que efetivamente se obtém a partir de estudos experimentais e de estudos que vão à manifestação real da linguagem (os textos em geral).

BORBA, F. (coord.). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora Ática. 1990.

BOUVERET, M. Introduction. *In*: BOUVERET, M. (org.). **Lexicalization, grammaticalization and constructionalization of the verb give across languages**. Amsterdam: John Benjamins (no prelo).

BOUVERET, M.; SWEETSER, E. Multi-Frame Semantics, Metaphoric Extensions, and Grammar. **Proceedings of the Thirty-Fifth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**. 2009.

BOUVERET, M.; SWEETSER, E. **LSA Summer Institute**: Ling 7800-018 lecture slides. Lectures 1-3. University of Colorado-Boulder, summer 2011.

BROWN, C. H. A survey of category types in natural language. *In*: TSOHATZIDIS, S. L. **Meanings and prototypes**: studies in linguistic categorization. Nova Iorque: Routledge, 1990.

CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. **Catálogo de verbos do português brasileiro**: classificação verbal segundo a decomposição de predicados. v. 1: verbos de mudança. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CHAFE, W. **Meaning and the structure of language**. Chicago: The Chicago University Press, 1970.

CHAFE, W. The relation of grammar to thought. *In*: BUTLER, C.; GÓMEZ-GONZÁLES, M. A.; DOVAL-SUÁREZ, S. M. (org.). **The Dynamics of Language Use**: Functional and Contrastive Perspectives. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2005.

CONEGLIAN, A. V. L. **Categorização de eventos de separação no português brasileiro**: um estudo experimental (no prelo).

CONEGLIAN, A. V. L. **A predicação como um processo de categorização**: um exame dos verbos tipo 'quebrar'. Em preparação.

COULSON, S. **Semantic leaps**: frame-shifting and conceptual blending in meaning construction. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CROFT, W. Possible verbs and the structure of events. *In*: TSOHATZIDIS, S. L. **Meanings and prototypes**: studies in linguistic categorization. Nova Iorque: Routledge, 1990.

CROFT, W. **Syntactic categories and grammatical relations**: the cognitive organization of information. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CROFT, W. Lexical rules vs. constructions: a false dichotomy. *In*: CUYCKENS, H.; BERG, T.; DIRVEN, R.; PANTHER, K. **Motivation in language**: Studies in honour of Günter Radden. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

CROFT, W. The origins of grammar in the verbalization of experience. **Cognitive Linguistics**, v. 18, n. 3, p. 339-382, 2007.

CROFT, W. Connecting *frames* and constructions: A case study of eat and feed. **Constructions and Frames**, v. 1, n. 1, p. 7-28, 2009.

CROFT, W. **Verbs**. Oxford: Oxford University Press. 2012.

CROFT, W. *et al.* Argument linking and the commercial transaction frame in English, Russian and Japanese. **Language Sciences**, v. 23, p. 579-602, 2001.

CROFT, W.; POOLE, K. Inferring universals from grammatical variation: multidimensional scaling for typological analysis. **Theoretical Linguistics**, v. 34, p. 1-37, 2008.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. **Mental spaces in grammar**: conditional constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. **Figurative language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

DAVID, O. **A multi-frame analysis of cut and break family verbs in English**. Manuscrito não publicado. 2011.

DELANCEY, S. **Verbal case frames in English and Tibetan**. Manuscrito não publicado. 1995.

FILLMORE, C. J. Frame semantics and the nature of language. **Annals New York Academy of Science**. 1976.

FILLMORE, C. J. Frames and the semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**, v. VI, n. 2, 1985.

FILLMORE, C. *et al.* Background to FrameNet. **International Journal of Lexicography**, v. 16, n. 3, p. 235-250, 2003.

FILLMORE, C. J.; BAKER, C. F. A *frames* approach to semantic analysis. *In*: HEINE, B.; NARROG, H. (org.). **The Oxford handbook of linguistic analysis**. 2. ed. Oxford: OUP, 2010.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo "gramática"?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FUJI, S.; RADEZKY, P.; SWEETSER, E. A multi-frame analysis of separation verbs. *In*: BORKENT, M.; DANCYGIER, B.; HINNELL, J. (org.). **Language and the creative mind**. Stanford: CSLI Publications, 2013.

GOLDBERG, A. **Constructions at work**. Oxford: OUP, 2006.

HALE, K. L.; KAYSER, S. J. A view from the middle. **Lexicon Project Working Papers 10**. Cambridge, MA: Center for Cognitive Science, MIT Press, 1987.

HASPELMATH, M.; HARTMANN, I. Comparing verbal valency across languages. *In*: MALCHUKOV, A.; COMRIE, B. **Valency classes in the world's language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015.

KAY, P.; MICHAELIS, L. Constructional meaning and compositionality. *In*: MAIENBORN, C.; von HEUSINGER, K.; PORTNER, P. (org.). **Semantics: an international handbook of natural language meaning**. v. 3. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 2271-2296.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**. What categories reveal about the mind. Chicago: The Chicago University Press, 1987.

LANGACKER, R. **Foundations of Cognitive Grammar: theoretical prerequisites**. V. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LEVIN, B. **English verb classes and alternations: a preliminary investigation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LEVINSON, S. **Space in language and cognition**. Explorations in cognitive diversity. Cambridge: CUP, 2003.

LEVINSON, S. Preface. *In*: KOPECKA, A.; NARASHIMAN, B. (org.). **Events of putting and taking: a crosslinguistic perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 2012.

MACWHINNEY, B. Can our experiments illuminate reality? *In*: GERSHKOFF-STOWE, L.; RAKISON, D. H. (org.). **Building object categories in developmental time**. London: Lawrence Erlbaum Ass. Pub, 2005.

MAJID, A.; STADEN, M. van; BOSTER, J. S.; BOWERMAN, M. Event categorization: a cross-linguistic perspective. *In: Proceedings of the 26th Annual Meeting of the Cognitive Science Society*, p. 885-890, 2004.

MAJID, A. *et al.* The semantic categories of cutting and breaking events: A crosslinguistic perspective. **Cognitive Linguistics**, v. 18, n. 2, p. 133-152, 2007.

MAJID, A. *et al.* The cross-linguistic categorization of everyday events: A study of cutting and breaking. **Cognition**, v. 109, p. 235-250, 2008.

MATLOCK, T. Fictive motion as cognitive simulation. **Memory & Cognition**, v. 23, p. 1389-1400, 2004.

MERVIS, C.; ROSCH, E. Categorization of natural objects. **Annual Review of Psychology**, v. 32, p. 89-115, 1981.

MICHAELIS, L. Constructions license verb *frames*. *In: RUDANKO, J.; HAVU, M.; RICKMAN, P. (org.). Perspectives on complementation*. Londres: Pelgrave/MacMillan, 2015.

MICHAELIS, L. Constructions license verb *frames*. *In: HAVU, J.; HÖGLUND, M.; RICKMAN, P. (org.). Perspectives on complementation*. Londres: Pelgrave, 2013.

NARASHIMAN, B.; KOPECKA, A.; BOWERMAN, M.; GULLBERG, M.; MAJID, A. Putting and taking events: a crosslinguistic perspective. *In: KOPECKA, A.; NARASHIMAN, B. (org.). Events of putting and taking: a crosslinguistic perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 2012.

SULLIVAN, K. **Frames and constructions in metaphoric language**. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

SZABÓ, Z. Compositionality. *In*: ZALTA, E. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2007. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2007/entries/compositionality>. Acesso em: 06 maio 2019.

TALMY, L. **Ten lectures in cognitive semantics**. London: Brill, 2018.

WHORF, B. L. **Language, thought and reality**. Cambridge: The MIT Press, 1956.

SEGUNDA PARTE

***Rhetorical Structure
Theory (Teoria da
Estrutura Retórica)***

UMA INVESTIGAÇÃO FUNCIONALISTA DA RELAÇÃO RETÓRICA DE AVALIAÇÃO NO PORTUGUÊS FALADO

Kátia Roseane Cortez dos Santos

Introdução

Para a vertente funcionalista dos estudos da linguagem, a função elementar da linguagem é a comunicação. Diante disso, uma questão nos é colocada: como nos comunicamos? Halliday (2004) defende que nos comunicamos por meio de textos, tanto falados quanto escritos, sendo que “o termo ‘texto’ se refere a qualquer instância da linguagem, de qualquer tamanho, que faz sentido para alguém que sabe a língua em questão” (HALLIDAY, 2004, p. 3, tradução nossa).

No interior da ciência linguística, a depender da corrente teórica à qual o pesquisador se filia e da abordagem adotada por ele, existem diversas maneiras pelas quais um texto pode ser estudado. Nesta pesquisa, o texto é investigado a partir de sua organização.

Uma abordagem teórica coerente com essa posição é fornecida pela Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory* – RST), teoria funcionalista que embasa as análises empreendidas nesta pesquisa. Os pressupostos básicos dessa teoria são os seguintes:

1. textos não são cadeias de orações. Ao invés disso, eles consistem em orações e grupos de orações organizados hierarquicamente que se relacionam entre si de vários modos;
2. essas relações, que podem ser descritas funcionalmente em termos dos propósitos assumidos pelo escritor e de suas suposições, refletem as escolhas do escritor para organizar e apresentar os conceitos;
3. o tipo mais comum de relação é aquele que chamamos de relação núcleo-satélite, na qual uma parte do texto é ancilar à outra. (MANN; THOMPSON, 1987, p. 2, tradução nossa).

Diante disso, este trabalho tem por objetivo investigar uma das relações retóricas que se mantém entre porções textuais e proporciona coerência ao texto: a relação de avaliação. Mais especificamente, buscamos caracterizá-la no que concerne a aspectos formais que podem sinalizá-la e analisar seu funcionamento, considerando aspectos semânticos e discursivos (como a intenção com a qual o falante utiliza tais relações).

A escolha dessa relação se deu devido ao fato de que não existem trabalhos que a abordam especificamente. Ademais, consideramos que, embora as definições fornecidas por Mann e Thompson (1988) e por Carlson e Marcu (2001) apresentem as informações essenciais para identificação das relações, é comum surgirem dúvidas na identificação dessas relações durante o processo de anotação de um *corpus*. A fim de auxiliar nesse processo, este trabalho conjuga às pesquisas em RST o arcabouço teórico da Teoria da Valoração (*Appraisal Theory*).

No que concerne à organização deste artigo, há quatro seções, além desta introdução: fundamentação teórica, em que apresentamos um panorama geral da RST e da Teoria da Valoração; procedimentos metodológicos, em que caracterizamos o *corpus* analisado nesta pesquisa; análise e interpretação dos dados, em que discutimos as ocorrências anotadas, caracterizando a relação retórica investigada; e conclusão, em que tecemos algumas considerações finais sobre os resultados obtidos com a pesquisa. Por último, ainda temos a seção referente à bibliografia utilizada no trabalho.

| Fundamentação teórica

A RST é uma teoria linguística descritiva que busca investigar como um texto é organizado, caracterizando sua estrutura em termos das relações mantidas entre suas partes (MANN; THOMPSON, 1988). Tais relações são chamadas de “proposições relacionais” (MANN, THOMPSON, 1983), “relações discursivas”, “relações de coerência” ou “relações retóricas” (TABOADA, 2009).

Mann e Thompson (1988) apresentam quatro elementos que constituem a RST, independentemente da língua analisada ou dos tipos de texto em que a teoria é aplicada: 1) relações; 2) esquemas; 3) aplicações dos esquemas e 4) estrutura. Destes, destacamos o primeiro e o segundo.

No que diz respeito às relações estabelecidas entre as partes de um texto (duas ou mais porções, chamadas de núcleo e satélite), quatro aspectos são considerados em sua definição: 1) restrições sobre o núcleo; 2) restrições sobre o satélite; 3) restrições sobre a combinação do núcleo e do satélite e 4) efeito (intenção do produtor). Segundo Taboada e Mann (2006), as definições das relações são baseadas em critérios funcionais e semânticos, não em marcações morfológicas ou sintáticas, uma vez que não é possível afirmar a existência de uma marcação totalmente confiável e não ambígua para nenhuma relação retórica. Vejamos dois exemplos de relações:

Quadro 1 – Restrições das relações retóricas de avaliação e de interpretação.
Em que S = Satélite; N = Núcleo; A = Autor(a); L = Leitor(a)

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção do A
Avaliação	Nenhuma	S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído
Interpretação	Nenhuma	S relaciona N com várias ideias que não se encontram diretamente relacionadas com N, e que não estão relacionadas com a atitude positiva de A	L reconhece que S relaciona N com várias ideias que não se encontram relacionadas com o conhecimento apresentado em N

Fonte: Extraído do site da RST¹⁴

14 Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>

Em um primeiro momento, foi estabelecida por Mann e Thompson (1988) uma lista contendo 24 relações¹⁵, conhecida por “rol clássico”. Atualmente, está disponível no *site* da RST uma versão estendida do rol clássico, contendo 32 relações, que tem se mostrado suficiente para a anotação retórica de grande parte dos textos já investigados, embora novas relações possam ser acrescentadas à medida que novas descobertas vão sendo feitas na área. Tal fato pode ser observado, por exemplo, na lista elaborada por Carlson e Marcu (2001), que apresenta 136 relações retóricas.

Além das relações retóricas, outro elemento que faz parte da RST são os esquemas, os quais definem o arranjo estrutural de um texto, uma vez que são constituídos a partir das relações retóricas e especificam como as porções textuais estão organizadas (MANN; THOMPSON, 1988). Existem dois tipos de esquemas (derivados de um dos subsistemas propostos por Halliday, o sistema tático): os que representam as relações do tipo núcleo-satélite (hipotáticas); e os que representam as relações multinucleares (paratáticas). No primeiro caso, uma porção de texto é ancilar à outra; já no segundo grupo, ambas as porções apresentam o mesmo estatuto:



Figura 1 – Esquema de relação núcleo-satélite

Fonte: Adaptado de Mann e Thompson (1988)

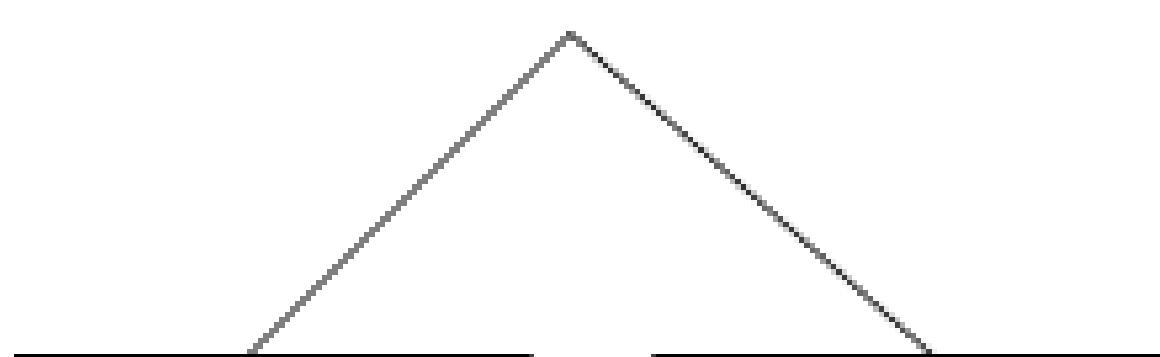


Figura 2 – Esquema de relação multinuclear

Fonte: Adaptado de Mann e Thompson (1988)

15 Há 23 relações propriamente ditas e 1 esquema: junção (TABOADA; MANN, 2006).

Na descrição da relação retórica de avaliação também utilizou-se a Teoria da Valoração (*Appraisal Theory*), a qual se situa no quadro da Linguística Sistêmico-Funcional (*Systemic Functional Linguistics* – SFL), tendo sido desenvolvida em princípio no campo da educação e do letramento na Austrália.

Quanto à sua organização, a teoria está dividida em três grandes domínios semânticos: Atitude, Engajamento (também traduzido como “Comprometimento”, cf. DIAS; MOURA, 2011) e Gradação. Dado que, para os propósitos desta pesquisa, foram utilizadas na análise da relação retórica de avaliação apenas as considerações pertinentes ao primeiro domínio, a seguir nos limitamos a apresentar uma breve explicação sobre esse domínio apenas.

Segundo White (2001), o domínio da Atitude abrange os meios pelos quais os falantes atribuem valor intersubjetivo ou avaliação a participantes, tanto a partir de emoções individuais quanto de sistemas de valor culturalmente determinados. Assim, o domínio da Atitude se subdivide em: Afeto, a avaliação a partir da emoção; Julgamento, a avaliação de um comportamento humano com referência a normas sociais; e Apreciação, a avaliação de objetos no que concerne a princípios estéticos e a outros sistemas de valor social.

No que concerne ao Afeto, White (2001) indica três formas pelas quais esse subsistema tipicamente se realiza: processos mentais de reação (“isso me agrada”, “eu odeio chocolate” etc.); por meio de atribuições (“estou feliz”, “estou triste”, “ela está orgulhosa de suas conquistas”, “ele está assustado pelas aranhas” etc.); e por nominalizações e substantivos (“o medo dele era óbvio a todos”).

Em relação ao subsistema Julgamento, o autor aponta que as avaliações se estabelecem com relação a regras e regulamentos ou a expectativas mais ou menos definidas de comportamento social. Assim, pode-se julgar um comportamento como moral/imoral, legal/

ilegal, socialmente aceitável/inaceitável, normal/anormal etc. As avaliações de julgamento são, ainda, classificadas em duas grandes categorias, com cinco subtipos. A primeira categoria é a sanção social, que envolve regras mais ou menos explicitamente codificadas culturalmente, sendo que tais regras podem estar ligadas ao campo da legalidade ou da moralidade. Já a segunda categoria, estima social, envolve avaliações que elevam ou rebaixam a estima de um indivíduo em dada comunidade, não tendo implicações legais ou morais.

Por fim, o último subsistema do domínio da Atitude é a Apreciação. Diferentemente do Julgamento, que avalia comportamentos, a Apreciação geralmente avalia textos, construtos mais abstratos, como planos e políticas, bem como objetos, sejam eles naturais ou produzidos por seres humanos. Estes também podem ser apreciados, mas quando vistos como entidades (“uma mulher bonita”, “uma figura crucial”) (WHITE, 2001). De acordo com Dias e Moura (2011, p. 193), na Apreciação, “a subjetividade envolvida dos participantes é muito menos diretamente representada e muito mais depreendida do contexto”. Além disso, nesse subtipo da Atitude também encontramos subclassificações: reação, composição e valor. Nas palavras de White (2004, p. 191),

A abordagem da valoração subdivide a Apreciação em três tipos: avaliações que se referem a como reagimos às coisas (elas chamam nossa atenção? Elas nos agradam?), sua composição (equilíbrio e complexidade), e seu valor (se elas são inovadoras, autênticas, eficazes, saudáveis, relevantes, importantes, significativas, etc.).

Diante do que foi discutido nesta seção, pudemos compreender de maneira geral o funcionamento da RST e da Teoria da Valoração e como elas são ferramentas pertinentes às análises empreendidas neste capítulo.

| **Corpus**

O *corpus* desta pesquisa é constituído de cinco elocuições formais do gênero aula – três aulas do ensino superior (disciplinas de Matemática, Farmácia e Psicologia) e duas aulas de curso preparatório para o exame vestibular (disciplinas de Biologia e Geografia) – e de dez entrevistas. Tais textos foram coletados e transcritos pelo Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (Funcpar). Tanto no caso das elocuições formais quanto no caso das entrevistas, os informantes são professores de uma universidade no noroeste do Paraná. Dessa forma, além de serem falantes da norma culta do português, também estão em uma situação de interação em que predomina um certo grau de formalidade.

| **Análise e interpretação dos dados**

De acordo com Mann e Thompson (1988), a relação retórica de avaliação se estabelece quando uma porção de texto apresenta uma atitude positiva do falante frente à outra porção. É importante ressaltar que, nos estudos em RST, a expressão *atitude positiva*, utilizada na definição de diversas outras relações retóricas, não está relacionada ao campo semântico do bom/ruim, mas sim à forma como o falante/ouvinte se posiciona frente a um enunciado.

No quadro a seguir, apresentamos a definição da relação de avaliação na perspectiva desses autores:

Quadro 2 – Definição da relação de avaliação.

S = Satélite; N = Núcleo; A = Autor(a); L = Leitor(a)

Nome da relação	Condições em S ou N, individualmente	Condições em N + S	Intenção de A
Avaliação	Nenhuma	Em N + S: S relaciona N com um grau de atitude positiva de A face a N	L reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído

Fonte: Site da RST¹⁶

Carlson e Marcu (2001) ampliam essa definição e consideram que, nesse tipo de relação, uma porção de texto avalia outra, considerando uma escala entre bom e ruim, sendo que “uma avaliação pode ser uma estimativa de valor, uma classificação, uma interpretação ou um julgamento de uma situação”. A avaliação pode ser “o ponto de vista do escritor [falante] ou de outro agente no texto” (CARLSON; MARCU, 2001, p. 57). Nesta pesquisa, utilizamos a definição desses autores, por entender que ela fornece mais detalhes sobre a relação.

A seguir, apresentamos as análises empreendidas considerando os seguintes parâmetros: categoria do item avaliador, elementos presentes na avaliação, organização da relação, posição da unidade avaliadora e classificação de acordo com a Teoria da Valoração.

Sobre o primeiro parâmetro, constatou-se que elemento avaliador mais frequente do *corpus* é o adjetivo, que teve uma frequência de 77%, como podemos verificar no quadro a seguir:

16 Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>

Quadro 3 – Categoria do item avaliador da relação de avaliação

CATEGORIA DO ITEM AVALIADOR	N	%
Adjetivo	79	77
Substantivo	12	12
Interjeição	8	8
Advérbio	1	1
Verbo	2	2
Total	102	100

Fonte: Elaboração própria

Bechara (2009 [1999], p. 142, grifos do autor) define o adjetivo como “a classe de lexema que se caracteriza por constituir a *delimitação*, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado”. Neves (2011 [2000], p. 173, grifo da autora), por sua vez, expõe que “os adjetivos são usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um **substantivo**”. Ela ainda acrescenta que essa atribuição funciona de dois modos: a) qualificando (o que Bechara entende como a delimitação de um aspecto do substantivo); b) subcategorizando (o que Bechara entende como a delimitação de uma parte do substantivo).

Neste trabalho, dada a natureza geral da relação de avaliação – atribuir valor positivo ou negativo a algo –, todos os adjetivos encontrados no *corpus* foram do tipo qualificador, ou seja, apresentavam um aspecto, uma qualidade, relacionado ao que era avaliado. Também é preciso acrescentar que, embora os autores citados falem em características atribuídas a um substantivo, neste trabalho, estamos ampliando essa consideração, já que a porção de

texto que contém o adjetivo avalia uma outra porção de texto, não necessariamente um substantivo.

A seguir, podemos observar uma ocorrência com o adjetivo *legal*:

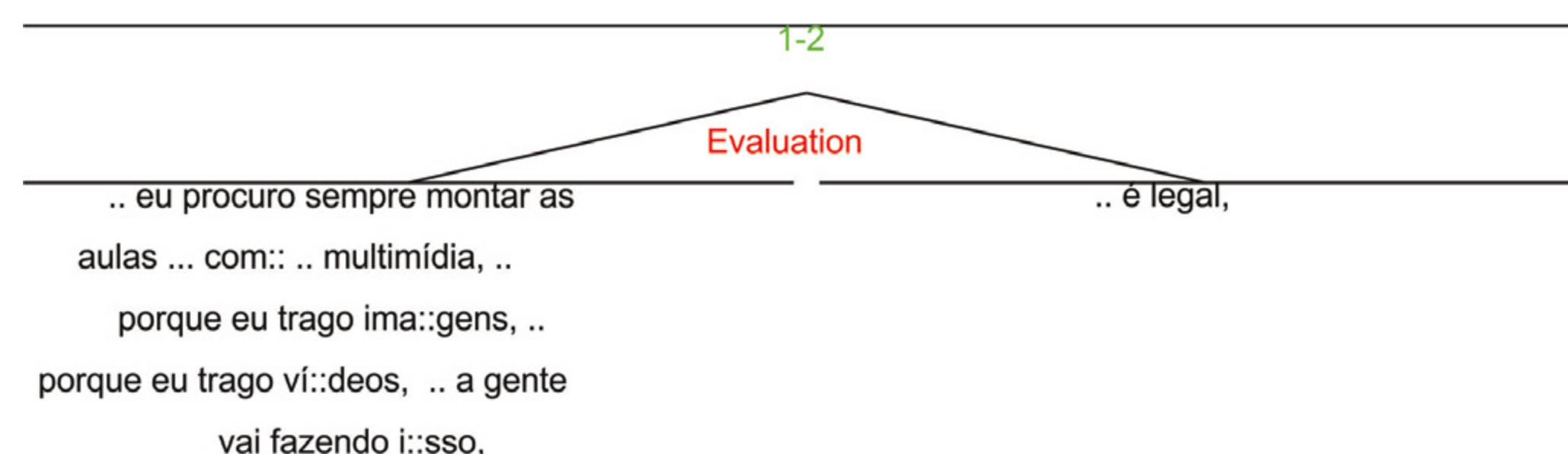


Diagrama 1 – Avaliação – Ocorrência (01) [AULABIOLOGIA]

Fonte: Elaboração própria

No processo de análise das ocorrências de avaliação encontradas no *corpus*, realizamos uma descrição simplificada da estrutura morfossintática da porção avaliativa. Sobre essa estrutura, gostaríamos de chamar a atenção para três elementos que surgiram algumas vezes: o verbo *achar*, o verbo *olhar* e os vocativos. A seguir temos um quadro que explicita a frequência com que esses elementos estiveram presentes na relação de avaliação:

Quadro 4 – Elementos presentes na avaliação

ELEMENTO PRESENTE NA AVALIAÇÃO	N	%
Achar	7	7
Olhar	7	7
Vocativo	9	9
Total*	102	100

*Total referente a todas as ocorrências da relação de avaliação

Fonte: Elaboração própria

Sobre o verbo *achar*, destacamos seu importante papel na expressão da subjetividade no que concerne à relação retórica de avaliação. Lembrando que estamos utilizando aqui a concepção de subjetividade como expressão das atitudes do falante, a qual se

constrói a partir de operações linguísticas, e não de subjetividade como algo inerente à linguagem. A seguir, podemos observar um exemplo de ocorrência com esse verbo.

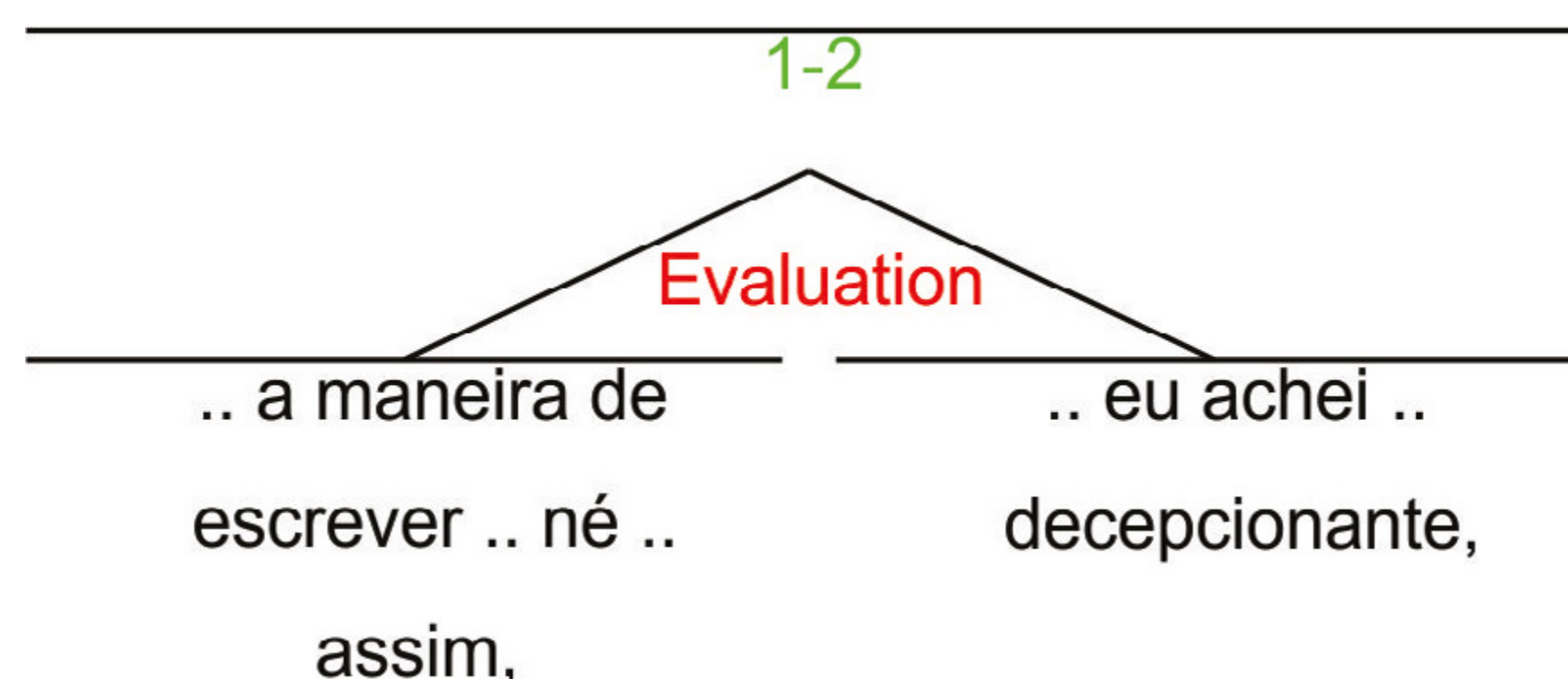


Diagrama 2 – Avaliação – Ocorrência (02) [AULAMATEMÁTICA]

Fonte: Elaboração própria

No diagrama 2, o professor avalia negativamente a maneira como os alunos escreveram suas respostas na prova, considerando-a decepcionante. Nesse caso, o uso de *achar* é importante porque reforça a subjetividade da avaliação: além de utilizar um adjetivo para avaliar, o professor ainda modaliza seu discurso, uma vez que, segundo Neves (2016 [2006], p. 167), um dos meios de expressão da modalidade é o uso de “verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber”, como é o caso do verbo *achar*.

No que concerne ao verbo *olhar*, é importante mencionar que ele foi utilizado no modo imperativo (“olha”) em todas as ocorrências¹⁷. Dito isso, podemos analisá-lo levando em consideração tanto a subjetividade quanto a intersubjetividade. Seu uso é intersubjetivo – partindo da perspectiva de Traugott (1982, 2003, 2010) –, porque o falante o utiliza como um recurso para chamar a atenção do ouvinte; mas também é subjetivo, se nos lembrarmos do que dizia Bréal (1992 [1987]) sobre o modo imperativo: é aquele em que o elemento subjetivo mais fortemente se evidencia, pois conjuga a ideia da ação

¹⁷ Na ocorrência “... nós temos características dos nossos pais e características das .. nossas mães. / .. somos uma mistura, /.. ó que bonitinho”, estamos considerando a forma “ó” como equivalente à forma “olha”.

e a ideia da vontade do falante. No entanto, vale ressaltar que a intersubjetividade de *olhar* só é possível justamente porque esse significado imperativo é esvaziado, isto é, semanticamente, a forma “olha” perde seu sentido de “veja algo” e passa a ser um recurso interacional.

No diagrama a seguir, podemos observar esse uso subjetivo/ intersubjetivo do verbo *olhar*, o qual é utilizado para captar a atenção dos alunos, fazendo com que eles se concentrem em ouvir a história que será contada a seguir.

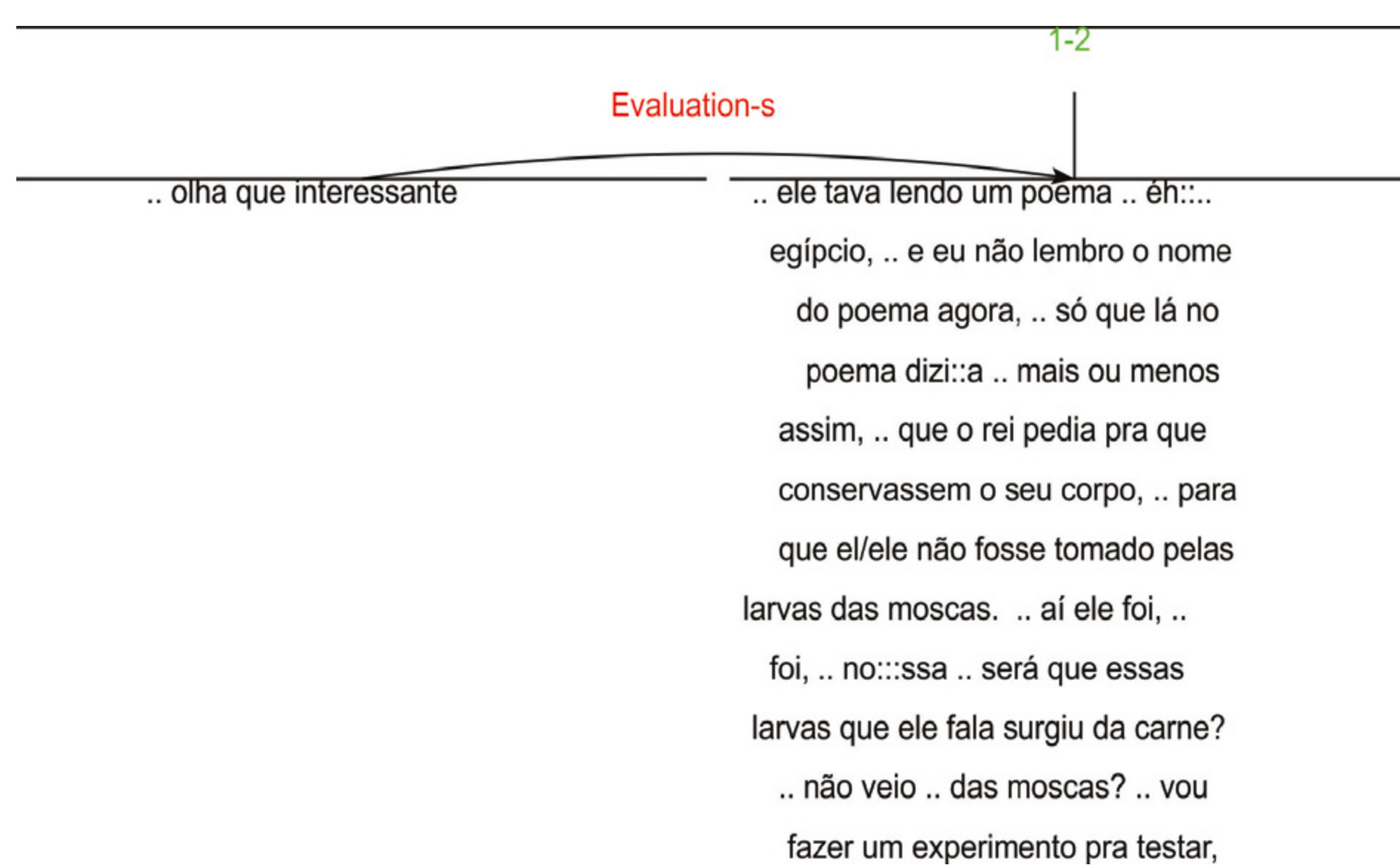


Diagrama 3 – Avaliação – Ocorrência (03) [AULABIOLOGIA]

Fonte: Elaboração própria

Por fim, é possível afirmar que o uso do vocativo também é intersubjetivo, já que esse elemento “cumpre uma função apelativa de 2ª pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos” (BECHARA, 2009 [1999], p. 460). No diagrama a seguir, embora o professor esteja simulando uma fala que poderia ser feita por um aluno, ainda assim temos um recurso linguístico intersubjetivo, pois o vocativo é utilizado em direção ao interlocutor (nesse caso, o professor).

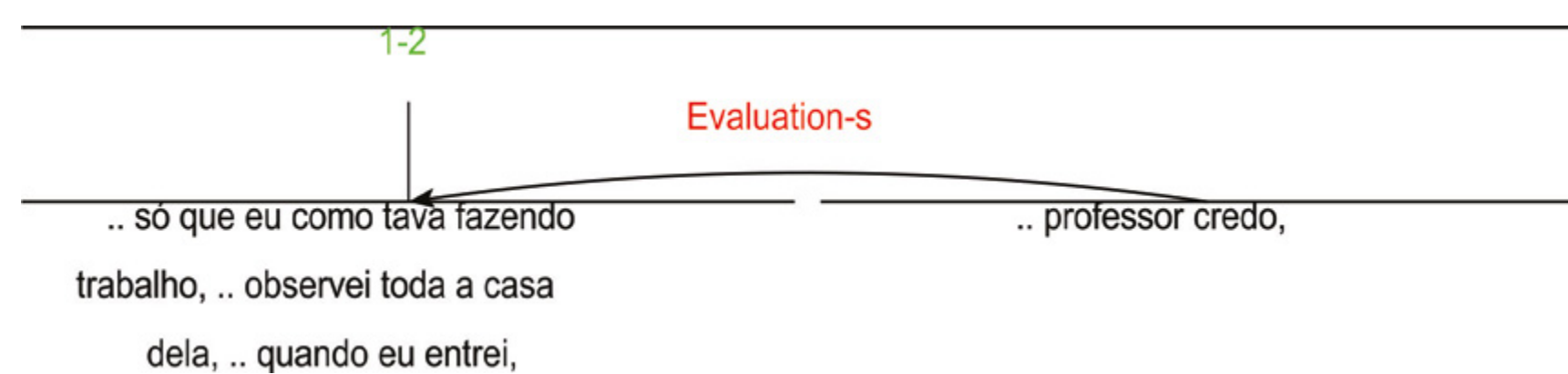


Diagrama 4 – Avaliação – Ocorrência (04) [AULAGEOGRAFIA]

Fonte: Elaboração própria

Outro aspecto observado no que diz respeito à relação retórica de avaliação é sua organização, uma vez que, segundo Carlson e Marcu (2001), a relação pode se estabelecer de forma multinuclear ou na forma núcleo-satélite, com a unidade avaliativa podendo estar tanto no núcleo quanto no satélite. Este último tipo de organização foi o mais frequente, seguido da relação multinuclear, como é possível verificar no quadro a seguir:

Quadro 5 – Organização da relação de avaliação

ORGANIZAÇÃO	N	%
Núcleo-satélite (satélite)	48	47
Multinuclear	45	44
Núcleo-satélite (núcleo)	9	9
Total	102	100

Fonte: Elaboração própria

A partir do quadro 5, é possível perceber que não há grande disparidade na frequência da organização do tipo núcleo-satélite (satélite) e do tipo multinuclear. Atribuímos esse resultado ao fato de que normalmente a avaliação não é o foco principal da mensagem comunicada pelo falante, se considerarmos os contextos de aula e de entrevista cuja temática é a discussão sobre um artigo acadêmico escrito pelo entrevistado. Nessas situações comunicativas, geralmente é mais importante a transmissão de um dado conteúdo informacional, seja para ensinar algo aos alunos ou para esclarecer alguma dúvida do entrevistador sobre a forma ou sobre o conteúdo de

um artigo. Assim, caso o *corpus* de nossa pesquisa fosse constituído por outros gêneros, como resenhas de produtos ou de serviços, é possível que os dados revelassem a porção avaliativa como núcleo da relação núcleo-satélite em grande parte dos casos.

Em relação à posição da unidade avaliadora, esta pode ocorrer tanto antes (catafórica) quanto depois (anafórica), embora esta última seja a posição mais frequente, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 6 – Posição da unidade avaliadora da relação de avaliação

POSIÇÃO	N	%
Anafórica	86	84
Catafórica	16	16
Total	102	100

Fonte: Elaboração própria

Todas as ocorrências apresentadas até o momento nesta seção são anafóricas. Vejamos a seguir um exemplo de ocorrência em que a avaliação ocupa a posição catafórica, uma vez que o falante anuncia ser interessante o fato que ele ainda está por relatar:

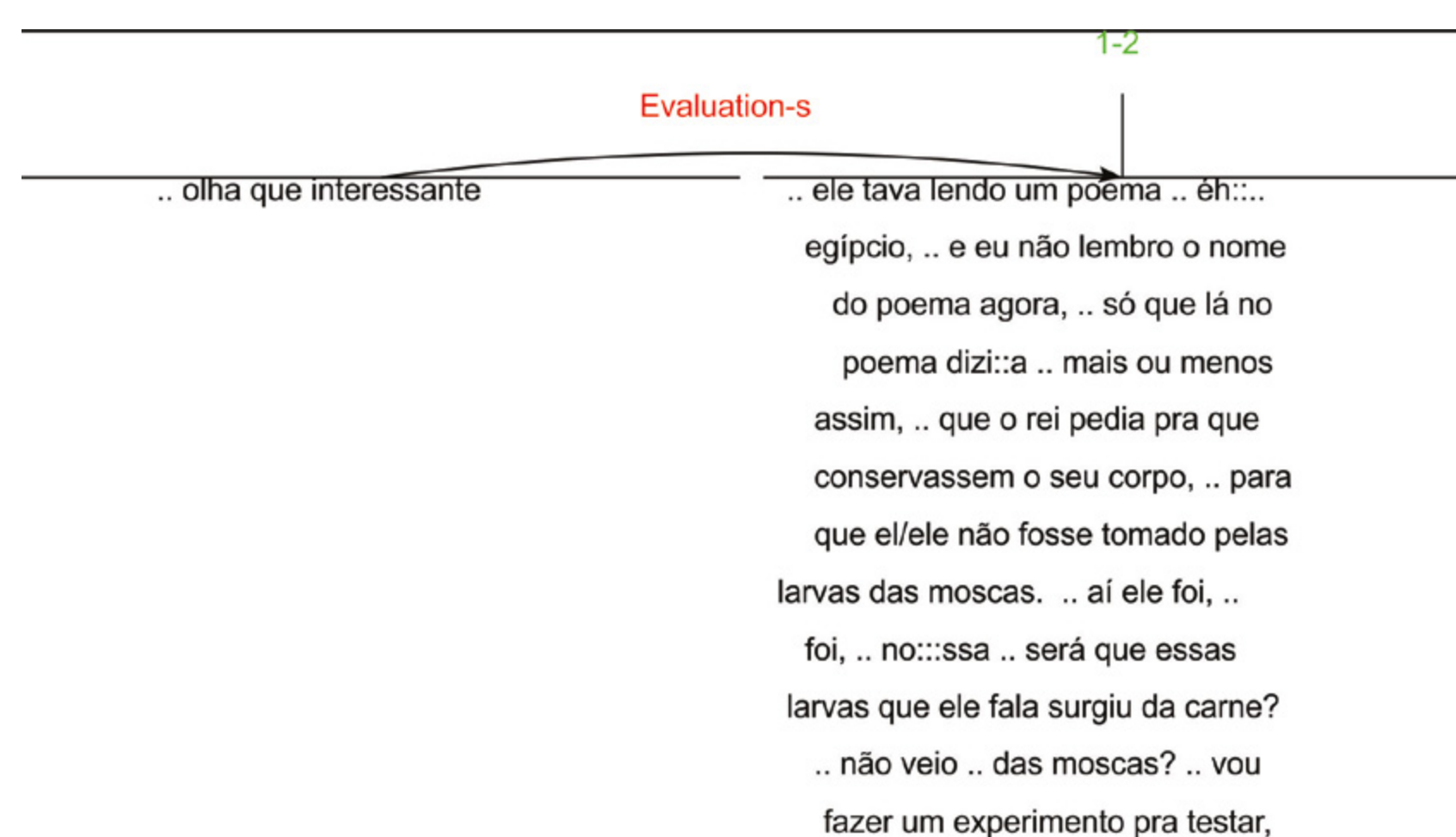


Diagrama 5 – Avaliação – Ocorrência (05) [AULABIOLOGIA]

Fonte: Elaboração própria

Para encerrarmos nossa investigação sobre a relação retórica de avaliação, optamos por incluir no arcabouço teórico desta pesquisa a Teoria da Valoração, a qual tem por objetivo analisar como o falante expressa suas atitudes e perspectivas frente a determinado evento, pessoa ou objeto, avaliando-os.

A seguir, apresentamos um quadro com todas as ocorrências da relação de avaliação classificadas de acordo com o campo da Atitude:

Quadro 7 – Classificação da relação de avaliação na Teoria da Valoração

CLASSIFICAÇÃO	N	%
Apreciação: valor social: positivo	46	45
Apreciação: valor social: negativo	20	20
Apreciação: reação: impacto: positivo	9	9
Julgamento: sanção social: propriedade: positivo	9	9
Apreciação: reação: qualidade: positivo	6	6
Apreciação: reação: impacto: negativo	5	4
Apreciação: reação: qualidade: negativo	2	2
Apreciação: composição: complexidade: positivo	2	2
Afeto: negativo	2	2
Julgamento: estima social: capacidade: negativo	1	1
Total	102	100

Fonte: Elaboração própria

Os dois tipos de avaliação mais frequentes em nosso *corpus* foram aqueles que dizem respeito à avaliação de textos e de construtos mais abstratos, como ideias, focalizando seu valor social, tanto positivo quanto negativo: 45% das ocorrências foram do tipo apreciação: valor social: positivo e 20% foram do tipo apreciação: valor social: negativo. A seguir, podemos observar duas ocorrências que exemplificam esse tipo de avaliação.

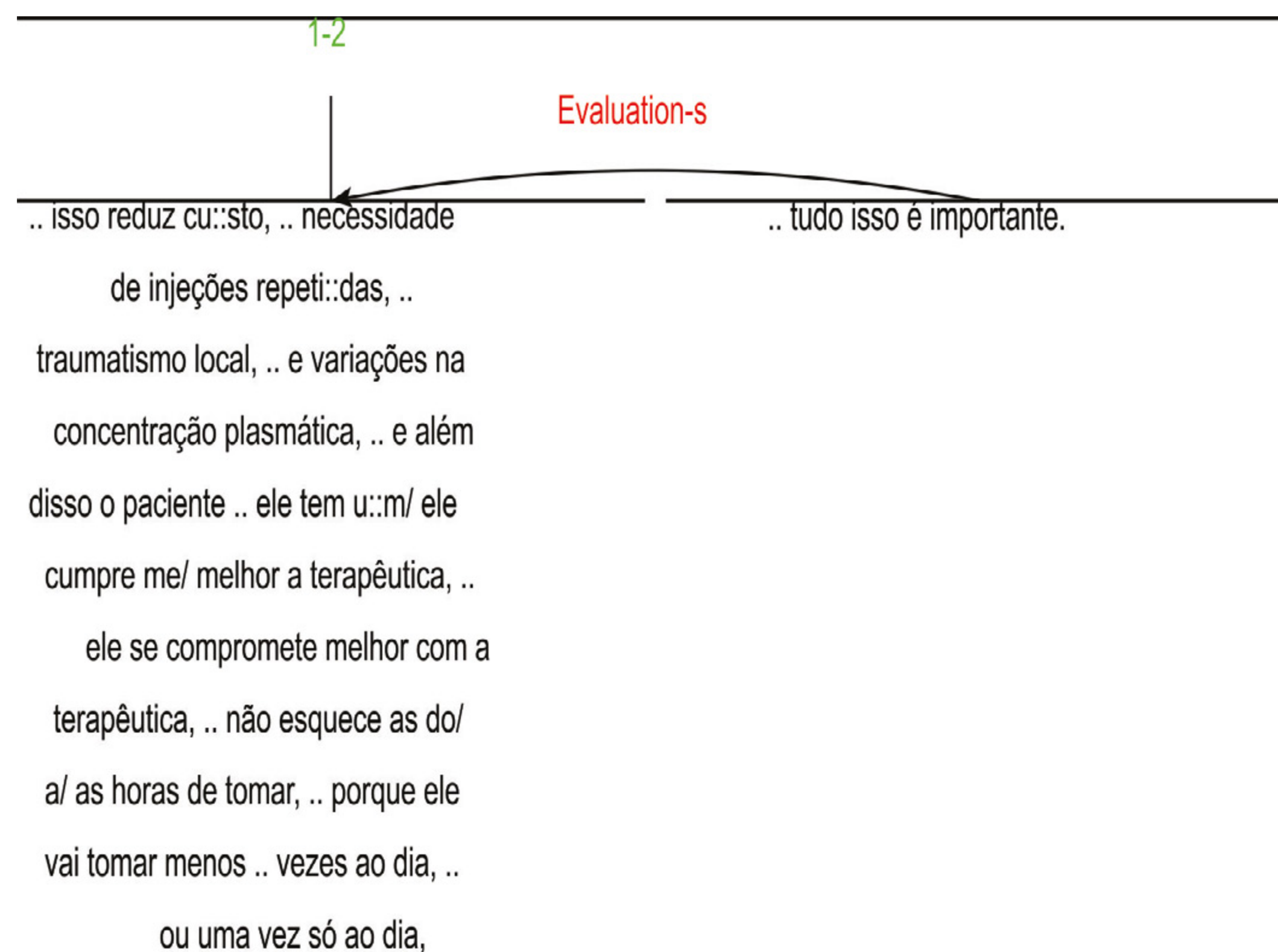


Diagrama 6 – Avaliação – Ocorrência (06) [AULAFARMÁCIA]

Fonte: Elaboração própria

No diagrama 6, o professor de Farmácia discorre sobre as vantagens de se preparar uma suspensão, como é o caso do antibiótico benzetacil, que tem ação prologada no organismo. Dessa forma, o professor afirma que esse tipo de preparação traz vários benefícios, como a redução da necessidade de injeções repetidas e melhora no comprometimento do paciente em tomar o medicamento. O falante fecha sua fala avaliando que todos esses fatores são importantes de serem considerados quando se pensa em soluções na área farmacêutica. Portanto, tal avaliação é positiva e está baseada em valores socialmente construídos a respeito do que significa algo ser importante e para quem esse algo é importante. Como aponta White (2001, p. 14, tradução nossa¹⁸),

18 No original: "This domain is very closely tied to field in that the social valuation of one field will not be applicable or relevant in another. Thus we would expect that the set of social values which have currency in, for example, the visual arts, might not have extensive application in the world of politics."

[...] esse domínio está fortemente ligado ao campo, sendo que a valoração social de um campo não será aplicável ou relevante em outro. Assim, é esperado que o conjunto de valores sociais que funcionam, por exemplo, nas artes visuais, possa não ter uma aplicação estendida no mundo da política. [...]

No diagrama 7, disposto a seguir, também temos um caso de avaliação do tipo apreciação: valor social, porém se trata de uma apreciação negativa, uma vez que o falante classifica como sendo um problema a construção de um “álcoolduto” no porto de Paranaguá.

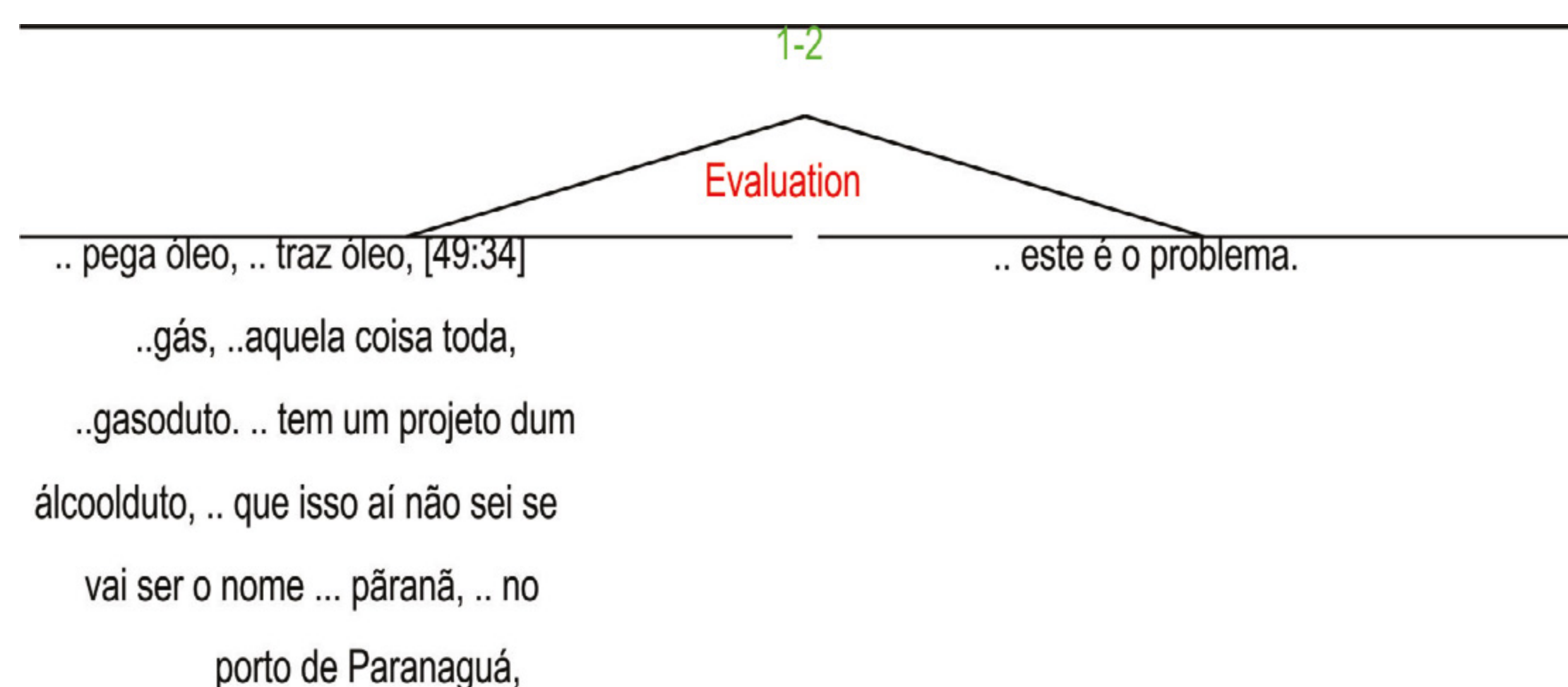


Diagrama 7 – Avaliação – Ocorrência (07) [AULAGEOGRAFIA]

Fonte: Elaboração própria

Se somarmos todas as avaliações do tipo apreciação (independentemente de suas subclassificações), temos uma porcentagem de 88% do total de ocorrências. Essa alta frequência pode ser explicada considerando os gêneros que compõem o nosso *corpus* e a temática de que tratam. Isso porque, em um texto do gênero aula, é esperado que os itens avaliados sejam textos, ideias, procedimentos etc.; não se espera que o foco da aula seja o julgamento de comportamentos humanos ou a expressão por parte do professor de como determinado evento o afeta emocionalmente. O mesmo pode ser dito a respeito da entrevista, embora nesse caso seja preciso levar em conta a especificidade da temática abordada nas entrevistas que compõem o *corpus*: os entrevistados são convidados a falar sobre um artigo acadêmico que publicaram em suas respectivas áreas.

Finalizadas as análises a respeito da relação retórica de avaliação, considerando o *corpus* selecionado, chegamos aos seguintes resultados principais: na relação de avaliação, uma porção de texto avalia outra porção em uma escala entre bom e ruim; na maior parte dos casos a avaliação foi feita por meio de adjetivos qualificadores; a avaliação ocupou tanto a posição anafórica quanto catafórica; e a grande maioria das avaliações foram do tipo apreciação, uma vez que o falante avaliava textos, ideias, construtos mais abstratos, de acordo com valores sociais ou princípios estéticos.

| Conclusão

O objetivo deste trabalho foi apresentar resultados de uma investigação a respeito da relação retórica da avaliação. Acreditamos que, ao fim da investigação, conseguimos caracterizar tal relação no que concerne a aspectos formais que podem sinalizá-la e analisar seu funcionamento, considerando aspectos semânticos e discursivos (como a intenção com a qual o falante utiliza tais relações) e a especificidade do *corpus* escolhido para o estudo.

A seguir, apresentamos um quadro que sistematiza os resultados alcançados com esta investigação:

Quadro 8 – Aspectos funcionais e formais das relações retóricas investigadas

RELAÇÃO	ASPECTOS FUNCIONAIS	ASPECTOS FORMAIS
Avaliação	<ul style="list-style-type: none">- Uma porção de texto avalia outra porção em uma escala entre bom e ruim.- Pode ser tanto do tipo núcleo-satélite (com a avaliação ocorrendo no núcleo ou no satélite) quanto do tipo multinuclear, sendo que a avaliação do tipo núcleo-satélite (núcleo) foi a que menos esteve presente.- Pode ser do tipo apreciação, julgamento ou afeto, sendo que o primeiro tipo foi o mais frequente.	<ul style="list-style-type: none">- A avaliação foi feita por meio de adjetivos qualificadores, substantivos abstratos, interjeições, advérbios afetivos e verbos de atitude sentimental. Dentre essas marcas, os adjetivos estiveram presentes com maior frequência.- A avaliação ocupou tanto a posição catafórica quanto anafórica, mas com uma significativa predominância nesta última.

Fonte: Elaboração própria

Ao final desta jornada investigativa, esperamos que as descobertas efetuadas possam contribuir para os estudiosos que trabalham com a RST, facilitando o processo de anotação de textos. De forma mais ampla, também buscamos cooperar com os estudos sobre a linguagem que focalizam a questão da subjetividade e da avaliação. Por fim, apontamos para a necessidade de mais pesquisas que possam aprofundar o tema e investigá-lo a partir de outros ângulos e em outros tipos de textos, como na modalidade escrita do português.

Referências

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Nacional, 2009 [1999].

BRÉAL, M. **Ensaio de Semântica**. Tradução F. Aída *et alii*. São Paulo: Pontes/Educ, 1992.

CARLSON, L.; MARCU, D. **Discourse Tagging Reference Manual**. 2001. Disponível em: <ftp://128.9.176.20/isi-pubs/tr-545.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

DIAS, N. B.; MOURA, M. Z. A avaliação na oração matriz e no segmento A. **Veredas on-line**, Atemática, p. 191-205, 2011.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Relational propositions in Discourse**. ISI/RR-83-115, 1983.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical Structure Theory: a framework for the analysis of texts**. ISI/RS-87-185, 1987.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MARTIN J. R.; WHITE P. R. R. **The language of evaluation: appraisal in English**. London: Palgrave/Macmillan, 2005.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011 [2000].

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016 [2006].

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. *In*: RENKEMA, J. (ed). **Discourse, of course**. Amsterdam: John Benjamin, 2009. p. 127-140.

TABOADA, M.; MANN, W. C. **Rhetorical Structure Theory: looking back and moving ahead.** 2006. Disponível em: https://www.sfu.ca/~mtaboada/.../Taboada_Mann_RST_Part1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2017.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. *In*: CUYCKENS, H.; DAVIDSE, K.; VANDELOTTE, L. (ed.). **Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization.** Berlim: Mouton de Gruyter, 2010. p. 29-71.

TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings: Some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. *In*: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (ed.). **Perspectives on Historical Linguistics** (Current Issues in Linguistic Theory 24.). Amsterdam: Benjamins, 1982. p. 245-271.

TRAUGOTT, E. C. From subjectification to intersubjectification. *In*: HICKEY, R. (ed.). **Motives for Language Change.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 124-139.

WHITE, P. R. R. **An introductory tour through appraisal theory.** 2001. Disponível em: <http://www.grammatics.com/appraisal/appraisaloutline/appraisaloutlinewpfiles.html>. Acesso em: 14 maio 2017.

WHITE, P. R. R. **Telling Media Tales: the News Story As Rhetoric.** 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Sydney, Sydney, 1998.

WHITE, P. R. R. Valoração: a linguagem da avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 178-205, 2004. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0403/040308.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2017.

A IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL PARA A DEFINIÇÃO DA SUPERESTRUTURA DE TEXTOS DO GÊNERO CARTA ABERTA EM CONTEXTO DE AVALIAÇÃO

Sâmia Leticia Cardoso dos Santos
Juliano Desiderato Antonio

Introdução

Dentre os vários fatores que podem ser apontados como responsáveis pelo estabelecimento da coerência de um texto, este trabalho toma como objeto a capacidade que os falantes têm de sumarizar seu conteúdo por meio de seus tópicos principais. Nas palavras de van Dijk (1980, p. 40-41, tradução nossa, grifos do autor), “esperamos que o discurso seja organizado *em torno de um ‘núcleo’ semântico que intuitivamente chamamos de tema ou tópico*”¹⁹. Para van Dijk (1980), os tópicos discursivos são propriedades do sentido global do texto, necessárias para que o texto seja globalmente coerente.

Segundo Irukieta *et al.* (2015), alguns termos têm sido utilizados para nomear a síntese do sentido global do texto: declaração da tese (BURSTEIN *et al.*, 2001), proposição central (PARDO *et al.*, 2003), subconstituente central (EGG; REDEKER, 2010), unidade central (STEDE, 2008). Como este trabalho está embasado na *Rhetorical Structure Theory* (doravante RST), mesmo modelo teórico-metodológico utilizado no estudo de Stede (2008), optou-se por utilizar o termo “unidade central” (doravante UC).

19 No original: “we expect that the discourse be organized *around* a semantic ‘core’ that we intuitively call a theme or topic” (grifos do autor).

Na perspectiva da RST, a nuclearidade é um princípio organizador da coerência discursiva. Dessa forma, a detecção da UC focaliza a porção de informação mais essencial e relevante, o núcleo com o qual todas as outras porções textuais estão relacionadas. O conceito de coerência discursiva adotado neste trabalho é o de van Dijk (1980): uma propriedade que se aplica não apenas às sentenças adjacentes, mas também ao nível global do texto.

Em termos metodológicos, para a RST, de acordo com Iruskietia *et al.* (2015, p. 88, tradução nossa), a detecção da unidade central (doravante UC) de um texto é um passo essencial na anotação das relações retóricas, uma vez que “um maior grau de concordância com relação à unidade central leva a um maior grau de concordância nas relações retóricas ligadas à unidade central”²⁰. Em termos acadêmicos, o estudo da UC pode trazer benefícios para o ensino de produção textual. Textos desenvolvidos conscientemente a partir de uma UC tendem a ser mais organizados e ser melhor avaliados em contextos de avaliação como o requerido pelo vestibular, por exemplo.

Para tratar desse tema, este trabalho tem como objetivo investigar os critérios utilizados na identificação da UC utilizados por anotadores com conhecimento da RST. Pretende-se também demonstrar que a identificação da UC é essencial para se descrever a estrutura retórica do gênero analisado neste estudo. O corpus de análise é formado por 100 textos do gênero carta aberta produzidos por candidatos do Processo de Avaliação Seriada da Universidade Estadual de Maringá (PAS-UEM).

20 No original: “a greater degree of agreement with regard to the central unit leads to a greater degree of agreement in rhetorical relations linked to the central unit”.

21 O PAS-UEM é destinado unicamente a alunos matriculados no Ensino Médio, e as provas são realizadas ao final de cada série. Dessa forma, ao término do Ensino Médio, os estudantes já terão realizado três avaliações.

| Fundamentação teórica

A RST

De acordo com Matthiessen (2005), a RST surgiu das pesquisas relacionadas ao estudo da organização textual tendo em vista a geração automática de textos. A RST tem como principal pressuposto o fato de que as orações de um texto veiculam mais do que apenas conteúdo proposicional explícito. Da combinação entre as orações e as partes de um texto surgem proposições implícitas, as chamadas “proposições relacionais”, que recebem outros rótulos como “relações retóricas”, “relações discursivas”, “relações de coerência” (TABOADA, 2009, p. 127).

Uma lista de 32 relações pode ser encontrada no *website* da teoria: www.sfu.ca/rst. No entanto, como apontam Mann e Thompson (1988), essa lista não representa um rol fechado e mais relações podem ser acrescentadas. Carlson e Marcu (2001), por exemplo, propuseram uma lista com 136 relações, algumas das quais serão utilizadas neste trabalho.

Mann e Thompson (1983) destacam que as proposições relacionais são de sentido, e não de forma, ou seja, não é mandatório explicitar as relações por meio de conectores. Assim, para identificar as relações, parâmetros funcionais e semânticos devem ser utilizados pelo analista na tentativa de identificar a função de cada parte do texto de acordo com o possível efeito no destinatário interlocutor, calculado/planejado/desejado pelo produtor do texto. De acordo com os autores fundadores da teoria (MANN; THOMPSON, 1988), esse tipo de análise é de plausibilidade, isto é, embora o analista possa ter conhecimento das condições de produção do texto, falta-lhe conhecimento do estatuto das informações na mente do falante. Dessa forma, a análise não deve ser categórica a ponto de se afirmar que uma determinada relação é absolutamente a que o produtor

do texto teve como intenção utilizar, mas sim a relação plausível naquele contexto.

Em termos de organização, as relações podem ser de dois tipos:

a) núcleo-satélite, nas quais uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo), como na figura 1 a seguir, em que um arco vai da porção que serve de subsídio para a porção que funciona como núcleo.

b) multinucleares, nas quais uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto, como na figura 2 a seguir.

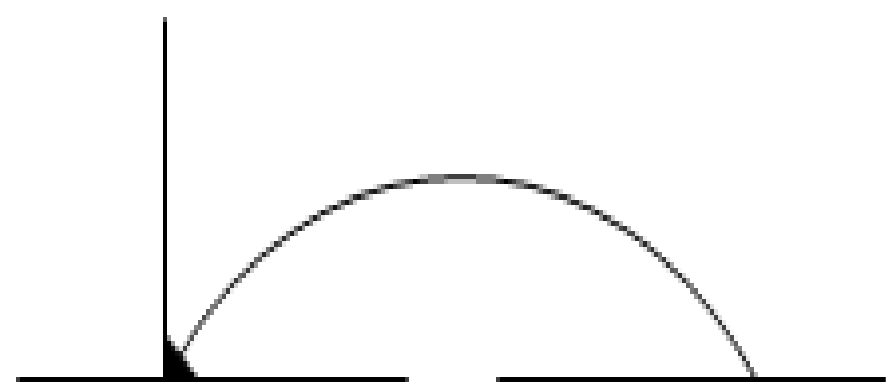


Figura 1 – Relação núcleo-satélite

Fonte: Mann e Thompson (1988)

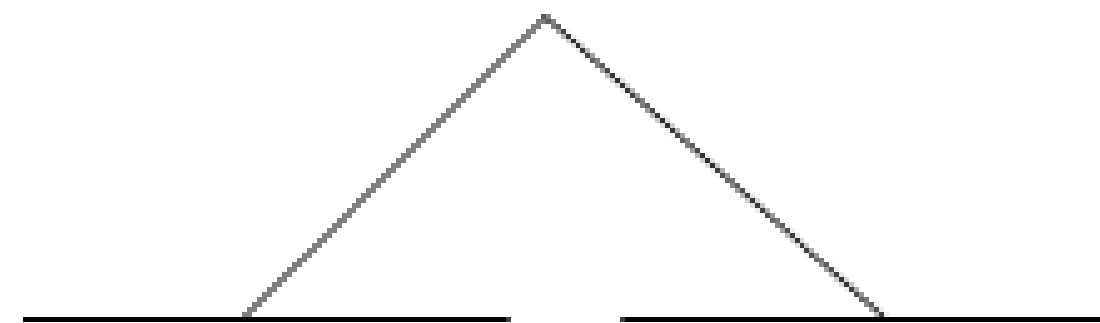


Figura 2 – Relação multinuclear

Fonte: Mann e Thompson (1988)

A estrutura retórica de um texto é representada por um diagrama arbóreo e é definida pelas redes de relações que se estabelecem entre porções de texto sucessivamente maiores. Segundo Mann e Thompson (1988), a estrutura retórica é funcional, pois leva em conta como o texto produz um efeito sobre o destinatário, ou seja, toma como base as funções que as porções do texto assumem para que o texto atinja o objetivo global para o qual foi produzido. Na seção de análise serão apresentados os diagramas arbóreos de textos do gênero carta aberta analisados neste trabalho.

O gênero carta aberta

A carta surgiu no Antigo Oriente e na Grécia. Inicialmente, as autoridades da época as utilizavam como meio de divulgação de códigos, leis, ordens e proclamações, cujo objetivo era ampliar seu

domínio, assim registravam os comandos e os assuntos de Estado (militares, administrativos ou políticos) e entregavam aos seus destinatários. Mais tarde, ganhou objetivos diversos e dimensão familiar como a carta pessoal. Conforme explica Bazerman (2006, p. 87),

[...] as cartas evoluíram para incluir expressões de preocupação pessoal e, posteriormente, mensagens particulares. A manutenção e ampliação dos laços sociais modificaram as relações estabelecidas através das cartas para além do formal e oficial em direção ao pessoal. Cartas pessoais familiares tornaram-se comuns entre todas as classes do mundo helênico e romano.

Ainda de acordo com o autor, esse gênero textual estabelece um processo comunicativo entre locutor e interlocutor, possui caráter flexível, em condições específicas de diálogo, de acordo com as necessidades de interação pessoal e institucional. Desse modo, “a carta, uma vez criada para mediar a distância entre dois indivíduos, fornece um espaço transacional aberto, que pode ser especificado, definido e regularizado de muitas maneiras diferentes” (BAZERMAN, 2006, p. 88). As relações e transações são manifestadas para o leitor e o escritor diretamente por meio de alguns aspectos como os conteúdos da carta, as saudações e as assinaturas.

Ao considerar a dinamicidade do gênero discursivo conforme as exigências sócio-culturais, a carta originou uma infinidade de subgêneros – a carta de amor, a carta propaganda, a carta de solicitação, a carta do leitor, a carta ao leitor, a carta aberta etc. Diante disso, segundo Oliveira e Zanutto (2017, p. 135), a carta é “um gênero de amplo alcance, pois suas variantes emergem do campo das relações humanas e ganham contornos próprios delineados pelas condições de produção em que se inserem nas diferentes práticas de linguagem”.

A carta aberta deve apresentar um posicionamento junto ao destinatário e ao público, uma vez que o termo “aberta” se refere ao fato de se tornar pública, ou seja, não é direcionada a um destinatário individual (BRITO; ALTAFANI, 2014). Bezerra (2010, p. 210) define a carta aberta como

[...] um texto utilizado em situações de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, atendendo a diversos propósitos: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero de domínio público, de caráter aberto, com o objetivo de divulgar seu conteúdo, possibilitando ao público geral a sua leitura.

De acordo com Oliveira e Zanutto (2017), a organização textual da carta aberta se aproxima das outras cartas mencionadas anteriormente, pois se estruturam em seção de contato, de núcleo e de despedida, mas se diferenciam quanto ao título, visto que este é indispensável para a carta aberta, porque o destinatário é marcado nele. O núcleo da carta é composto por:

- a) Introdução: apresenta-se a tese defendida e o papel social do remetente;
- b) Desenvolvimento: estabelece-se o diálogo com o interlocutor e apresenta-se a argumentação com a finalidade de convencer o espectador (uma espécie de plateia, isto é, o público para quem a carta aberta é dirigida), considerado o alvo da argumentação;
- c) Conclusão: solicita-se a resolução para o assunto em pauta.

Para finalizar a carta aberta, o autor do texto deve assinar e, caso opte, poderá marcar ou retomar o papel social. Já o “local” e “data” dependerão do suporte de circulação, porque revistas, jornais, *blogs* entre outros possuem essas informações em suas próprias edições.

| Metodologia

Os textos utilizados como córpus deste trabalho foram produzidos por candidatos da etapa 2 do PAS-UEM de 2016, que apresentava o seguinte comando:

A partir do contexto de produção acima apresentado, e considerando os textos de apoio, redija uma CARTA ABERTA endereçada ao juiz Infante de Abreu, da Vara da Infância e Juventude de sua cidade, a fim de denunciar a situação abusiva pela qual passam alguns alunos do turno noturno – por serem vítimas do trabalho infantil –, e solicitar ações da justiça para que esse tipo de exploração tenha fim e para que sejam cumpridas as disposições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sua CARTA ABERTA deve ser escrita com o mínimo de 10 e o máximo de 15 linhas.

Solicitou-se à Comissão Central do Vestibular Unificado da UEM um lote de 100 textos sem qualquer tipo de seleção prévia para que os resultados deste trabalho não ficassem enviesados. É importante ressaltar que não havia qualquer marca nos textos que pudesse levar à identificação dos autores. Após serem digitados, os textos foram segmentados em EDUs (*Elementary Discourse Units*), definidas por Carlson e Marcu (2001) como blocos mínimos de construção de uma árvore discursiva (geralmente as EDUs correspondem a orações, com exceção de orações completivas e de orações restritivas). Em seguida, três anotadores com experiência em análises utilizando a RST receberam os textos segmentados e indicaram a UC de cada um deles. Nenhum anotador teve acesso ao trabalho realizado pelos demais. Calcularam-se, então, as taxas de concordância e de discrepância dos anotadores na identificação da UC e investigaram-se os critérios utilizados pelos anotadores para a realização da tarefa de identificação. Por fim, uma superanotadora (HOVY, 2010) supervisionou as análises dos três anotadores, determinando qual seria a UC válida para cada texto.

Análise dos resultados

No quadro 1 a seguir, apresenta-se a frequência de concordância entre os anotadores.

Quadro 1 – Frequência da concordância entre os anotadores na identificação da UC

Concordância entre os anotadores 1 e 2	86%
Concordância entre os anotadores 1 e 3	1%
Concordância entre os anotadores 2 e 3	0%

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar, houve concordância apenas entre os anotadores 1 e 2. Entre os anotadores 1 e 3 houve concordância na identificação da UC de apenas um texto e entre os anotadores 2 e 3 não houve concordância alguma. Analisando-se as UCs identificadas por cada anotador, verificou-se que os anotadores discordaram no que diz respeito ao objetivo do texto produzido. O comando de produção textual da prova de redação mencionava duas ações, a saber, denunciar uma ação abusiva de trabalho infantil e solicitar ações da justiça. Para os anotadores 1 e 2, denunciar seria mais importante do que solicitar providências, ao passo que, para o terceiro anotador, requerer ações deveria ser o objetivo principal da carta aberta produzida na prova de redação do vestibular. Essa discrepância pode ser observada no exemplo a seguir, retirado do *cópus*. Os anotadores 1 e 2 marcaram a porção destacada em negrito como UC, e o anotador 3 marcou a porção sublinhada como UC.

Carta aberta ao juiz da Vara da Infância e juventude

Prezado Senhor Infante de Abreu, escrevo esta carta a fim de denunciar uma ocorrência de trabalho infantil, cujas vítimas são alguns de meus alunos do período noturno. **Gostaria de denunciar que esses menores de 16 anos, trabalham durante o dia na construção de um novo**

bairro industrial em nossa cidade. Portanto trabalham em um local que apresentam risco à sua integridade física e mental, além de pior desempenho durante as minhas aulas.

Tenho ciência que este fato é crime de acordo com o estatuto da criança e do adolescente por isso, gostaria de solicitar que fossem tomadas ações da justiça para que essa exploração tenha fim, como por exemplo, a aplicação de multas e a investigação dos responsáveis pela obra.

Espero que atenda à minha denúncia. (grifos nossos).

Cabia à superanotadora validar uma das análises. Considerando que a denúncia por si só não teria efeitos e que a solução do problema da exploração do trabalho infantil passa pela tomada de atitudes por parte das autoridades competentes; a superanotadora validou, em sua maioria, as escolhas do anotador 3, como se pode observar no quadro 2 a seguir. Ademais, em termos textuais, a denúncia serve como fundo para a tomada de atitudes.

Quadro 2 – Frequência da concordância entre a superanotadora e os anotadores na identificação da UC

Concordância entre a superanotadora e o anotador 1	0%
Concordância entre a superanotadora e o anotador 2	1%
Concordância entre a superanotadora e o anotador 3	99%

Fonte: Elaboração própria

A determinação da UC é essencial para a análise da estrutura retórica dos textos, pois a UC é o núcleo para o qual apontam todas as outras porções do texto. Dessa forma, escolher a denúncia ou a solicitação de tomada de atitudes como UC alteraria totalmente o diagrama arbóreo que representa a superestrutura dos textos. Na figura 3 a seguir, apresenta-se, a título de exemplificação, a estrutura retórica de um dos textos do corpus, criado com auxílio do programa RSTTool²² (O'DONNEL, 2000).

22 O programa foi desenvolvido especialmente com a finalidade de facilitar a diagramação da estrutura retórica de textos e está disponível para *download* gratuito em: www.wagsoft.com.

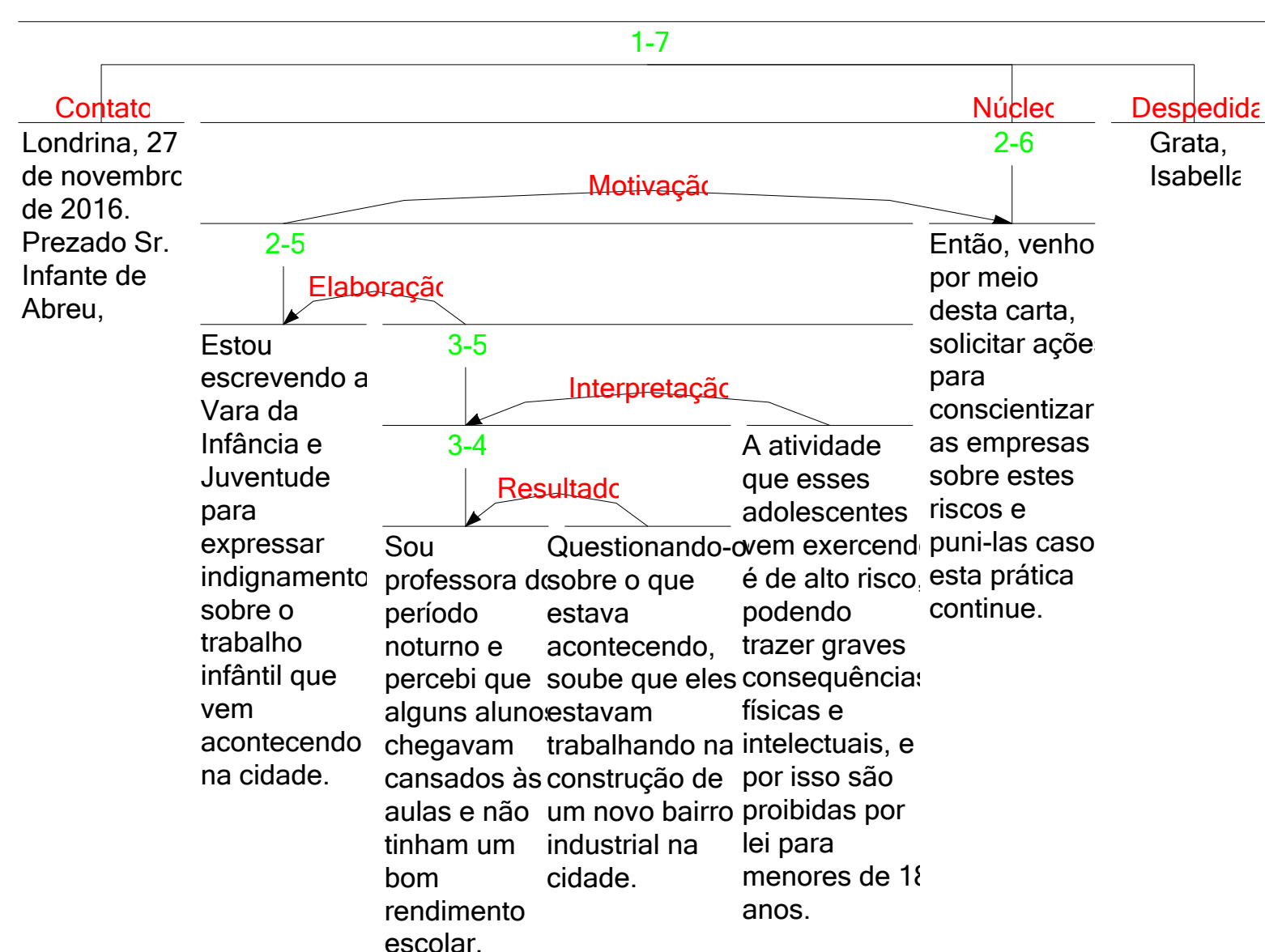


Figura 3 – Diagrama da estrutura retórica de um texto do corpus

Fonte: Elaboração própria

Além do contato (porção textual 1) e da despedida (porção textual 2), as quais não funcionam como satélites de nenhuma outra porção textual, o texto é dividido, em sua macroestrutura, em outras cinco porções. A porção 6 contém a UC, isto é, a mais relevante e essencial parte da informação, o núcleo a que todas as outras porções de texto estão relacionadas: *Então, venho por meio desta carta, solicitar ações para conscientizar as empresas sobre estes riscos e puni-las caso esta prática continue*. A porção 6 é o nó principal da árvore da estrutura retórica e, portanto, não funciona como satélite de nenhuma outra porção, como se observa no diagrama.

Da combinação entre as porções 3 e 4 emerge a relação de resultado. No caso do texto analisado, o fato de alguns alunos chegarem atrasados e cansados às aulas é resultante do trabalho exercido na construção de um novo bairro industrial na cidade. Já da combinação entre as porções 3 e 5 emerge a relação de interpretação, ou seja, o trabalho desenvolvido pelos adolescentes que chegam atrasados e cansados às aulas é de alto risco, e pode trazer graves consequências tanto físicas quanto intelectuais, por esse motivo é proibida para menores de idade. Por fim, da combinação entre as porções 2 e 5

emerge a relação de motivação com o núcleo. A professora escreve para a Vara da Criança e do Adolescente a fim de denunciar o trabalho exaustivo que seus alunos menores de 18 anos estão exercendo. Esse trabalho é de alto risco e pode trazer graves consequências físicas e intelectuais. Por esses motivos, a professora espera que a justiça conscientize as empresas a mudarem de atitude ou que a justiça puna as empresas caso insistam na exploração de crianças e adolescentes.

| Conclusão

Este trabalho teve como objetivo investigar os critérios utilizados por anotadores com experiência em RST para identificação da UC em textos do gênero carta aberta em contexto de avaliação.

Apenas dois anotadores concordaram entre si na identificação da UC. Ambos consideraram a ação de denunciar uma situação abusiva de trabalho infantil mais importante do que solicitar providências da justiça. Esta última ação, por sua vez, foi considerada pelo terceiro anotador a UC dos textos. Ao validar as anotações, a superanotadora considerou que a denúncia por si só não teria efeitos e que a solução do problema da exploração do trabalho infantil passa pela tomada de atitudes por parte das autoridades competentes. Consequentemente, a superanotadora validou, em sua maioria, as escolhas do anotador 3.

A partir do cotejo dos critérios utilizados pelos anotadores para identificação da UC nos textos do corpus, foi possível verificar como a determinação da UC é essencial para a análise da estrutura retórica, pois a UC é o núcleo para o qual apontam todas as outras porções do texto. Dessa forma, escolher a denúncia ou a solicitação de tomada de atitudes como UC alteraria totalmente o diagrama arbóreo que representa a superestrutura dos textos.

Espera-se que as discussões suscitadas neste trabalho possam contribuir para as discussões referentes à identificação da UC em textos de outros gêneros e que o trabalho também tenha contribuído para a caracterização do gênero carta aberta.

Referências

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEZERRA, M. A. Por que cartas do leitor em sala de aula? *In*: DIONISIO, A. P. *et al.* (org.). **Gêneros textuais e ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 208-216.

BURSTEIN, J.; MARCU, D.; ANDREYEV, S.; CHODOROW, M. Towards automatic classification of discourse elements in essays. **Proceedings of the 39th annual Meeting on Association for Computational Linguistics**, p. 98-105, 2001.

BRITO, A. M.; ALTAFINI, B. A. "Proposta de sequência didática: a carta aberta". **Revista Philologus**, n. 60, p. 2216-2227, 2014.

CARLSON, L.; MARCU, D. **Discourse Tagging Reference Manual**. Los Angeles: University of Southern California, 2001.

EGG, M.; REDEKER, G. How complex is discourse structure. **Proceedings of the 7th International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC 2010)**, p. 1619-1623, 2010.

HOVY, E. "Annotation: a tutorial. 48th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics". *In*: **Anais**, 2010. Uppsala.

IRUSKIETA, M.; ILARRAZA, A. D. de; LABAKA, G.; LERSUNDI, M. The Detection of Central Units in Basque scientific abstracts. *In*: Actas del XXXI Congreso de la Sociedad Española del Procesamiento del Lenguaje Natural. **Anais**, 2015. Alicante (Espanha): SEPLN.

MATTHIESSEN, C. "Remembering Bill Mann". **Computational linguistics**, v. 31, n. 2, p. 161-172, 2005.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Relational Propositions in Discourse**. Los Angeles: Information Sciences Institute, 1983.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. "Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization". **Text**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

O'DONNELL, M. "RSTTool 2.4: a markup tool for Rhetorical Structure Theory. First International Conference on Natural Language Generation". **Anais...** v. 14, p. 253-256, 2000.

OLIVEIRA, N. A. F.; ZANUTTO, F. O gênero carta aberta: da interlocução marcada à interlocução esperada. *In*: ANTONIO, D. A.; NAVARRO, P. (org.). **Gêneros textuais em contexto de vestibular**. Maringá: Eduem, 2017. p. 133-151.

PARDO, T. A. S.; RINO, L. H. M.; NUNES, M. G. V. GistSumm: A summarization tool based on a new extractive method. *In*: MAMEDE, N. J.; BAPTISTA, J.; TRANCOSO, I.; NUNES, M. das G. V. (org.). **Computational Processing of the Portuguese Language**. Berlin: Springer-Verlag, 2003. p. 210-218.

STEDE, M. RST revisited: disentangling nuclearity. *In*: FABRICIUS-HANSEN, C.; RAMM, W. (org.). **"Subordination" versus "coordination" in sentence and text**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 33-57.

TABOADA, M. "Implicit and explicit coherence relations". *In*: RENKEMA, J. (org.). **Discourse, of course**. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 125-138.

VAN DIJK, T. A. **Macrostructures**: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction and cognition. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1980.

“O CLIENTE SEMPRE TEM RAZÃO?”: ANÁLISE DE SENTIMENTOS EM COMENTÁRIOS EM PÁGINAS DE EMPRESAS NO FACEBOOK

Juliano Desiderato Antonio

Fernanda Trevizan e Silva

Luiza Prevedel Pereira

Introdução

Uma área de pesquisa que vem crescendo muito recentemente é a análise de sentimentos. Situada na interseção entre a Linguística e o Processamento de Línguas Naturais, a análise de sentimentos surgiu a partir da necessidade e do interesse dos departamentos de *marketing* de grandes empresas e de analistas políticos por minerar as opiniões dos usuários das redes sociais a respeito de produtos e serviços oferecidos por empresas e o posicionamento desses usuários frente a temas debatidos na sociedade (TABOADA, 2016). Para que se possa ter uma ideia da importância desse tipo de investigação, segundo Hogenboom *et al.* (2015), 1/3 das postagens em *blogs* e 1/5 dos *tweets* discutem produtos ou marcas. Ademais, as redes sociais vêm sendo cada vez mais utilizadas não só no Brasil, mas em todo o mundo. O Facebook, por exemplo, registrou mundialmente uma média de 1,47 bilhões de usuários ativos ao dia e de 2,23 bilhões ao mês em junho de 2018. Nesse mesmo período, no Brasil, a média diária foi de 93 milhões de pessoas, e a mensal, de 127 milhões (FACEBOOK, 2018). Também é importante ressaltar que, segundo Seidman (2014), em geral as pessoas têm maior facilidade para expressar seu “verdadeiro eu” *on-line* do que em interações face a face.

Neste trabalho, adota-se o conceito de “sentimento” comum aos trabalhos da área, a saber, avaliação positiva, negativa ou neutra (TABOADA, 2016). Tendo em mente que cabe ao linguista descrever os recursos lexicais e gramaticais para expressão da avaliação subjetiva, este trabalho tem como objetivo descrever os recursos empregados por falantes do português brasileiro em comentários postados em páginas de empresas no Facebook para indicação de avaliação positiva ou negativa. Tais recursos podem ser de ordem lexical ou gramatical. Neste último caso, podem ser dos níveis fonológico, morfológico, sintático ou pragmático.

Embora categorias comumente investigadas pela Linguística como a subjetividade (TRAUGOTT, 2010), a evidencialidade (DE HAAN, 2001) e a modalidade (PALMER, 1986) integrem o escopo de estudo da análise de sentimentos, a diferença reside no fato de que, nesse campo de estudos, a descrição realizada pelo linguista serve como base para a criação de aplicações que realizem a análise automaticamente. Referente à criação dessas aplicações, Taboada (2016) destaca as abordagens baseadas no léxico. Para analisar um enunciado, a aplicação busca em um dicionário a polaridade das palavras (por exemplo, a palavra *maravilhoso* tem polaridade positiva, e a palavra *péssimo* tem polaridade negativa). Por meio de algoritmos que calculam os valores positivos e os valores negativos das palavras em um texto, a aplicação fornece a orientação geral do texto.

Embora os adjetivos sejam responsáveis por grande parte da carga subjetiva de um texto, outras classes devem ser incorporadas aos dicionários de análise de sentimentos como substantivos (*perfeição, enganação*), advérbios (*corretamente, infelizmente*), verbos (*adorar, decepcionar*), construções (*show de bola, Deus me livre*) etc. Na seção seguinte, apresentam-se as categorias investigadas, bem como os procedimentos para coleta e análise do córpus.

1. Procedimentos metodológicos

O percurso metodológico da pesquisa cujos resultados são apresentados neste trabalho compreende seis etapas: (1) coleta das ocorrências, (2) segmentação, (3) identificação da unidade central, (4) determinação da polaridade, (5) identificação do(s) recurso(s) utilizado(s) para expressão da avaliação e (6) tabulação.

Os 492 comentários avaliativos foram coletados em páginas públicas do Facebook pertencentes a empresas de várias áreas de atuação como montadoras de automóveis, operadoras de telefonia, franquias de cosméticos, redes de supermercados, bancos, operadoras de cartões de crédito, companhias aéreas, franquias de restaurantes e *fast-food*, serviços de *streaming* de áudio e vídeo etc. Os comentários foram retirados de respostas dos usuários do Facebook às postagens de *marketing* das empresas ou da aba de avaliação da empresa ou serviço. As referências que pudessem levar à identificação das empresas foram suprimidas.

Os comentários foram segmentados em *Elementary Discourse Units* (EDUs), que, segundo Carlson e Marcu (2001), são os blocos mínimos de construção de uma árvore discursiva. Geralmente as EDUs correspondem a cláusulas (orações), com exceção de orações completivas e de orações restritivas, que não estabelecem relações retóricas.

Uma vez segmentadas as unidades, realizou-se a identificação da unidade central (UC) de cada comentário avaliativo. De acordo com Irukieta *et al.* (2015), a UC é o nó central da árvore discursiva, ou seja, a unidade para a qual todas as demais porções de texto apontam. A partir da identificação da UC, foi possível, então, determinar a polaridade positiva ou negativa da avaliação realizada em cada comentário, uma vez que é na UC que se encontra a avaliação do falante.

A determinação da polaridade e a identificação do(s) recurso(s) utilizado(s) para expressão da avaliação foram realizadas por três anotadores, que criaram uma planilha com duas colunas para cada uma das classes investigadas. Os recursos foram anotados na primeira coluna, e suas respectivas polaridades foram anotadas na segunda. Em trabalhos futuros que visem à automatização da análise, a planilha deve servir como um dicionário no qual a aplicação automática busque a polaridade dos vocábulos e recursos gramaticais encontrados para determinar se a avaliação do usuário da rede social é positiva ou negativa.

2. Resultados e Discussão

A análise do *córpus* permitiu identificar mecanismos de expressão de avaliação de 9 diferentes categorias, como se pode observar no quadro 1 a seguir.

Como se pode observar no quadro 1, a classe mais utilizada para a expressão de avaliação é a dos adjetivos, com um total de 305 ocorrências. Tal resultado já era esperado, uma vez que, segundo Taboada (2016), muito do conteúdo subjetivo de um texto é expresso pelos adjetivos. De acordo com Neves (2000, p. 173, grifo da autora), a função do adjetivo é “atribuir uma propriedade a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um **substantivo**”.

Quadro 1 – Categorias utilizadas para expressão da avaliação e quantidade de ocorrências

Categoria	Polaridade	N		%
Substantivo	Positiva	51	173	29,5
	Negativa	122		70,5
Adjetivo	Positiva	108	305	35,4
	Negativa	197		64,6
Verbo	Positiva	57	176	32,4
	Negativa	119		67,6
Advérbio	Positiva	4	14	28,6
	Negativa	10		71,4
Expressão idiomática	Positiva	17	57	29,8
	Negativa	40		70,2
Construção	Positiva	10	32	31,25
	Negativa	22		68,75
Morfema	Positiva	1	3	33,33...
	Negativa	2		66,66...
Interjeição	Positiva	1	3	33,33...
	Negativa	2		66,66...

Fonte: Elaboração própria

Ainda segundo Neves (2000), a atribuição de propriedades pelos adjetivos pode se dar de duas maneiras: por qualificação ou por classificação. No primeiro caso, o adjetivo qualifica o substantivo de forma subjetiva, como nos exemplos (1) e (2). Já no segundo caso, segundo Azeredo (2008), o adjetivo apresenta, de forma objetiva, propriedades classificatórias dos seres e das coisas a que se refere, como no exemplo (3). Interessam a este trabalho apenas os adjetivos do primeiro tipo pelo fato de expressarem avaliação subjetiva.

(1) Simplesmente **maravilhosos** em tudo desde atendimento até cuidado com o sabor e apresentação dos pratos!

(2) Já tive inúmeros outros problemas com um serviço que está ficando **péssimo e insuportável!!!**

(3) DÁ PRA VCS PARAREM DE LIGAR NO MEU TELEFONE **CELULAR** PRA ME OFERECER ESSAS PORCARIAS DE CARTÕES E CRÉDITOS. QUE INFERNO!

Em (1), observa-se uma ocorrência de adjetivo de polaridade positiva (“maravilhosos”) e, em (2), verifica-se a ocorrência de dois adjetivos que avaliam negativamente o serviço prestado por uma empresa (“péssimo” e “insuportável”). Por outro lado, em (3), o adjetivo classificador “celular” insere o substantivo “telefone” em uma subclasse, porém, sem qualificá-lo.

A segunda classe mais utilizada com função avaliativa foi a dos verbos, com 176 ocorrências.

(4) Quero **parabenizar** a empresa, pois entrei em contato, eles prontamente fizeram o procedimento para a troca (fazia dois meses que tinha comprado o produto), enviei por conta da empresa e já recebi a substituição. **Ganharam** um cliente fidelidade! No meu caso, fui super bem atendida!

(5) **Adoro** estes textos que vcs fazem sobre os artistas!

(6) Fiquei muuuuito triste, minha ideia era trocar o produto, um dos atendentes disse que não tinha em estoque, eu compraria um mais caro com a diferença do valor, mas o outro atendente me disse que eu não poderia. Muito chateada com a situação. Infelizmente **perderam** uma cliente.

(7) A comida é boa, gostei do sabor, uma pena que estava fria. Isso me **decepcionou**.

(8) Vamos arrumar essa internet, to cansado de **reclamar** e não me darem retorno.

Nos exemplos (4) e (5), a avaliação é dada pelos verbos de polaridade positiva “parabenizar”, “ganhar” e “adorar”. Já em (6), (7) e (8), a avaliação é dada pelos verbos de polaridade negativa “perder”, “decepcionar” e “reclamar”.

Com 173 ocorrências, os substantivos também são usados com muita frequência com função avaliativa. Merecem destaque os casos dos substantivos que, como afirma Neves (2000), deixam de ser referenciais e atribuem o conjunto de propriedades que indicam um outro substantivo. Em outras palavras, tais substantivos funcionam como se fossem adjetivos.

(9) Já foi muito bom no passado agora é um **lixo** a praça de alimentação.

(10) É uma **novela** p fazer esse cartão.

Em (9), o substantivo “lixo”, em função predicativa, com significado de “porcaria”, expressa avaliação negativa. Em (10), o substantivo “novela”, também em função predicativa, é utilizado para avaliar negativamente o processo de aprovação de um cartão de crédito, a saber, que leva tanto tempo quanto a duração de uma novela de TV.

Também merecem destaque os substantivos abstratos utilizados no *cópus* com função avaliativa, como nos exemplos (11), em que os substantivos “eficiência” e “rapidez” apresentam teor avaliativo positivo em relação à “empresa x”.

(11) Obrigado a vcs da *empresa x* pela **eficiência** e **rapidez** na entrega do meu pedido

Foram encontradas 57 ocorrências de expressões idiomáticas no *cópus*. De acordo com Jackendoff (2013), nas expressões idiomáticas,

as palavras não têm significados independentes, e a idiosincrasia (o significado não é previsível a partir da forma) deve ser armazenada na memória de longo prazo do falante (JACKENDOFF, 2013). No exemplo (12), a expressão “dar um banho” avalia positivamente a programação da “empresa x”, ao passo que em (13) a expressão “estar de saco cheio” avalia de forma negativa a “empresa z”. Decodificar o significado das palavras que formam essas expressões não é suficiente para compreendê-las, uma vez que “dar um banho” significa ser muito superior, e “estar de saco cheio” demonstra irritação e cansaço por parte do falante em relação a algo.

(12) Pra mim a programação da empresa x **dá um banho** na empresa y.

(13) Estou **de saco cheio** da empresa z e dos atendimentos dos atendente de vcs que trata a gente como um nada como palhaços.

Outra categoria investigada, a das construções, apresentou 32 ocorrências no córpus. Consideradas pareamentos de forma e função, as construções incluem morfemas, palavras, expressões e padrões sintagmáticos abstratos (GOLDBERG, 2013; HOFFMANN; TROUSDALE, 2013; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). A perspectiva teórica em que as construções são estudadas é a da Gramática de Construções, termo que se refere a um grupo de modelos distintos que compartilham alguns princípios, assim sumarizados por Goldberg (2013):

- i. As construções são unidades básicas da gramática;
- ii. A estrutura semântica está associada diretamente com a estrutura sintática sem transformações ou derivações;
- iii. As construções formam uma rede na qual os nós estão relacionados por ligações hierárquicas;
- iv. As variações entre línguas podem ser explicadas em termos de processos cognitivos de domínio geral ou pelas funções das construções envolvidas;

v. Itens e generalizações são parte do conhecimento linguístico (este último princípio é compartilhado pela maioria, mas não por todas as abordagens construcionistas).

Diferentemente da Gramática Gerativa, a Gramática de Construções considera a gramática de maneira holística, isto é, nenhum nível gramatical é considerado central ou autônomo; uma construção é formada pelo trabalho simultâneo da fonologia, da morfossintaxe, da semântica e da pragmática (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Em (14), a construção “louca pra + oração” avalia positivamente um serviço de *streaming* de áudio. Já em (15) a expressão “pena que + oração”, a avaliação é negativa.

(14) Incrível como serviço de *streaming* x me surpreende a cada dia... **louca pra** voltar a ter *premium*

(15) **Pena que** a empresa x passa a informação de preço da viagem e faz a cobrança bem acima!! **Pena que** o suporte de vcs é péssimo e não resolve!! Não indico a empresa x, infelizmente se mostrou desonesta.

Um outro tipo de construção encontrado no *córpus* foi o das perguntas retóricas como forma de avaliação negativa, como pode ser observado nos exemplos (16) e (17), em que os produtores dos comentários demonstram certa revolta em relação aos serviços prestados pelas empresas.

(16) será q além de pagar a conta, pra ter internet tem q pedir?

(17) É pra isso que pago a assinatura? É essa a homenagem ao dia das mulheres?

Outra construção recorrente no *córpus* é N_1 de N_2 , descrita por Keizer (2007), em que N_1 é sempre avaliador. Em geral, o valor semântico dessa construção é de insulto.

Ambos os tipos de frase nominal binominal “são caracterizados pelo fato de que o primeiro nome atribui uma propriedade ao substantivo que a segue”, e que, como tal, é sempre N1 que funciona como predicado. [...] Napoli (1989, p. 222) também observa que N₁ “age como um predicado para o NP introduzido por *de*, que atua como o principal assunto”, e adiciona que as relações semânticas entre os dois elementos são as mesmas que em outras construções predicacionais. (DEN DIKKEN, 2006, p. 164. *In*: KEIZER, 2007, p. 101).

Alguns exemplos dessa construção com teor avaliativo negativo encontrados no *córpus* podem ser observados em (18) e (19):

(18) paciência tem limite, quantas vezes terei que entrar em contato com essa **droga de empresa?**

(19) **Lixo de** serviço de entrega, **lixo de** atendimento, **lixo de** mercado

Os advérbios também foram utilizados com valor avaliativo pelos produtores dos comentários que compõem o *córpus* deste trabalho. Foram encontradas 14 ocorrências de palavras dessa classe. A maioria desses advérbios é de modo, como nos exemplos (20) e (21), utilizados para avaliação positiva (“corretamente”) e negativa (“negativamente”), respectivamente. Em (22), o advérbio “infelizmente” é atitudinal e “indica o estado de espírito do falante em relação ao conteúdo da asserção” (NEVES, 2000, p. 238). Já em (23) e (24), o advérbio “sinceramente” é modalizador afetivo interpessoal, pois envolve um sentimento que se define pelas relações de sinceridade entre falante e ouvinte (NEVES, 2000).

(20) Pra mim chegou tudo certinho, embalado **corretamente**, numeração certa, um calçado com boa qualidade, e minha outra bota já está na transportadora.

(21) Hoje, porém, ao fazer o pedido para o almoço, fui (**negativamente**) surpreendida com o aumento no preço do delivery, que de razoável 10% do valor do pedido, subiu para (inacreditáveis) R\$ 15,90.

(22) Fiquei muuuuito triste, minha ideia era trocar o produto, um dos atendentes disse que não tinha em estoque, eu compraria um mais caro com a diferença do valor, mas o outro atendente me disse que eu não poderia. Muito chateada com a situação. **Infelizmente** perderam uma cliente.

(23) Nossa gente, compro na *loja virtual* x a mais de 5 anos e nunca tive problemas, sempre entregaram antes do prazo, produtos de ótima qualidade, **sinceramente** um dos melhores *sites* que já comprei até hoje!!!

(24) atendimento horrível, propagandas enganosas e atrasam os pedidos. **Sinceramente** só compre se quiser aborrecimento.

Por fim, também foram encontrados no *córpus* interjeições e morfemas com valor avaliativo. Cada uma dessas categorias apresentou 3 ocorrências.

No exemplo (25), a interjeição “uhul”, com a vogal “u” repetida várias vezes, indica a intensidade da avaliação positiva juntamente com o verbo “arrasar”, de polaridade positiva, que também tem a última vogal “a” repetida com a mesma finalidade. Em (26), a interjeição “aff”, por outro lado, expressa avaliação negativa, juntamente com o substantivo “preguiça” e com a expressão “Deus me livre”.

(25) **Uhuuuuulllll** o serviço de streaming x arrasaaa!!!

(26) Deus me livre dessa ultima atualização, se executa a musica, vai pra primeira do álbum **aff** q preguiça

No que diz respeito aos morfemas, merece destaque o uso do sufixo “-inho” pelos autores dos comentários do *córpus* investigado neste trabalho. De acordo com Lapa (1984), a partir da perspectiva da Estilística, esse sufixo (assim como muitos outros) tem valor afetivo, sentimental. Para o autor, “-inho” tanto pode evocar valores como ternura, simpatia e graciosidade, como no exemplo (27), quanto ser utilizado de forma depreciativa, como no exemplo (28).

(27) Comprei três vestid**inhos** no site e chegaram bem bonit**inhos** no prazo certo, os três couberam direit**inho** e fiquei bem satisfeita com a compra

(28) Lixo Total não caiam nessa barca furada estou passando maus bocados por causa dessa **empresinha**

| **Considerações finais**

Este trabalho tem como objetivo descrever os recursos empregados por falantes do português brasileiro em comentários postados em páginas de empresas no Facebook para indicação de avaliação positiva ou negativa.

O *cópus* da pesquisa é formado por 492 comentários avaliativos coletados em páginas públicas do Facebook pertencentes a empresas de várias áreas de atuação como montadoras de automóveis, operadoras de telefonia, franquias de cosméticos, redes de supermercados, bancos, operadoras de cartões de crédito, companhias aéreas, franquias de restaurantes e *fast-food*, serviços de *streaming* de áudio e vídeo etc. Os comentários foram retirados de respostas dos usuários do Facebook às postagens de *marketing* das empresas ou da aba de avaliação da empresa ou serviço. As referências que pudessem levar à identificação das empresas foram suprimidas. Os comentários foram segmentados em EDUs e, na sequência, realizou-se a identificação da UC de cada comentário avaliativo. Esse procedimento permitiu que se determinasse a polaridade positiva ou negativa da avaliação realizada em cada comentário, uma vez que é na UC que se encontra a avaliação do falante.

Realizou-se, então, o levantamento quantitativo das categorias utilizadas pelos autores dos comentários com função avaliativa, apresentadas, a seguir, em ordem decrescente de frequência de ocorrência: adjetivo, verbo, substantivo, expressão idiomática, construção, advérbio, interjeição e morfema. Foram apresentadas, ao

longo da análise, instâncias de uso das ocorrências mais significativas de cada uma dessas categorias.

| Referências

AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

CARLSON, L.; MARCU, D. **Discourse Tagging Reference Manual**. Los Angeles: University of Southern California, 2001.

DE HAAN, F. The relation between modality and evidentiality. **Linguistische Berichte**, v. 9, p. 201-216, 2001.

FACEBOOK. *Informações da empresa*. Disponível em: <https://br.newsroom.fb.com/company-info>. Acesso em: 08 out. 2018.

GOLDBERG, A. E. Constructionist Approaches. In: TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. (org.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 15-31.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HOGENBOOM, A.; FRANSINCAR, F.; DE JONG, F.; KAYMAK, U. Using rhetorical structure in sentiment analysis. *Communications of the ACM*. **Anais...** New York: ACM, 2015. p. 69-77.

IRUSKIETA, M.; ILARRAZA, A. D. de; LABAKA, G.; LERSUNDI, M. The Detection of Central Units in Basque scientific abstracts. *Actas del XXXI Congreso de la Sociedad Española del Procesamiento del Lenguaje Natural*. **Anais...** Alicante (Espanha): SEPLN, 2015.

JACKENDOFF, R. Constructions in the parallel architecture. *In*: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (org.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p.70-92.

KEIZER, E. **The English Noun Phrase**: The Nature of Linguistic Categorization. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LAPA, M. R. **Estilística da Língua Portuguesa**. 11. ed. Coimbra: Coimbra Editores, 1984.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SEIDMAN, G. Expressing the “true Self” on Facebook. **Computers in Human Behavior**, v. 31, n. 1, p. 367-372, 2014.

TABOADA, M. Sentiment Analysis: An Overview from Linguistics. **Annual Review of Linguistics**, v. 2, n. 1, p. 325-347, 2016.

TRAUGOTT, E. C. Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization. *In*: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (org.). **(Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment**. Berlin: De Gruyter, 2010. p. 29-74.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

AS RELAÇÕES DE SENTIDO DE CAUSA, RESULTADO, RAZÃO, EXPLICAÇÃO E JUSTIFICATIVA EM ORAÇÕES CAUSAIS CONJUNCIONAIS EM TEXTOS DE LÍNGUA FALADA

Virgínia Maria Nuss

Este trabalho aborda diferentes relações de sentido estabelecidas em construções causais com a conjunção “porque” e toma como objeto as construções classificadas tradicionalmente como orações subordinadas adverbiais causais e coordenadas explicativas.

A expressão da causalidade pode ser entendida como acontecimentos de um mundo físico ou imaginário sendo relacionados causalmente por meio da linguagem, desde construções como em “Chorou de alegria” até construções oracionais absolutas, justapostas, coordenadas ou subordinadas. A relação causal estabelecida por um falante natural de uma língua pode ser reconhecida por meio de inferências pragmáticas e semânticas proporcionadas pelo léxico, com verbos e substantivos causativos (como causa, razão, motivo etc.), assim como pode também pode ser sinalizada por conjunções, dentre outras formas.

Uma vez que a relação de causa pode ser expressa de diferentes modos, ressalta-se que a marcação sintática que sinaliza uma relação de causalidade não é quesito obrigatório para isso, mas trata-se de uma escolha linguística do falante. A marcação linguística por meio de conjunções pode servir de orientação para identificar relações de sentido, facilitando que o ouvinte reconheça a causalidade expressa pelas construções linguísticas do falante.

O objetivo deste trabalho é demonstrar diferentes relações de sentido que envolvem causalidade a partir de uma mesma conjunção causal – a conjunção “porque”. A justificativa para essa proposta consiste na relevância em demonstrar descritivamente as diferentes relações que emergem entre porções textuais introduzidas por essa conjunção. Uma vez que a conjunção “porque” é vista comumente como um elemento linguístico que serve para marcar causa ou explicação, cabe demonstrar que essas são apenas duas das relações que podem ser sinalizadas por essa conjunção. Este trabalho possui duas partes centrais: a primeira seção, que aborda questões teóricas sobre a *Rhetorical Structure Theory* e as construções causais, e a segunda seção, que demonstra questões analíticas e descritivas acerca das relações que emergem das construções causais. Encerra-se com algumas considerações acerca do conteúdo apresentado.

| As construções causais e as relações de sentido na *Rhetorical Structure Theory*

A *Rhetorical Structure Theory*, doravante RST, é uma teoria descritiva de base funcionalista que tem por objetivo investigar a coerência textual estabelecida por meio de relações de sentido (chamadas proposições relacionais, relações de coerência, relações retóricas, relações implícitas – TABOADA, 2009) que emergem da combinação entre partes do texto. Neste trabalho, a análise proposta diz respeito às construções causais, entendidas aqui como porções de texto que contenham ou que sejam formadas por orações denominadas pela gramática normativa subordinadas adverbiais causais e coordenadas explicativas.

Mann e Thompson (1988) dividem as relações retóricas em termos de composição, em a) relações núcleo-satélite (figura 1), em que a informação do satélite é ancilar em relação à informação do núcleo

(em que a seta aponta para a porção nuclear, sendo a outra porção, portanto, um satélite); b) relações multinucleares (figura 2), em que as informações presentes nos núcleos são do mesmo estatuto.

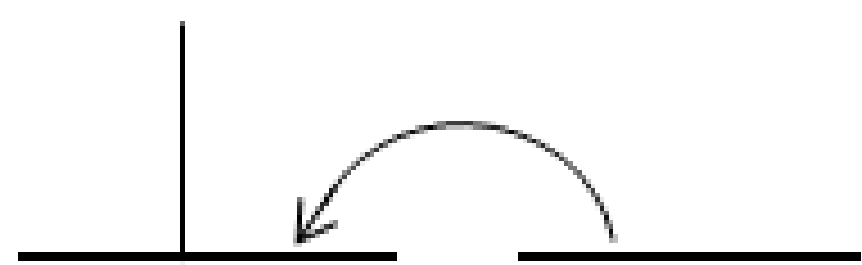


Figura 1 – Relação núcleo-satélite

Fonte: Mann e Thompson (1988)

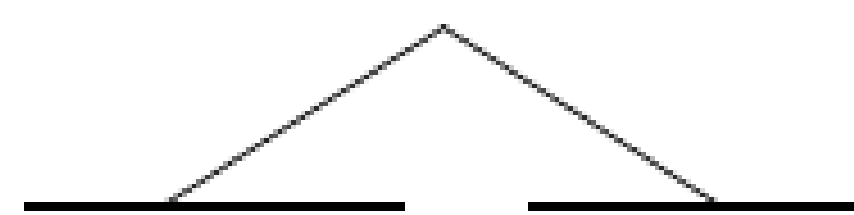


Figura 2 – Relação multinuclear

Fonte: Mann e Thompson (1988)

Essa marcação do elemento nuclear permite descrever se as porções textuais relacionadas são entre uma parte nuclear e um satélite, emergindo uma relação como causa, condição, concessão, elaboração etc. No caso das relações multinucleares, relações como contraste, lista, sequência e conjunção podem ser estabelecidas.

Carlson e Marcu (2001, p. 31) salientam que “cada unidade ou extensão textual que faz parte de uma relação é caracterizada por um *status* retórico ou atribuição de nuclearidade”. Assim, considerando que as porções textuais podem se relacionar por meio de uma organização multinuclear ou núcleo-satélite, é importante salientar que o elemento nuclear representa a informação mais saliente na relação, e o satélite indica informações de suporte ou de fundo. Já a relação multinuclear contém duas ou mais unidades ou extensões de igual importância no discurso. A atribuição de nuclearidade é frequentemente determinada simultaneamente com a atribuição de uma relação retórica.

No tocante às construções causais, as relações emergem de porções organizadas em núcleo-satélite. Cabe destacar que tais relações podem estar implícitas (*Maria está com muita febre, ela está gripada*), as quais não possuem uma marcação clara, ou explícitas (*Maria está com muita febre porque [ela] está gripada*), em que há uma ‘marca’ na construção. Quando as relações estão explícitas, Mann e Thompson (1988) denominam “pistas” os conectivos

linguísticos que permitem essa explicitude. Dessa forma, tem-se que os conectivos causais são pistas que sinalizam as relações consideradas tradicionalmente causais.

Para a segmentação das porções textuais, é importante a consideração dos conceitos de hipotaxe e parataxe, conforme Halliday (2004). O autor demonstra que as estruturas oracionais podem ser univariadas (apresentam a mesma relação funcional) e multivariadas (relações funcionais variadas). A partir dessas estruturas, tem-se a expansão da interdependência entre os elementos, implicando no que o autor denomina de relações interdependentes de parataxe e de hipotaxe que compõem o sistema tático ou *taxe*, que diz respeito ao grau de interdependência das cláusulas complexas.

Na RST segmentam-se orações paratáticas e hipotáticas, compreendidas, grosso modo, como orações coordenadas e orações subordinadas, nos termos da Gramática Tradicional. De acordo com a perspectiva teórica aqui utilizada, há uma distinção entre hipotaxe e subordinação oracional. No primeiro caso, há dependência estrutural, mas não há integração, ou seja, a oração hipotática é dependente da oração nuclear, mas não faz parte da sua estrutura. É o caso das orações adverbiais e das orações explicativas. Por outro lado, na subordinação, uma oração funciona como argumento ou como complicador do tema da oração principal, exercendo função sintática na oração principal. É o caso das orações substantivas e das orações restritivas. Pelo fato de não estabelecerem relação retórica com a oração principal, as orações tradicionalmente consideradas subordinadas (substantivas e restritivas) não são segmentadas na RST.

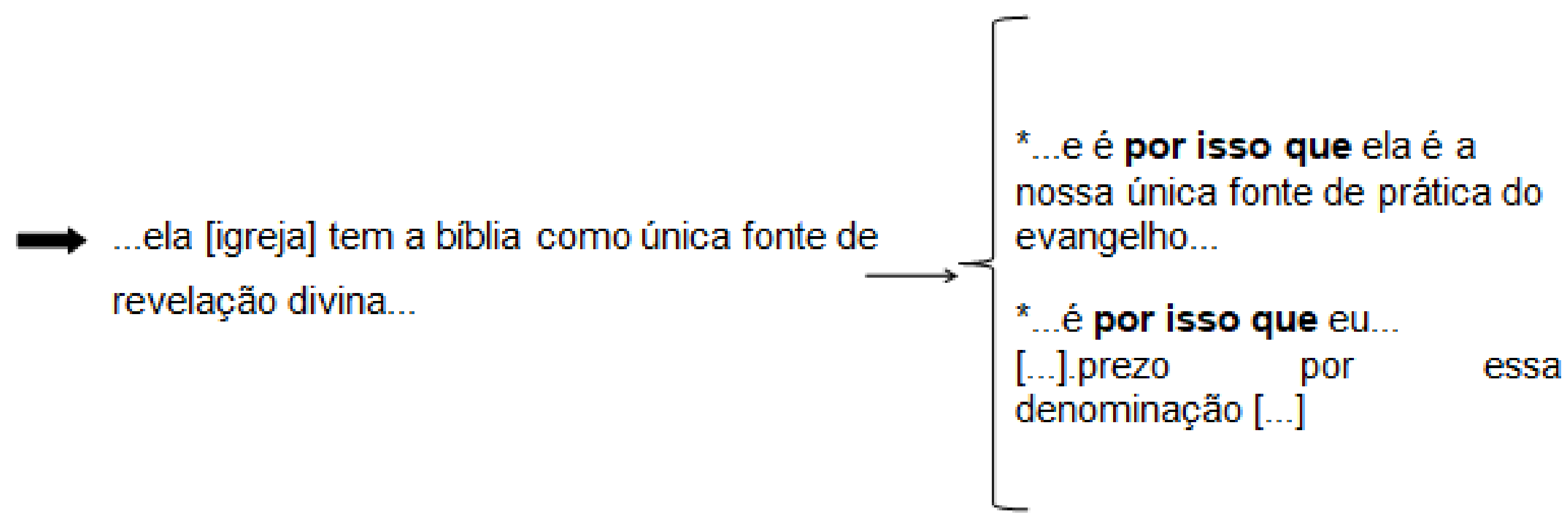
Assim, considerando a combinação das orações e as relações estabelecidas entre as porções textuais, cabe salientar que, conforme Decat (2001), nas construções hipotáticas, a relação pode ocorrer apenas entre núcleo e satélite (ex. 01), ou escopar mais de uma

oração: mais de um satélite para um núcleo (ex. 02), ou ainda, um satélite que se relaciona com mais de uma oração na porção textual (ex. 03).

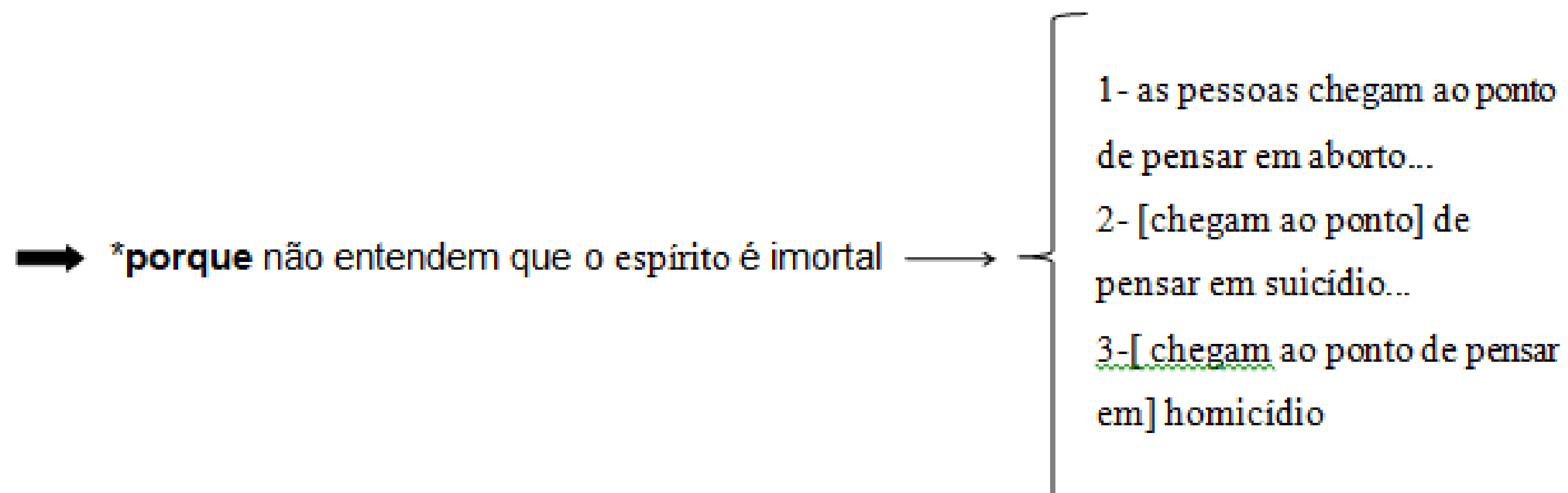
- 1) ...então... é uma igreja que recebe bem...
...então... as famílias que vieram...
...a maior parte delas voltou...**porque** foram bem recebidas...
...então esse é o primeiro motivo...
(Exemplo extraído de Nuss, 2017)

➔ ***porque** foram bem recebidas... ...a maior parte delas voltou...

- 2) ...ela [igreja] tem a bíblia como única fonte de revelação divina...
...e é **por isso que** ela é a nossa única fonte de prática do evangelho...
...é **por isso que** eu...como batista...
...inclusive...desde criança...
...prezo por essa denominação porque ela é his-TÓ-rica...
(Exemplo extraído de Nuss, 2017)



- 3) ...(as) pessoas chegam ao ponto de pensar em aborto...de pensar em suicídio...homicídio...
...**porque** não entendem que o espírito é imortal...
(Exemplo extraído de Nuss, 2017)



Sobre a RST, é relevante destacar que Mann e Thompson (1988) apresentaram uma lista “não-fechada” com mais de 20 relações que foram criadas de acordo com a organização e a função das relações. Nessa lista, as relações que emergem de construções causais são descritas pelas relações de causa (voluntária ou involuntária), resultado e justificativa. Posteriormente, foi criada outra lista, que não exclui a primeira, proposta por Carlson e Marcu (2001), em que o rol de relações foi ampliado com o objetivo de melhor descrever as diversificadas relações que emergem da combinação entre as porções textuais. Para as análises deste trabalho, foram consideradas as relações propostas nas duas listas.

Para o reconhecimento de diferentes relações retóricas que envolvam a causalidade, a volitividade e o tipo de entidade presente na porção textual podem ser um recurso para auxiliar na distinção entre algumas relações retóricas. Apesar dessa distinção auxiliar na identificação de uma relação, há relações como razão, explicação e causa, que podem ser volitivas ou não.

Dessa forma, os autores criaram critérios metodológicos que visam auxiliar na identificação das diferentes relações retóricas, como veremos mais adiante. Primeiramente, cabe apresentar as definições das relações analisadas neste trabalho, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Definição das relações de causa, resultado, razão, explicação e justificativa

Causa	Causa no núcleo e o resultado no satélite (a causa é mais importante).
Resultado	Causa no satélite e o resultado no núcleo (o resultado é mais importante).
Razão	O satélite fornece a razão, motivo para núcleo, sendo o fato expresso na oração nuclear realizado por um agente animado (envolve a apresentação de motivos para ações intencionais do agente).
Explicação	O satélite explica o conteúdo do núcleo, o qual, normalmente, independe da vontade do agente (envolve explicações para acontecimentos).
Justificativa	O satélite apresenta um “argumento” para que o ouvinte aceite, entenda o conteúdo nuclear (envolve razões plausíveis que fundamentam núcleo).

Fonte: Mann e Taboada (2005-2018); Carlson e Marcu (2001)

Carlson e Marcu (2001) salientam que a diferença entre as relações retóricas de causa, resultado, razão e explicação é verificável, e o analista deve levar em conta se (i) essas relações ocorrem do núcleo para o satélite ou vice-versa; (ii) se a ação é volitiva ou não; (iii) se a realização é por seres animados ou inanimados.

A relação de causa ocorre quando o evento do satélite causa o evento do núcleo. Por outro lado, na relação de resultado, o evento do núcleo causa o evento do satélite. Na relação de explicação, o satélite fornece uma explicação factual para a situação apresentada no núcleo que, normalmente, independe da vontade de um agente. Na relação de razão, por outro lado, o satélite fornece uma razão para o conteúdo nuclear, o qual apresenta uma ação realizada por um agente animado – uma vez que somente seres animados podem ter razões para efetuar ações. A relação de justificativa é uma relação proposta por Mann e Taboada (2005-2018) na qual o satélite apresenta uma informação que visa estabelecer a aceitabilidade ou a adequação do conteúdo nuclear, auxiliando o ouvinte a compreender e aceitar o conteúdo nuclear. Note que a justificativa estabelece um acordo

tácito entre o falante e o ouvinte por meio do conteúdo expresso no satélite, visando à aceitação do conteúdo da oração nuclear (MANN; THOMPSON, 1983), diferenciando-se da relação de explicação, uma vez que a relação de justificativa visa uma aceitação do ouvinte por meio de argumentos, ao passo que a explicação apresenta apenas um fato que esclareça o evento nuclear.

Assim, ao abordar as relações de causalidade, é preciso ter clara a ideia de que “causalidade” é mais ampla do que “causa”, sendo a “causa” uma das possíveis relações que envolvem causalidade, juntamente com as relações de resultado, razão, explicação e justificativa. Apesar de as relações de explicação e de justificativa não apresentarem uma relação efetiva/material de causa, apresentam um evento que instancia outro, explicando ou justificando sua ocorrência.

| Descrição das relações retóricas em construções causais

As análises e os resultados apresentados são parte da pesquisa de mestrado de Nuss (2017), a qual utilizou um corpus de língua falada composto por 12 entrevistas orais armazenadas em arquivos de áudio que totalizam aproximadamente 2:50min. de gravação. Essas entrevistas foram transcritas conforme parâmetros do projeto NURC (totalizando um arquivo de 135.799 bytes), resultando em um corpus que foi tabulado e analisado por meio de *softwares* específicos.

Tendo em vista o aspecto organizacional existente na articulação de orações com outras porções textuais – oracionais ou não – destaca-se que as construções causais podem apresentar uma estruturação que resulte em diferentes relações retóricas que envolvem causalidade.

Como citado na seção anterior, há construções que não deixam tão evidente qual é a relação de coerência que emerge, como na seguinte construção causal “[...] a vida com cristo não é a ausência de problemas... [...] ...porque os problemas é a O-portuniDA-de para

Deus se manifestar...”. Apesar da conjunção prototípica de causa, a relação estabelecida entre as porções textuais em que estão a oração nuclear e sua construção causal não é uma relação de causa, e sim uma relação de justificativa diante de uma situação apresentada, como se vê no diagrama 1.

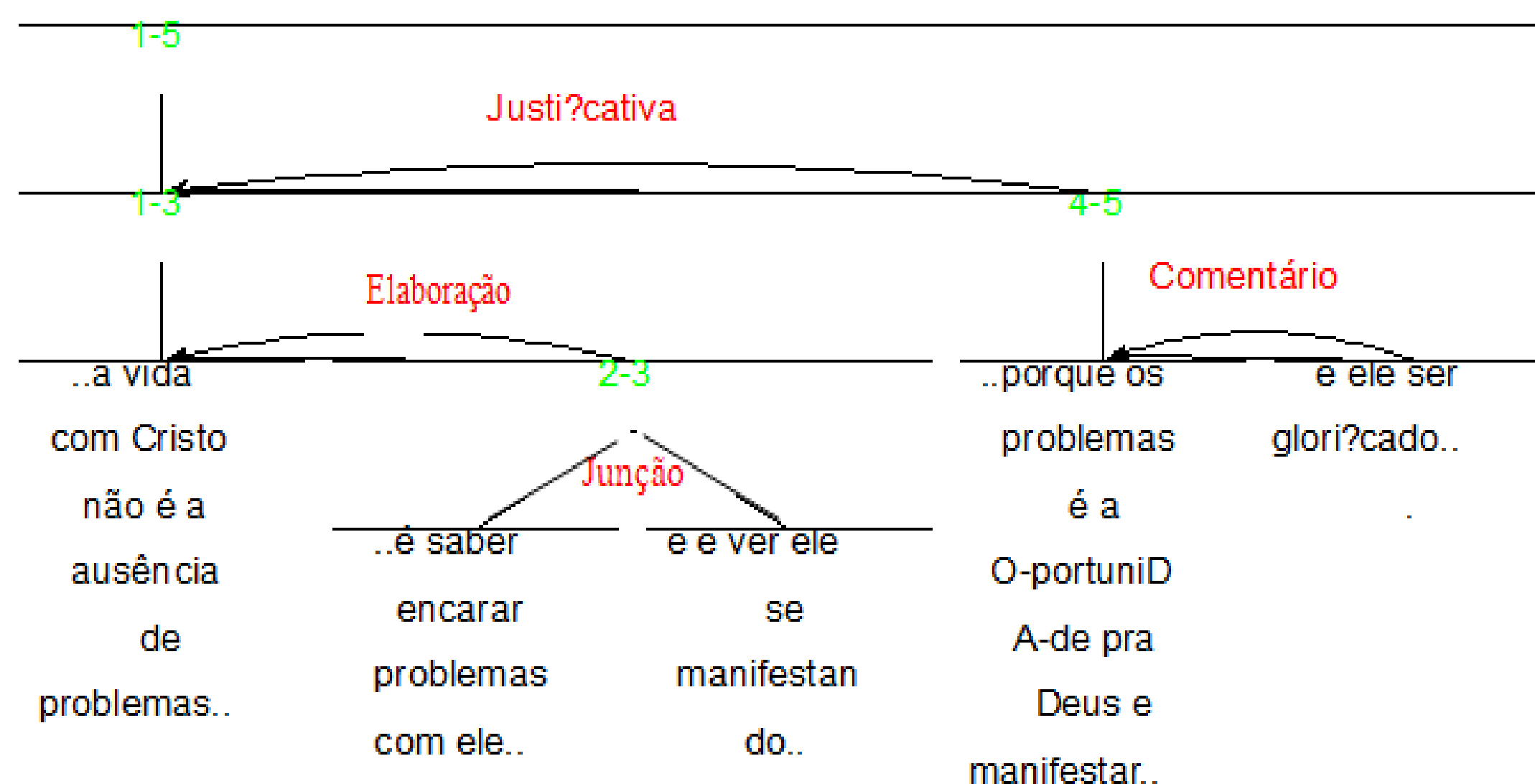


Diagrama 1 – Relação de justificativa

Fonte: Nuss (2017, p. 163)

Quadro 2 – Definição das relações retóricas do diagrama 1

Relação	Definição das relações	Intenção do falante
Justificativa	Condições em N+S: A compreensão do conteúdo do satélite pelo ouvinte aumenta a sua tendência para aceitar que o falante apresente N.	A tendência do Ouvinte para aceitar o direito do Falante a apresentar N aumenta.
Elaboração	Condições em N+S: a compreensão da informação no satélite aumenta a capacidade potencial do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N.	A capacidade do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N aumenta.
Comentário	Condições N+S: S constitui uma observação subjetiva do Falante em relação ao N.	Apresentar um ponto de vista sobre elementos fora do foco dos elementos do N.
Junção	Nenhuma	Nenhuma

Fonte: Mann e Taboada (2005-2018) e Carlson e Marcu (2001)

Nesse exemplo, há cinco porções textuais: a porção 1 é a unidade central da porção textual e traz uma declaração cujo conteúdo é elaborado pelas porções textuais 2 e 3, ou seja, 2 e 3 constituem um satélite com informações em sequência que aumentam a possibilidade de o ouvinte compreender o fato nuclear. As porções 4 e 5 também são satélites de 1, em que 4 possibilita a compreensão de uma relação retórica de justificativa, uma vez que a justificativa visa esclarecer o conteúdo de 1 (problemas), aumentando a tendência do ouvinte em aceitar a informação veiculada. Não foi considerada uma relação de explicação, pois o conteúdo de 4 é subjetivo e interpela o ouvinte de modo a fazê-lo crer que “problemas” não são, na verdade, algo “ruim”, mas uma “oportunidade de manifestação divina”. O diagrama 2 apresenta um exemplo da relação de explicação.

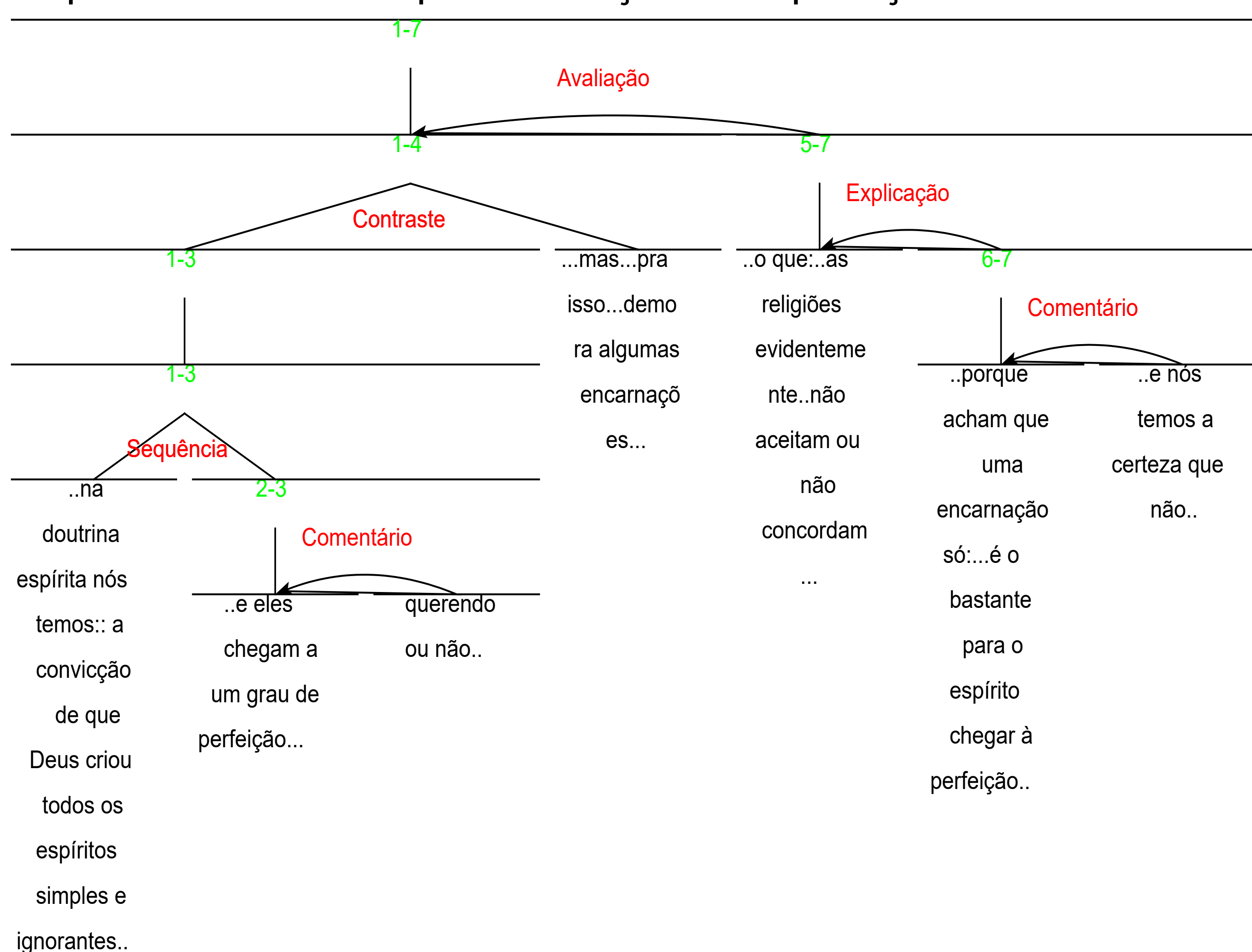


Diagrama 2 – Relação de explicação

Fonte: Nuss (2017, p. 164)

Quadro 3 – Definição das relações retóricas do diagrama 2 (continuação)

Relação	Definição das relações	Intenção do Falante
Avaliação	Condições em N+S: S relaciona N com um grau de atitude que pode se apresentar por meio de uma escala avaliativa (entre muito bom – muito ruim) do falante, face ao conteúdo de N.	Falante reconhece que S confirma N e reconhece o valor que lhe foi atribuído.
Contraste	Nunca mais de dois núcleos. As situações nestes dois núcleos são: (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças.	Ouvinte reconhece a possibilidade de comparação e a (s) diferença (s) suscitadas pela comparação realizada.
Explicação	Condições em N+S: S fornece uma explicação factual para a situação apresentada no núcleo.	Ouvinte compreende melhor a ocorrência do núcleo.
Sequência	Condições N+N: Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos.	O ouvinte reconhece a sucessão dos fatos entre os núcleos.
Comentário	Condições N+S: S constitui uma observação subjetiva do Falante em relação ao N.	Apresentar um ponto de vista sobre elementos fora do foco dos elementos do N.

Fonte: Mann e Taboada (2005-2018) e Carlson e Marcu (2001)

Destacando apenas as construções que aparecem nas porções 5 e 6 do diagrama 2, tem-se a seguinte construção: “[a reencarnação] o que as religiões evidentemente não aceitam ou não concordam, porque acham que uma encarnação só é o bastante para o espírito chegar à perfeição”. Essa relação é considerada uma explicação, uma vez que o satélite apresenta uma proposição para o fato de concordarem ou não com a reencarnação. Quando se define o termo “problema”, no diagrama 1, essa definição/conceituação atribuída a “problema” é algo que apresenta uma verdade não verificável, pois é subjetiva do falante, não há como comprovar a veracidade do conceito de “oportunidade de Deus para se manifestar” como

explicação para o termo “problema”. Por outro lado, a crença de que uma encarnação é o suficiente é uma verdade verificável, faz parte dos compêndios doutrinários e dos estatutos de variadas religiões.

A relação de razão envolve a apresentação de motivos para ações intencionais do agente e não demonstra a intenção de convencimento. Indica uma crença e uma ação voluntária de um agente animado acerca de algo. O diagrama 3 apresenta um exemplo da relação de razão.

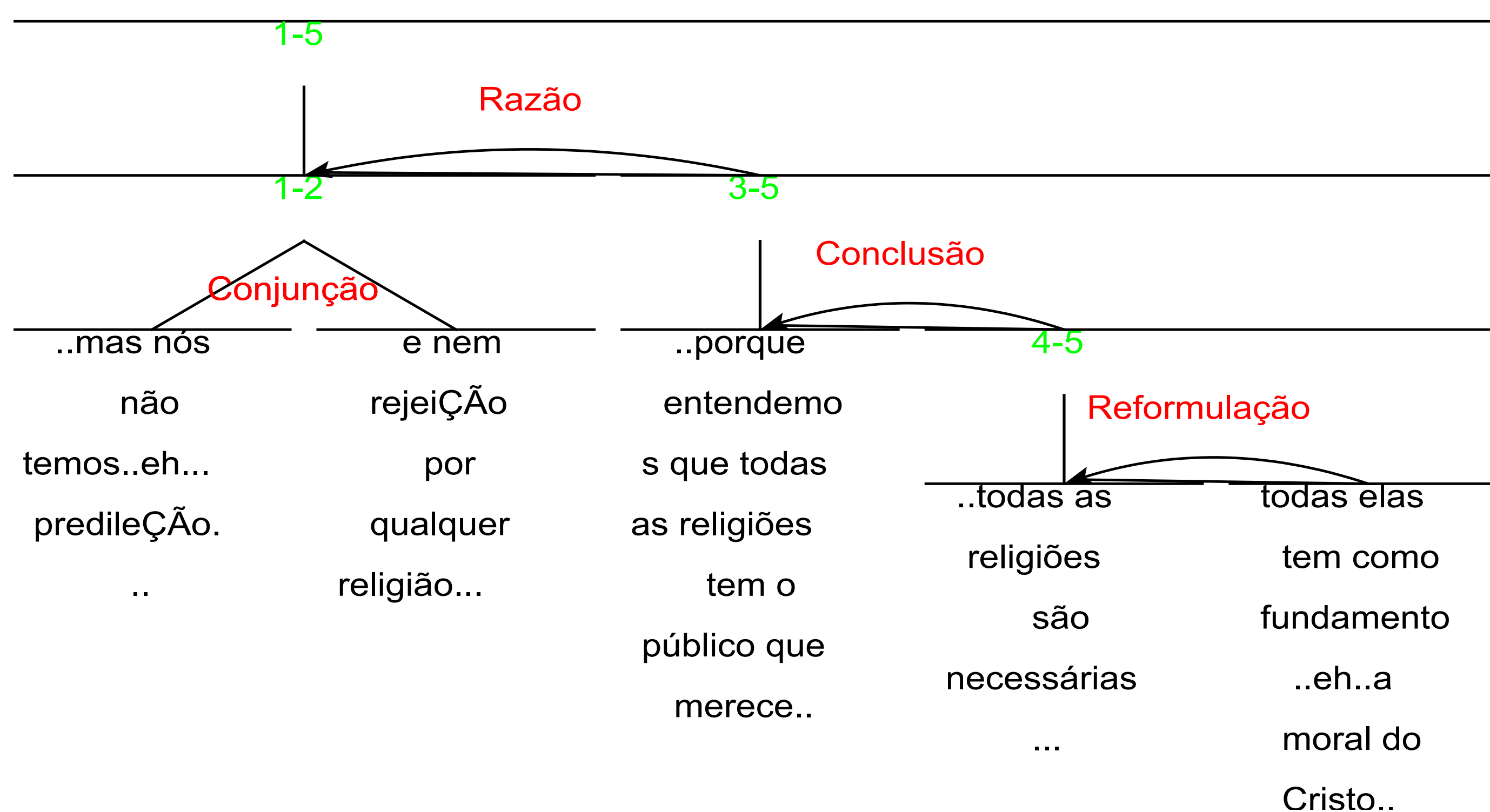


Diagrama 3 – Relação de razão

Fonte: Nuss (2017, p. 165)

Quadro 4 – Definição das relações retóricas do diagrama 3

Relação	Definição das relações	Intenção do falante
Razão	Condições em N+S: Satélite apresenta a razão, motivo para o evento nuclear realizado por um agente animado.	Apresentar uma razão em S para o N.
Conjunção	Os elementos unem-se para formar uma unidade onde cada um dos elementos desempenha um papel semelhante.	Ouvinte reconhece que os elementos inter-relacionados se encontram em conjunto.
Conclusão	Condições em N+S: S apresenta uma declaração final (juízo, inferência, decisão final) do falante em relação ao N.	Ouvinte reconhece a inferência, decisão, juízo realizado pelo falante sobre o conteúdo de N.
Reformulação	Condições em N+S: S reformula N, onde S e N possuem um peso semelhante. O N é mais central para alcançar os objetivos de Falante do que S.	Ouvinte reconhece S como reformulação do N.

Fonte: Mann e Taboada (2005-2018) e Carlson e Marcu (2001)

Para além das relações encontradas nas porções textuais que se relacionam em diferentes níveis hierárquicos, como nos diagramas anteriores, também foram encontradas ocorrências no mesmo nível hierárquico da estrutura textual. No exemplo do diagrama 4, a relação de causa ocorre entre orações adjacentes. O evento expresso no satélite representa a causa do evento presente no núcleo.

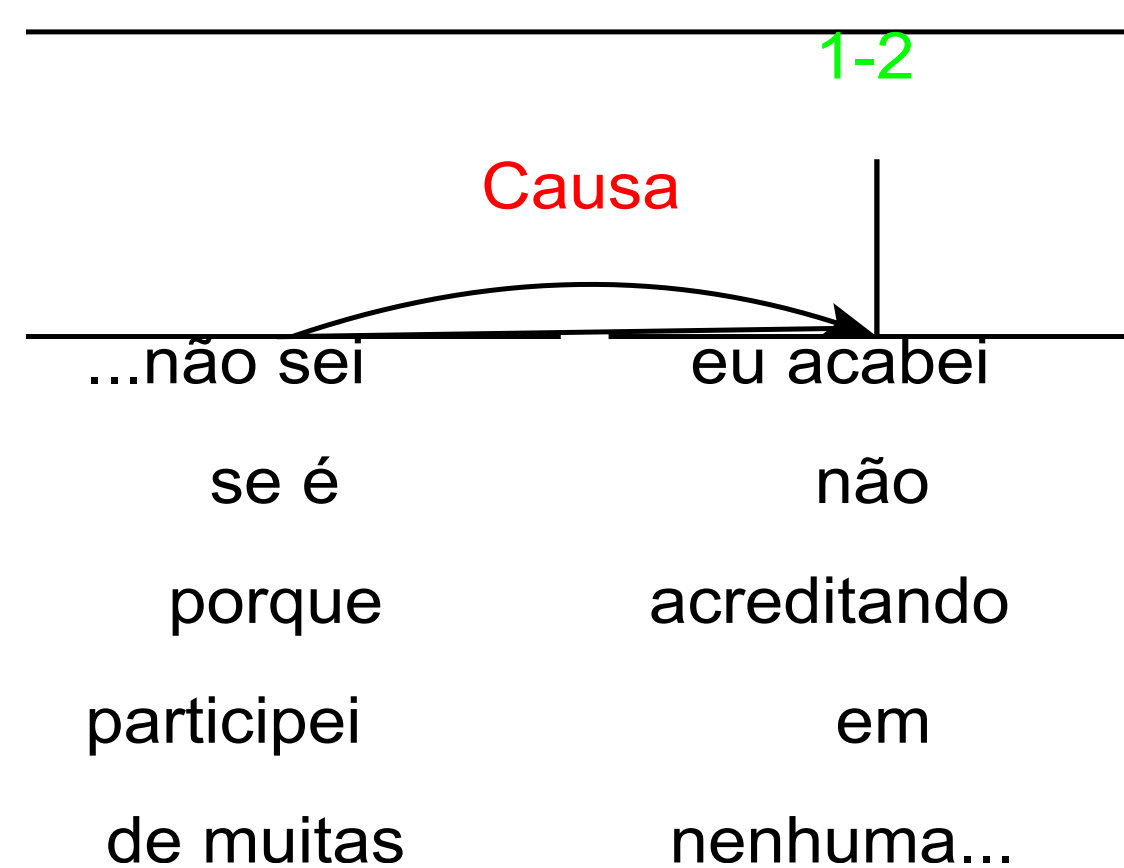


Diagrama 4 – Relação de causa

Fonte: Nuss (2017, p. 166)

Quadro 5 – Definição das relações retóricas do diagrama 4

Causa	Condições em N+S: a situação apresentada no núcleo é a causa da situação apresentada no satélite. A causa, que é o núcleo, é a parte mais importante. O satélite representa o resultado da ação.	A intenção do Falante é enfatizar a causa expressa no núcleo e o resultado no satélite para o ouvinte.
-------	--	--

Fonte: Carlson e Marcu (2001)

No diagrama 5, observa-se uma ocorrência da relação de resultado. O evento do núcleo é tratado como causa do evento apresentado no satélite. O falante reconhece a causalidade entre os eventos e a apresenta como informação compartilhada e ao mesmo tempo como tópico, colocando a causa do evento em evidência.

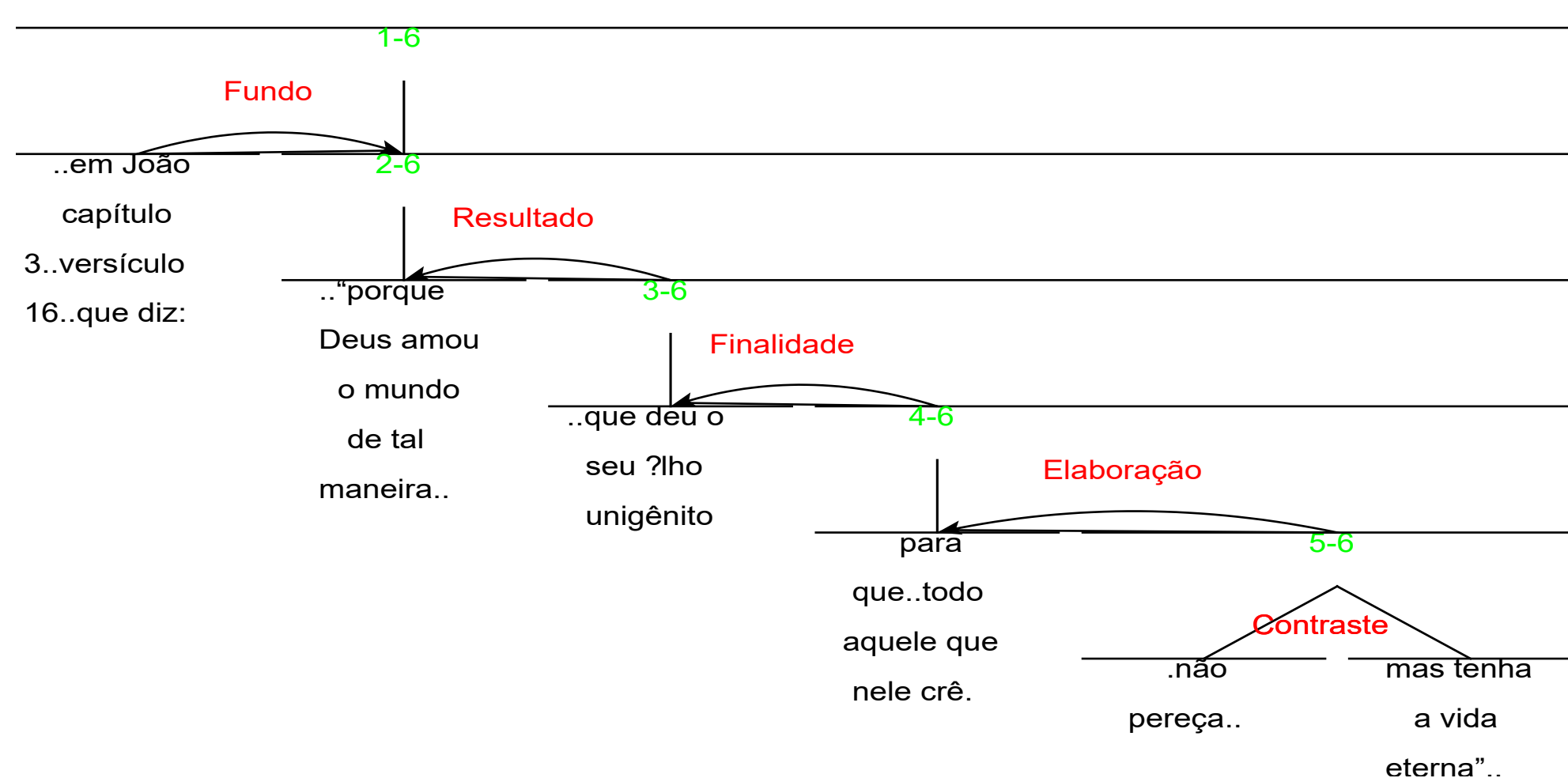


Diagrama 5 – Relação de resultado

Fonte: Nuss (2017, p. 169)

Quadro 6 – Definição das relações retóricas do diagrama 5

Relação	Definição das relações	Intenção do falante
Fundo	Condições em N: Ouvinte não compreende integralmente N antes de ler o texto de S. Condições em S: aumenta a capacidade de o ouvinte compreender um elemento em N.	Aumentar a capacidade do ouvinte para compreender N.
Resultado	Condições em N+S: Causa no satélite e o resultado no núcleo (o resultado é mais importante).	Apresentar o núcleo como mais importante que o satélite.
Finalidade	Condições em N+S: N apresenta uma ação realizada, a qual justifica a ação em S	Ouvinte reconhecer que N resultou na ação em N.
Elaboração	Condições em N+S: a compreensão da informação no satélite aumenta a capacidade potencial do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N.	A capacidade do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N aumenta.
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças.	Ouvinte reconhecer a possibilidade de comparação e a diferença(s) suscitada(s) pela comparação realizada.

Fonte: Mann e Taboada (2005-2018) e Carlson e Marcu (2001)

Com isso, destaca-se que é possível considerar a existência de uma correspondência direta acerca da construção sintática em termos da disposição dos elementos linguísticos e as relações retóricas, uma vez que a alternância desses elementos favorece o surgimento de diferentes relações. Note-se que, nos diagramas 1, 2 e 3 (causais pospostas), as porções textuais com a “conjunção causal” são satélites em relação com uma porção textual e núcleo em relação com outra porção textual. Em 4 (causal anteposta), a porção com a “conjunção causal” é satélite, e, em 6 (causal anteposta), é núcleo.

Como já visto, uma análise da estrutura retórica das orações adverbiais não se resume apenas à classificação de conjunções. Mesmo quando há essa marcação, ela não define a relação, apenas atua como pista, sinalizando as relações retóricas possíveis.

Para se identificar uma relação de coerência entre porções textuais, é necessária a observação das relações retóricas que emergem entre elas, de modo a identificar a função dessas relações.

A RST possibilita esquematizar essas ocorrências e observar como os segmentos textuais se estruturam de forma coerente e produzem relações que são consideradas a partir da intenção provável do falante em relação à informação pragmática do ouvinte. No diagrama 6, verifica-se, ainda, que uma oração causal conjuncional que possui interdependência de causalidade com a oração nuclear (no nível textual) pode apresentar diferentes formas de inserção tópica ou outras funções textual-discursivas.

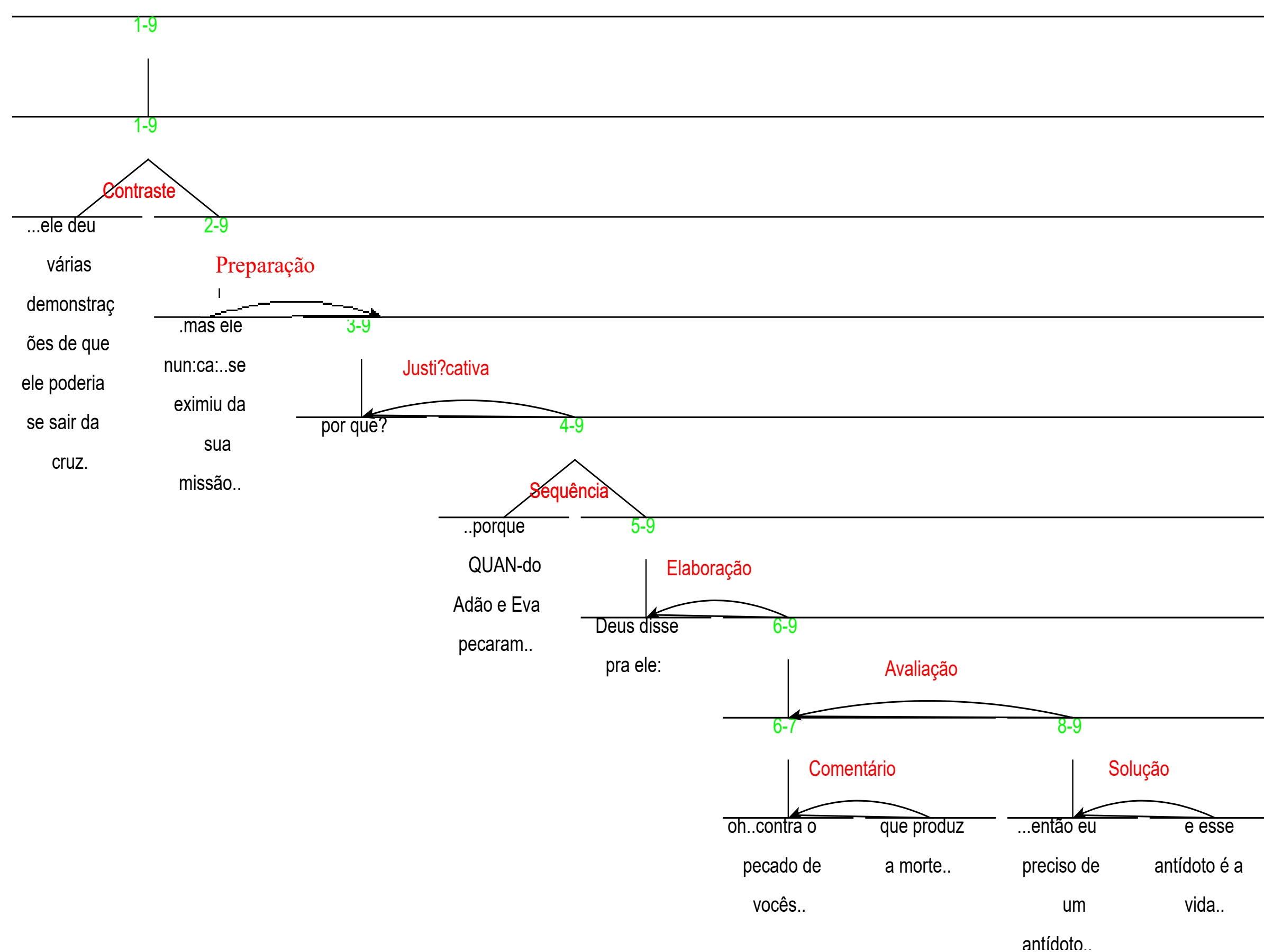


Diagrama 6 – Relação de justificativa

Fonte: Nuss (2017, p. 170)

Quadro 7 – Definição das relações retóricas do diagrama 6

Relação	Definição das relações	Intenção do falante
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças.	Ouvinte reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada.
Preparação	S precede N no texto; S tende a fazer com que L esteja mais preparado, interessado ou orientado para ler N.	Preparar, orientar ou interessar o Ouvinte para o conteúdo em N.
Justificativa	Condições em N+S: A compreensão do conteúdo do satélite pelo Ouvinte aumenta a sua tendência para aceitar que o Falante apresente N.	A tendência do Ouvinte para aceitar o direito do Falante a apresentar N aumenta.
Sequência	Condições N+N: Existe uma relação de sucessão entre as situações apresentadas nos núcleos.	O ouvinte reconhece a sucessão dos fatos entre os núcleos.
Elaboração	Condições em N+S: a compreensão da informação no satélite aumenta a capacidade potencial do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N.	A capacidade do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N aumenta.
Avaliação	Condições em N+S: S apresenta uma declaração final (juízo, inferência, decisão final) do falante em relação ao N.	Ouvinte reconhece a inferência, decisão, juízo realizado pelo falante sobre o conteúdo de N.
Comentário	Condições N+S: S constitui uma observação subjetiva do Falante em relação ao N.	Apresentar um ponto de vista sobre elementos fora do foco dos elementos do N.
Solução	Condições em S: S apresenta um problema Condições em N: constitui uma solução para o problema apresentado em S.	Ouvinte reconhece N como uma solução para o problema apresentado em S.

Fonte: Mann e Taboada (2005-2018) e Carlson e Marcu (2001)

Ao analisar a estrutura hierárquica das porções textuais apresentadas no diagrama 7 e as relações retóricas estabelecidas entre elas, percebe-se o quanto a relação entre as porções textuais permite observar como a argumentação utilizada pelo falante auxilia na elaboração e na construção de significados, apresentando os segmentos textuais de modo não apenas a expressar as impressões particulares do falante, mas também de explicitar ao ouvinte alguns motivos plausíveis para que ele venha a aceitar a proposição do falante.

A Justificativa, no diagrama 6, é formada pelas porções de 4 a 6. Já no diagrama 7, a justificativa é apresentada na porção textual 2, em que a oração causal apresenta uma justificativa para a porção 1 e é elaborada pelas porções textuais de 3-6.

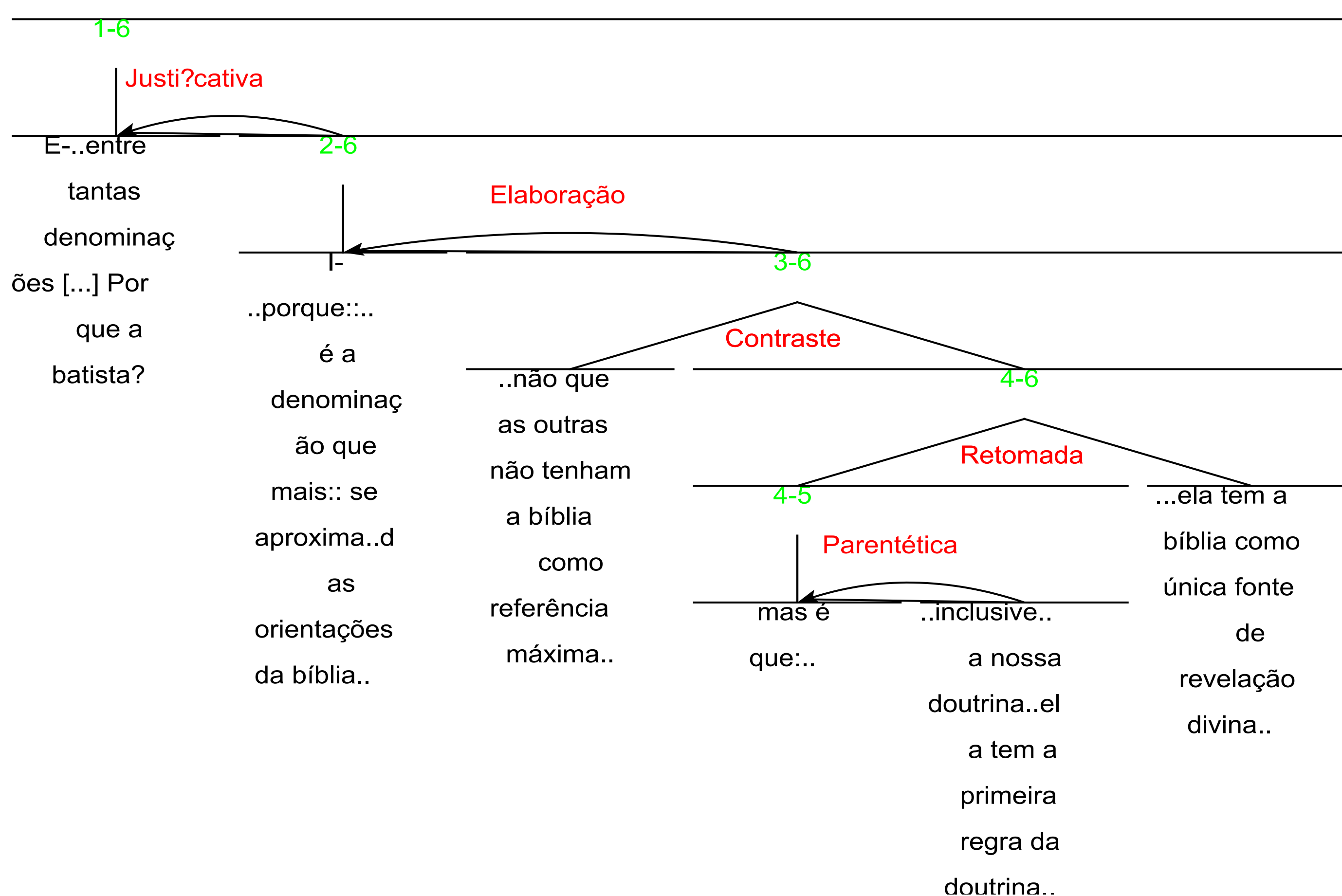


Diagrama 7 – Relação de justificativa

Fonte: Nuss (2017, p. 172)

Quadro 8 – Definição das relações retóricas do diagrama 7

Relação	Definição das relações	Intenção do falante
Justificativa	Condições em N+S: A compreensão do conteúdo do satélite pelo Ouvinte aumenta a sua tendência para aceitar que o Falante apresente N.	A tendência do Ouvinte para aceitar o direito do Falante a apresentar N aumenta.
Elaboração	Condições em N+S: a compreensão da informação no satélite aumenta a capacidade potencial do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N.	A capacidade do Ouvinte para compreender o fato, a ação em N aumenta.
Contraste	Nunca mais de dois núcleos; as situações nestes dois núcleos são (a) compreendidas como sendo as mesmas em vários aspectos (b) compreendidas como sendo diferentes em alguns aspectos, e (c) comparadas em termos de uma ou mais destas diferenças.	Ouvinte reconhece a possibilidade de comparação e a(s) diferença(s) suscitadas pela comparação realizada.
Retomada (<i>same-unit</i>)	Condições em N: utilizado como um dispositivo para a ligação de dois fragmentos de texto que são divididos por uma unidade incorporada (apostos, parênteses <i>etc.</i>).	
Parentética	Condições em N+S: S apresenta informação que complementa o conteúdo do N, mas não pertence ao fluxo principal do texto.	Ouvinte reconhece que S apresenta informação extra ao conteúdo do N.

Fonte: Mann e Taboada (2005-2018) e Carlson e Marcu (2001)

Acerca das orações causais conjuncionais, cabe ressaltar que a diferença entre uma relação e outra é bastante tênue, uma vez que as relações de causa, resultado, razão, justificativa e explicação são bastante próximas. Essa questão abre espaço para a possibilidade de uma relação ser interpretada de forma diferente quando analisada por diferentes anotadores. Por isso também existem casos em que é possível mais de uma leitura, conforme o modelo teórico da RST.

| Considerações finais

Como foi possível observar ao longo deste trabalho, as relações de causa expressas por construções oracionais conjuncionais não se restringem à “causa” ou à “explicação” apenas. As relações de sentido que emergem das porções textuais podem ser variadas, sendo a relação de causa uma das relações de causalidade possíveis. Há outras relações de causalidade marcadas também pela conjunção “porque”, tais como, razão, justificativa, resultado e explicação. Por meio dos conceitos teóricos da RST, é possível descrever essa distinção entre as relações de sentido que envolvem causalidade e a relação de causa em sentido estrito.

Assim, acerca das porções textuais que se relacionam por meio de construções causais hipotáticas sinalizadas por conjunções tidas como tipicamente uma marca de “causa”, ressalta-se, novamente, o fato de que as relações retóricas emergem da combinação entre as porções textuais, e não da conjunção em questão, uma vez que a conjunção funciona como “pista” e sinaliza diferentes relações retóricas.

| Referências

CARLSON, L.; MARCU, D. **Discourse Tagging Reference Manual**. Setembro de 2001. p. 32-82. Disponível em: <https://www.isi.edu/~marcu/discourse/tagging-ref-manual.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. *In*: DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. de O. *et al. Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Edward Arnold, 2004.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Relational propositions in discourse**. California: University of southern California, Information sciences institute, ISI/RR-83-115, 1983.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MANN, W. C.; TABOADA, M. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 2005-2018. Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/intro.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

NUSS, V. M. **As relações retóricas e o campo de causalidades das orações hipotáticas adverbiais na construção da argumentatividade e da coerência textual**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2017.

TABOADA, M. Implicit and Explicit Coherence Relations. *In*: RENKEMA, J. (ed.). **Discourse, of Course**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. p. 127-140.

TABOADA, M. Building coherence and cohesion. **Pragmatics & Beyond**, New Series, v. 129, p. 155-180, 2004.

TERCEIRA PARTE

**Gramática
Discursivo-Funcional**

UMA INVESTIGAÇÃO FUNCIONAL DOS SIGNIFICADOS MODAIS EXPRESSOS PELA PERÍFRASE *TENER QUE* NO ESPANHOL PENINSULAR FALADO

Ana Luiza Ferancini Nogueira
Sandra Denise Gasparini-Bastos

Introdução

Em sua abordagem funcionalista, Dik (1997) conceitua a língua como um instrumento de interação social entre seres humanos, usada com a intenção de estabelecer relações comunicativas. Dentro do paradigma funcional, a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa, estruturada em torno de regras sociais, normas ou convenções. Sob tais premissas, a língua deve sempre ser investigada a partir de seu uso efetivo em contextos reais de produção, o que torna obrigatória a análise de qualquer fenômeno linguístico com base nas relações contraídas no discurso. Coerentes com tais premissas, optamos por utilizar, neste trabalho, o modelo teórico funcionalista para fundamentar a análise dos significados modais possíveis de serem expressos pela construção *tener que*.

A presente pesquisa²³ tem por objetivo investigar, a partir da classificação das modalidades proposta por Hengeveld (2004)²⁴, os valores modais possíveis de serem expressos pela construção *tener*

23 Este trabalho é fruto de pesquisas em nível de Iniciação Científica (ISB – UNESP e FAPESP/ Processo 2014/08093-0), desenvolvidas de 2013 a 2015, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini-Bastos (IBILCE/UNESP). Os resultados serviram de base para a investigação sobre a evolução da construção perifrástica *tener que* dentro do quadro da gramaticalização, em nível de Mestrado.

24 A proposta de Hengeveld (2004) é a base da classificação das modalidades proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) para o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

que em dados do espanhol peninsular falado, retirados de contextos reais de uso da língua. Para isso, utilizamos como córpus de pesquisa dados de língua falada das cidades espanholas de Alcalá de Henares e de Granada pertencentes ao Projeto PRESEEA (*Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América*).²⁵

Considerando que o enfoque funcionalista prevê a atuação conjunta de fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos na produção de todo e qualquer enunciado linguístico, propomos, além da descrição da construção de acordo com o domínio semântico e com o alvo da avaliação modal, conforme estabelece Hengeveld (2004), a investigação de alguns fatores contextuais favorecedores da ocorrência de um ou de outro tipo modal, isto é, de elementos contextuais de natureza sintática, semântica e pragmática que caracterizam a construção *tener que*. Em concordância com Silva Corvalán (1995), reconhecemos a importância do contexto para a análise dos verbos auxiliares modais, os quais, dado seu caráter polissêmico, não podem ser definidos, *a priori*, como expressando um único valor modal.

Este capítulo apresenta-se organizado da seguinte maneira: em (1) explicitamos os preceitos teóricos que embasam o presente trabalho, o que inclui a explanação do conceito de modalidade e a classificação adotada na análise; em (2) apresentamos os parâmetros de análise; em (3) apresentamos a análise das ocorrências de *tener que* identificadas no córpus e, por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas que fundamentam a presente pesquisa.

25 O Projeto PRESEEA inclui dados de várias cidades espanholas e de vários países hispânicos. Tem como coordenador o professor Francisco Moreno Fernández, da Universidade de Alcalá de Henares, Espanha. Os dados referentes ao Projeto PRESEEA encontram-se disponíveis em <http://preseea.linguas.net/>.

1. A modalidade: conceituação e classificação

Os estudos sobre modalidade são de notável diversidade, de um lado porque varia a própria conceituação dessa categoria linguística e de outro porque variam as próprias orientações teóricas (NEVES, 2006). Para Quirk *et al.* (1985, p. 219), a modalidade diz respeito ao “modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa.”. Para Coracini (1991, p. 113), a modalidade é a “expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o conteúdo enunciado, ora comprometendo-se, ora afastando-se.”.

Hengeveld (2004) propõe uma classificação das modalidades segundo dois critérios: o *domínio semântico da avaliação* (sob qual perspectiva a avaliação é feita) e o *alvo da avaliação* (ou a parte do enunciado que é modalizada). Com relação ao domínio semântico, as modalidades são subdivididas pelo autor em modalidade facultativa, modalidade deôntica, modalidade epistêmica, modalidade volitiva e modalidade evidencial. No que diz respeito ao alvo da avaliação, as modalidades podem ser orientadas para o participante, para o evento ou para a proposição.

A modalidade facultativa diz respeito às capacidades e às habilidades. Segundo Hengeveld (2004), esse tipo modal pode ser orientado para o participante ou para o evento. Quando orientado para o participante, expressa a “habilidade de um participante engajado no evento designado pelo predicado.” (HENGEVELD, 2004, p. 1194). No exemplo (01), o verbo modalizador *poder* atua como forma de expressão da habilidade intrínseca ao participante que, por suas características morfológicas e fisiológicas, é naturalmente capaz de nadar:

(01) João **pode** nadar. (HENGEVELD, 2004, p. 1193, tradução nossa)²⁶

A modalidade facultativa orientada para o evento, por sua vez, “caracteriza os eventos em termos das condições físicas ou circunstanciais que possibilitam a sua ocorrência” (HENGEVELD, 2004, p. 1195). Nesse tipo modal, a possibilidade de ocorrência do evento independe do participante e relaciona-se às circunstâncias em que o evento ocorre. Em (02), a impossibilidade de ocorrência do evento (*usar a biblioteca da escola*) está diretamente relacionada à circunstância (*a paralisação dos funcionários*) à qual o evento se subordina:

(02) Com a paralisação dos funcionários, os alunos não **podem** mais usar a biblioteca da escola. (BRUNELLI; GASPARINI-BASTOS, 2011, p. 63).

A modalidade deôntica relaciona-se às noções de permissão, obrigação e proibição. Segundo Hengeveld (2004), esse tipo modal pode ser orientado para o participante ou para o evento. Quando orientado para o participante, diz respeito à imposição de ordem ou à permissão que recaem sobre um sujeito específico inserido no evento. No exemplo (03), um agente externo obriga o sujeito (você) a realizar algo de determinado modo e não de outro:

(03) Assim é que você **deve** fazer. (NEVES, 2006, p. 162)

A modalidade deôntica orientada para o evento, por sua vez, indica a existência de obrigações, permissões ou proibições de caráter geral, sem que o sujeito-enunciador assuma a responsabilidade pelo que enuncia e sem que a imposição de ordem recaia sobre um participante específico. Esse tipo modal é expresso, frequentemente, por construções unipessoais como *é preciso*, no exemplo (04):

26 No original: *John is able to swim.*

(04) nós crescemos em termos absolutos, todo o Brasil cresce a gente tem de crescer também... mas em termos relativos estamos indo para trás e **é preciso** denunciar isso (NEVES, 1996, p. 168)

De acordo com Hengeveld (2004), a modalidade epistêmica pode ser orientada para o evento ou para a proposição. Quando orientada para o evento, expressa a (im)possibilidade de ocorrência de um evento com base no que o enunciador sabe sobre o mundo. O verbo auxiliar *poder*, no exemplo a seguir, atua como expressão da possibilidade de que o sujeito da oração esteja nadando no momento de enunciação:

(05) João **pode** estar nadando. (HENGEVELD, 2004, p. 1193, tradução nossa)²⁷

A modalidade epistêmica orientada para a proposição, por sua vez, expressa “o grau de comprometimento do sujeito-enunciador com relação à proposição que ele apresenta” (HENGEVELD, 2004, p. 1192). No exemplo (06), o advérbio modalizador *talvez* revela a hesitação (dúvida) do sujeito-enunciador com relação à verdade do conteúdo da proposição:

(06) **Talvez** ele tenha ido embora. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 154, tradução nossa)²⁸

A modalidade volitiva, por fim, refere-se ao que é desejável e pode ser orientada para o participante, para o evento ou para a proposição, embora a existência da modalidade volitiva orientada para a proposição seja algo questionado nas línguas naturais, como destacam Olbertz e Gasparini-Bastos (2013). A modalidade volitiva orientada para o participante diz respeito ao desejo do participante de se inserir no evento designado pelo predicado. O exemplo (07), a seguir, é representativo desse tipo modal:

27 No original: *John may be swimming.*

28 No original: *Maybe he went away.*

(07) Nós **queremos** sair. (HENGEVELD, 2004, p. 1194, tradução nossa).²⁹

A modalidade volitiva orientada para o evento, por sua vez, caracteriza os eventos em termos do que é desejável ou não, sem que o sujeito-enunciador se comprometa com o conteúdo enunciado. No exemplo (08), o adjetivo *desejável* atua como forma de expressão desse tipo modal:

(08) **É desejável que** todos compareçam à reunião. (BRUNELLI; GASPARINI-BASTOS, 2011, p. 64)

A modalidade evidencial, ou evidencialidade, relacionada à fonte da informação contida na proposição, tem sido tratada, em estudos mais recentes dentro do modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional, como uma categoria separada da modalidade (cf. HENGEVELD, 2011; HENGEVELD; HATTNER, 2015). Por essa razão, ao utilizarmos a classificação de Hengeveld (2004), excluímos a evidencialidade dos subtipos modais.

Com relação à modalidade facultativa, julgamos importante fazer uma ressalva. Hengeveld (2004) emprega a denominação *modalidade facultativa* para os casos em que são expressas, nas sentenças, as noções de habilidade. Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) preferem empregar o termo *modalidade inerente* porque afirmam que a denominação *facultativa*, por ser baseada em noções de habilidade, é adequada para denominar a possibilidade inerente, porém inadequada para classificar a necessidade inerente. Considerando que a modalidade inerente abarca os casos de modalidade facultativa e que a construção *tener que* serve à expressão da necessidade inerente, ela não pode ser explicada por meio da modalidade facultativa, que admite apenas a existência da possibilidade e não da necessidade. Assim, optamos por empregar, neste trabalho, a denominação *modalidade*

29 No original (inglês): *We want to leave*.

*inerente*³⁰ em lugar de *modalidade facultativa*, reconhecendo, no entanto, que os dois termos representam domínios semânticos um pouco distintos.

2. Parâmetros de análise da construção *tener que*

Conforme afirmam Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), a perífrase *tener que* se desenvolveu somente na metade do século XV. Por esse motivo, as autoras, baseando-se em estudos tipológicos que comprovam a tendência de desenvolvimento dos significados epistêmicos a partir dos não-epistêmicos, consideram como esperado o fato de que os valores epistêmicos expressos por essa construção modal sejam muito menos frequentes do que os valores não-epistêmicos.

Sob uma perspectiva funcionalista da linguagem, investigamos os valores modais expressos por *tener que* em dados do espanhol peninsular falado retirados do Projeto PRESEEA, com base nos seguintes parâmetros de análise: domínio semântico e alvo da avaliação modal, características semânticas do sujeito da ocorrência com *tener que* (animacidade e agentividade), e referência temporal de *tener que*³¹.

Com relação ao domínio semântico, hipotetizamos, com base na classificação das modalidades segundo Hengeveld (2004) e a partir dos trabalhos de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) e de Olbertz (2016), que a perífrase *tener que* poderia expressar as modalidades *inerente*, *deôntica* e *epistêmica*. Com relação à frequência de um

30 A modalidade *inerente* já havia sido prevista por Dik (1997) e não deve ser confundida com a modalidade *alética*, relacionada ao valor de verdade dos enunciados e cuja existência, nas línguas naturais, é questionada.

31 O modo verbal, incluído inicialmente entre os parâmetros de análise, não é tratado aqui em razão da pouca relevância que teve para a determinação dos tipos modais, pois a ocorrência do modo indicativo, menos marcado, foi praticamente categórica.

ou de outro significado modal, hipotetizamos que os valores não-epistêmicos, por serem mais antigos, seriam mais frequentes do que os epistêmicos.

Quanto ao alvo da avaliação, hipotetizamos que a perífrase *tener que* expressaria as modalidades inerente e deôntica orientadas para o participante e para o evento e a modalidade epistêmica orientada para o evento, uma vez que os verbos auxiliares comumente não tomam por escopo a proposição, uma unidade de ordem mais alta se se leva em conta a estrutura em camadas proposta pelo funcionalismo holandês, mais especificamente por Dik (1997) e por Hengeveld (1988), dentro dos limites da oração (*clause*), e por Hengeveld e Mackenzie (2008), já no modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional. Considerando o tipo de cópua investigado, entrevistas orais, hipotetizamos que a orientação para o evento, por estabelecer regras gerais que não recaem a nenhum participante específico, seria mais frequente do que a orientação para o participante, até mesmo para manter a polidez nesse tipo de interação.

No que diz respeito à animacidade do sujeito da ocorrência com *tener que*, hipotetizamos, com base em Carrascossi (2003) e em Neves (2006), que sujeitos animados tenderiam a aparecer com as modalidades inerente, deôntica e epistêmica, enquanto sujeitos inanimados apareceriam predominantemente associados à modalidade epistêmica.

Com relação à agentividade, Neves (2006) salienta a importância desse parâmetro para a interpretação das modalidades, uma vez que as leituras de um enunciado são reguladas em função do controle do sujeito sobre o predicado. Dessa forma, hipotetizamos, com base na autora e também em Klinge (1996), o predomínio das modalidades inerente e deôntica para os casos em que a predicação envolvesse o traço [+controle] e da modalidade epistêmica no caso do traço [-controle]. Com base em Carrascossi (2003), esperávamos que as

modalidades não-epistêmicas (inerente e deôntica) ocorressem associadas a agentes controladores, pois esses são tipos modais que dizem respeito à conduta e a atos injuntivos.

Por fim, no que se refere à associação entre referência temporal de *tener que* e tipos modais expressos pela perífrase, hipotetizamos, com base em Klinge (1996) e em Neves (2006), que a interpretação deôntica seria esperada para as sentenças com referência no futuro pelo fato de a modalização deôntica dizer respeito a ordens, proibições e permissões projetadas para um momento posterior, pois como afirma Neves (2006, p. 188), “a ninguém pode ser conferida uma permissão ou ser imposta uma obrigação para que tenha feito algo no passado”. Já a leitura epistêmica seria mais adequada para as sentenças com referência no passado ou no presente, embora as leituras epistêmicas associadas às sentenças com referência no futuro não possam ser de todo excluídas, conforme afirma Klinge (1996).

A partir da apresentação dos parâmetros que nortearam a análise realizada, apresentamos, na sequência, o resultado da análise das 233 ocorrências de *tener que* em dados do espanhol peninsular falado.

3. Os significados modais expressos pela construção perifrástica *tener que*

A análise das ocorrências de *tener que* revela, com relação ao domínio semântico, que a perífrase expressa, como esperado, as modalidades inerente, deôntica e epistêmica. Embora os casos de expressão da modalidade volitiva tenham sido previstos por Olbertz (2016), não encontramos, nos dados, ocorrências de *tener que* manifestando esse tipo modal. Vejamos:

Tabela 1 – Valores modais expressos pela construção *tener que*

Domínio semântico		
Modalidade inerente	138	59,3%
Modalidade deôntica	80	34,3%
Modalidade epistêmica	15	6,4%
TOTAL	233	100%

Fonte: Elaboração própria

Uma análise quantitativa de *tener que* segundo o domínio semântico da avaliação mostra que essa construção tende a expressar, na maioria dos casos, a modalidade inerente (59,3% das ocorrências), seguida da modalidade deôntica (34,3% das ocorrências) e, em menor número, da modalidade epistêmica (6,4% das ocorrências). Conforme já citado, o desenvolvimento dos significados epistêmicos a partir dos não-epistêmicos e a origem relativamente recente da perífrase *tener que* explicam a frequência mais representativa da modalidade inerente e da modalidade deôntica no corpus. Com relação ao alvo da avaliação, foram encontrados os seguintes resultados:

Tabela 2 – Relação entre domínio semântico e alvo da avaliação da construção *tener que*

Domínio	Alvo				Total	%
	Participante	%	Evento	%		
Modalidade inerente	19	37,3	119	65,4	138	59,2
Modalidade deôntica	32	62,7	48	26,4	80	34,4
Modalidade epistêmica	-----	---	15	8,2	15	6,4
Total	51	21,9	182	78,1	233	100

Fonte: Elaboração própria

Como mostra a tabela, no que diz respeito ao alvo da avaliação modal, a análise quantitativa de *tener que* mostra um número muito maior de casos de modalidade orientada para o evento (78,1% das ocorrências) do que de modalidade orientada para o participante (21,9% das ocorrências). Esse resultado era esperado em razão do *córpus* analisado: em entrevistas orais espera-se que o alvo de imposição de normas de conduta ou permissões por parte do sujeito-enunciador não seja um indivíduo específico, em função da necessidade de polidez nesse tipo de interação.

A análise qualitativa dos dados de *tener que* revelou as seguintes possibilidades de cruzamento entre domínio semântico e alvo da avaliação:³²

- Modalidade inerente orientada para o participante:

(09) me gusta el fútbol no soy un fanático del fútbol tampoco soy un fanático de decir **tengo que** ver este partido como sea o sea yo me puedo perder una una final de la liga de campeones sin ningún tipo de problemas (PRESEEA_GRANADA_H32_07)

[Eu gosto de futebol. Não sou fanático por futebol, não sou tão fanático a ponto de dizer “tenho que ver esse jogo de qualquer maneira”. Eu posso perder uma final da Liga dos Campeões sem nenhum problema.]³³

O exemplo (09) é representativo da modalidade inerente orientada para o participante, tipo modal que diz respeito às necessidades e obrigações internas referentes a algum participante específico no evento. Nessa ocorrência, o sujeito-enunciador avalia como extremamente importante a ocorrência do evento (*ver este partido*),

32 Os exemplos foram retirados das amostras do Projeto PRESEEA selecionadas para análise. As referências às amostras extraídas do *córpus* obedecem à seguinte sequência: Nome do Projeto (PRESEEA), cidade de onde os dados proveem, sexo do informante (M para mulher ou H para homem), código do informante e número da entrevista.

33 Optamos por oferecer ao leitor menos proficiente em espanhol as traduções das ocorrências.

porque se sente condicionado, por uma necessidade interna ou subjetiva, a realizá-lo.

- Modalidade inerente orientada para o evento:

(10) es gente muy comunicativa [...] que no pueden obtener mayores ingresos porque los recursos allí están totalmente en manos de las grandes multinacionales y fruto de eso de esa gran desequilibrio económico que **tuvieron que** vender pues lo poco que tenían (PRESEEA_GRANADA_H32_07)

[São pessoas muito comunicativas [...] que não podem obter maiores salários porque os recursos lá estão totalmente nas mãos das grandes multinacionais e o fruto desse grande desequilíbrio econômico é que tiveram que vender o pouco que tinham.]

A modalidade inerente orientada para o evento refere-se a um tipo modal que tem como fonte da avaliação as circunstâncias que condicionam a necessidade de ocorrência do Estado de Coisas. Olbertz (2016) aponta que a diferença entre essa modalidade e a modalidade inerente orientada para o participante repousa no fato de que a primeira tem como origem da modalização uma entidade externa ao participante do evento, enquanto a segunda tem como fonte da modalização um elemento interno ao participante. Assim, enquanto a modalidade inerente orientada para o participante tem como origem da avaliação de necessidade um impulso interno do próprio enunciador e participante do Estado de Coisas, a modalidade inerente orientada para o evento tem como origem da avaliação de necessidade as circunstâncias ou os fatores contextuais.

No exemplo (10), que ilustra um caso de modalidade inerente orientada para o evento, são as circunstâncias ou os elementos contextuais – e não uma necessidade interna de vender – que condicionam a necessidade de ocorrência do Estado de Coisas (*vender lo poco que tenían*). Nesse caso, o participante do evento

necessita, por força das circunstâncias, vender o que tem em função de um grave desequilíbrio econômico.

- Modalidade deôntica orientada para o participante:

(11) le hice yo la pregunta y cuántos años tienes tú y me dijo veintiuno y le contesté ¡ah! [...] eres de mi eda(d) digo pues mira y mm la verda(d) es que no estoy de acuerdo contigo y tú lo único que **tienes que** hacer es limitarte a tu trabajo (PRESEEA_GRANADA_M31_06)

[Eu fiz a pergunta a ele: “e quantos anos você tem?”. Ele me disse: “vinte e um”. E eu respondi: “ah, [...] você é da minha idade. Olha, a verdade é que eu não concordo com você e a única coisa que você tem que fazer é se limitar ao seu trabalho”.]

Esse tipo modal diz respeito ao desejo do sujeito-enunciador de que um ser humano específico inserido em um evento cumpra as obrigações que lhe são determinadas. No exemplo (11), o enunciador (fonte da avaliação), objetivando realizar um desejo, impõe uma obrigação (*limitarte a tu trabajo*) a uma segunda pessoa (*tú*), ouvinte e alvo da avaliação modal.

- Modalidade deôntica orientada para o evento:

(12) a los vecinos les **tienes que** echar una mano a quien sea es normal te lleves bien te lleves mal cuando se necesita se lo tienes que echar la mano (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_H33_09)

[Você tem que dar uma mão aos vizinhos, seja quem for, é normal, simpatize ou não. Quando é necessário, você tem que dar uma mão.]

Na modalidade deôntica orientada para o evento, a fonte da avaliação modal repousa em regras gerais que determinam a necessidade de ocorrência do Estado de Coisas, sem que o sujeito-enunciador assuma a responsabilidade pela avaliação. No exemplo (12), a necessidade de cumprimento da obrigação (*echar una mano*)

recai não sobre um participante de segunda pessoa marcado pela desinência verbal de *tienes que*, mas sobre um participante genérico que se refere, nesse exemplo, a um grupo de pessoas. Nesse tipo modal, portanto, a ordem é de natureza geral e atinge uma coletividade.

- Modalidade epistêmica orientada para o evento:

(13) bueno más o menos es el calor que **tendría que** haber venido de una forma má:s graduada que ha venido de sopetón (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_H31_07)

[bom, é mais ou menos o calor que deveria ter vindo de uma forma mais graduada que veio de supetão.]

Considerando que a modalidade epistêmica orientada para o evento “caracteriza os eventos em termos da (im)possibilidade de sua ocorrência com base no que é conhecido sobre o mundo” (HENGEVELD, 2004, p. 1195), a perífrase *tener que* atua, no exemplo (13), como um modalizador epistêmico, uma vez que o falante expressa, por meio dela, que o esperado, com base em seu conhecimento sobre o mundo, era que o calor viesse de forma graduada e não subitamente.

No que se refere aos traços semânticos do sujeito da ocorrência com *tener que*, a análise quantitativa dos dados mostrou os seguintes resultados:

Tabela 3 – Relação entre domínio semântico e traços semânticos do sujeito

Domínio semântico	[+humano]	%	[-animado]	%	Total	%
Modalidade inerente	123	61,2	5	27,8	128	58,4
Modalidade deôntica	72	35,8	6	33,3	78	35,7
Modalidade epistêmica	6	3,0	7	38,9	13	5,9
Total	201	91,8	18	8,2	219 ³⁴	100

Fonte: Elaboração própria

Como mostra a tabela, os dados confirmam, com relação à animacidade, a tendência de associação dos sujeitos do tipo [+humano] e, portanto, [+animado], a enunciados interpretados tanto como inerentes (61,2% das ocorrências), como deônticos (35,8% das ocorrências) e epistêmicos (3% das ocorrências). A modalidade epistêmica, por sua vez, apareceu associada, com mais frequência, a sujeitos do tipo [-animado] (38,9% das ocorrências), embora o número reduzido de epistêmicos não nos permita chegar a conclusões categóricas quanto à relação entre essa modalidade e a animacidade do sujeito. Os exemplos a seguir ilustram o emprego das modalidades inerente e deôntica com sujeitos animados e da modalidade epistêmica com sujeitos inanimados:

(14) ¿y coges mucho el coche ahora?

pues ya casi es por costumbre [...] porque en realidad antes lo cogía pues porque tenía que hacer la ruta de los chicos para dejarla en el instituto a A en el colegio a J (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_H31_07)

[E você pega muito o carro agora? Bom, agora já é quase por costume [...] antes eu pegava porque tinha que fazer o trajeto para

34 Considerando o total de ocorrências com *tener que* (233 ocorrências), os 14 casos não categorizados no parâmetro de análise “traços semânticos do sujeito” se referem a ocorrências de oração sem sujeito e de ocorrências com a construção *tener que* no infinitivo e no gerúndio.

a escola das crianças: deixar A no instituto e J no colégio.]

(15) pues **tienes que** llamarme de tú ves aquí- aquí eres tú la que metes la pata (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_M52_16)

[Você tem que me chamar de você; você vê, aqui é você que comete uma gafe.]

(16) pue:s porque siempre te ha gustado e:l- poner u:n toldo y: tomarte ahí tu desayuno: y: estar a gusto no eso **tiene que** se:r el máximo ¿no? (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_H31_07)

[Porque você sempre gostou de pôr um toldo, de tomar ali seu café da manhã e ficar desfrutando. Isso deve ser o máximo, né?]

O exemplo (14), representativo da modalidade inerente orientada para o evento, apresenta um sujeito de primeira pessoa (*yo*) que necessita, em razão das circunstâncias, locomover-se de carro para levar seus filhos ao colégio. A ocorrência do evento *pegar o carro* (no sentido de dirigir) só é possível se o sujeito relacionado à perífrase *tener que* apresenta o traço [+humano].

O exemplo (15), em que *tener que* expressa a modalidade deôntica orientada para o participante, apresenta um sujeito de segunda pessoa (*tú*), ao qual é imposta, por parte do sujeito-enunciador, a obrigação de realização do evento (*llamarme de tú*). No caso da modalidade deôntica, o sujeito da ocorrência com *tener que* deve, necessariamente, ser do tipo [+animado] em razão da impossibilidade de imposição de obrigações, proibições e permissões a seres inanimados.

Já o exemplo (16), representativo da modalidade epistêmica orientada para o evento, apresenta um sujeito de terceira pessoa do singular (*eso*) com o traço semântico [-animado]. Nesse caso, com base em seu saber sobre o mundo, o sujeito-enunciador avalia o ato de tomar café da manhã, na sombra e com tranquilidade, como algo que possivelmente é muito prazeroso (*eso tiene que ser el máximo*).

Com relação à agentividade do sujeito da ocorrência com *tener que*, a análise quantitativa dos dados confirma a tendência de associação das modalidades inerente e deôntica a predicados que envolvem o traço [+controle] (99% das ocorrências), como se observa na tabela a seguir:

Tabela 4 – Relação entre domínio semântico e agentividade do sujeito

Domínio	[+controle]	%	[-controle]	%	Total	Total (%)
Modalidade inerente	120	61,5	8	33,4	128	58,5
Modalidade deôntica	73	37,5	5	20,8	78	35,6
Modalidade epistêmica	2	1,0	11	45,8	13	5,9
Total	195	89,0	24	11	219	100

Fonte: Elaboração própria

Os exemplos a seguir ilustram, respectivamente, a modalidade deôntica associada ao traço [+controle] e a modalidade epistêmica associada ao traço [-controle]:

(17) cuando haga el bachillerato que se lo tome un poquito más en serio porque ahí ya las notas tienen un valor más importante y hay que tenerlo ya previsto [...] y por lo menos que se lo tome un poquito más en serio este año como que ya perdonamos un poco ese trasiego pero que para otros años lo **tiene que** tomar un poquito más en serio (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_H31_07)

[Quando fizer o ensino médio, tem que levar um pouco mais a sério porque aí as notas têm um valor importante. Tem que ter isso previsto [...] E pelo menos que leve isso um pouquinho mais a sério. Este ano já perdoamos um pouco esse erro, mas nos outros anos tem que levar um pouco mais a sério.]

(18) Hay carencia de parte práctica pero la teoría: también te ayuda a conocer a manejarlo un carácter práctico de las cosas ¿no? creo yo ahora así bueno decepción no porque decepción al fin y al cabo

tiene que estar cualquier universitario en España ¿no? (PRESEEA_ ALCALÁ DE HENARES_H14_02)

[Existe muita carência de parte prática, mas a teoria também te ajuda a conhecer, a conduzir um caráter prático das coisas, né? Bom, decepção não porque no fim das contas decepcionado deve estar qualquer universitário na Espanha, né?]

No exemplo (17), em que *tener que* expressa a modalidade deôntica orientada para o participante, o predicado envolve o traço [+controle]. Nesse caso, o sujeito-enunciador, agente controlador do predicado que enuncia, impõe a sua filha, uma terceira pessoa ausente da cena comunicativa, a obrigação de realização do evento (*levar os estudos mais a sério*). Já no exemplo (18), representativo da modalidade epistêmica orientada para o evento, notamos a ausência do traço [+controle] porque a perífrase *tener que* atua, nessa ocorrência, sobre um predicado que apresenta um verbo de estado (*estar*), que não exige a presença de um agente controlador.

Com relação ao último parâmetro de análise, a referência temporal de *tener que*, a análise quantitativa dos dados revela a esmagadora frequência de associação das modalidades inerente e deôntica a eventos no tempo presente (93% das ocorrências), como mostra a tabela a seguir. Esse resultado é justificável se consideramos que o presente é o tempo verbal menos marcado e que os enunciados no presente também podem apresentar referência de futuro.

Tabela 5 – Relação entre domínio semântico e referência temporal

Domínio	Presente	%	Passado	%	Futuro	%	Total	Total (%)
Inerente	73	51,0	41	80,4	16	51,6	130	57,7
Deôntica	60	42,0	8	15,7	12	38,7	80	35,6
Epistêmica	10	7,0	2	3,9	3	9,7	15	6,7
Total	143	63,6	51	22,7	31	13,8	225	100

Fonte: Elaboração própria

Com relação à modalidade epistêmica, verificamos que o presente também foi o tempo mais recorrente no corpus, embora ocorrências de modalidade epistêmica com verbo no passado e no futuro também tenham sido identificadas. Os exemplos a seguir ilustram, respectivamente, o emprego da modalidade deôntica em enunciados com verbo no futuro e da modalidade epistêmica em eventos situados no passado:

(19) entonces yo me imagino que sí se tomarán el asunto en serio y alguna salida le- le **tendrán que** dar porque no puede continuar así (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_H31_07)

[Então eu imagino que levarão o assunto a sério e alguma saída terão que dar porque assim não pode continuar.]

(20) estaban en una especie de sitio de recreo entre medias de las dos ciudades y a mi madre como le dio la historia estaba más cerca V y nací en un hospital porque en la S no había hospital pero vamos fue de casualidad ¿sabes? nací de casualidad tenía que haber nacido en la S (PRESEEA_ALCALÁ DE HENARES_H14_02)

[Estavam em uma espécie de lugar de recreio entre as duas cidades e minha mãe estava mais perto de V e eu nasci em um hospital porque em S não havia hospital, mas foi por acaso, sabe? Eu nasci por acaso, tinha que ter nascido em S.]

No exemplo (19), a construção *tener que* aparece conjugada na terceira pessoa do plural (*tendrán que*) e atua como forma de expressão da modalidade deôntica orientada para o evento, uma vez que a obrigatoriedade de realização do Estado de Coisas não recai sobre nenhum participante específico. Nesse caso, a realização do evento (*dar una saída*) se projeta para um momento posterior ao momento da enunciação. Já no exemplo (20), a perífrase *tener que* aparece conjugada na primeira pessoa do singular (*tenía que*) e atua como forma de expressão da modalidade epistêmica orientada para o evento. Nesse caso, o sujeito-enunciador avalia, com base no que conhece sobre o mundo, a possibilidade de que algo (*nacer en la S*) tenha ocorrido em um momento anterior ao momento de enunciação. Esse exemplo ilustra bem a impossibilidade de controle do sujeito-enunciador sobre a ocorrência de um evento com referência no passado.

Sobre a modalidade deôntica, embora o esperado fosse que esse tipo modal não aparecesse associado a eventos com referência no passado, encontramos casos de *tener que* deôntico com morfologia de passado, porém com valor semântico de futuro. Em razão de comumente haver neutralização, em espanhol, do pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito, é possível que, em alguns contextos, o pretérito imperfeito do indicativo assumira o valor do futuro do pretérito e vice-versa. É o que ocorre em (21), a seguir:

(21) Al final es una concentración ahí de borrachos [...] Lo ves en to(dos) los sitios va la policía local los echan y al rato vuelven y yo no veo solución yo creo que **tenían que** hacer una zona que no esté habitada (PRESEEA_GRANADA_H31_01)

[No fim das contas é uma concentração de bêbados [...] Você vê isso em todos os lugares, a polícia local vai até o lugar, expulsa-os e logo depois eles voltam. Eu não vejo solução, acredito que tinham que fazer uma área que não esteja habitada.]

Nesse exemplo, embora a marcação morfológica da perífrase *tener que* seja a de passado (*tenían que*), o valor semântico dessa construção é de futuro.

| Considerações finais

No presente trabalho, analisamos os valores modais expressos pela perífrase *tener que* no espanhol peninsular falado à luz da classificação das modalidades proposta por Hengeveld (2004), dentro de uma abordagem teórica funcionalista. Coerentes com o posicionamento de Silva Corvalán (1995), que sugere que os valores modais de uma unidade linguística sejam vistos como uma função da interação entre a unidade e os elementos linguísticos e extralinguísticos do contexto discursivo, analisamos não só os significados modais expressos por *tener que*, mas também os elementos contextuais que favorecem o emprego de um determinado tipo modal.

No que diz respeito ao parâmetro domínio semântico da avaliação modal, hipotetizamos que a perífrase *tener que* seria capaz de expressar as modalidades inerente, deôntica e epistêmica, com predomínio das modalidades inerente e deôntica, respectivamente, em razão do caráter mais antigo dos significados não-epistêmicos. A análise das 233 ocorrências relacionadas à construção *tener que* revelou, com relação ao domínio semântico, que a perífrase pode expressar, de fato, as modalidades inerente, deôntica e epistêmica. Com relação aos números, a análise quantitativa mostrou que as modalidades inerente e deôntica são mais frequentes do que a modalidade epistêmica, o que pode ser justificado pelo desenvolvimento mais tardio dos significados epistêmicos a partir dos não-epistêmicos.

No que diz respeito ao alvo da avaliação modal, hipotetizamos que a orientação para o evento, por estabelecer regras que não recaem sobre um participante específico, seria mais frequente no corpus investigado, em razão da intenção comunicativa de proteção de

face por parte do sujeito-enunciador. A hipótese foi confirmada, pois os dados revelaram o predomínio de ocorrências com *tener que* expressando a modalidade orientada para o evento, em função da natureza relativamente polida das entrevistas orais.

Com relação à animacidade do sujeito de *tener que*, hipotetizamos que as modalidades inerente e deôntica tenderiam a aparecer associadas a sujeitos animados, dado que tais valores modais requerem a presença de um sujeito capaz de aceitar uma norma, enquanto a modalidade epistêmica tenderia a aparecer associada a sujeitos inanimados. A análise dos dados confirmou nossa hipótese, conforme já explicitado na tabela 3.

Quanto ao parâmetro agentividade do sujeito, considerando-se que as modalidades não-epistêmicas exigem que o sujeito tenha agentividade para realizar o que é descrito pelo predicado, hipotetizamos o predomínio das modalidades inerente e deôntica associadas a agentes controladores e da modalidade epistêmica associada a sujeitos não-agentivos, o que também se confirmou na análise.

Com relação às características semânticas do sujeito da ocorrência com *tener que*, a análise confirmou a tendência de associação das modalidades inerente e deôntica a sujeitos animados e a predicados que envolvem o traço [+controle] e da modalidade epistêmica a sujeitos inanimados e a predicados que envolvem o traço [-controle].

Por fim, no que se refere à associação entre referência temporal de *tener que* e valores modais expressos pela perífrase, hipotetizamos que a interpretação deôntica seria esperada para as sentenças com referência no futuro pelo fato de a modalização deôntica dizer respeito a ordens projetadas para um momento posterior, enquanto o valor epistêmico seria mais frequente nas sentenças com referência no presente ou no passado. Nos dois casos, a referência temporal de presente foi a mais frequente no corpus, em razão da multiplicidade de valores que o presente pode assumir.

Com relação às modalidades inerente e deôntica, as ocorrências de sentenças com referência no presente e no futuro somadas foram numericamente superiores às ocorrências de sentenças com referência no passado, como já era esperado. Com relação à modalidade epistêmica, foi comprovado que ela pode se associar a referências de passado, presente e futuro, mas a associação com verbos no futuro é bastante escassa. De qualquer forma, a baixa frequência de *tener que* com valor epistêmico não nos permite fazer afirmações mais categóricas.

A análise aqui empreendida mostra a alta produtividade que a construção *tener que* tem no espanhol peninsular contemporâneo, considerando-se especialmente o espanhol falado. Os resultados encontrados nos levam a propor uma continuidade desta pesquisa com a finalidade de investigar, em dados diacrônicos, a evolução de *tener que*, a fim de verificar a existência de um padrão de associação dos valores modais, observado em amostras sincrônicas atuais, às características morfosintáticas e semânticas do entorno discursivo da perífrase.

Referências

BRUNELLI, A. F.; GASPARINI-BASTOS, S. D. O comportamento do verbo modal *poder* no discurso de autoajuda: uma investigação no português e no espanhol. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 60-70, jan./abr. 2011.

CARRASCOSSI, C. N. de S. **Interpretação dos verbos modais 'poder' e 'dever' na língua portuguesa**. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

CORACINI, M. J. R. F. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: EDUC; Campinas: Pontes, 1991.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. HENGEVELD, K. (ed.). Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

HENGEVELD, K. Illocution, Mood and Modality in a Functional Grammar of Spanish. **Journal of Semantics**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 227-269, 1988.

HENGEVELD, K. Illocution, Mood and Modality. *In*: BOOIJ, G. *et al.* (ed.). **Morphology: a Handbook on Inflection and Word Formation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1202.

HENGEVELD, K. The Grammaticalization of Tense and Aspect. *In*: NARROG, H.; HEINE, B. (ed.). **The Oxford Handbook of Grammaticalization**. Oxford: Oxford UP, 2011. p. 580-594.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a Typologically-Based Theory of Language Structure**. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

HENGEVELD, K.; HATTNER, M. M. Four Types of Evidentiality in the Native Languages of Brazil. **Linguistics: an Interdisciplinary Journal of the Language Sciences**, v. 53, n. 1, p. 479-524, 2015.

KLINGE, A. The Impact of Context on Modal Meaning in English and Danish. **Nordic Journal of Linguistics**, Cambridge, v. 19, p. 35-34, 1996.

NEVES, M. H. M. A modalidade. *In*: KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português falado 6: Desenvolvimentos**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. p. 163-195.

NEVES, M. H. M. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. *In*: NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 152-221.

OLBERTZ, H. Periphrastic Expressions of Non-epistemic Modal Necessity in Spanish – a Semantic Description. *In*: GARACHANA, M.; MONTSERRAT, S.; PUSCH, C. (ed.). **From Composite Predicates to Verbal Periphrases in Romance languages** (IVITRA Research in Linguistics and Literature). Amsterdam: John Benjamins, 2016.

OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and Subjective Deontic Modal Necessity in FDG – Evidence from Spanish Auxiliary Expressions. *In*: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (ed.). **Casebook in Functional Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 277-300.

QUIRK, R. *et al.* **A Comprehensive Grammar of the English Language**. London: Longman, 1985.

SILVA CORVALÁN, C. Contextual Conditions for the Interpretation of 'Poder' and 'Deber' in Spanish. *In*: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (ed.). **Modality in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 67-105.

A ALTERNÂNCIA INDICATIVO/ SUBJUNTIVO NAS CONCESSIVAS INTRODUZIDAS POR *AUNQUE* NO ESPANHOL PENINSULAR FALADO: UMA INVESTIGAÇÃO À LUZ DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Beatriz Goaveia Garcia Parra-Araujo
Sandra Denise Gasparini-Bastos

Introdução

Segundo definição da *Real Academia Española* (2009, p. 3599) (doravante RAE), uma construção concessiva é aquela na qual a oração subordinada e a oração principal apresentam conclusões opostas, de tal forma que a oração concessiva indica um obstáculo ou condição ineficaz que não altera a realização do que é expresso na oração principal. Para Neves, Braga e Dall'Aglio-Hattner (2008, p. 973), a principal propriedade de uma construção concessiva é contrariar uma expectativa, isto é, romper com a causalidade lógica presente no conhecimento de mundo dos participantes da interação.

Conforme apontado por diferentes autores, tanto de uma perspectiva normativa (ALARCOS LLORACH, 1999; GILI GAYA, 2000 [1943]; RAE, 2009), como descritiva (CREVELS, 1998; FLAMENCO GARCÍA, 1999), a conjunção *aunque* é a mais produtiva das conjunções concessivas em língua espanhola. As orações concessivas introduzidas por *aunque* podem apresentar o verbo tanto no modo indicativo como no modo subjuntivo, com diferentes valores, o que justifica a relevância de se analisar essas construções.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as construções introduzidas pela conjunção *aunque* em amostras do espanhol peninsular falado, a fim de verificar como a alternância entre o modo indicativo e o modo subjuntivo no emprego dessas orações revela diferenças pragmáticas e semânticas relevantes para a distinção dessas estruturas concessivas.

A investigação, de base funcionalista, é realizada dentro do aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), modelo que pressupõe quatro níveis de análise: o Nível Interpessoal, destinado à pragmática; o Nível Representacional, destinado às representações semânticas; o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico. Como veremos, as construções concessivas selecionadas para análise podem atuar tanto no Nível Representacional como no Nível Interpessoal, sendo o modo verbal um fator do Nível Morfossintático bastante relevante para mostrar aspectos pragmáticos e semânticos que caracterizam os diferentes tipos de construções concessivas introduzidas por *aunque*.

O cópús é composto por um conjunto de entrevistas orais semidirigidas extraídas das amostras das cidades espanholas de Alcalá de Henares, Granada, Madri e Valência pertencentes ao Projeto PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*)³⁵.

Para cumprir nosso propósito de análise, este trabalho organiza-se da seguinte maneira: na seção 1, discutimos o modo verbal nas orações introduzidas por *aunque* em espanhol a partir das noções de factualidade e de informatividade e sua relação com o emprego do indicativo ou do subjuntivo; na seção 2, apresentamos os principais pressupostos teóricos que caracterizam o modelo da Gramática Discursivo-Funcional, teoria que embasa a presente análise, com destaque para os Níveis Interpessoal e Representacional, nos quais a

35 Disponível em: <http://preseea.linguas.net/>

concessão se aloja; na seção 3, apresentamos a análise das orações concessivas introduzidas por *aunque* com base na factualidade e na informatividade; por fim, nas Considerações finais, apresentamos os resultados decorrentes da presente investigação.

1. O modo verbal nas orações introduzidas por *aunque* em espanhol

As orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* podem apresentar o verbo no modo indicativo ou no modo subjuntivo. Para Flamenco García (1999), o modo verbal a ser utilizado com *aunque* é determinado tanto pela factualidade da oração subordinada como também pela informatividade de seu conteúdo³⁶.

A factualidade é um critério semântico que classifica o valor de verdade de um Conteúdo Proposicional, compreendido como um aspecto do conhecimento que se localiza apenas na mente daqueles que compartilham desse conhecimento. Em razão de sua natureza conceitual, Conteúdos Proposicionais podem ser caracterizados em termos de atitudes proposicionais, expressando certeza, dúvida ou descrença. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), são factuais os Conteúdos Proposicionais que revelam conhecimentos ou crenças assumidos como verdadeiros em relação ao mundo real; e não-factuais os Conteúdos Proposicionais que expressam esperanças ou desejos em relação a um mundo imaginário. Vejamos os exemplos a seguir³⁷:

(01) **Aunque es italiano**, no le gusta la pasta. (RAE, 2009, p. 3599)

[Apesar de ser italiano, não gosta de macarrão]

36 Essa visão é também defendida por De Kock (1995) e pela gramática da RAE (2009).

37 As traduções apresentadas para todos os exemplos são de nossa autoria.

(02) **Aunque me ofrezcan una buena indemnización**, no tengo intención de dejar el trabajo. (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3831)

[Mesmo que me ofereçam uma boa indenização, não tenho intenção de deixar o trabalho]

Em (01), a oração concessiva em destaque relata um Conteúdo Proposicional factual, pois o falante assume como verdadeiro o fato de que a pessoa de quem se fala é italiana. Já em (02), o Conteúdo Proposicional introduzido por *aunque* refere-se a um fato possível, mas cuja realização só pode se dar em um mundo hipotético. Trata-se, portanto, de uma oração não-factual.

A informatividade, por sua vez, conforme aponta Pérez Quintero (2002), diz respeito à estratégia utilizada pelo falante de supor quais informações compõem ou não o conhecimento de seu ouvinte para, a partir desse julgamento, estruturar a sua fala. Por ser uma estratégia voltada para a interação falante-ouvinte, a informatividade é interpessoal. Logo, a definição do caráter pressuposto ou não-pressuposto de uma oração deve considerar o contexto textual e o situacional, bem como o conhecimento de mundo e as crenças dos participantes da interação.

Dessa forma, a informação transmitida por uma oração pressuposta já é conhecida pelo ouvinte por ter sido enunciada anteriormente na interação, por fazer parte do contexto situacional, ou porque o falante supõe que tal informação já faça parte do conhecimento de mundo do seu interlocutor. Já a informação não-pressuposta é nova para o ouvinte, por não ter sido enunciada anteriormente, por não ser recuperável no contexto situacional ou porque o falante imagina que tal informação ainda não faça parte do conhecimento de mundo do seu interlocutor. A fim de distinguir o que consideramos uma informação pressuposta de uma informação não-pressuposta, observemos os exemplos a seguir:

(03)

A: No acudas a esa reunión

B: Pero es que me lo ha pedido el director.

A: Bueno, pues **aunque te lo haya pedido él.** (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3826)

[A: Não vá a essa reunião

B: Mas é que meu diretor pediu

A: Bom, mesmo que ele tenha te pedido]

(04) Despertó del coma con una voz completamente diferente y, lo que es aún más raro, con un marcado acento australiano, **aunque jamás ha estado en ese continente** (RAE, 2009, p. 3605)

[Despertou do coma com uma voz completamente diferente e, o que é ainda mais estranho, com um marcado sotaque australiano, embora jamais tivesse estado nesse continente]

No exemplo (03), a oração concessiva apresenta um conteúdo pressuposto pelos interlocutores, visto que a informação em destaque havia sido comunicada ao longo da interação. Já em (04), a oração concessiva é não-pressuposta, pois seu conteúdo é apresentado como novo: o falante imagina que seu ouvinte não saiba que a pessoa de quem está falando nunca esteve na Austrália.

No que diz respeito ao modo verbal, as gramáticas da língua espanhola afirmam que, em orações concessivas factuais introduzidas por *aunque*, o verbo pode ocorrer no modo indicativo ou no modo subjuntivo, como ilustram, respectivamente, os exemplos a seguir:

(05) [...] te aseguro que salió a caminar **aunque llovía a cántaros.** (RAE, 2009, p. 3606)

[te garanto que ele saiu para caminhar embora chovesse intensamente]

(06) **Aunque hayas tenido buenas calificaciones en los estudios hasta ahora**, en adelante deberás esforzarte más. (RAE, 2009, p. 3606)

[Embora você tenha conseguido boas notas nos estudos até agora, de agora em diante deverá se esforçar mais]

Para a RAE (2009), o uso do indicativo em orações factuais está relacionado à transmissão de informação não-pressuposta. Assim, em (05), o falante supõe que o ouvinte desconhece a informação de que estava chovendo e sente a necessidade de comunicá-la. Quanto ao uso do subjuntivo em contextos factuais, a gramática afirma que esse modo verbal está vinculado a uma informação pressuposta. Dessa forma, em (06), o uso do subjuntivo deve-se ao fato de que já se sabia que o estudante tinha boas notas.

Flamenco García (1999) classifica o subjuntivo em contextos factuais como casos de subjuntivo temático ou polêmico, pois o modo subjuntivo revela que a estratégia argumentativa do falante é de refutar um argumento já conhecido, colocando em dúvida a sua validade como obstáculo ao que se enuncia na oração principal, conforme se observa no seguinte diálogo:

(07)

A: No debería salir la niña, estos días ha estado muy enferma.

B: Ya, pero **aunque haya estado muy enferma**, ¿no crees que le conviene moverse un poco? (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3830)

[A: A menina não deveria sair, ficou muito doente nestes dias.

B: Sim, mas embora tenha ficado muito doente, você não acha que é bom para ela se movimentar um pouco?]

Em (07), o falante B faz uso de uma informação compartilhada para invalidá-la, demonstrando que o fato de a menina ter ficado doente não deve impedir seu passeio. De acordo com Rodríguez Rosique (2012), o uso do subjuntivo em contextos factuais faz com que a oração concessiva adquira um sentido de irrelevância frente à oração principal, o que confere maior força argumentativa ao conteúdo desta última.

Nas orações concessivas não-factuais introduzidas por *aunque*, é o subjuntivo o modo verbal prototípico, o que para Rodríguez Rosique (2012) se dá em razão do aspecto não-assertivo do subjuntivo, impedindo a avaliação da informação transmitida pela oração concessiva como verdadeira ou falsa. Observemos o exemplo a seguir:

(08) **Aunque esté mañana borracho**, no lo estará en el día del examen. (RAE, 2009, p. 3608)

[Mesmo que ele esteja bêbado amanhã, não estará bêbado no dia da prova]

A oração concessiva em (08) é não-factual, pois nela cria-se a possibilidade de que alguém venha a estar bêbado no dia seguinte, mas não se pode afirmar que esse fato se tornará verdadeiro ou não. O verbo da oração concessiva está conjugado no modo subjuntivo, marcando, portanto, o caráter hipotético do Conteúdo Proposicional enunciado.

Tendo em vista as afirmações das gramáticas e autores aqui expostos, a relação entre o modo verbal empregado na oração concessiva e a factualidade e informatividade de seu conteúdo pode, então, ser resumida no seguinte quadro, que servirá como ponto de partida para nossa análise:

Quadro 1 – Relação entre factualidade e informatividade na codificação do modo verbal nas orações concessivas introduzidas por *aunque* segundo as fontes consultadas

	Factual	Não-factual
Pressuposta	Subjuntivo	Subjuntivo
Não-pressuposta	Indicativo	

Fonte: Elaboração própria

2. A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), é uma teoria de análise linguística que se enquadra no polo estrutural-funcional. É estrutural, pois visa a descrever o conhecimento linguístico dos usuários de uma língua, isto é, o conhecimento que eles têm não só de produzir e interpretar enunciados em sua língua, mas também de utilizar esses enunciados de uma maneira pertinente à interação verbal; e é funcional, porque considera esse conhecimento linguístico instrumental para a comunicação. No entanto, a GDF representa um modelo teórico próprio dentro do paradigma funcionalista por congregar as seguintes características:

- segue uma orientação de análise descendente (*top-down*), que parte da intenção comunicativa do falante para a articulação das formas linguísticas;
- caracteriza-se por assumir como unidade básica de análise o Ato Discursivo³⁸, o que lhe permite abarcar unidades maiores ou menores que a oração;

38 O emprego das maiúsculas segue uma recomendação da própria teoria da GDF para a designação de suas unidades de análise.

- inclui no modelo quatro módulos linguísticos independentes – a pragmática, a semântica, a morfossintaxe e a fonologia –, que estão em constante interação;
- seguindo a proposta de uma arquitetura descendente, assume uma hierarquia entre esses módulos, de forma que a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe; e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe, juntas, governam a fonologia;
- apresenta-se como sendo o Componente Gramatical de um processo de interação verbal mais amplo, do qual também fazem parte o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída.

É no Componente Gramatical que a intenção comunicativa do falante e as representações mentais relevantes são convertidas em enunciados linguísticos por meio das operações de Formulação e de Codificação. A operação de Formulação traduz o material cognitivo advindo do Componente Conceitual em representações pragmáticas e semânticas, sendo as primeiras produzidas no Nível Interpessoal, enquanto as segundas são feitas no Nível Representacional. A operação de Codificação, por sua vez, converte as representações pragmáticas e semânticas provenientes dos níveis anteriores em estruturas morfossintáticas no Nível Morfossintático e em estruturas fonológicas no Nível Fonológico, de acordo com as regras estruturais de cada língua.

Os quatro níveis que atuam no Componente Gramatical – o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico – estão dispostos seguindo a arquitetura descendente do modelo e, embora cada nível tenha uma estrutura própria, todos são compostos por uma série de camadas também organizadas hierarquicamente.

A partir dessa visão geral da GDF, podemos compreender que a concessão é um fenômeno representado pelos níveis da Formulação ao revelar uma estratégia de ordem semântica ou, em alguns contextos, pragmática. Por isso, destacaremos, a seguir, alguns aspectos da arquitetura interna do Nível Interpessoal e do Nível Representacional.

2.1 Propriedades gerais dos níveis Interpessoal e Representacional

O Nível Interpessoal é o primeiro da arquitetura hierárquica da GDF. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), esse nível volta-se para a interação entre falante e ouvinte e é responsável pelas representações formais de uma unidade linguística que refletem as estratégias utilizadas nessa interação. Como define Keizer (2015), o Nível Interpessoal ilustra as atitudes do falante na construção de um enunciado linguístico.

A camada mais alta do Nível Interpessoal é o Movimento (M), considerado a maior unidade interacional relevante para a análise linguística. Um Movimento, por sua vez, é composto por um ou mais Atos Discursivos (A), definidos por Kroon (1997, p. 20) como “a menor unidade identificável do comportamento comunicativo.”. Como afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008), Atos e Movimentos diferenciam-se pelo fato de os primeiros não terem o compromisso de promover a comunicação, podendo, em uma interação, incentivar o falante a continuar com o seu turno; enquanto o Movimento provoca uma reação do interlocutor ou é ele mesmo essa reação.

Um Ato Discursivo pode ser composto por quatro elementos, são eles: a Ilocução (F), o Falante (P_1)_S, o Ouvinte (P_2)_A e um Conteúdo Comunicado (C). O Conteúdo Comunicado, que corresponde à mensagem transmitida, pode conter um número variável de Subatos, que são classificados como de Atribuição (T), quando evocam uma propriedade, ou como de Referência (R), quando evocam um referente.

Enquanto o Nível Interpessoal descreve as unidades linguísticas que representam uma intenção comunicativa, o Nível Representacional lida com os aspectos semânticos das unidades linguísticas, descrevendo-as a partir da categoria ontológica a que pertencem (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Tendo em vista os possíveis alinhamentos entre os níveis da GDF, é possível considerar o Nível Representacional como sendo responsável por atribuir conteúdo semântico às representações advindas do Nível Interpessoal.

O Conteúdo Proposicional (p) é a camada mais alta do Nível Representacional e pode ser compreendido, nos termos de Lyons (1977), como uma entidade de terceira ordem, isto é, um constructo mental que não pode ser localizado nem no espaço, nem no tempo, mas apenas na mente dos falantes. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que Conteúdos Proposicionais podem ser caracterizados em termos de atitudes proposicionais, tais como, certeza, dúvida e descrença –, conforme vimos na seção 1, e em termos de sua fonte de origem – tais como conhecimento compartilhado, evidências sensoriais e inferência.

Conteúdos Proposicionais podem estar compostos por um ou mais Episódios (ep), que, por sua vez, contêm um ou mais Estados-de-Coisas (e), que mantêm entre si uma unidade de tema, tempo, localização e indivíduos, como definido por Hengeveld e Mackenzie (2008). De acordo com as categorias de Lyons (1977), Estados-de-Coisas representam entidades de segunda ordem, pois se localizam no espaço e no tempo e podem ser avaliados quanto a seu estatuto de realidade.

2.2 A concessão no modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional

A GDF assume a possibilidade de a relação concessiva ocorrer tanto entre unidades do Nível Interpessoal como entre unidades do Nível Representacional. No primeiro caso, a concessão é uma

função retórica quando atua entre Atos Discursivos que estão em uma relação de dependência. Nesse contexto, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 52), há um Ato Nuclear e um Ato Subsidiário, que exercerá a função concessão com relação ao Ato Nuclear. Vejamos o exemplo a seguir oferecido pelos autores:

(09) The work was fairly easy, **although (I concede that) it took me longer than expected.** (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 54)

[O trabalho foi bastante fácil, embora (eu admita que) ele tenha me tomado mais tempo do que o esperado]

Para Keizer (2015), a função retórica concessão ocorre quando o falante admite, por meio do Ato Subsidiário, que o conteúdo do Ato Nuclear não é algo esperado. Assim, no exemplo, o Ato em destaque introduz um comentário ou uma ressalva ao Ato Nuclear, a fim de evitar uma interpretação equivocada.

Além da relação concessiva entre Atos, Parra (2016) verifica a possibilidade de a concessão atuar na camada do Movimento e da llocução, também pertencentes ao Nível Interpessoal³⁹. A existência da relação concessiva na camada do Movimento já havia sido também atestada para o português pelos trabalhos de Garcia (2010) e de Stassi-Sé (2012).

No Nível Representacional, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), verifica-se a possibilidade de a concessão se estabelecer na camada do Conteúdo Proposicional. Nesse caso, a concessão marca uma quebra de expectativa de modo que a oração subordinada expressa um conhecimento ou uma crença que levaria a uma dada conclusão; já a oração principal revela uma conclusão contrária àquela esperada a partir da subordinada, como demonstra o exemplo a seguir:

39 Para mais detalhes sobre a classificação dos tipos concessivos introduzidos por *aunque* segundo a GDF, ver Parra (2016) e também Olbertz, Garcia e Parra (2016).

(10) **Although the work took longer than expected** it was easy.
(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 55)

[Embora o trabalho tenha levado mais tempo do que o esperado, ele foi fácil]

Nesse exemplo, observamos que a premissa inicial (“o trabalho levou mais tempo do que o esperado”) conduz a uma conclusão implícita (“o trabalho foi difícil”), que, na realidade, é contrária ao que se afirma na oração principal (“o trabalho foi fácil”)⁴⁰.

3. Análise dos dados

Neste estudo, foram analisadas 138 ocorrências de orações concessivas introduzidas por *aunque* em textos orais, extraídas das amostras de entrevistas semidirigidas pertencentes ao projeto PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*). Para este levantamento, foram utilizados os inquéritos das cidades espanholas de Alcalá de Henares, Granada, Madri e Valência.

Os dados revelam que a escolha morfossintática por um modo em detrimento de outro está relacionada a fatores de ordem pragmática e semântica, dentre os quais apontamos o tipo de relação concessiva que se estabelece (interpessoal ou representacional), a informatividade do conteúdo transmitido (informação pressuposta ou não-pressuposta), a factualidade da oração concessiva (factual ou não-factual) e a expressão ou não da subjetividade do falante quanto à eficácia do conteúdo transmitido pela oração concessiva para se opor ao que é afirmado na oração principal.

A relação entre o modo verbal presente na oração concessiva e o nível de atuação da relação concessiva segundo o modelo da GDF é apresentada na tabela 1:

40 Casos similares foram verificados por Parra (2016) para o espanhol.

Tabela 1 – Modo verbal da oração concessiva e o nível de atuação da concessão na GDF

Relação concessiva				
	Nível Representacional	Nível Interpessoal		
	Conteúdo Proposicional	Movimento	Ato Discursivo	Ilocução
Modo Indicativo	27 (36,5%)	14 (93,3%)	23 (65,7%)	10 (71,4%)
Modo Subjuntivo	47 (63,5%)	1 (6,7%)	12 (34,3%)	4 (28,6%)

Fonte: Elaboração própria

Pelos números apresentados, podemos observar que tanto a relação concessiva que se estabelece no Nível Representacional como as relações concessivas que se dão nas camadas do Nível Interpessoal podem ser codificadas morfossintaticamente pelo uso do modo indicativo ou do subjuntivo. No entanto, verificamos uma preferência pelo modo subjuntivo no caso das concessivas que atuam no Nível Representacional, enquanto as concessivas do Nível Interpessoal ocorrem com mais frequência no modo indicativo. Diferentemente do Nível Representacional, o predomínio do indicativo nas orações concessivas do Nível Interpessoal indica uma maior independência semântica e sintática dessas orações em relação a uma principal.

O uso do modo subjuntivo nas orações concessivas do Nível Representacional está relacionado a dois contextos específicos. O primeiro refere-se às orações concessivas não-factuais, cujo conteúdo expressa uma hipótese, um fato possível de ocorrer em um mundo imaginário, como ilustra a ocorrência (11):

(11) es una casa magnífica es una casa muy antigua// muy grande con muchos patios con// grande grande una casa andaluza de esas

típicas magnífica vamos y [...] y allí **aunque haya// mucha gente** como que te te sientes tú sola (PRESEEA_GRANADA_M33_18)⁴¹

[é uma casa magnífica é uma casa antiga, muito grande com muitos pátios com... grande uma casa andaluza dessas típicas, magníficas e [...] e lá, ainda que haja muita gente você se sente sozinha]

Como afirma Flamenco García (1999), ao empregar uma oração concessiva não-factual, o falante não se expressa abertamente quanto à verdade da proposição, mas estabelece a possibilidade de que ela seja ou se torne verdadeira. Assim, em (11) não há efetivamente muitas pessoas na casa descrita; a informação representada pela oração em destaque é uma hipótese formulada pela informante para demonstrar que, em razão do tamanho da casa, qualquer um se sentiria sozinho lá, mesmo com muita gente.

O segundo contexto de uso do subjuntivo no Nível Representacional é verificado quando as orações concessivas expressam um conteúdo factual já conhecido pelos interlocutores, isto é, quando se trata de uma informação pressuposta, como vemos na ocorrência a seguir:

(12)

I: (...) en mi caso yo suelo tomar/ antes tomaba café/// y desde hace algún tiempo me he aficiona(d)o a un/ té de un compañero egipcio que estuvo con nosotros// ee hasta hasta finales del año pasa(d)o// y la verdad es que me me aficionó a ese tipo de té// es un té negro/// que él lo trajo de Egipto [...].

E: Y viendo su afición al té/ ¿ha ido a las teterías?

I: Bueno **aunque tome té a la a esta hora del desayuno vamos por la mañana y a veces por la tarde/** no significa que yo tenga afición al té (PRESEEA_GRANADA_H33_15)

41 As referências às amostras extraídas do corpus obedecem à seguinte sequência: Nome do Projeto (PRESEEA), cidade de onde os dados proveem, sexo do informante (M para mulher ou H para homem), código do informante e número da entrevista.

[I: na minha casa eu costumo tomar, antes tomava café e faz algum tempo fiquei viciado num chá de um companheiro egípcio que esteve conosco até o final do ano passado; e a verdade é que fiquei viciado nesse tipo de chá, é um chá negro que ele trouxe do Egito.

E: e vendo o seu vício por chá, você já foi às casas de chá?

I: bom, embora eu tome chá no café da manhã, de manhã e às vezes à tarde não significa que eu seja viciado em chá]

Em (12), a oração concessiva iniciada por *aunque* retoma uma informação factual e pressuposta, relatada no contexto anterior, em que o informante descreve a frequência com que consome um tipo de chá, vindo do Egito, fazendo com que o entrevistador o questione sobre seu vício em chá.

No caso das orações concessivas do Nível Interpessoal, nenhuma ocorrência não-factual foi encontrada. Nesses contextos, o emprego do modo subjuntivo relaciona-se com a transmissão de uma informação factual pressuposta. Vejamos os exemplos a seguir:

(13) existe la droga/ **aunque haya se haya vigilancia** (PRESEEA_ GRANADA_M33_17)

[a droga existe embora haja vigilância]

(14)

A: ¿te gusta cocinar?

B: no/// lo odio// mi marido es cocinero [...]

A: bien/ ¿cómo prepararías una fiesta familiar?// es decir/ **aunque no te guste cocinar/** imagínate que vas a preparar el cumpleaños de tu hija. (PRESEEA_VALENCIA_MC111_01)

[A: você gosta de cozinhar?

B: não, odeio, meu marido é cozinheiro [...]

A: como você prepararia uma festa familiar? ou seja, embora você não goste de cozinhar imagine que vai preparar o aniversário da sua filha]

Observando as duas ocorrências apresentadas, é possível afirmar que o conteúdo das orações concessivas é pressuposto porque já faz parte do conhecimento prévio dos interlocutores, como em (13), ou porque já havia sido enunciado no contexto textual precedente, como no caso de (14).

O uso do modo indicativo, por sua vez, restringe-se, tanto nas concessivas do Nível Representacional como nas do Nível Interpessoal, à transmissão de informações factuais, que, em termos de sua informatividade, podem ser não-pressupostas – como previa Flamenca García (1999) e a RAE (2009) –, como também pressupostas. Nas ocorrências a seguir, vemos ilustrado o primeiro tipo de oração concessiva, ambas representando Atos Discursivos, camada do Nível Interpessoal:

(15) y conozco familia de// de Lanjarón/ **aunque no tengo mucha relación con ella** (PRESEEA_GRANADA_H32_07)

[e conheço a família de Lanjarón, embora não tenha muita relação com ela]

(16) busqué a/ a uno de los cuidadores/ de los animales del parque porque no solamente está el pavo real hay ciervos **aunque eso sí están encerrados**/ hay otros animales/ y le dije que el pavo real que estaba por la calle que se iba a perder (PRESEEA_GRANADA_M31_06)

[procurei um dos tratadores dos animais do parque porque não tem somente o pavão tem cervos, embora estes sim estejam presos, tem outros animais e lhe disse que o pavão que estava na rua ia se perder]

Nas duas orações concessivas em destaque apresentadas, respectivamente, em (15) e em (16), o juntor *aunque* introduz um conteúdo verdadeiro, mas até então desconhecido do ouvinte. Assim, o objetivo do falante é introduzir uma informação não-pressuposta que contrasta com o que havia sido comentado anteriormente.

O segundo tipo de orações concessivas introduzidas por *aunque* no modo indicativo – de conteúdo factual e pressuposto – pode ser verificado nos exemplos (17) e (18), representativos do Nível Interpessoal:

(17) con la edad que tiene que son cincuenta y/ dos años / que ya / tendría que dejar de fumar porque dentro de supongo que de cuatro días le empezará a salir cosas raras de la sangre/ se destruye eeh tendrá obstruidas ya las venas pero luego tendrá problemas / está el cáncer // tendría que decirle todo eso y explicárselo / y bueno supongo que lo sabrá pero que no no quiere verlo / al igual que yo tampoco quiero verlo / y tampoco quiero bueno tengo veinticuatro años // **aunque siempre es malo fumar a cualquier edad** ¿no? / pero que tampoco quiero abrir los ojos y por ahora tampoco yo no me planteo dejar de fumar / (PRESEEA_VALENCIA_H13_20)

[com a idade que tem que são cinquenta e dois anos já teria que deixar de fumar porque suponho que dentro de quatro dias começarão a sair coisas estranhas no sangue, terá as veias obstruídas e logo terá problemas como o câncer, eu teria que lhe dizer tudo isso e lhe explicar, bom, suponho que ele saberá, mas não quer ver, igual a mim que também não quero ver isso, e também não quero, bom, tenho vinte e quatro anos, embora sempre seja ruim fumar em qualquer idade, né? Mas também não quero abrir os olhos e por ora também não penso em deixar de fumar)]

(18) **aunque yo soy mayor / que tú** pero bueno vamos a vamos a tratarnos de creo eh eh es la manera más informal ¿no? (PRESEEA_MADRID_H32_43)

[embora eu seja mais velho do que você, vamos nos tratar de acho é da maneira mais informal, né?]

Em (17), temos uma oração concessiva que carrega uma informação pressuposta, uma vez que recupera um conhecimento do senso comum – fumar faz mal em qualquer idade –, que o falante imagina ser compartilhado pelo ouvinte. Já em (18), a pressuposição vem de aspectos contextuais que podem ser inferidos na relação face a face.

Como podemos observar ao analisar as orações concessivas em espanhol introduzidas por *aunque*, o único contexto de competição entre o indicativo e o subjuntivo são os casos factuais e de conteúdo pressuposto. Nessas ocorrências, a seleção de um modo em detrimento de outro não está condicionada nem pela factualidade nem pela informatividade, mas sim pela presença ou não de uma avaliação subjetiva por parte do falante ao transmitir aquela informação. Comparemos as ocorrências, a seguir, representativas do Nível Interpessoal:

(19) **aunque ya está jubilada** pero ¿cómo cómo se plantea qué planes tiene para el futuro? (PRESEEA_VALENCIA_MB313_01)

[embora a senhora já esteja aposentada, como se projeta, que planos tem para o futuro?]

(20) **aunque ahora no estéis casados ni tenéis hijos** / pero / tú sabes que la relación tuya con tus padres / la forma de educarte de tus padres a ti / ¿es la misma que la que están educando a tu hermano? [...] ¿y tú educarás a tus hijos igual o hay cambios? (PRESEEA_VALENCIA_H11_65)

[embora agora vocês não estejam casados nem tenham filhos, mas você sabe que a sua relação com seus pais, a forma como seus pais te educaram, é a mesma com que estão educando seu irmão? [...] e você educará os seus filhos igual ou tem mudanças?]

Nas ocorrências acima, identificamos duas orações concessivas, a primeira com verbo no modo indicativo e a segunda com verbo no modo subjuntivo, que codificam informações verdadeiras já conhecidas pelos interlocutores. A diferença entre elas está que, em (20), o uso do modo subjuntivo não só indica que a informação introduzida por *aunque* é pressuposta, como também lhe confere um valor de irrelevância frente ao que é comunicado na oração principal, atribuição essa que não acontece nas ocorrências no indicativo, como (19). Assim, em (20), o falante sabe que seu ouvinte não está casado nem tem filhos, mas avalia tal informação como irrelevante para impedir que ele faça uma pergunta voltada para a educação dos filhos.

Desse modo, consideramos que, em uma oração concessiva factual e de conteúdo pressuposto, a diferença entre o uso do modo indicativo e o uso do modo subjuntivo está no fato de que, como defende Rodríguez Rosique (2012), este último carrega uma avaliação subjetiva do falante sobre a informação transmitida, apresentando-a como um obstáculo irrelevante e, portanto, incapaz de interferir na oração principal. Já o modo indicativo é uma codificação morfossintática que recupera a informação compartilhada de uma forma mais objetiva, aparentemente desvinculada de avaliações do falante, e sem diminuir a relevância do conteúdo da oração concessiva.

4. Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo analisar a alternância entre os modos indicativo e subjuntivo nas orações concessivas introduzidas pela conjunção *aunque* em dados do espanhol peninsular falado, a fim de se verificar as diferenças pragmáticas e semânticas relevantes para a caracterização dessas duas estruturas concessivas.

A investigação, de natureza funcionalista, adotou o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), considerando que as orações concessivas introduzidas por *aunque* podem ocorrer tanto

no Nível Representacional como no Nível Interpessoal, a depender da função que desempenham e da relação que estabelecem com as unidades que integram cada um desses dois níveis.

A análise dos dados levou em consideração fatores de ordem pragmática e semântica, quais sejam: tipo de relação concessiva (representacional ou interpessoal); informatividade do conteúdo transmitido, a partir da definição de informação pressuposta e informação não-pressuposta; factualidade da oração concessiva; expressão ou não da subjetividade do falante quanto à eficácia do conteúdo transmitido pela oração concessiva para representar um obstáculo ao que é afirmado na oração principal. A avaliação desses fatores nos permitiu verificar os elementos que levam à escolha morfosintática do modo indicativo ou do modo subjuntivo.

Como ponto de partida, observamos primeiramente como é abordado o uso do modo verbal nas orações concessivas dentro das gramáticas descritivas e em outros trabalhos funcionalistas sobre o espanhol. As informações encontradas foram sintetizadas no Quadro 1, apresentado anteriormente.

Com base na análise empreendida, foi possível verificar que o modo indicativo é empregado, predominantemente, nas orações concessivas do Nível Interpessoal, marcando sempre uma maior independência semântica e sintática dessas orações em relação a uma oração principal. O subjuntivo, por sua vez, é predominante nas orações concessivas do Nível Representacional.

O modo subjuntivo nas concessivas com *aunque* no Nível Representacional ocorre nas orações não-factuais, que expressam uma hipótese, ou nas orações factuais, que trazem uma informação já conhecida pelos interlocutores. Nas orações do Nível Interpessoal, o subjuntivo relaciona-se unicamente com a transmissão de uma informação factual e pressuposta.

O modo indicativo, tanto nas concessivas do Nível Representacional como nas do Nível Interpessoal, limita-se às orações factuais, pressupostas ou não-pressupostas.

Os dados revelam, ainda, que em determinados contextos a alternância entre indicativo e subjuntivo não é determinada diretamente pela factualidade ou pela informatividade (informação pressuposta ou não-pressuposta), mas sim pela presença da subjetividade por parte do falante ao transmitir a informação. Enquanto o subjuntivo traz uma avaliação subjetiva, permitindo que o obstáculo que impede a realização da oração principal seja visto como irrelevante, o indicativo recupera a informação de maneira mais objetiva, aparentemente sem relação direta com a avaliação do falante.

Assim, comparando nossos dados com as relações previamente estabelecidas no Quadro 1, observamos que, no que diz respeito aos contextos não-factuais, nossa análise confirma o subjuntivo como o modo verbal prototípico desses contextos. No entanto, com relação aos contextos factuais, diferentemente da separação dicotômica proposta pelos autores consultados entre indicativo para informações não-pressupostas e subjuntivo para informações pressupostas, nossos dados revelam que ambos os modos verbais podem introduzir informações pressupostas. A diferença está no caráter subjetivo da informação: quando utiliza o subjuntivo, o falante menospreza a importância daquela premissa para o desenvolvimento do que se enuncia na oração principal; já quando utiliza o indicativo, o falante marca que aquela informação é sentida como um obstáculo real para o cumprimento do que se afirma na oração principal.

Os resultados da análise podem ser, então, sintetizados, no Quadro 2, que inclui a subjetividade como um fator relevante para os contextos pressupostos:

Quadro 2 – Relação entre factualidade, informatividade e subjetividade na codificação do modo verbal nas orações concessivas introduzidas por *aunque*

	Factual		Não-factual
	+ Subjetivo	- Subjetivo	
Pressuposta	Subjuntivo	Indicativo	Subjuntivo
Não-pressuposta	Indicativo		

Fonte: Elaboração própria

Com a realização desta pesquisa, esperamos ter contribuído para os estudos sobre as orações concessivas no espanhol, em especial sobre as orações concessivas introduzidas por *aunque*, a mais produtiva das conjunções concessivas em língua espanhola. Da mesma forma, esperamos também ter contribuído para os estudos de base funcionalista, em especial para o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

Referências

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1999.

CREVELS, M. Concession in Spanish. *In*: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. **Functional Grammar and verbal interaction**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 129-148.

DE KOCK, J. Aunque con indicativo o subjuntivo en España y América, en español escrito y hablado. **Lenguaje y textos**, n. 6-7, p. 145-160, 1995.

FLAMENCO GARCÍA, L. Las construcciones concesivas y adversativas. *In*: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, v. 3: Entre la oración y el discurso, 1999. p. 3805-3878.

GARCIA, T. S. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2010.

GILI GAYA, S. **Curso superior de sintaxis española**. Barcelona: Vox, 1943-2000.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KEIZER, E. **A Functional Discourse Grammar for English**. Oxford Textbooks in Linguistics. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. *In*: CONNOLLY, J. *et al.* (ed.). **Discourse and pragmatics in functional grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

LYONS, J. **Semantics**. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L.; DALL’AGLIO HATTNER, M. M. As construções hipotáticas. *In*: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (org.); CASTILHO, A. T. (coord.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 2: Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 937-1015.

OLBERTZ, H.; GARCIA, T. S.; PARRA, B. G. G. El uso de aunque en el español peninsular – un análisis discursivo-funcional. **Lingüística**, v. 32, n. 2, p. 91-111, 2016.

PARRA, B. G. G. **Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por *aunque* em dados do espanhol peninsular**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2016.

PÉREZ QUINTERO, M. J. **Adverbial Subordination in English: a functionalist approach**. Amsterdam: Rodopi, 2002.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA; ASOCIACIÓN DE LAS ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa Libros, v. 2: Sintaxis II, 2009.

RODRÍGUEZ ROSIQUE, S. From discourse to grammar: when the Spanish *incluso* meets a *si* conditional. **Lingvisticae Investigationes**, n. 35, p. 94-119, 2012. Disponível em: <http://connection.ebscohost.com/c/articles/85660864/from-discourse-grammar-when-spanish-incluso-meets-si-conditional>. Acesso em: 24 jul. 2015

STASSI-SÉ, J. C. **Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2012.

UMA ABORDAGEM FUNCIONAL DA PRESSUPOSIÇÃO EM ORAÇÕES PREFACIADAS POR *INCLUSO SI* NO ESPANHOL PENINSULAR ESCRITO

Bárbara Ribeiro Fante

Talita Storti Garcia

Este capítulo apresenta uma discussão sobre a Pressuposição a partir da aplicação desse critério à descrição das orações prefaciadas por *incluso si* sob a perspectiva funcionalista. A vertente adotada é a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e a Pressuposição é abordada em função da Factualidade, conforme Hengeveld (1998). De modo mais específico, consideramos que a Pressuposição implica a factividade: quando corresponde ao domínio factual, o falante, considerando seu ouvinte, concebe determinado evento como real ou verdadeiro e, quando corresponde ao domínio não-factual, o falante concebe determinado evento como irreal ou não verdadeiro, ou seja, implica não-factividade.

As orações prefaciadas por *incluso si* são reconhecidas por Flamenco García (1999) como um subtipo das concessivo-condicionais. Em construções concessivas que se emolduram no esquema *Embora p, q*, de acordo com Neves (1999, p. 587), “a relação lógico-semântica que se estabelece é a de frustração da implicação pressuposta”, que pode ser uma implicação condicional pressuposta.

Considerando que a noção de Pressuposição está presente nas orações prefaciadas por *incluso si*, este trabalho apresenta as seguintes perguntas de pesquisa: (i) em que medida o critério da Pressuposição pode ajudar na descrição das orações prefaciadas por *incluso si*? (ii) como esse critério pode ser reconhecido na materialidade linguística dessa construção?

Utiliza-se como universo de investigação 69 ocorrências de língua escrita extraídas do *Corpus de Referencia del Español Actual* (CREA), banco de dados disponível *on-line*, que fornece textos de procedência diversa. Os dados foram analisados segundo os seguintes critérios: (1) Nível em que ocorre a construção: Nível Interpessoal ou Nível Representacional; (2) Camada em que se estabelece a construção; (3) Tempo e modo verbal da oração principal; (4) Tempo e modo verbal da oração subordinada; (5) Factualidade da oração subordinada; (6) Factualidade da oração principal; (7) Pressuposição da oração subordinada; (8) Posição da oração subordinada com relação à oração principal: anteposta ou posposta à oração principal. Destacamos, no entanto, que este capítulo aborda os resultados advindos dos critérios (5), (6) e (7), que tratam da Pressuposição e da factualidade.

O percurso que faremos para a descrição do nosso objeto é o seguinte: na seção (1), abordamos as orações concessivo-condicionais em diferentes obras da língua espanhola e de outras línguas; na seção (2) apresentamos os preceitos da Gramática Discursivo-Funcional relevantes para este estudo; na seção (3) discutimos o critério da Pressuposição com base em diferentes autores (KÖNIG, 1985, 1986; PÉREZ QUINTERO, 2002; LEVINSON, 2007); na seção (4), apresentamos a aplicação desse critério nos dados, por fim, em (5) ressaltamos as conclusões do presente estudo.

1. As orações concessivo-condicionais

Conforme postulam König (1985, 1986), Flamenco García (1999), Pérez Quintero (2002), Rodríguez Rosique (2012), entre outros autores, as construções denominadas *concessivo-condicionais*⁴²

42 Alguns autores, tais como, Rodríguez Rosique (2005, 2012) e Flamenco García (1999), utilizam a nomenclatura *concessivo-condicional*; já König (1985, 1986, 1994, 1995), Haspelmath e König (1998) e Neves (1999) utilizam o termo *condicional-concessiva*. Neste trabalho, optamos pelo termo *concessivo-condicional* conforme os autores que abordam essas orações na língua espanhola.

estabelecem-se em uma zona categorial localizada entre as orações concessivas e as orações condicionais, o que caracteriza tais construções como híbridas na tradição linguística.

As orações concessivo-condicionais apresentam, de acordo com König (1985), assim como as condicionais, uma oração subordinada suspensa; e, como as concessivas, uma oração principal assertiva (afirmada), além de exibir um significado contrastivo. Similarmente, as orações subordinadas nessas construções são definidas como complexas, pois elas denotam mais do que uma condição. Para König (1985, 1986) e Haspelmath e König (1998), podem ser distinguidos três tipos de orações concessivo-condicionais: as *universais*, as *alternativas* e as *escalares*, sendo esse último tipo o objeto de análise do presente capítulo, conforme representa a ocorrência (1) a seguir, extraída de dados do espanhol escrito:

- (1) El desarrollo de armamentos capaces de destruir a la humanidad es el resultado de la industrialización de la guerra, un proceso iniciado hace cerca de 200 años. A menos que hubiera algún vuelco político fundamental, con todos los estados de acuerdo para prohibir las armas nucleares, todos debemos vivir con el futuro indefinido a la sombra de un posible holocausto nuclear. **Incluso si** todas las armas nucleares fuesen eliminadas por completo, lo que parece improbable, el saber que las produjo no puede destruirse. Además, parece improbable que la aplicación continua de la ciencia y la tecnología al desarrollo de los armamentos disminuya. (1997, 46, Ética).

O desenvolvimento de armamentos capazes de destruir a humanidade é o resultado da industrialização da guerra, um processo iniciado há aproximadamente 200 anos. A menos que houvesse alguma virada política fundamental, com todos os estados concordando para proibir as armas nucleares, todos devemos viver com o futuro indefinido à sombra de um possível holocausto nuclear. **Inclusive se** todas as armas nucleares fossem eliminadas completamente, o que parece improvável, o saber

que as produziu não pode ser destruído. Além disso, parece improvável que a aplicação contínua da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento dos armamentos diminua.

Uma característica das orações concessivo-condicionais escalares é apresentar elementos que trazem a noção de escalaridade. Para Flamenco García (1999), a noção básica que guia o comportamento de partículas como *incluso* é um princípio de natureza gradual. O falante, ao usar uma construção concessivo-condicional de natureza escalar, introduz a informação com o valor que considera mais forte, ou seja, aquele obstáculo que supostamente impediria o cumprimento do afirmado na oração principal (*todas as armas nucleares fossem eliminadas completamente*), para, ao mesmo tempo, descartá-lo (*o saber que as produziu não pode ser destruído*).

Uma escala linguística, de acordo com Flamenco García (1999), é um conjunto de elementos ou expressões contrastivas que podem se ordenar linearmente de maior para menor em virtude da sua força semântica ou do grau de informação que veicula. Dessa forma, *incluso* situa a expressão que escopa em um ponto ou nível determinado e, implicitamente, estabelece um contraste com outras expressões alternativas. A função desse elemento, portanto, consiste em assinalar a presença de uma escala de natureza pragmática com relação ao contexto em que aparece o enunciado.

Ainda de acordo com o autor, por apresentar o antecedente sob a forma de uma suposição, deixando-o aberto ou suspenso, as orações concessivo-condicionais se diferenciam das concessivas próprias (aquelas introduzidas por conectores concessivos). A proposição da oração subordinada, ao mesmo tempo, faz referência a contextos não-factuais, o que, segundo o autor, aproximam as orações concessivo-condicionais das estruturas condicionais, conforme demonstra (2).

(2) *Incluso si hay temporal*, Antonio sale a pescar
(FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3843)

Mesmo se houver temporal, Antônio sai para pescar

Observa-se em (2) que a proposição *incluso si hay temporal* veicula um fato que pode ou não acontecer (semifactual) enquanto a proposição principal veicula um fato verdadeiro (factual), pois Antônio sairá para pescar independentemente da circunstância apresentada anteriormente.

Como se pode observar, as orações concessivo-condicionais escalares envolvem diretamente a noção de escalaridade, ideia constituída pelos falantes com base em diferentes tipos de conhecimentos. Nesse contexto, o Falante organiza a apresentação do conteúdo de forma a considerar o que o interlocutor conhece ou não, o que está relacionado ao Componente Contextual da Gramática Discursivo-Funcional, teoria que será apresentada a seguir.

2. A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) é uma teoria que leva em conta a natureza da comunicação, procurando fornecer uma explicação da relação entre linguagem e contexto. A GDF começa com a intenção do Falante⁴³, percorre os níveis semântico, morfossintático e fonológico, e chega ao componente de saída, responsável pela articulação das expressões linguísticas. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), essa direção é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento da linguagem no indivíduo.

43 Falante e Ouvinte serão grafados com letra maiúscula quando se tratar de termos da GDF.

A teoria é vista como um modelo de interação verbal cujo Componente Gramatical se une aos componentes Conceitual, Contextual e de Saída. Os três últimos componentes interagem com o Componente Gramatical por meio de operações de formulação (regras pragmáticas e semânticas de uma língua) e de codificação (regras que traduzem o morfológico, semântico e pragmático, e regras fonológicas).

O Componente Conceitual é responsável pelo desenvolvimento da interação comunicativa relevante para que seja produzido o ato de fala e os conceitos associados aos eventos extralinguísticos pertinentes. O Componente Contextual, por sua vez, contém uma descrição do conteúdo e da forma do discurso anterior e molda a forma na qual o ato de fala será produzido em função da relação social entre os participantes da conversação. O Componente de Saída gera sinais acústicos ou expressões de ortografia com base nas informações proporcionadas pelo Componente Gramatical.

O Componente Gramatical se divide em quatro níveis de organização linguística: o Interpessoal (relacionado com a pragmática) e o Representacional (relacionado com a semântica) – responsáveis pelo processo de formulação – o Morfosintático (relacionado com a morfosintaxe) e o Fonológico (relacionado com a fonologia) – encarregados pelo processo de codificação. Todos esses Níveis são impulsionados por um conjunto de primitivos e se organizam internamente em estratos hierárquicos.

O Nível Interpessoal, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), captura toda a formulação das distinções relativas à interação entre o Falante e o Ouvinte. A hierarquia presente dentro do Nível Interpessoal se organiza pelas camadas seguintes: Movimento (M), Ato Discursivo (A) e Conteúdo Comunicado (C). Esse Nível se refere aos aspectos pragmáticos da unidade da língua que refletem o papel da interação Falante-Ouvinte. Esses papéis se analisam em

termos de funções *retóricas* e *pragmáticas*. As funções retóricas são basicamente: Motivação, Orientação, Correção, Aside e Concessão. Essas funções referem-se às formas em que os componentes do discurso são organizados pelo falante, a fim de alcançar seu propósito comunicativo, e também se relacionam às propriedades formais de um comunicado que influenciam o ouvinte a aceitar o que diz o falante. A *Concessão* para a GDF, portanto, é uma *Função Retórica* no Nível Interpessoal, pois apresenta uma relação de dependência entre dois Atos Discursivos (A), um Nuclear (Ai) e outro Subsidiário (Aj), sendo que esse último deve ser entendido como uma estratégia que tem o falante para alcançar seu objetivo comunicativo.

O Nível Representacional, por sua vez, refere-se aos aspectos semânticos da unidade linguística. Enquanto o Nível Interpessoal evoca algo, o Nível Representacional é responsável pela designação. Por isso, a utilização do termo semântica se relaciona aos meios pelos quais uma língua lida com os mundos possíveis que ela descreve. As relações hierárquicas que são designadas neste Nível são: Conteúdo Proposicional (p), Episódios (ep), Estados-de-Coisas (e) e a Propriedade Configuracional (f).

O Nível Morfossintático, por sua vez, trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, ele cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais.

Já o Nível Fonológico, último nível proposto pela teoria, é responsável pela parte da codificação que não foi abrangida pelo Nível Morfossintático. Esse Nível fornece um número de indicações, em cada camada, que o componente de saída converte em um resultado sonoro.

Interessa-nos, neste capítulo, o conceito de *Função Retórica*, que se relaciona aos modos como os componentes do discurso são ordenados a fim de realizar a estratégia comunicativa do falante e também às propriedades formais dos enunciados que influenciam

o Ouvinte a aceitar tais propósitos. Trata-se de uma relação que é interpessoal, pois veicula uma estratégia comunicativa do falante, que se difere das *funções semânticas*, em que a relação é representacional, ou seja, especifica uma relação entre um núcleo e um dependente, atribuindo-se uma *função semântica* ao dependente.

Como já mencionamos, a Concessão, para a GDF, constitui uma Função Retórica, pois o falante concede algo ao ouvinte a fim de atingir algum objetivo conversacional, como em:

(1) O trabalho foi fácil, *embora tenha levado mais tempo que o esperado*.
(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 54)

em que o Falante *concede* ao Ouvinte a informação de que o trabalho levou bastante tempo.

Nesta seção expomos os principais conceitos da GDF relevantes para a descrição da partícula *incluso si*. A seguir, apresentamos algumas considerações sobre o critério da Pressuposição, que será utilizado na caracterização dessas construções.

3. A Pressuposição

Tanto Pérez Quintero (2002, p. 54) como Levinson (2007) afirmam que a Pressuposição pode ser descrita em duas abordagens principais. A primeira, a lógico-semântica, prevê a Pressuposição como parâmetro aplicável não ao discurso, mas às orações e aos itens lexicais. Esse tipo de análise não leva em consideração os processos de produção nem os participantes, e o significado é visto como um atributo das sentenças em vez de algo construído pelos interlocutores. Já a segunda, a abordagem pragmática, considera a Pressuposição como uma propriedade do discurso. As orações não são analisadas isoladamente, mas sim expressas no discurso por indivíduos em um

ato comunicativo. Para Levinson (2007, p. 221), as pressuposições que dizem respeito à relação entre falante e destinatário não afetam as condições de verdade de uma construção; por isso, para o autor, pode-se definir como Pressuposição pragmática uma relação entre um falante e a adequação de uma sentença a um contexto.

Saeed (1997 apud PÉREZ QUINTERO, 2002) afirma que a Pressuposição pragmática tem o objetivo de falar das estratégias que falante e ouvinte usam para se comunicar. Segundo o autor, podemos olhar para a comunicação do ponto de vista do falante e falar sobre a Pressuposição como parte de uma tarefa do discurso, ou adotar o ponto de vista do ouvinte e ver a Pressuposição como um número de inferências que o ouvinte pode fazer com base no que o falante acabou de dizer.

Pérez Quintero (2002), por seu turno, adota também um conceito pragmático de Pressuposição, uma estratégia do falante de empacotar sua mensagem com relação a sua estimativa do que o ouvinte sabe, abordagem que permite fazer uma análise da Pressuposição de uma oração, não em abstrato, mas em relação à situação discursiva, levando-se em consideração o discurso e o papel dos participantes na interação, o que parece ser uma perspectiva de análise bastante condizente com os postulados funcionalistas, que prezam pela soberania da pragmática sobre a semântica e essa, por sua vez, sobre a morfossintaxe.

Esse olhar parece não ser suficiente, no entanto, para classificar um ato de fala como pressuposto ou não, já que a questão da Pressuposição é bastante ampla e complexa para o linguista. Em função disso, adotamos o tratamento dado à Pressuposição por Hengeveld (1998), para quem a hierarquia de Pressuposição pode ser aplicada a muitos parâmetros classificatórios, como a Factualidade, o Tipo de Entidade ou o Tempo de Referência.

Optamos por aplicar a Pressuposição ao parâmetro da Factualidade, considerando que, no domínio factual, Pressuposição implica factividade – quando o Falante pressupõe que determinado evento é real ou verdadeiro – e no domínio não-factual, Pressuposição implica não-factividade – quando o Falante pressupõe que determinado evento é irreal ou não verdadeiro.

O quadro (1) a seguir resume a proposta de Hengeveld (1998). Com base em um estudo que compara várias línguas europeias, o autor atrela a Pressuposição à Factualidade em contextos semânticos de concessão e condicionalidade (condição potencial e irreal), já que a proposta do estudioso se aplica às concessivas e às condicionais de segunda e de terceira ordem, que correspondem ao Estados-de-Coisas e Conteúdos Proposicionais respectivamente.

Quadro 1 – Classificação semântica das orações concessivas e condicionais

Factual	Não pressuposta	
	Pressuposta	Concessão
Não-Factual	Não pressuposta	Condição potencial
	Pressuposta	Condição irreal

Fonte: Adaptado de Hengeveld (1998, p. 353)

Conforme se observa no quadro (1), as concessivas são postuladas por Hengeveld (1998) como tipicamente factuais – exprimem fatos reais ou proposições verdadeiras, as quais são pressupostas. Por outro lado, as condicionais são classificadas como tipicamente não factuais, podendo ser não pressupostas ou pressupostas. No primeiro caso há uma condição potencial, ou seja, semifactual, não pressuposta e, no segundo, uma condição irreal, contrafactual, pressuposta, conforme ilustram os exemplos apresentados pelo autor:

(4) He got the job *although he had no qualifications*.

(HENGEVELD, 1998, p. 355)

Ele conseguiu o emprego *embora não tenha qualificações*.

(5) El gato te arañará, si le tiras del rabo. (HENGEVELD, 1998, p. 352)

O gato te arranhará, se você puxá-lo pelo rabo.

(6) Si me hubiera dicho que le acompañara, te habría avisado.

(HENGEVELD, 1998, p. 352)

Se você tivesse me dito que o acompanharia, eu teria te avisado.

De acordo com o autor, o exemplo (4) acima mostra que a oração concessiva de terceira ordem (Conteúdo Proposicional) descreve uma informação pressuposta como verdadeira e explicita uma verdade conhecida pelos interlocutores (*não ter qualificações*), enquanto a oração principal (ele conseguiu o emprego) veicula uma informação não esperada, pois se presume que sem qualificações não se consiga um emprego.

Embora (5) e (6) também designem entidades de terceira ordem, são não factuais. Segundo Hengeveld e Mackenzie (1998), a diferença entre elas reside na questão da Pressuposição. O exemplo (5) veicula uma condição potencial não pressuposta de ser não factual, pois o Falante apresenta pela primeira vez ao Ouvinte a informação semifactual *se você puxar o gato pelo rabo*, um fato que pode ou não acontecer. Em (6), a condição irreal *se você tivesse me dito que o acompanharia* é pressuposta de ser não factual, pois o falante sabe que o ouvinte não disse que o acompanharia, algo que o Falante tem plena consciência; em outras palavras, tanto o Falante quanto o ouvinte sabem que se trata de uma condição irreal, que não se realizou no passado e não tem possibilidades de se realizar no futuro.

Nesse sentido, consideremos as ocorrências (7) e (8) a seguir:

(7) Por primera vez supuse que aquel tipejo vulgar tenía algo que ver conmigo. Estuve tentado de cambiarme de vagón, de despistarle en alguna estación del trayecto aunque sólo fuera por saber si efectivamente me andaba siguiendo. Lo deseché. **Incluso si** lo que yo estaba haciendo podía ser peligroso, el hombre no parecía precisamente un asesino. Medí mentalmente las fuerzas de ambos y comprendí que él tenía más que perder si me agredía (1986, 75, Novelas)

Pela primeira vez supus que aquele tipinho vulgar tinha algo a ver comigo. Estive tentando mudar de vagão, despistá-lo em alguma estação do trajeto embora só fosse para saber se efetivamente estava me seguindo. Descartei. **Inclusive se** o que eu estava fazendo podia ser perigoso, o homem não parecia precisamente um assassino. Medi mentalmente as forças de ambos e compreendi que ele tinha mais a perder se me agredia.

(8) - Inge Schneider. Enciendo la luz y veo que hay muchos Schneider en la guía de teléfonos. Será imposible localizarla. Si se ha casado ya no se llamará Schneider. Se llamará como su marido. Pero ¿y si por cualquier razón sigue llamándose Schneider?

-Entonces marcaría el número. Esperaría a oír su voz. Estoy seguro de que su voz la reconocería inmediatamente. **Incluso si** se ha vuelto borracha y fumadora. Aun así la reconocería (1995, 79, Novela)

- Inge Schneider. Acendo a luz e vejo que há muitos Schneider na lista telefónica. Percebo que será impossível localizá-la. Se ela se casou, não mais se chamará Schneider. Ela terá o mesmo sobrenome de seu marido. Mas, e se, por qualquer razão, ainda se chama Schneider?

- Então marcaria o número. Esperaria ouvir sua voz. Tenho certeza de que reconheceria sua voz imediatamente. **Inclusive se** se tornou alcoólatra e fumante. Ainda assim, eu a reconheceria.

Em (7), antes de apresentar a oração *Inclusive se o que eu estava fazendo podia ser perigoso*, o Falante descreve uma série de fatos que poderiam servir para distrair a pessoa que o perseguia (mudar de vagão, distraí-la em alguma estação), o que faz com que o Falante apresente a oração introduzida por *incluso si* como conhecida, compartilhada com seu Ouvinte, portanto, Pressuposta, apresentando-a, nesse sentido, como verdadeira ao seu Ouvinte, portanto, factual.

Em (8), por sua vez, a oração *mesmo se se tornou bêbada e fumante* apresenta uma informação pela primeira vez, pois o falante lança ao Ouvinte a ideia de que isso seria o pior que poderia acontecer em uma escala de possibilidades. Trata-se de uma informação não compartilhada entre os interlocutores, portanto, não pressuposta. Como Inge Schneider poderia ou não ter virado uma bêbada e fumante, e seu Falante desconhece essa informação, essa oração caracteriza-se como semifactual.

Podemos dizer, em resumo, que a Pressuposição, nesse contexto, é associada à Factualidade: são pressupostas as orações que veiculam uma informação que o Falante considera conhecida como factual ou não-factual pelo Ouvinte. Em contrapartida, define-se como oração não pressuposta aquela que o Falante considera que a factualidade é desconhecida do seu ouvinte.

Tendo esses conceitos em vista, procederemos à análise de algumas ocorrências.

4. Os dados

Constatamos que *incluso si* tende a prefaciá-las estruturas de três tipos distintos: uma de natureza semântica (cf. 9), que corresponde às estruturas comumente descritas pelas gramáticas do espanhol,

e duas de natureza pragmática, que correspondem a estruturas que podem ocupar diferentes posições com relação à oração principal ou ainda ocorrerem sintaticamente “independente” de uma oração principal, conforme as ocorrências (10) e (11):

(9) Los términos de la pacificación están claros. “Después de tres años sin presencia militar rusa, los chechenos no vamos a consentirla. **Incluso si dejan de bombardearnos indiscriminadamente, nos resistiremos a ella por nuestras casas destruidas, por nuestras mujeres y niños muertos, por nuestra tierra**”, dice Mujadi Israilov, ex rector de la Universidad de Grozny, institución reducida a escombros, al igual que la mezquita central o el archivo y la Biblioteca Nacional chechena. (1995, 2, Política).

Os termos da pacificação estão claros. “Depois de três anos sem presença militar russa, nós chechenos não vamos consenti-la. **Inclusive se deixarem de nos bombardear indiscriminadamente, resistiremos a ela por nossas casas destruídas, por nossas mulheres e filhos, por nossa terra**, diz Mujadi Israilov, ex-reitor da Universidade de Grozny, instituição reduzida a escombros como a mesquita central ou o arquivo da Biblioteca Nacional chechena.

(10) Encontraron que los voluntarios que habían tomado Stevia tenían niveles de azúcar en sangre perceptiblemente más bajos después de la ingestión de la tisana. Esto es una indicación positiva de que la Stevia puede ser potencialmente beneficiosa para los diabéticos que utilicen Stevia como sustituto del azúcar. **Incluso si la Stevia por sí misma no pudiera bajar los niveles de azúcar en sangre.** (2004, 63, Medicinas alternativas)

Encontraram que os voluntários que tomaram Stevia tinham níveis de açúcar no sangue perceptivelmente mais baixos depois da ingestão da infusão. Essa é uma indicação positiva de que a Stevia pode ser potencialmente benéfica para os diabéticos que utilizam Stevia como substituta do açúcar. **Mesmo se a Stevia por ela mesma não pudesse baixar os níveis de açúcar no sangue.**

(11) - Cualquier problema que se presente, sea cual fuere su gravedad, dígame a mí. Y si yo no estoy en condiciones, a mi hija.

- *¿Incluso si se trata de avisar de riesgo de muerte?* - quiso saber Pozuelo.

- Eso es esencial. (1995, 44, Historia)

- Qualquer problema que se apresente, seja qual for sua gravidade, diga a mim. E se eu não estiver em condições, diga à minha filha.

- *Mesmo se se tratar de avisar de risco de morte?* – quis saber Pozuelo.

- Isso é essencial.

Observamos que as orações veiculadas pelas ocorrências (9), (10) e (11) são de tipos diferentes. Em (9) nota-se uma relação entre duas proposições, isto é, constructos mentais, tais como, *dejar de bombardearnos indiscriminadamente* e *o resistirse a ella*. Em (10), a relação entre as orações é mais frouxa e nota-se que a oração prefaciada por *incluso si Stevia por sí misma no pudiera bajar los niveles de azúcar en sangre* está posposta à oração principal *Stevia pode ser potencialmente benéfica para os diabéticos* e foi usada pelo Falante para acrescentar uma informação que julga relevante do ponto de vista comunicativo. Por fim, em (11), a oração subordinada é apresentada em turno diferente, por meio de uma ilocução interrogativa *¿Incluso si se trata de avisar de riesgo de muerte?* sintática e semanticamente independente de outras orações.

Considerando os três tipos apresentados acima, é possível perceber que (9) apresenta uma relação semântica entre as orações, diferentemente de (10) e de (11), que apresentam uma relação pragmática.

Do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional, essas distinções se explicam porque as relações ocorrem em Níveis diferentes. O primeiro tipo ocorre no Nível Representacional e os outros dois tipos, no Nível Interpessoal.

Quanto à aplicação do critério da Pressuposição a esses três tipos distintos de oração, consideremos, inicialmente, o primeiro caso, quando da atuação dessas orações no Nível Representacional, conforme representam as ocorrências (12) e (13) a seguir.

(12) No existe una demostración indiscutible de que los ricos sean más felices que los pobres, o de que las personas sean más venturosas a medida que crecen sus ingresos. Si esa demostración estuviese realizada, sería una paradoja el caso de los Estados Unidos, uno de los países con mayor renta por habitante, pero, al propio tiempo, el de mayor número relativo de enfermos mentales, y donde la mayor proporción de suicidios está relacionada con el afán frustrado de obtener éxitos económicos en una sociedad ya rica. Ambas clases de datos -desasosiego mental y suicidios motivados por lo económico- tampoco pueden llevarnos a la afirmación contraria de que en la riqueza está el origen de la desgracia.

Incluso si esto último fuera cierto, ello no podría servir de argumento definitivo en contra del desarrollo económico, puesto que la felicidad no es el único fin de la vida. (1992, 52, Economía y Hacienda)

Não existe uma demonstração indiscutível de que os ricos sejam mais felizes do que os pobres, ou de que as pessoas sejam mais bem-sucedidas à medida que crescem seus lucros. Se essa demonstração estivesse provada, seria um paradoxo o caso dos Estados Unidos, um dos países com maior renda por habitante, mas, ao mesmo tempo, com maior número relativo de doentes mentais, e onde a maior proporção de suicídio está relacionada à ânsia frustrada de obter sucessos econômicos em uma sociedade já rica. Ambas as classes de dados – desassossego mental e suicídio motivado pelo aspecto econômico – também não podem nos levar a afirmação contrária de que na riqueza está a origem da desgraça.

Inclusive se este último fosse certo, isso não poderia servir de argumento definitivo contra o desenvolvimento econômico, já que a felicidade não é o único fim da vida.

(13) El empleo estable y bien pagado, que se consolidó poco a poco en Europa de la segunda posguerra mundial, está comenzando a ser un arcano de la historia; aumenta el número de parados de larga duración y, sobre todo, se disipan las esperanzas de que nuestros hijos, para los que quisiéramos una vida mejor que la propia, tengan trabajos como los que han existido. **Incluso si no hay recesión económica: crecen la inestabilidad, la temporalidad y los contratos parciales**, y el trabajo pierde la centralidad que tuvo. La hipótesis de una generación perdida para el empleo se convierte tal vez en una certeza. (1995, 53, Economía y Hacienda)

O emprego estável e bem pago, que se consolidou pouco a pouco na Europa da segunda pós-guerra mundial, está começando a ser um segredo da história, aumenta o número de desempregados de longa duração e, sobretudo, dissipam-se as esperanças de que nossos filhos, para os que quiséssemos uma vida melhor que a própria, tenham trabalhos como os que existiram. **Inclusive se não há recessão econômica: crescem a instabilidade, a temporalidade e os contratos parciais**, e o trabalho perde a centralidade que teve. A hipótese de uma geração perdida para o emprego converte-se talvez em uma certeza.

Tanto em (12) quanto em (13), a relação entre a oração subordinada introduzida por *incluso si* e a principal se dá entre proposições. Em (12), a subordinada *Incluso si esto último fuera cierto* é não factual, pois se trata de uma proposição não verdadeira (esto último no es cierto) e apresenta elementos que se referem diretamente a informações dadas no contexto anteriormente, tal como o anafórico *esto último* (esse último) que retoma a afirmação de que é na riqueza que está a origem da desgraça. Essa informação, portanto, é conhecida e compartilhada pelos interlocutores, logo, pressuposta.

Em (13), por sua vez, nenhuma referência ao fato da possibilidade de não haver recessão econômica foi feita anteriormente no texto e o Falante julga que o Ouvinte não conhece essa informação, ou seja, não

consegue resgatá-la de alguma forma no Componente Contextual, o que permite que consideremos a informação contida na oração subordinada (*no hay recesión económica*) como não pressuposta. Trata de uma informação nova no texto, cuja Factualidade – valor de verdade – não é conhecido pelo Ouvinte.

O resultado da aplicação desses critérios mostra que as orações prefaciadas por *incluso si* que atuam no Nível Representacional tendem a ser não pressupostas, o que as aproxima das condicionais potenciais enquanto *funções semânticas*, conforme comprovam os números apresentados na tabela (2), em que se observa a porcentagem seguida da relação numérica das ocorrências:

Tabela 2 – Pressuposição da oração subordinada no domínio semântico

Pressuposição da oração subordinada	Resultado geral
Pressuposta	40,75% (22/54)
Não pressuposta	59,25% (32/54)

Fonte: Elaboração própria

Ao relacionar Pressuposição e Factualidade nesse contexto, podemos verificar que as orações factuais e semifactuais tendem a ser não pressupostas, ou seja, apresentam informações desconhecidas pelos participantes da comunicação, conforme se observa na tabela (3) a seguir. Esse resultado pode ser explicado com base no caráter hipotético das orações semifactuais, pois, como já mencionamos anteriormente, não é possível prever se tais hipóteses irão ou não se concretizar.

Tabela 3 – Pressuposição e Factualidade nas orações do domínio semântico

Pressuposição nas orações do domínio semântico	Factualidade da oração subordinada		
	Factual	Semifactual	Contrafactual
Pressuposta	1,8% (1/54)	14,8% (8/54)	20,4% (11/54)
Não pressuposta	3,7% (2/54)	59,3% (32/54)	-

Fonte: Elaboração própria

A tabela (3) mostra ainda que as orações contrafactuais do domínio semântico tendem a apresentar conteúdo pressuposto (20,4%), cuja factualidade é conhecida (conforme exemplifica a ocorrência (13) dada anteriormente). Esse resultado justifica-se pelo fato de as orações contrafactuais veicularem um conteúdo que não é verdadeiro e que não tem possibilidades de ser.

Consideremos, por sua vez, o caso de orações prefaciadas por *incluso si* que atuam no Nível Interpessoal. Como vimos, nesse Nível, as orações podem ser de dois diferentes tipos, aquelas em que a subordinada se relaciona à principal a fim de guiar, persuadir o Ouvinte, uma relação entre Atos Discursivos que caracteriza uma Função Retórica (cf. 14), e aquelas que ocorrem “independentes” de outras orações (cf. 15).

(14) La ribera Sur del Mediterráneo no tiene elección. *Para integrarse mejor en la economía mundial y bajo la amenaza de la marginación, debe anclarse en Europa. **Incluso si** ésta no ofrece una atracción comparable al de Japón para Asia o de EE.UU. para el continente americano [...].* (1995, 1, Economía)

A ribeira sul do Mediterrâneo não tem eleição. Para se integrar melhor na economia mundial e sob ameaça de marginalização, deve fixar-se na Europa. **Mesmo se** esta não oferecer uma atração comparável ao Japão para a Ásia ou dos Estados Unidos para o continente americano

(15) Encontraron que los voluntarios que habían tomado Stevia tenían niveles de azúcar en sangre perceptiblemente más bajos después de la ingestión de la tisana. *Esto es una indicación positiva de que la Stevia puede ser potencialmente beneficiosa para los diabéticos que utilicen Stevia como sustituto del azúcar. Incluso si la Stevia por sí misma no pudiera bajar los niveles de azúcar en sangre.* Solo el hecho de no consumir azúcar, es de importancia significativa a la hora de mantener el control. (2004, 63, Medicinas alternativas)

Encontraram que os voluntários que tomaram Stevia tinham níveis de açúcar no sangue perceptivelmente mais baixos depois da ingestão da infusão. Essa é uma indicação positiva de que a Stevia pode ser potencialmente benéfica para os diabéticos que utilizam Stevia como substituta do açúcar. **Mesmo se** a Stevia por ela mesma não pudesse baixar os níveis de açúcar no sangue.

Em (14), nota-se que a informação *no ofrecer una atracción comparable al de Japón para Asia o de EE.UU. para el continente americano* é não pressuposta, pois é apresentada como nova no discurso, a fim de adicionar uma informação não conhecida para justificar o que foi dito na oração anterior.

Já em (15), a oração subordinada *la Stevia por sí misma no pudiera bajar los niveles de azúcar en sangre* oferece uma informação concebida como dada, ou seja, o Falante imagina que seu Ouvinte, de alguma forma, conhece os benefícios da Stevia, pois julga fazer parte do conhecimento de mundo do Ouvinte, algo do Componente Contextual. Observa-se, ainda, que o uso do verbo no Pretérito Imperfeito do Subjuntivo codifica uma informação contrafactual, não assertiva. Portanto, a oração *no pudiera bajar los niveles de azúcar en la sangre* veicula um fato que não aconteceu no passado e não tem possibilidades de acontecer no futuro.

Os dados mostram que casos como (14) tendem a veicular uma informação não pressuposta (83,4%), conforme resume a Tabela (4).

Tabela 4 – Pressuposição da oração subordinada no domínio pragmático

Pressuposição da oração	Resultado geral
Pressuposta	16,6% (2/11)
Não pressuposta	83,4% (9/11)

Fonte: Elaboração própria

A Tabela (4) mostra que as orações prefaciadas por *incluso si* quando constituem *funções retóricas* tendem a ser não pressupostas. Esse resultado sugere que as orações prefaciadas por *incluso si* tendem a apresentar uma informação nova no discurso, em outras palavras, uma informação que o escrevente considera que a factualidade da construção é desconhecida pelo leitor.

Esse mesmo resultado foi obtido no caso das orações que não se relacionam sintática nem semanticamente à principal, ou seja, são “independentes”, pois as quatro ocorrências observadas são não Pressupostas, conforme apresenta a tabela (5):

Tabela 5 – Pressuposição da oração subordinada “independente” no domínio pragmático

Pressuposição da oração	Resultado geral
Pressuposta	0% (0/4)
Não pressuposta	100% (4/4)

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Tabela (5), as orações prefaciadas por *incluso si* quando são “independentes” de uma oração principal apresentam uma relação de não pressuposição em 100% dos casos.

A Tabela (6) a seguir apresenta a relação pressuposição-factuality existente nas orações do tipo pragmático

Tabela 6 – Pressuposição e Factuality nas orações do domínio pragmático

Pressuposição nas orações do domínio pragmático	Factuality da oração prefaciada por “ <i>incluso si</i> ”		
	Factual	Semifactual	Contrafactual
Pressuposta	-	6,7% (1/15)	20% (3/15)
Não pressuposta	13,3% (2/15)	60% (9/15)	-

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que as ocorrências de *incluso si* que se estabelecem no nível pragmático tendem a ser não pressupostas e semifactuais, como também ocorre com as orações de tipo semântico.

| Conclusões

Este capítulo aborda as orações introduzidas por *incluso si* no espanhol peninsular escrito e a questão da Pressuposição de acordo com Hengeveld (1998), que atrela esse critério à questão da Factuality. Essas orações são concebidas na literatura como concessivo-condicionais escalares por veicularem noções de escalaridade.

Os dados apresentados revelam que *incluso si* pode introduzir tipos distintos de orações, as quais podem ser de natureza semântica e de natureza pragmática. Nos dois casos encontrados, observamos que tendem a ser não pressupostas e semifactuais. Em outras palavras, o conteúdo da oração prefaciada por *incluso si* é considerado como desconhecido por seu Ouvinte, ou seja, uma informação que o Falante apresenta como nova e que tem a potencialidade de ocorrer.

Esses resultados ampliam a proposta de Hengeveld (1998), pois o autor aplica o critério da Pressuposição atrelado à Factuality apenas às concessivas e condicionais de segunda e de terceira

ordem, que correspondem ao que consideramos construções do Nível Representacional. Neste estudo, no entanto, abordamos as estruturas que atuam também no Nível Interpessoal, o que amplia o escopo do critério.

| Referências

FLAMENCO GARCÍA, L. Las construcciones concesivas y adversativas. *In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). Gramática descriptiva de la lengua española*. v. 3: Entre la oración y el discurso. Madrid: Espasa-Calpe, 1999. p. 3805-3878.

HASPELMATH, M.; KÖNIG, E. Concessive conditionals in the languages of Europe. *In: VAN DER AUWERA, J. Adverbial constructions in the languages of Europe*. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K. Adverbial Clauses in the languages of Europe. *In: VAN DER AUWERA, J. (ed.). Adverbial constructions in the language of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: University Press, 2008.

KEIZER, E. **A functional Discourse Grammar for English**. Oxford: University Press, 2015.

KÖNIG, E. Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization. *In: TRAUGOTT, E. et al. (ed.). On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 229-246.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. *Lingua*, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 1-19, 1985.

LEVINSON, S. C. Pragmática. A pressuposição. Tradução Luís Carlos Borges e Aníbal e Mari. *In*: LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NEVES, M. H. M. As construções concessivas. *In*: NEVES, M. H. M. (org.). **Gramática do português falado**. v. 7: Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 545-591.

PÉREZ QUINTERO, M. J. **Adverbial subordination in English: a functionalist approach**. Amsterdam: Rodopi, 2002.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CREA) [en línea]. **Corpus de referencia del español actual**. Disponível em: <http://www.rae.es>. Acesso em: 18 jan. 2017.

RODRÍGUEZ ROSIQUE, S. R. From discourse to grammar: when the Spanish *incluso* meets a *si* conditional. **Lingvistica e Investigaciones**. John Benjamins Publishing Company, 2012. p. 94-119.

SAEED, J. I. **Semantics**. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

QUARTA PARTE

**Outros modelos
funcionalistas**

A CONSTRUÇÃO CORRELATA ADITIVA “NÃO SÓ... MAS TAMBÉM” SOB A PERSPECTIVA DA RST

Gabriele Pecuch

Considerações iniciais

As definições observadas nas gramáticas e nos livros didáticos empregados no ensino de língua portuguesa no Brasil contemplam apenas dois processos de construção das orações complexas: o período composto por coordenação e o período composto por subordinação. Conforme essas propostas, as orações coordenadas são independentes sintaticamente, ao passo que as orações subordinadas apresentam dependência sintática entre a sentença matriz, ou principal, e a sentença subordinada, ou encaixada.

Consoante as perspectivas tradicionais, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) também divide o período composto entre coordenação e subordinação, no entanto, há estudos que propõem outros arranjos sintáticos para as orações complexas, como a parataxe, a hipotaxe e a correlação. Pretende-se, neste capítulo, tratar das construções correlatas, apresentando-se os primeiros estudos sobre esse tipo de construção, seus processos de formação e sua classificação, enfatizando-se as sentenças correlatas aditivas.

Considera-se relevante, ainda, verificar a atuação dessa construção no âmbito da organização textual. Para tanto, utiliza-se a *Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST)* (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992), uma teoria descritiva que visa estudar as relações de coerência estabelecidas entre as partes de um texto. A partir de um *corpus* constituído de publicações disponíveis em páginas de uma rede

social, verificou-se a relação de coerência que se estabelece entre as construções correlatas aditivas formadas a partir dos elementos conjuntivos “não só... mas também”.

1. De Oiticica ao Funcionalismo: o percurso das orações correlatas

De forma semelhante ao que ocorre nas gramáticas tradicionais, os pressupostos estruturalistas que permeavam a Linguística na segunda metade do século XX consideravam satisfatória a classificação do período composto em orações coordenadas e orações subordinadas. De acordo com Camara Jr. (1960), arranjos binários são suficientemente capazes de captar as estruturas linguísticas, e conceitos como justaposição e correlação correspondem a modalidades da coordenação e da subordinação. Segundo Módolo (1999), “Camara Jr. não vê, portanto, necessidade de postular um terceiro tipo de ligação intersentencial, nem a necessidade da nomenclatura decorrente”.

Em contrapartida às premissas de Camara Jr. (1960), as quais consideravam basicamente o âmbito da sintaxe, José Oiticica aparece como o precursor dos estudos acerca do processo da correlação. Módolo (1999) afirma que Oiticica pode ser considerado um “funcionalista ‘avant la lettre’, já que seu livro clássico *Teoria da Correlação* foi publicado na década de 50, muito antes de o funcionalismo ter obtido projeção como corrente linguística”. As primeiras definições das sentenças correlatas superavam a perspectiva formal dos estruturalistas com relação ao período composto.

Observamos, pela leitura de *Teoria da Correlação*, a intensa preocupação do autor com o componente semântico, que acaba por se transformar num dos pilares de sua argumentação sobre a correlação oracional. O modelo funcionalista destaca a relação entre estrutura e função, sustentando

que a estrutura existe tendo em vista a necessidade de cumprir certas funções. Em consequência, a sintaxe perde sua centralidade. (MÓDULO, 1999).

Em seu *Manual de Análise Léxica e Sintática*, Oiticica (1923, p. 43) destinou um capítulo às conjunções, enumerando essa classe de palavras em uma lista de “conjunções essenciais” e “expressões conjuntivas”, na qual há uma classificação para as conjunções correlativas. Nesse capítulo, Oiticica aponta que as conjunções correlativas “introduzem uma frase em que se exprime um pensamento preso, não à ‘acção’ principal com que apenas se coordena, mas a um termo intensivo, claro ou oculto”.

Correlativas—introduzem uma frase em que se exprime um pensamento preso, não à acção principal com que apenas se coordena, mas a um termo *intensivo*, claro ou oculto. São: *que* e *como*; exs.: *subi tanto, que perdi o fôlego; esforçou-se de maneira tal, que adoeceu; chegamos de tal modo que todos se compadeciam de*

Figura 1 – Definição de conjunções correlativas

Fonte: Oiticica (1923, p. 43)

A proposição de Oiticica sugere que as orações correlatas consistem em um processo distinto da coordenação e da subordinação e corrobora as teorias funcionalistas, que consideram os diversos níveis de análise das sentenças, como o predicacional, o proposicional e o ilocucional. Segundo Neves (2013), o Funcionalismo não se limita aos aspectos sintáticos da língua, voltados apenas a aspectos estruturais, mas admite também a incorporação da Pragmática e da Semântica como perspectivas essenciais à organização dos enunciados da língua.

Uma investigação da língua em função implica a consideração de um caráter não discreto na organização das categorias. Nesse sentido, faz parte das propostas funcionalistas questionar o corte rígido entre subordinação e coordenação, especialmente no tratamento das frases compostas e complexas, nas quais a relação entre as orações não é a de integração sintática, daquele tipo em que uma oração é subparte de outra estrutura oracional. (NEVES, 2013, p. 226).

Diversos teóricos funcionalistas admitem que a classificação das orações complexas pode envolver outros processos que não sejam a coordenação ou a subordinação. Conforme Halliday (2014, p. 440), o grau de interdependência entre duas orações é conhecido tecnicamente como *táxis*. Seguindo esse critério, sentenças de mesmo estatuto e que apresentam independência sintática entre si representam a *parataxe*, ao passo que orações de estatutos diferentes, nas quais um dos elementos é considerado dominante, correspondem à *hipotaxe*. Nas orações hipotáticas há uma relação de dependência diferente da observada na subordinação, na qual existe um encaixamento entre as duas sentenças. Desse modo, a hipotaxe compreende as orações classificadas tradicionalmente como subordinadas adverbiais e, por sua vez, o encaixamento abrange as subordinadas substantivas.

A noção de articulação de orações apresentada por Halliday (2014) considera, ainda, a existência de uma relação lógico-semântica, segundo a qual um elemento da primeira sentença se relaciona a um elemento da segunda. Há um grupo considerável de relações possíveis entre duas sentenças, porém, é possível agrupá-las em duas relações fundamentais: as relações de expansão, nas quais uma sentença secundária expande a oração primária, elaborando-a, estendendo-a ou aprimorando-a; e relações de projeção, nas quais uma sentença secundária é projetada sobre a primária, a partir de uma locução ou de uma ideia.

Castilho (2010, p. 390) afirma que “o processo de gramaticalização das relações intersentenciais dispõe as coordenadas e as subordinadas nos extremos de um *continuum* mediado pelas correlatas e pelas hipotáticas”, e menciona que algumas das orações classificadas como subordinadas adverbiais apresentam propriedades da correlação.

2. Os processos de formação das orações correlatas

Nos períodos compostos, estão presentes conjunções simples que coordenam as orações, no caso da coordenação, ou que ligam orações encaixadas, no caso das orações subordinadas. Nas sentenças coordenadas, as conjunções empregadas dividem-se em outras classificações e, entre essas, estão as conjunções aditivas, como o *e* e o *nem*, e as conjunções adversativas, como o *mas*. Por sua vez, as orações subordinadas são ligadas comumente por conjunções como as integrantes *que* e *se*.

Diferente do que ocorre nos processos de coordenação e de subordinação, nas orações correlatas, observa-se “uma relação de interdependência, em que a estrutura das duas sentenças que se correlacionam está estreitamente vinculada por expressões conectivas, no caso, as conjunções” (MÓDULO, 2008, p. 1092). Halliday (2014) aponta que conjunções são utilizadas para marcar a relação entre duas orações, e que tanto a parataxe quanto a hipotaxe podem envolver conjunções correlativas, nas quais uma conjunção presente na segunda oração relaciona-se a outra da primeira sentença.

Para Castilho (2010), as conjunções responsáveis pela interdependência das orações correlatas consistem em conjunções complexas, pois determinam a correspondência obrigatória entre um elemento da primeira sentença e um elemento da segunda sentença e, sem essa ligação, o arranjo sintático seria inaceitável. Ainda conforme Castilho, a gramaticalização dessas conjunções tem por base um

processo denominado *redobramento sintático*, segundo o qual a ocorrência de um segmento X corresponde obrigatoriamente a um segmento Y.

Moraes de Castilho (2013) afirma que “o redobramento tem seu ninho na relação de interdependência, não muito estudada em nossas gramáticas e em manuais de sintaxe”, e elenca algumas estruturas redobradas: esse processo de redobramento pode ocorrer com pronomes diversos, como os pessoais e os adverbiais, além de estar presente entre quantificadores ou elementos que compõem a negação, podendo ainda ocorrer por repetição, por topicalização ou por correlação.

Com relação ao redobramento de pronomes, especificamente dos pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, o elemento X equivale ao pronome, enquanto o elemento Y corresponde a um sintagma preposicionado. É o que ocorre na sentença “Eu te^X disse pra você^X”, um dos exemplos utilizados por Castilho (2010). Já quando observado nos pronomes adverbiais locativos e temporais, o redobramento ocorre entre um pronome circunstancial locativo ou temporal, o elemento X, e um sintagma preposicional, o elemento Y. Dessa forma, é possível observar esse redobramento na oração “Vai ter confusão lá^X em casa^Y”.

Quando o redobramento sintático é notado entre dois quantificadores, tanto o elemento X quanto o elemento Y assumem esse papel, como na oração “Você vale tanto^X quanto^Y pesa”. O mesmo ocorre em sentenças negativas, nas quais os elementos X e Y correspondem igualmente a advérbios de negação, como na oração “Não^X fala nada^Y”.

No redobramento por repetição, os dois termos, tanto o X quanto o Y, podem ser expressos por um sintagma nominal ou por um sintagma preposicional. O termo Y, nesse contexto, age como um antitópico. Esse processo pode ser observado em sentenças como “O menino^X

saiu de casa logo cedo, o menino^X". Enquanto isso, no redobramento por topicalização, o elemento X atua como construção de tópico, ao passo que o elemento Y representa um pronome resumptivo, e podem ser observados em estruturas como "O menino^X, ele^Y saiu de casa logo cedo". E, quando duas sentenças correspondem aos elementos X e Y, respectivamente, ocorre o redobramento por correlação: "Você falou tanto^X que fiquei rouco só de ouvir^Y".

De acordo com Módolo (2008), além do processo de redobramento sintático que permeia a construção das estruturas correlativas, ainda com base em critérios formais, uma sentença correlata pode constituir-se de duas maneiras: pela repetição de uma mesma palavra, como "tal...tal" ou "qual...qual", dando origem a uma *correlata espelhada*; ou pela correlação entre dois elementos diferentes, como "tal...que" ou "assim...como", resultando em uma sentença *correlata não-espelhada*. Módolo completa seu raciocínio afirmando que o espelhamento não é usual na linguagem cotidiana, na qual encontram-se poucos casos.

3. A classificação das orações correlatas

Assim como os períodos compostos por coordenação e por subordinação apresentam subclassificações, as sentenças correlativas podem ser divididas em correlação aditiva, correlação alternativa, correlação comparativa, correlação consecutiva, correlação proporcional e correlação hipotética (MÓDOLO, 2008).

As correlatas classificadas como aditivas podem ser constituídas de algumas formas, com variações no número de partículas que aparecem nas duas sentenças correlacionadas. No entanto, as correlatas alternativas são sempre formadas por uma única partícula nos elementos correlacionados, o que pode ser notado nas seguintes orações: "Quer chova, quer faça sol, irei à Ilha Bela, onde meu irmão

tem uma casa de veraneio” e “Já chora, já ri, já esbraveja”. “Esse tipo de conexão interliga as unidades correlacionadas matizando-as de um valor alternativo, quer para exprimir a incompatibilidade dos conceitos envolvidos, quer para exprimir a equivalência deles” (MÓDOLO, 2008, p. 1095).

A tipologia das orações correlatas comparativas é diversificada, e essas sentenças podem estabelecer relações de igualdade (*tanto... quanto*), de superioridade (*mais...que* ou *do que*) ou de inferioridade (*menos...que* ou *do que*). Já as orações correlatas classificadas como consecutivas envolvem uma relação de causa e consequência (MÓDOLO, 2008), na qual a ênfase dada ao fato causador é representada pelo primeiro termo da correlação, o intensificador *tanto*.

Módolo (2008) afirma que a literatura apresenta poucos registros acerca das correlações proporcionais, as quais denotam “um acordo” entre as asserções das sentenças correlacionadas. Para exemplificar construções como essas, um único exemplo é utilizado: “Quanto mais conhecimento o cético adquiria das filosofias, tanto mais conflitantes elas lhe iam parecendo”. Assim como na definição das correlatas proporcionais, Módolo resume a tipologia das correlações hipotéticas a apenas uma estrutura, “se...então”, observada no exemplo “Se não vinha da Itália, então de onde vinha?”.

Quando observado o tratamento de Castilho (2010) reservado às sentenças correlatas, é possível notar que ele desconsidera as duas últimas classificações trazidas pela *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, voltando-se às outras quatro definições também abordadas por Módolo: as correlatas aditivas, alternativas, comparativas e consecutivas.

4. As orações correlatas aditivas

Apesar de Oiticica ter levantado, há mais de 60 anos, questionamentos sobre uma classificação mais adequada para as sentenças complexas, os estudos que consideram o período composto a partir de uma perspectiva funcional ainda são escassos. Na busca de uma classificação apropriada para as orações aditivas, verifica-se que há mais aspectos além do sintático a serem levados em conta nesse processo, pois as orações coordenadas são ligadas entre si por meio de uma única conjunção, ao passo que as sentenças correlatas necessitam de dois elementos dispostos em diferentes sentenças e que apresentem interdependência entre si. Módolo (1999) afirma que compreender a correlação “é perceber que, em primeiro lugar, as orações se correlacionam funcionalmente, resultando depois uma disposição sintática, em que um termo da primeira oração encadeia-se com outro termo da segunda oração”.

Uma sentença como “Não só Marilda socorreu a pobre família, mas também adotou duas órfãs” consiste em uma oração de valor aditivo que pode ser classificada como correlata. Independente do valor tradicional de adversidade que a conjunção *mas* apresenta, é preciso considerar que, nesse contexto, o *mas* preserva seu valor etimológico original, pois o mesmo deriva do advérbio latino *magis*, que apresentava valor semântico secundário de inclusão de indivíduos ou de objetos em um conjunto (MÓDOLO, 2008).

A construção mais recorrente entre as correlatas aditivas apresenta o par correlato “não só... mas também”, formado por duas partículas na segunda parte correlacionada, no entanto, existem outros tipos de formação dessas sentenças. As orações correlativas aditivas podem, ainda, ser estabelecidas por meio de uma única partícula na segunda parte correlacionada (“não só...mas”, “não só...como”, “não somente...porém”), ou constituídas por meio de cruzamento sintático, com três partículas na segunda parte correlacionada (“não

só...senão que também”), além de ser possível a presença de um termo intensificador que interfere no primeiro elemento da correlação (“não tão-somente... mas”).

Segundo Castilho (2010), as sentenças correlatas são abundantes na língua escrita, mas têm poucos registros na língua falada, afirmação pautada na documentação realizada pelo Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (NURC). Módolo (2008, p. 1093) corrobora o pensamento de Castilho, ao afirmar que

A correlação conjuncional ocorre quando se quer emprestar vigor a um raciocínio, estabelecendo coesão entre sentenças e sintagmas. Ela aparece principalmente nos textos apologéticos e enfáticos, não tendo, por isso mesmo, uma presença extensiva nos materiais do Projeto NURC. A correlação exerce nesses contextos um papel diferente do de informar acontecimentos com objetividade: ela permite que se destaquem as opiniões expressas, se defendam pontos de vista ou se busque apoio para eles.

Do ponto de vista dos estudos funcionalistas, os quais consideram o uso da língua, torna-se relevante compreender as estruturas correlativas aditivas como elementos essenciais à construção de argumentos. A relevância das orações correlatas aditivas para os textos de caráter argumentativo é levantada por Módolo (2005) em um estudo do par correlativo mais produtivo entre as correlatas aditivas, o “não só...mas também”. Realizado com base na abordagem multissistêmica da língua, proposta por Castilho (2010), esse estudo aborda, além do potencial discursivo das correlativas aditivas, os traços semânticos e lexicais pertinentes a essas sentenças, além de seus aspectos sintáticos.

Em sua publicação, Módolo (2005) concluiu que a correlação aditiva “não só...mas também” consiste em uma estrutura polifônica discursivamente, formada sempre por dois eixos argumentativos. Do

ponto de vista semântico, seu estudo apontou que a linearidade da sentença é quebrada por meio das categorias de foco e de inclusão, presentes nos elementos “não só” e “mas também”, respectivamente. Além disso, essas categorias foram responsáveis por tirar a sucessão temporal dos eventos. Com relação ao aspecto gramatical, quando comparadas à coordenação e à subordinação, o estudo de Módolo (2005) constatou a distinção das construções correlatas, que estabelecem a correlação entre duas unidades autônomas.

Koch (2012, p. 30) classifica o par de elementos conjuntivos “não só... mas também” como um operador argumentativo, “termo cunhado por O. Ducrot, criador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”. Segundo Koch (2012), esse par correlato encontra-se entre os operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.

A partir dos apontamentos de Módolo (2005) e de Koch (2012), considera-se importante verificar também a atuação da construção correlata aditiva “não só... mas também” no domínio da organização textual, sob a perspectiva da *Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST)* (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992).

5. “Não só... mas também”: atuação no domínio da organização textual

A *Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST)* (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992) é uma teoria descritiva que visa estudar as relações retóricas, ou proposições relacionais, que se estabelecem entre as partes de um texto e lhe conferem coerência. De acordo com Mann e

Thompson (1988), essas proposições relacionais estão presentes desde as porções maiores do texto até entre duas orações, e são organizadas e divididas em dois tipos: relações núcleo-satélite, nas quais uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo), e relações multinucleares, nas quais cada porção representa um núcleo distinto. Considera-se o núcleo a porção mais central, mais relevante aos objetivos do falante/escritor.

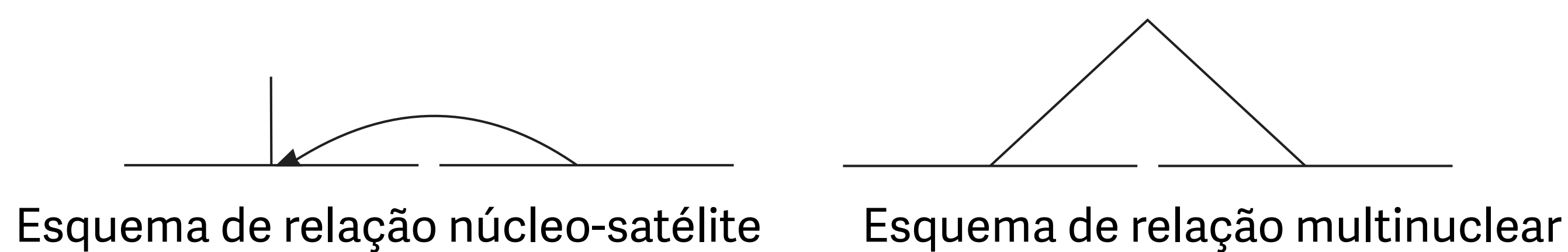


Figura 2 – Esquemas das relações

Fonte: Mann e Thompson (1988, p. 247)

É possível, ainda, classificar as relações propostas pela *RST* de acordo com suas funções globais, dividindo-as entre as de *apresentação* e as de *conteúdo*. As relações de apresentação englobam aquelas que objetivam aumentar a posição tendencial do leitor, sua vontade de agir ou o grau de conceito positivo, crença ou aceitação do núcleo, ao passo que as relações de conteúdo pretendem que o leitor apenas reconheça a relação em questão.

Mann e Thompson (1988, p. 245) estabeleceram uma lista de 25 relações, as quais não compõem um rol fechado, mas são suficientes para descrever a maioria dos textos. As definições dessas relações são baseadas em quatro características: 1) Restrições sobre o núcleo; 2) Restrições sobre o satélite; 3) Restrições sobre a combinação entre o núcleo e o satélite; 4) Efeito (causado pelo falante/escritor em seu destinatário/ouvinte). As relações apresentadas pela *RST* são, em grande parte, implícitas, partindo do nível discursivo e, apesar de não exigirem a presença de marcas formais para serem estabelecidas, podem ser sinalizadas por elementos conjuntivos como “não só... mas também”.

Em um estudo sobre a organização textual do gênero relato, realizado com base na *RST*, Santos (2016) propôs a relação de adição, na qual o satélite apresenta uma informação adicional em relação ao conteúdo do núcleo, que é reconhecida pelo destinatário.

Quadro 1 – Definição da relação de adição.

Nome da relação	Restrições sobre N e S, individualmente	Restrições sobre N+S	Intenção de F
Adição	Sobre S: apresenta uma informação de caráter adicional	Em N + S: S apresenta uma informação de caráter adicional em relação ao conteúdo de N	O destinatário reconhece que S apresenta uma informação de caráter adicional em relação ao conteúdo de N

Fonte: Santos (2016, p. 88)

A representação da relação de adição proposta por Santos (2016) se dá por meio do seguinte esquema:

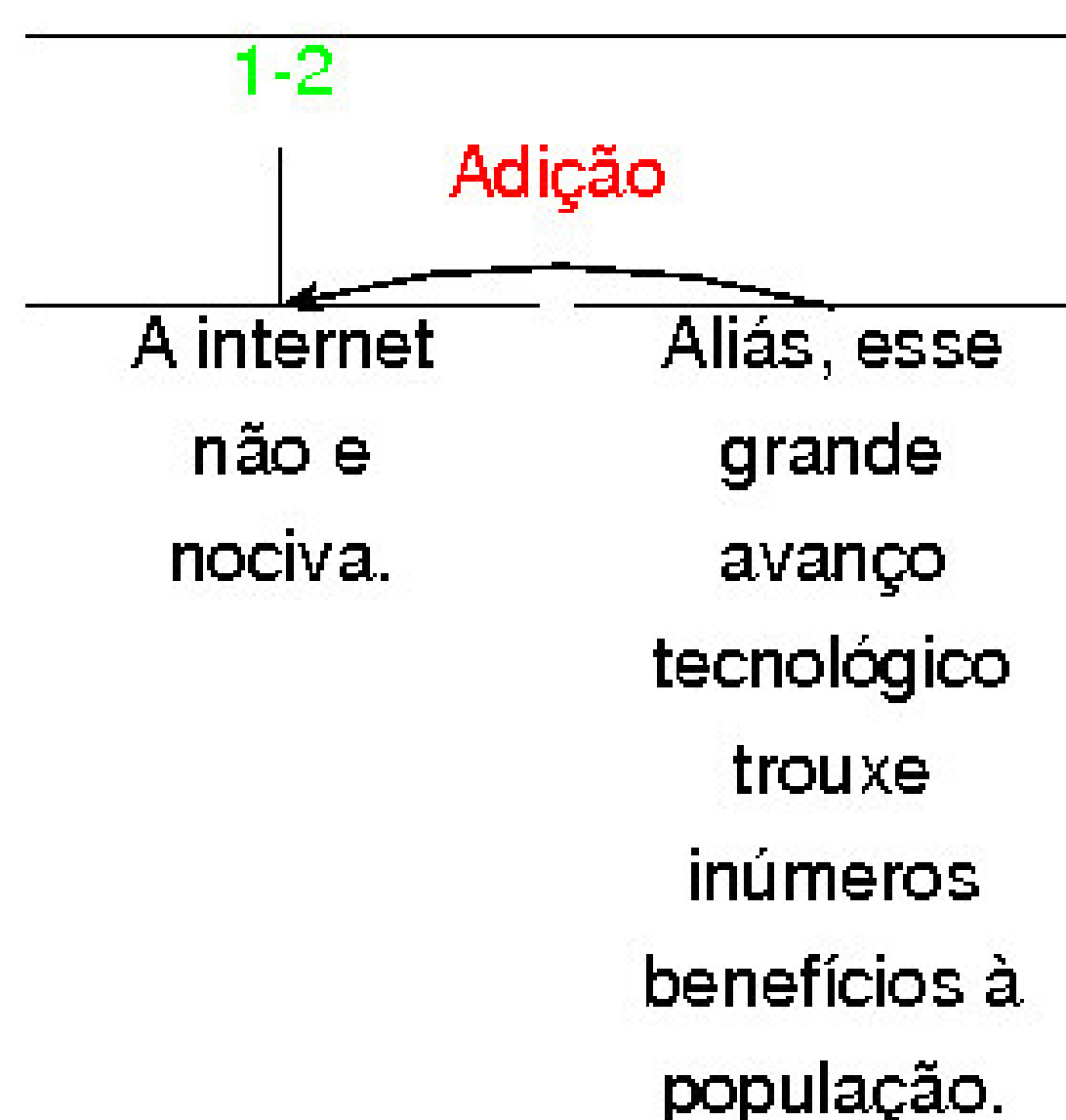


Figura 3 – Esquema da relação de adição

Fonte: Antonio e Santos (2014, p. 210)

Conforme o exemplo (ANTONIO; SANTOS, 2014, p. 210), na relação de adição, é possível observar que o satélite “Aliás, esse grande avanço tecnológico trouxe inúmeros benefícios à população”, apresenta

uma informação de caráter adicional sobre o núcleo “A internet não é nociva”. Nessa relação, o conteúdo da segunda oração soma-se ao da primeira, o que ocorre em parte das orações classificadas como aditivas.

Apesar das construções correlatas aditivas apresentarem um segundo argumento que se soma ao da oração anterior, como na relação proposta por Santos (2016), há outros aspectos da correlação que precisam ser considerados. Para tanto, a fim de verificar as possíveis relações estabelecidas entre as duas orações que compõem a construção correlata aditiva formada a partir dos elementos conjuntivos “não só... mas também”, foram selecionadas 90 ocorrências dessa construção em páginas públicas de diversas naturezas em uma determinada rede social.

Quadro 2 – Ocorrências do par correlato “não só... mas também” em uma rede social

Páginas	Quantidade
Autoajuda	17
Esporte	05
Personalidades	11
Política	18
Religião	07
Saúde	09
Sites de notícias	06
Vendas de produtos diversos	17

Fonte: Elaboração própria

Em todas as ocorrências levantadas, foi possível observar que, no âmbito da organização textual ou da estrutura retórica, a construção correlata aditiva formada pelos elementos “não só... mas também” estabeleceu uma relação diferente da relação de adição proposta

por Santos (2016). A fim de analisar a atuação dessa construção, foram escolhidos dois exemplos retirados do *corpus*:

(1) *A ideologia de gênero é um mal que a esquerda tenta imprimir não só sobre a sociedade, mas também sobre a ciência.*

(2) *Não estamos lutando só pela liberdade de Lula, mas também pela democracia.*

Nas orações correlatas aditivas também se observa um valor de adição, no entanto, há a soma de dois argumentos interdependentes, os quais apontam para uma mesma conclusão. Além disso, os argumentos apresentados nos satélites “A ideologia de gênero é um mal que a esquerda tenta imprimir não só sobre a sociedade” (exemplo 1) e “Não estamos lutando só pela liberdade de Lula” (exemplo 2) são mais restritos que os argumentos observados nos núcleos “mas também sobre a ciência” (exemplo 1) e “mas também pela democracia” (exemplo 2), que consistem em argumentos mais amplos. Considerando essas divergências em comparação à relação proposta por Santos (2016), torna-se mais adequado estabelecer uma relação de *adição correlata*, a fim de atender às especificidades da correlação. Dessa forma, o exemplo 2 é representado pelo seguinte esquema:



Figura 4 – Relação de adição correlata

Fonte: Elaboração própria

Com relação à intenção do falante, o destinatário reconhece que o núcleo e o satélite de uma construção correlata aditiva realizada com “não só... mas também” somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, e que o argumento do núcleo é mais amplo do que o argumento apresentado no satélite. Considerando as características da relação proposta, define-se a relação de adição correlata da seguinte maneira:

Quadro 3 – Definição da relação de adição correlata

Nome da relação	Restrições sobre N e S, individualmente	Restrições sobre N+S	Intenção de F
Adição correlata	Sobre S: apresenta um argumento a favor da mesma conclusão de N, porém mais restrito. Sobre N: apresenta um argumento mais amplo do que o argumento apresentado em S.	Em N + S: S e N somam argumentos a favor de uma mesma conclusão.	O destinatário reconhece que S e N somam argumentos a favor de uma mesma conclusão e que o argumento de N é mais amplo do que o argumento de S.

Fonte: Elaboração própria

Observa-se, portanto, que as orações classificadas como correlatas aditivas construídas a partir do par correlato “não só... mas também” se comportam de maneira diferente de outros processos de construção de orações aditivas, como os que ocorrem na coordenação, uma vez que a correlação apresenta uma relação de interdependência entre as duas sentenças que a compõem.

| Considerações finais

Neste capítulo, procurou-se delimitar o percurso das orações correlatas na língua portuguesa, apresentar as classificações trazidas por Módolo (2008) e Castilho (2010), além dos processos de formação que resultaram nessas construções. Contudo, o foco deste capítulo foram as orações classificadas como correlatas aditivas,

ênfatizando-se os elementos conjuntivos “n3o s3o... mas tamb3em”, devido 3 recorre4ncia desse par correlativo em textos argumentativos.

Considerou-se importante tamb3em analisar essas constru43es sob o enfoque te3rico da *Teoria da Estrutura Ret3rica (Rhetorical Structure Theory – RST)* (MANN; THOMPSON, 1988; MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992), a qual tem por objeto de estudo a organiza43o textual. A partir dos conceitos apresentados pela *RST*, foi poss3vel definir uma rela43o ret3rica que contemplasse as ora43es correlatas aditivas constru3das com “n3o s3o... mas tamb3em”, a rela43o de adi43o correlata, segundo a qual h3 a soma de dois argumentos: o do sat3elite, mais restrito, e o do n3cleo, mais amplo.

Dessa maneira, pontua-se a import3ncia da amplia43o dos estudos que envolvam o processo da correla43o, por se tratar de uma perspectiva que parece mais adequada, quando comparada 3 classifica43es r3gidas prescritas pelas gram3ticas, as quais consideram a divis3o das ora43es complexas somente em duas classifica43es: as ora43es coordenadas e as ora43es subordinadas.

Refer3ncias

ANTONIO, J. D.; SANTOS, J. A. dos. A estrutura ret3rica do g3nero resposta argumentativa. **SIGNUM**: Estud. Ling., Londrina, n. 17/2, p. 193-223, dez. 2014.

CAMARA JR., J. M. Nomenclatura Gramatical. **Revista dos Cursos de Letras**, Curitiba: UFPR, n. 11, p. 1-16, 1960.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gram3tica do Portugu3s Brasileiro**. S3o Paulo: Contexto, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. New York: Routledge, 2014.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, Berlin, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory and text analysis. *In*: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (ed.). **Discourse description**: diverse linguistic analyses of a fundraising text. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992. p. 39-77.

MÓDOLO, M. As construções correlatas. *In*: CASTILHO, A. T. de; ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. v. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MÓDOLO, M. A estrutura correlativa aditiva 'não só...mas também' de uma perspectiva multissistêmica. **Estudos Lingüísticos**, v. XXXIV, p. 171-176, 2005.

MÓDOLO, M. **Correlação**: estruturalismo versus funcionalismo. (Pré) publications: forskning og undervisning. n. 168. Danmark: Romansk Institut, Aarhus Universitet, 1999 [não paginado].

MORAES DE CASTILHO, C. **Fundamentos sintáticos do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

OITICICA, J. **Manual de análise (léxica e sintática)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1923.

SANTOS, H. R. dos. **A organização textual do gênero relato sob a perspectiva das relações retóricas**. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

ANÁLISE MULTISSISTÊMICA DE SÓ QUE NÃO

Hélcio Batista Pereira

Introdução

Uma rápida busca nas redes sociais permite notar o uso frequente de “só que não”. A possibilidade de investigar uma forma recém-criada nos instigou a realizar o presente trabalho.

Partimos da abordagem multissistêmica, cujos contornos estão delineados, dentre outros trabalhos, em Castilho (2010). E sobre um *corpus* constituído por postagens do Facebook, investigamos as propriedades discursivas, semânticas e gramaticais dessa expressão, e os processos de discursivização, semanticização e gramaticalização, relacionados a sua criação.

Interessa-nos aqui não só investigar o surgimento do item, mas explorar os seus usos pelo viés das interações entre todos os subsistemas da língua e suas interações com o social.

Nas próximas seções, detalharemos melhor nossa perspectiva teórica e metodológica, recuperaremos trabalhos importantes que nos ajudarão a avaliar o surgimento de “só que não” e apresentaremos os resultados da análise do *corpus* que constituímos para realização de nossa investigação.

1. Nossa perspectiva teórica: Teoria Multissistêmica Funcionalista-Cognitivista

A abordagem multissistêmica vem sendo desenhada pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho desde seus primeiros trabalhos sobre gramaticalização. Seus postulados podem ser resumidos em: i) a língua

se fundamenta em um aparato cognitivo (CASTILHO, 2010); ii) a língua é uma competência comunicativa, entendida como a “habilidade de veicular conteúdos informativos, exteriorizar sentimentos pessoais e expressar instruções que devem ser seguidas” (CASTILHO, 2010, p. 71); iii) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos, apresentando as seguintes propriedades: “1) as estruturas têm propriedades flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes, 2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; 3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo de gramaticalização” (CASTILHO, 2010, p. 73); iv) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, de modo que a língua deve ser entendida como um conjunto de processos que operam de modo simultâneo, dinâmico e multilinearmente (CASTILHO, 2010, p. 77); v) a explicação linguística deve ser buscada em uma explicação pancrônica da língua – já que a língua é Pancronia (CASTILHO, 2010, p. 77)⁴⁴. A esses cinco postulados, Castilho acrescenta um último: há um dispositivo sociocognitivo que ordena os sistemas linguísticos, em um funcionamento que pode ser descrito no esquema a seguir:

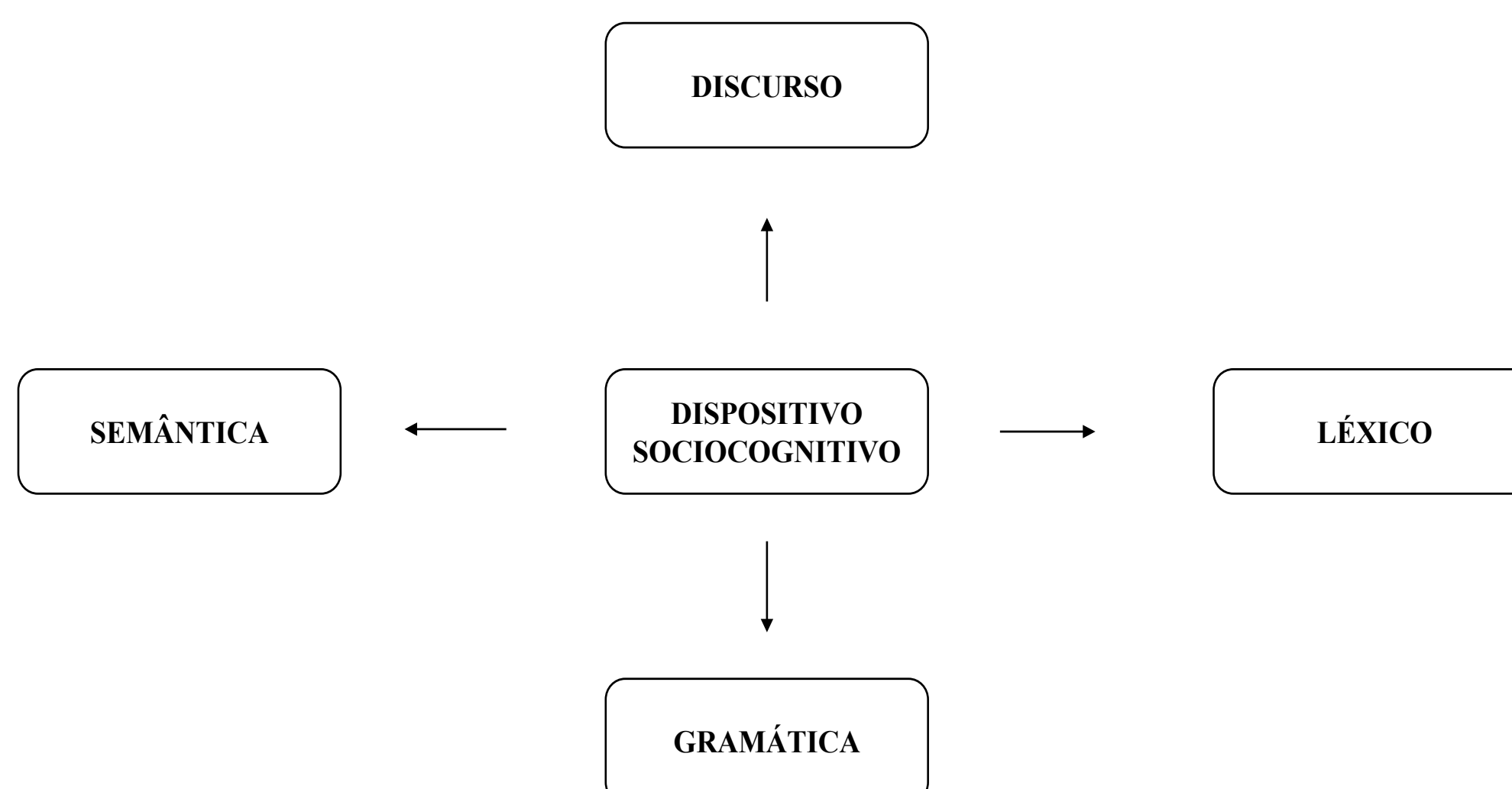


Figura 1. Representação gráfica do funcionamento da Língua e seus sistemas, segundo a Teoria Multissistêmica

Fonte: Castilho (2010, p. 69)

⁴⁴ É o caráter pancrônico da língua que nos permitirá fazer algumas inferências sobre o percurso que gerou SÓ QUE NÃO, a partir de dados de sincronia.

Se a língua é multissistêmica, nenhum de seus subsistemas (léxico, semântica, discurso e gramática) deve ser entendido como o principal e autônomo. Os objetos da língua estão, na verdade, sujeitos a processos que operam sob a égide do dispositivo sociocognitivo. Assim, do ponto de vista do léxico, temos a lexicalização, entendida como a criação de palavras em que expressamos categorias e traços semânticos (CASTILHO, 2010). À semântica, relaciona-se ao processo de semanticização – por meio do qual criamos os sentidos e os significados (CASTILHO, 2010). Ao discurso, associa-se a discursivização, pela qual construímos nossos textos, enquanto unidade informacional, comunicativa e interacional. Para além disso, entendemos que o discurso está sempre em uma relação dialética com a estrutura social, já que “[...] contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Por último, à gramática se associa o processo de gramaticalização, ou seja, de constituição da própria gramática (CASTILHO, 2010, p. 138). Nessa concepção, portanto, a gramática não é um produto estruturado, mas deve ser entendida como “em emergência”, sendo fortemente determinada pelo uso.

Sobre este último conceito – a gramaticalização – cumpre-se realizar rápidas observações. Não retomaremos aqui as diferentes propostas sobre os seus contornos e caracterização, dadas as limitações impostas a este trabalho. Entretanto, é preciso apontar distinções da visão multissistêmica de Castilho (2010) sobre esse processo. A gramaticalização, na perspectiva assumida neste trabalho, não é entendida como o processo pelo qual um elemento da língua migra do “léxico” para a “gramática”, como se esses sistemas estivessem dispostos de forma sequencial e linear. Na perspectiva multissistêmica, deve-se assumir que cada domínio da língua “tem o

seu ritmo próprio, funcionando sem determinações oriundas de outro domínio” (CASTILHO, 2010, p. 139). Assim, o elemento em mudança na língua sofre simultaneamente transformações e impactos em diferentes subsistemas da língua. Esse funcionamento faz da língua um objeto complexo.

Agora que já explicitamos nossos aportes teóricos, podemos ir adiante e recuperar trabalhos de pesquisa que nos ajudam na investigação sobre “só que não”. É o que faremos a seguir.

2. Pesquisas sobre “só que” e “só que não”

Para melhor compreender o percurso que levou ao surgimento de “só que não”, é preciso dar alguns passos para trás e recuperar o processo que levou ao surgimento de “só que”, que o antecedeu. Alguns pesquisadores já tomaram essa perífrase como objeto de estudo, como veremos a seguir.

Longhin-Thomazi (2002)⁴⁵ analisou ocorrências de “só que” em *corpora* de escrita e de oralidade (amostras do NURC e do PEUL e do acervo de narrativas pessoais da UNESP de São José do Rio Preto). Sua análise evidenciou que “só que” articula os seguintes “tipos de materiais”: 1) orações; 2) oração mais constituinte oracional (adjetivo, particípio, ou sintagma preposicionado e 3) sequências discursivas – e neste caso, aparece no início de um desenvolvimento discursivo “surpreendente”. Do ponto de vista de sua semântica, “só que” teria, de acordo com a autora, “[...] um sentido básico e invariável, que é sempre preservado, a saber, aquele de contraste por quebra de expectativa” (LONGHIN-THOMAZI, 2002, p. 119, grifos da autora). Para além do sentido básico de “quebra de expectativa”, a autora identificou as seguintes acepções para “só que”: 1) Marcador de diferença: nesse uso o usuário da língua compara dois elementos, apresentando

45 Ao citar a autora, usamos o seu sobrenome atual.

inicialmente os pontos que esses têm em comum, para com a perífrase marcar a diferença fundamental que os distingue (Ex.: “O preço da picanha e do filé mignon estavam igualmente caros, só que a picanha tinha data de vencimento menor”); 2) Marcador de acontecimento inesperado/indesejado: essa acepção é encontrada em usos em que a perífrase é utilizada para apontar um desenvolvimento inesperado ou indesejado de um dado evento (Ex.: “Armou o maior tempo de chuva, com nuvens carregadas, só que não choveu”); 3) Marcador de refutação, presente nos usos em que “só que” é usado para refutar algo que está implícito no que disse antes (Ex.: “Em Janeiro eu tive muita dor e expeli duas pedras do rim. Aí em fevereiro, a dor voltou. Só que não era pedra, era só infecção”); 4) Marcador da não satisfação de condições: nessa acepção a quebra de expectativas vem do fato de que alguma condição básica não foi atendida para que o evento possa se concretizar (Ex.: “Eu queria passar de ano e estudei para isso. Só que no dia fiquei doente e tive que faltar na prova”, e 5) Marcador de contra-argumentação, negando algo atribuído a outros enunciadores ou a algo consensual (como “Paulo é gente boa, só que não vou com a cara dele”), ou negando uma conclusão virtual antecipada de um interlocutor (Ex.: “Nossas festas eram divertidas e eram repletas de maconha, só que eu nunca quis nem precisei usar isso não. Me divertia sem drogas”), ou ainda, negando uma conclusão que advém de um padrão ou do que é prototípico, considerado normal no mundo (Ex.: “Era uma moqueca deliciosa, com leite de coco, dendê, tomate, cebola... só que não tinha peixe; era couve flor mesmo”); ou, finalmente, negando o seu próprio argumento com as sentenças introduzidas por “só que” (Ex.: “Eu não tenho nada contra homossexuais, só que não aceitaria se um filho meu virasse gay, nem que levasse para casa um amigo assim”).

46 Os exemplos apresentados aqui foram criados por nós, para ilustrar mais rapidamente a classificação proposta pela autora.

A autora explora as similaridades e as diferenças entre “só que” e “mas”. Segundo Longhin-Thomazi (2002), “só que” se assemelha ao “mas quebra de expectativa”, e não ao “mas” de “oposição semântica”, classificação proposta por Lakoff (1971 apud LONGHIN-THOMAZI, 2002). Também percebe que a perífrase apresenta usos que se assemelham parcialmente ao “mas marcador de refutação”, e outros que o equivalem ao “mas de argumentação”, termos propostos por Ducrot (1977 apud LONGHIN-THOMAZI, 2002). A autora aponta que “só que” e “mas” também se aproximam quando consideramos a possibilidade de realizar: 1) um cancelamento total de uma pressuposição semântica (Ex. “O João pôs um anúncio de ‘vende-se’ de sua casa no jornal. Só que ele não vai vender a casa. Quer apenas saber o quanto ela vale.”); 2) um cancelamento parcial da proposição (Ex.: “O celular fabricado é basicamente o mesmo. Só que com uma velocidade ainda maior.”); 3) um cancelamento de uma “condição de felicidade” (Ex. “O professor dá até a segunda oportunidade de recuperação da nota da prova. Só que os alunos não estudam.”); ou, por fim, 4) o cancelamento de uma implicatura (Ex.: como resposta à pergunta feita por um cliente ao padeiro no fim do dia, na padaria (Ex.: “Você faz pão italiano todas as tardes então?!?”, o padeiro respondeu com “Faço. Só que hoje faltou farinha e não temos”)⁴⁷.

As semelhanças entre “mas” e “só que” param por aí:

SÓ QUE faz um recorte diferente e este recorte significa assumir um sentido que é apenas um dos tantos sentidos de MAS, a saber, o sentido de quebra de expectativa. No entanto, a esse sentido que é comum a MAS, SÓ QUE acrescenta mais um detalhe, que é herança de sua forma fonte SÓ: a focalização. (LONGHIN-THOMAZI, 2002, p. 204).

Por fim, Longhin-Thomazi (2002, p. 204) interpreta o surgimento de “só que” como decorrência de um processo de gramaticalização

⁴⁷ Para realizar esta última análise, a autora se apoia em Daskal e Katriel (mimeo).

[...] no qual se combinaram dois elementos do repertório da língua – o operador de foco SÓ e a antiga partícula multifuncional QUE – para a formação de uma unidade gramatical novo, que passou a integrar a classe das perífrases ou locuções conjuncionais e que, por veicular o sentido básico de quebra de expectativa, é muito similar à conjunção MAS.

Já Silva (2017) também assumiu que “só que” é fruto de processo de gramaticalização, propondo um provável percurso histórico que explicaria a situação de concorrência “mas” verificada atualmente:

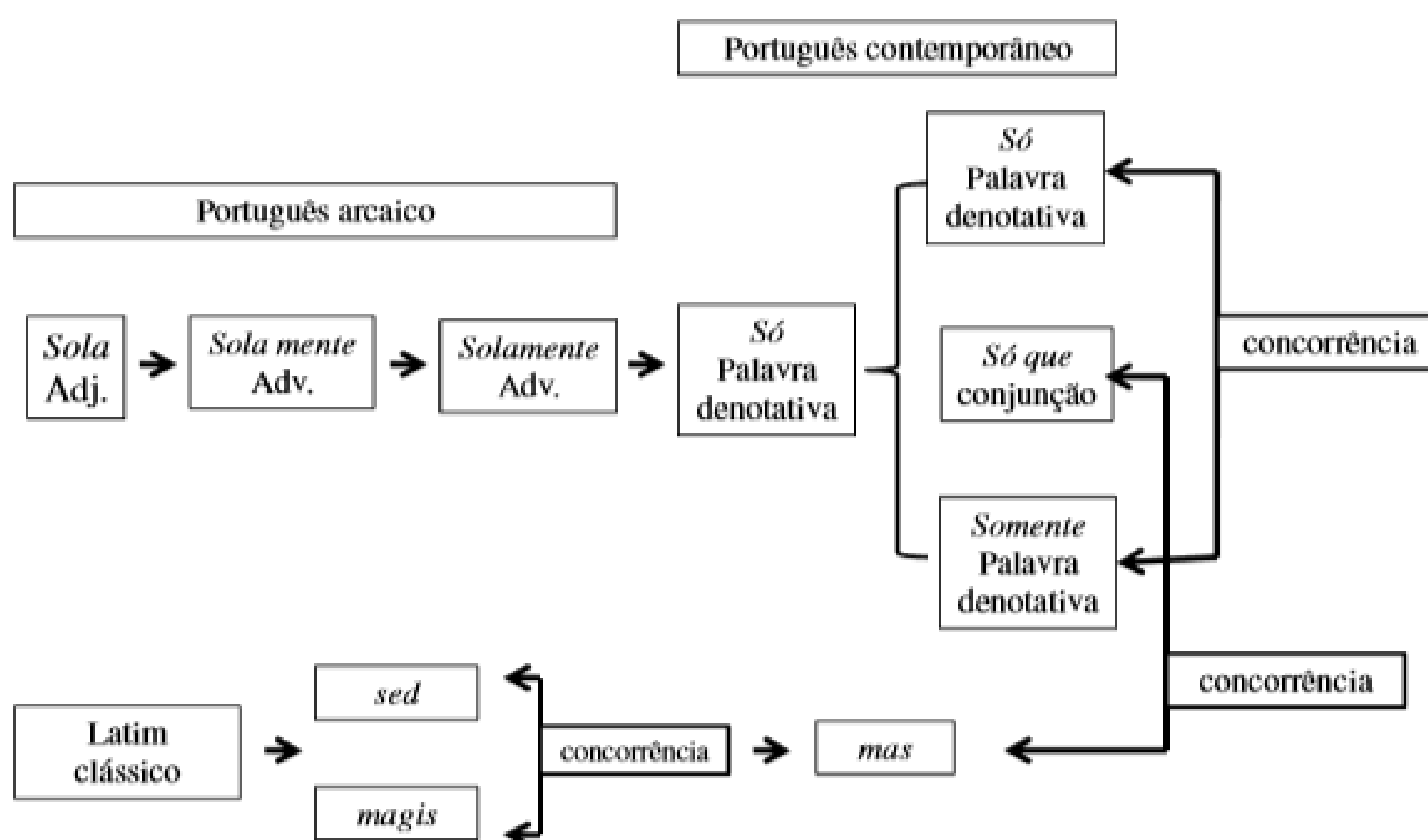


Figura 2. Percurso Histórico de “mas” e “só que”, segundo Silva (2002)

Fonte: Silva (2017, p. 25)

Como se pode ver na figura 2, que reproduzimos integralmente de Silva (2017), processos de gramaticalização diferentes levaram a duas situações de concorrência: 1) oposição de “só” e “somente”, e 2) a variação entre “só que” e “mas”. Posto isto, a autora concentrou seu olhar sobre essa última variação, usando metodologia da

Sociolinguística Variacionista para análise de amostras de fala recolhidas em Belo Horizonte⁴⁸.

Para efeito de nossa pesquisa, o que muito nos interessou em Silva (2017) foi a sua proposição de processos separados de gramaticalização, postulando implicitamente na Figura 2, não haver qualquer cruzamento entre a gramaticalização de “mas” e a de “só que”. Mais adiante, na seção em que analisamos nossos dados, discutiremos essa proposta.

Já Zoppi-Fontana e Oliveira (2016) estudaram o uso de “só que não” em trabalho que também investigou “tá certo”. Para interpretar seus dados, as pesquisadoras trabalharam nas confluências entre a Semântica da Enunciação e a Análise do Discurso, entendendo “tá certo” e “só que não” como contra-argumentos delocutivos, já que ambos “[...] têm em comum o fato de inverter a orientação argumentativa do enunciado ou texto que predicam, fazendo significar a não aceitação deste dizer” (ZOPPI-FONTANA; OLIVEIRA, 2016, p. 132). No que se refere à perífrase “só que não”, as autoras a avaliam como resultante do deslocamento: “[...] de um uso como conjunção (perífrase conjuncional) inserida entre enunciados, para um uso como interjeição inserida em posição final da frase e para sua circulação em forma abreviada na internet, com funcionamento de hashtag” (ZOPPI-FONTANA; OLIVEIRA, 2016, p. 142).

Nesse sentido, “só que não” teria perdido a função de encadear, por coordenação, as sentenças. E, com essa mudança, passou a ser um elemento fundamental que norteia a interpretação do que foi dito antes. Por fim, as autoras apontam que este movimento de “dizer” e se “contradizer” produz um efeito irônico, o que entendem como sendo a principal característica de seu funcionamento (ZOPPI-FONTANA; OLIVEIRA, 2016, p. 145).

48 Embora consideremos que seus resultados são bastante relevantes para o quadro dos estudos dialetais do Português Brasileiro, para o presente trabalho não os discutiremos, já que que isso fugiria ao escopo da presente pesquisa.

Do ponto de vista morfossintático, as autoras evidenciam que o “só que não” realiza uma retomada por elipse do primeiro segmento, tomando-o por inteiro, e realizando uma “negação metalinguística”, pois “[...] contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe” (ZOPPI-FONTANA; OLIVEIRA, 2016, p. 148).

Finalmente, esse trabalho apontou a transformação que os usuários operaram na expressão nas chamadas *hashtags*, o que evidencia que seu uso, ainda em consolidação na língua, está marcado pelas novas práticas de escrita no âmbito da internet e das redes sociais.

3. Aspectos metodológicos de nossa pesquisa

Dada a produtividade da estrutura “só que não” nas redes sociais, optamos por constituir um *corpus* de análise com postagens públicas do Facebook para realizar a pesquisa que apresentamos aqui. Para isso, utilizamos a barra de pesquisa da ferramenta e buscamos por “só que não”, incluindo suas formas sem acento e sem a separação de palavras, marcadas ou não com *hashtag*.

Como resultado, recolhemos 54 ocorrências de “só que não”. Esses usos, então, foram analisados por meio da análise multissistêmica, de modo que procuramos identificar suas propriedades gramaticais, semânticas e discursivas, e desvelar pontos relevantes sobre os processos de discursivização, semanticização e gramaticalização associados ao seu uso.

4. Análise Multissistêmica do “só que não” em postagens do Facebook

4.1 Propriedades Discursivas e a Discursivização de “só que não”

Do ponto de vista discursivo, “só que não” atua de modo a favorecer a reinterpretação de uma proposição, negando-a, como apontou Zoppi-Fontana e Oliveira (2016). É o que podemos ver em (1):

(1)



Para interpretação da postagem que apresentamos em (1), o leitor deverá fazer um movimento de releitura do segmento “meditando na academia”, que passa a ser lido como “falso” após o uso de “só que não”. Isso é, inclusive, confirmado pela onomatopeia “kkkk” e pela imagem da menina simulando uma pose de meditação. Por fim, a leitura final da postagem deve considerar a avaliação final contida em “fazendo bagunça mesmo”. O resultado desse processo é atribuir ao texto o significado de que a menina apresentada na foto estava “brincando” ou “fingindo” estar meditando.

O efeito desse movimento de “dizer” e de seu subsequente “contradizer” produz um efeito de ironia, como Zoppi-Fontana e Oliveira (2016) apontaram. Além disso, o enunciado tem força ilocucionária de “brincar com a linguagem” ou “fazer graça” mediante uma auto-avaliação negativa da proposição inicial. O autor do texto quer que seus leitores se divirtam com a postagem feita.

Já em (2), que vemos abaixo, o mesmo efeito de ironia é obtido, mas o ato ilocucionário resultante é o de “criticar” ou de “combater uma concepção”. No caso, a crítica aponta para o fato de que a Justiça não é igual para todos.

(2)



Importante perceber que (1) e (2) se distinguem substancialmente naquilo que de fato negam. Se (1) contradiz uma afirmação do próprio enunciador, funcionando de modo semelhante ao “só que marcador de não satisfação de condição” (LONGHIN-THOMAZI, 2002, p. 133) que age como se tivesse contado uma “mentira de brincadeira”, em (2) o trecho contradito reflete algo atribuído a outras vozes das quais se discorda, funcionando como o “só que Marcador de contra-argumentação” (LONGHIN-THOMAZI, 2002, p. 134) – o que, no caso, inclusive é confirmado pelo uso de aspas.

Assim, do ponto de vista discursivo, “só que não” encontra em nossos dados dois usos bem distintos: a contradição irônica para produzir humor e a contradição irônica para criticar outras vozes das quais se discorda.

Por fim, é preciso perceber que “só que não” se projeta na dialogia que a linguagem e a prática social estabelecem. A intensificação do seu uso está associada às novas práticas de interação nas redes sociais, aparecendo em forma de sigla e precedida de “#” (identificando-se como uma *hashtags*).

(3)



O uso de “só que não”, nesse contexto, lançando mão ou não de procedimentos como as *hashtags*, insere o produtor do texto não somente em uma prática linguística, mas sobretudo, em novas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001), filiando-o no que é entendido como “moderno” e “modernizante”. E, desse ponto de vista, a forma linguística escolhida colabora para a constituição (da representação) social do próprio usuário da língua que opta pelo uso de “só que não”.

49 Não queremos aqui apontar que a expressão só tenha produtividade nas redes sociais, mas a força desse meio para colaborar para sua expressão para outras práticas de linguagem /práticas sociais.

4.2 Propriedades Semânticas e o processo de Semanticização de “só que não”

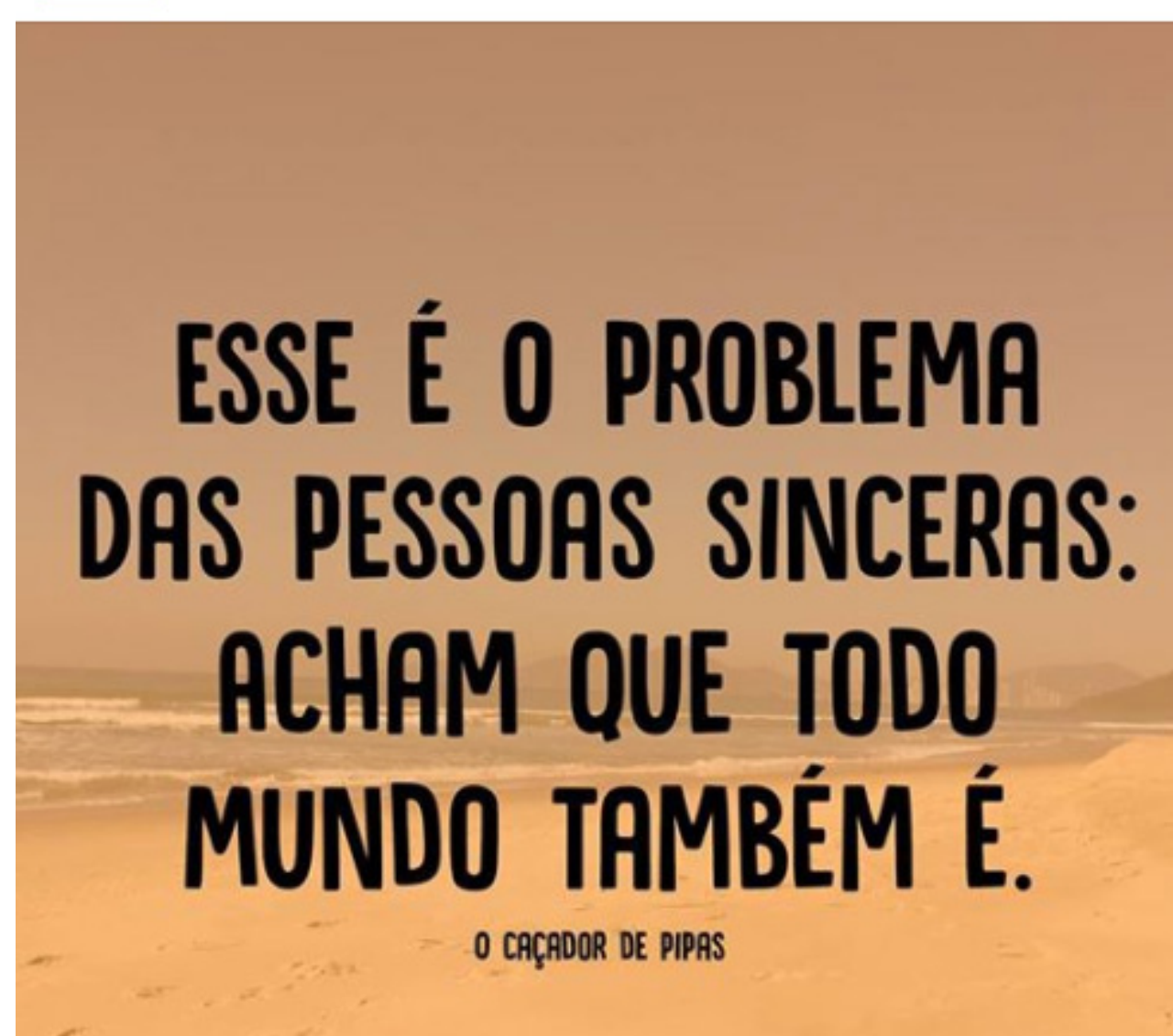
Do ponto de vista semântico, nosso *corpus* revela que “só que não” apresenta um funcionamento marcado pela foricidade, aferida a partir da elisão de uma sentença, ponto já apontado por Zoppi-Fontana e Oliveira (2016), como mencionamos antes. A maior parte dos usos analisados se dá como anáfora. São exemplos como (1), citado anteriormente, que poderia ser interpretada como (1A), na qual os vazios, aparecem explícitos:

(1A) Meditando na academia. Kkkk . Só que não está meditando. Está fazendo bagunça mesmo.

Mas há casos em que a interpretação se dá por processo de catáfora, negando algo que só é apresentado posteriormente. É o que podemos ver em (4):

(4)

Só que não



Em (4), “só que não” está associado ao que será anunciado adiante, na linearidade do texto, criando no leitor um efeito de expectativa para descobrir o que será contradito. A interpretação mais plausível⁵⁰

50 Aqui há uma outra possibilidade de interpretação de que SÓ QUE NÃO contradiria toda a sentença apresentada por compartilhamento de postagem, ou seja, negaria que o fato apontado – acreditar que todos são sinceros – é o problema daqueles que são sinceros.

de (4) é que a intenção seja contra argumentar que não é todo mundo que é sincero. E se essa interpretação for correta, teríamos (4A):

(4A) Só que não é todo mundo que é sincero.

Por fim, é preciso perceber que “só que não” pode manter relações de foricidade com porções de linguagem não verbal. É o caso de (5), a seguir, na qual se nega que a moça da foto está tocando de verdade um acordeom.

(5)



4.3 Propriedades Gramaticais e o processo de Gramaticalização de “só que não”

Quando discutimos a questão da foricidade, na seção anterior, explorando o mecanismo pelo qual “só que não” mantém vínculos com as porções textuais que se pretende contradizer ou negar, antecipamos, de certa forma, um provável caminho de gramaticalização que explica seu surgimento na língua.

Assim, se a partícula “só que” é uma conjunção coordenada, como apontou Longhin-Thomazi (2002) e, como tal, conecta sentenças (simples ou complexas) ou sintagmas, “só que não” resultou de

apagamentos de partes da porção antes conectada. Por conseguinte, ao invés de (6), com “só que”, teríamos (7) com “só que não”⁵¹:

(6) Eu gostaria de sair de férias. Só que não tenho direito a férias agora.

(7) Eu gostaria de sair de férias. Só que não.

Como resultado desse apagamento de forma recorrente, “só que não” se constitui como uma interjeição, uma unidade com sentido próprio fundamental para sua avaliação do significado do trecho ao qual se refere (ZOPPI-FONTANA; OLIVEIRA, 2016, p. 131).

E sendo uma interjeição, a posição natural para “só que não” é no final do enunciado, como Zoppi-Fontana e Oliveira apontaram. As poucas ocorrências que encontramos no início são, como ilustramos em (4), de um uso no qual se pretende avaliar criticamente um enunciado de outro, e que tenha sido compartilhado.

Do ponto de vista de sua estrutura composicional, “só que não” revela a manutenção dos elementos que permitem o caráter focalizador de “só que”, que toma por escopo a partícula negativa “não”. Seu uso em alta frequência levou a constituir uma forma linguística fixa, cristalizada e autônoma, com as funções semânticas e discursivas que mostramos anteriormente. A maior frequência de uso da palavra complexa (como “só que não”) possibilita que esta seja acessada pelo falante sem uma ativação total de sua base, possibilitando sua autonomia e a mudança (BYBEE, 2016, p. 87).

Nossos dados revelam, ainda, que a expressão apresenta uma variante introduzida por “mas”, em construção que exemplificamos em (8). O uso dessa variante, no entanto, aparece em nosso *corpus* com uma produtividade inferior à forma “só que não”, como podemos ver na Tabela 1.

51 Exemplos criados por nós para ilustrar o apagamento.

(8)

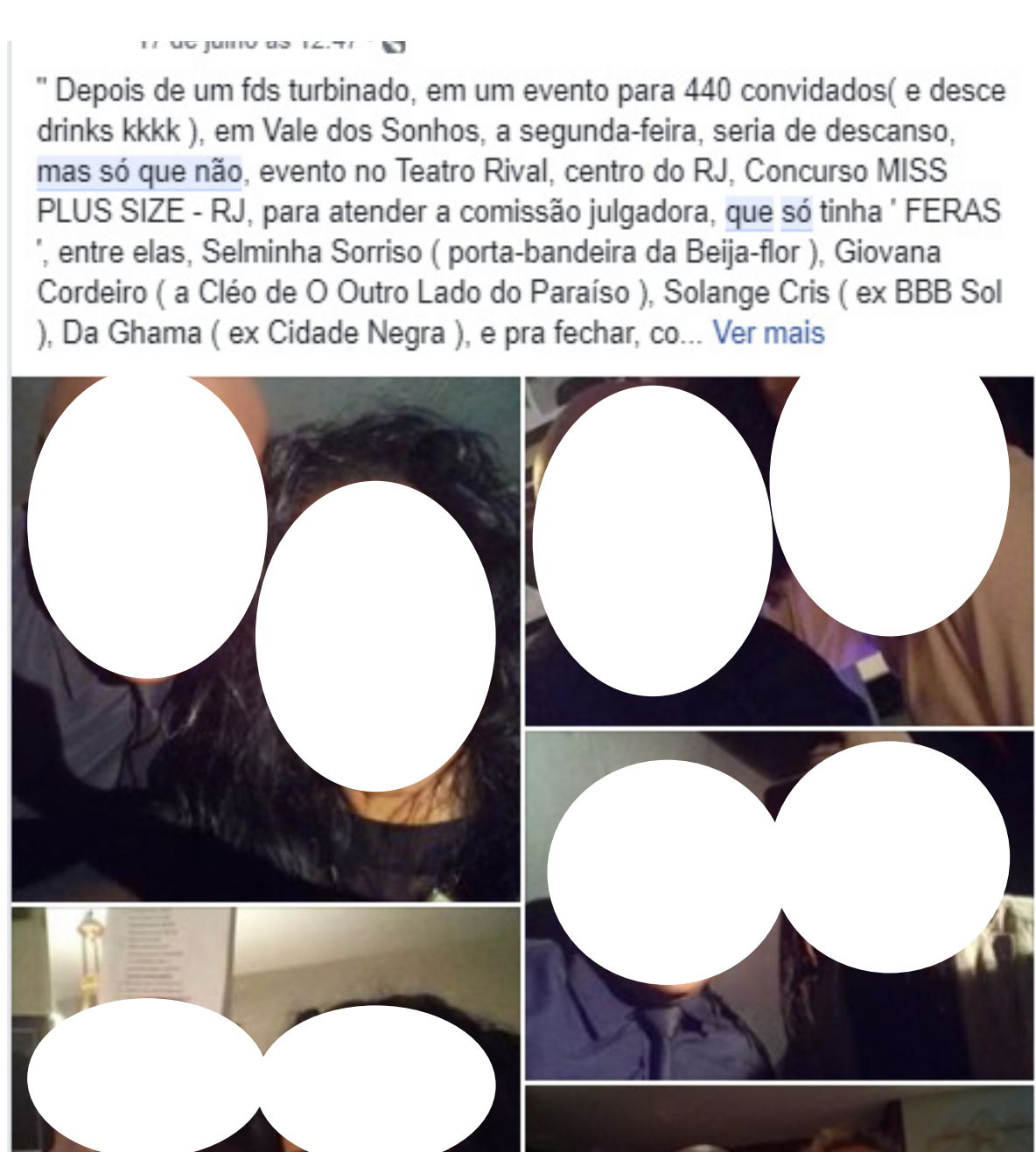


Tabela 1 – Distribuição de usos entre “só que não” e “mas só que não”

VARIANTE	Qtd	%
	43	80
MAS SÓ QUE NÃO	11	20
TOTAL	54	100

Fonte: Elaboração própria

Em (8), como em outras 10 ocorrências de nosso *corpus*, a expressão é iniciada por “mas”, mantendo a mesma função gramatical, semântica e discursiva da forma “só que não”. Ou seja, a variante se mantém como uma interjeição usada para avaliar como falso o segmento textual com o qual mantém referência fórica.

Interessante que essa variante também aparece em formato de *hashtag*, como vemos em (9):

(9)



As ocorrências como (8) e (9), apresentadas anteriormente, levam-nos a questionar sobre o provável percurso histórico proposto para “só que” por (SILVA, 2017), sugerindo que sua formação tenha se dado de forma apartada da gramaticalização de “mas”, como vimos anteriormente. Para levantar subsídios para essa reflexão, realizamos uma rápida consulta de postagens usando apenas a combinação “só que”, no intuito de identificar usos da conjunção coordenativa encabeçada por “mas”. Essa pesquisa resultou na localização de ao menos 4 postagens como (10), na qual “mas só que” coordena “alguém pode dizer que besteira” e “não sabia o que era poder postar uma ft [foto] com quem vc [você] gosta”.

(10)



O fato de existir hoje em uso uma forma “mista” como conjunção coordenada, fruto da junção de “mas” e “só que”, sugere-nos o indício de que “mas”, ao invés de somente concorrer com “só que”, talvez tenha também colaborado para gramaticalização deste último, em algum estágio anterior da língua, adicionando traços de adversidade que contribuíram para a formação de um conectivo para “quebra de expectativas”. E se isso se confirmasse diacronicamente, o percurso histórico que gerou a interjeição deveria ser assim configurado: em um primeiro momento, temos “mas só que”, do qual, por metonímia – fruto do apagamento do “mas” – obteve-se “só que” e, na última etapa, obtém-se “só que não” e “mas só que não”. Dessa forma, o processo de gramaticalização que gerou essas duas variantes poderia ser assim descrito:

Quadro 1 – Provável percurso da gramaticalização de “só que não” e “mas só que não”

SÓ >	MAS SÓ QUE >	SÓ QUE > MAS SÓ QUE >	SO QUE NÃO MAS SÓ QUE NÃO
PALAVRA DENOTATIVA	CONJUNÇÃO	CONJUNÇÃO	INTERJEIÇÃO

Fonte: Elaboração própria

Evidentemente, os dados que possuímos não permitem a confirmação dessa hipótese. Por isso, deixaremos a questão em aberto e sugerimos a realização de mais estudos sobre o percurso histórico que gerou a conjunção e a interjeição que aqui investigamos.

| Considerações finais

No presente trabalho, analisamos “só que não” a partir de uma análise multissistêmica. Nosso trabalho confirmou Zoppi-Fontana e Oliveira (2016), sugerindo um processo de mudança que transformou a expressão em interjeição. Seu papel é de contradizer ou de negar partes textuais, produzindo ironia.

Apontamos que quando aquilo que se contradiz (ou que se nega) está associado ao próprio enunciador, a força ilocucionária obtida é a de “brincar” ou “produzir humor”. Quando o que é negado pertence a uma voz que se pretende combater, o enunciado ganha tons de “crítica” de “combate de ideias”.

Do ponto de vista semântico, o uso de “só que não” envolve processos fóricos. Ao se manter relações de referência com uma determinada parte textual (verbal e não verbal), a interjeição consegue contradizê-la.

Do ponto de vista gramatical, o nosso trabalho mostrou o uso, ainda que em menor frequência, de “mas só que não”, uma variante de “só que não”. Esse fato nos levou a levantar a hipótese de que as gramaticalizações de “mas” e “só que” tenham se cruzado em algum momento. E esse processo levou à formação da interjeição “só que não” (e sua variante). O tema, no entanto, merece novos e mais aprofundados estudos.

| Referências

BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. **A Gramaticalização da Perífrase Conjuncional 'Só que'**. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SILVA, L. F. F. da. **A Perífrase Conjuncional 'Só que': gramaticalização e variação linguística**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ZOPPI-FONTANA, M.; OLIVEIRA, S. E. 'Tá serto! Só que não...' Argumentação, enunciação, interdiscurso. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 123-155, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p123-155>. Acesso em: 5 ago. 2018.

PERSPECTIVA FUNCIONALISTA E ESTUDOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

Maria José Guerra

Marcelo Silveira

1. Contribuição do Olhar Funcionalista – uma introdução

A linguística, como ciência, foi obrigada, desde logo, a revelar a face aplicada, ou seja, a positividade, a funcionalidade e a instrumentalidade que acompanham estudos linguísticos há tempos. Desde a segunda metade do século XIX, por exemplo, quando é convocada pelas ciências dos Estados Unidos da América do Norte a compor uma base científica – junto à Antropologia –, tem a finalidade de compreender a dimensão dos povos indígenas, cuja presença estava cada vez mais desafiadora nas questões sociopolíticas envolvidas na demarcação do estado americano.

Diante de uma grande variedade de línguas indígenas, essas questões políticas que envolvem o território certamente esbarram sempre na linguística e na sociolinguística. Assim, surgem nomes que são verdadeiras balizas na construção da Linguística contemporânea, como Boas e Sapir. O primeiro, mestre do segundo, já destaca o papel da cultura e a íntima relação com a linguagem. Esta é uma das ideias desse pensamento linguístico do final do século XIX, que ecoa, de certa forma, também no funcionalismo deste século, pois marca o entendimento da língua como parte integrante da comunicação discursiva, isto é, como uma parte do amplo contexto dos modos de vida, das práticas sociais e dos fatos históricos. Trata-se do papel que as Ciências Humanas assumem na compreensão e reflexão das demandas sociais que surgem com as sociedades modernas.

A situação brasileira não foi diferente da presenciada nos Estados Unidos. No Brasil, a presença decisiva do saber ocidental nos estudos das línguas indígenas é anterior ao século XIX: remonta aos séculos XVI e XVII. O papel que os padres jesuítas assumem perante os povos indígenas é fundador de nossas bases culturais, de nossa compreensão do diferente – os indígenas pagãos – e da posição social e política frente à presença do índio em nossa realidade. É nesse contexto que se desenvolve a elaboração da gramática da língua Guarani por padres daquela congregação. Uma gramática exemplar do pensamento renascentista, a gramática do Guarani elaborada por jesuítas segue os mesmos conceitos fundadores baseados nas relações lógicas subjacentes às relações sintáticas e semânticas que são projetadas nas línguas clássicas e naquelas formadas a partir delas, dando-lhes o estatuto da gramática.

Nesse quadro, observamos o caminho aqui traçado do século XVII aos nossos dias, caminho marcado por concepções filosóficas e teóricas diversas e consequentes modelos gramaticais também diversos para a compreensão da língua dos povos indígenas. É dessa forma que começamos a história dos estudos das línguas dos povos indígenas no Brasil: um percurso que vai das concepções renascentistas, passa por concepções racionalistas, por concepções positivistas e chega à contemporaneidade.

A discussão que efetuamos aqui se inicia nos anos 20 do século passado, com as ideias precursoras do pensamento funcionalista, e chega até a contemporaneidade, buscando compreender a contribuição das teorias funcionais no difícil diálogo histórico com os povos indígenas. Discutimos, de modo panorâmico, como os conceitos funcionalistas atuaram e atuam na formulação de perspectivas gramaticais que guiam a forma como a sociedade vê, entende e delimita o espaço das línguas indígenas no contexto linguístico nacional.

Este trabalho enfoca essas questões aqui apresentadas da seguinte forma: primeiramente, temos um esboço de um panorama da descrição das línguas ameríndias do ponto de vista diacrônico; em segundo lugar, há uma breve exposição dos principais conceitos da escola funcionalista e a indicação de relações traçadas entre esses conceitos funcionalistas e descrição das línguas indígenas. Por fim, teceremos algumas considerações a respeito de questões interdisciplinares situadas no contexto sócio-histórico, como as questões relacionadas à escola indígena, por exemplo.

2. A Perspectiva Diacrônica

É necessário, para a pesquisa linguística contemporânea sobre línguas indígenas, voltar o olhar para o passado e encaminhar uma reflexão a respeito da trajetória percorrida, desde o século XVI, pelo olhar europeu sobre a língua das populações indígenas. Primeiro, sob o olhar das gramáticas de cunho renascentista, seguindo até os dias atuais, com as inúmeras correntes científicas, como a corrente das gramáticas funcionalistas. Essa reflexão nos oferece uma perspectiva mais ampla a respeito de quais foram as rotas que nos guiaram até as pesquisas do século XXI.

Na descrição e na análise presentes nos trabalhos sobre línguas indígenas, vemos uma trajetória das concepções renascentistas às concepções de nossos dias guiando os estudos dessas línguas. Assim, dividimos aqui esse percurso em cinco fases, com base em como tais línguas receberam tratamento nesses pouco mais de 500 anos.

A primeira fase está relacionada à chegada dos Jesuítas, que, ao tratarem das línguas indígenas, baseiam-nas em modelos gramaticais do Latim e do Grego (do século XVI ao XVIII), nos ecos da Gramática de Port-Royal. Padres Capuchinhos franceses, que atuaram no Brasil em fins do século XVII e início do XVIII, também escreveram

gramáticas e dicionários, porém não se tem notícia da sobrevivência desse material (RODRIGUES, 2005).

Constatamos, pelos relatos históricos, que não só esteve (e ainda está) no imaginário popular a divisão dos índios do Brasil em Tapuias e Tupis – e isso vem desde a chegada dos europeus no Brasil –, como também aparece em pesquisas científicas recentes, conforme Medeiros Filho (1991), ao explicar que os Tupis, chamados de Brasileiros, falavam a língua geral, ao passo que os Tapuias falavam a língua travada. Os Tupis falavam línguas que não admitiam encontros consonantais e tinham um sistema vocálico não tão complexo; os Tapuias, por sua vez, falavam a tal língua travada (FREITAS, 1991); este termo indica tanto a complexidade maior dos padrões silábicos da língua como também de seus sistemas fonológicos, se comparada às línguas Tupis.

Essa maneira não científica de ver a questão ganhou traços gramaticais – em seus aspectos conceituais e categoriais –, além de retóricos, teológico-políticos e metafísicos, quando os Jesuítas iniciaram o trabalho de catequese, no século XVI. O encontro entre as culturas (ocidental/indígena) gerou uma necessidade, por parte dos religiosos, de produzir uma “língua geral da costa”, a fim de facilitar o trabalho de tradução linguística e cultural, para o qual foi usada estrutura gramatical latina. São uma nova gramática e uma nova semântica tornando possível a “pragmática do novo sistema colonial” (cf. AGNOLIN, 2007, p. 22).

No Paraná, antiga Província do Guairá, o encontro com os Guarani foi também no século XVI (cf. PAULA, 1997); com os Kaingang e Xokleng (família Jê, tronco Macro-Jê), por sua vez, foi no início do século seguinte; o último povo que teve contato com o branco, nessa região do Brasil, foi o povo Xetá (da família Tupi-Guarani, tronco Tupi, como o Guarani). Os Kaingang, povo de língua travada, eram temidos pelos Guarani (MOTA, 2019) e não mereceram a mesma atenção gramatical dada pelos jesuítas às línguas Tupi.

Nessa primeira fase, foram produzidas as seguintes gramáticas (BATISTA, 2005): *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (José de Anchieta, 1595), *Arte da Língua Brasília* (Luís Figueira, 1621) e *Arte de Gramática da Língua Brasília da Nação Kiriri* (Luís Vincencio Mamiani, 1699).

A segunda fase começou no século XVIII – com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, e a proibição do uso da Língua Geral Amazônica (Nheengatu) como língua franca de comunicação entre indígenas e não indígenas, ambos levados a cabo por Marques de Pombal (VILLALTA, 2002) – e foi até o século XIX, com a chegada da família real. Por causa dessa reforma educacional do Marquês de Pombal, desvalorizando a língua geral e expulsando os jesuítas, únicos pesquisadores até então das línguas indígenas; não houve, nessa época, pesquisas acerca desse objeto de investigação linguística no Brasil. Assim mesmo, apesar do contexto adverso, no mundo da linguística, foi nessa segunda fase que os modelos de gramática renascentistas passaram a ser substituídos por uma nova perspectiva: as teorias dos filólogos comparativistas. Dessa forma, novas ideias vêm proporcionar outros enfoques para os estudos das línguas indígenas.

Na terceira fase, que começou com a chegada da família real, as perspectivas foram mudando. A gramática passou a ser instrumental essencialmente político, e não mais político-religioso, como na primeira fase. A religiosidade que permanecia nas gramáticas das línguas indígenas teria, agora, fim objetivamente político.

O que houve de pesquisas nessa época são memórias de padres missionários, antropólogos, viajantes, com vocabulário, exemplos de frases e, por vezes, comentários gramaticais, donde se pode notar a terminologia usada em gramática cuja composição apresenta casos para explicar frases em Kaingang. Vejamos alguns exemplos:

O genitivo de possessão commummente se põe antes do nome substantivo [...]. v. g. : Flor do campo, heré feye (heré, campo; feye, flor) [...]

O dativo ou accusativo se põe logo no principio da oração, e o nominativo segue, e em ultimo logar o verbo, v. g.: o governador maior deu a Covere roupa nova — Curuhé Coveré painbanc moteque yá, que é, roupa nova Coveré governador maior deu.

O vocativo se differença pela particula uãa, sendo masculino, e yãa, sendo feminino, uma e outra posposta ao nome, v. g.: O' Catoxa, o' Deperi, venham cá. Catoxa uãa, Deperi yãa, oquetim. (LIMA, 1842, p. 53-54).

Outro exemplo de olhar pelas lentes das gramáticas europeias é o seguinte trecho de Lima (1842, p. 54): “A conjugação dos verbos também é defeituosa, faltando-lhe as clarezas necessárias para bem se distinguirem os modos, os tempos e as pessoas”. Por ele, entendemos que a comparação com a língua vernacular e, provavelmente, o conhecimento de Latim e Grego fizeram enxergar discrepâncias vistas como defeitos na língua Kaingang.

Já no século seguinte, começaram os regimes ditatoriais na América Latina, no início dos anos 1960, que foi um período de reajuste do capitalismo internacional, cujos representantes que trabalharam com os indígenas foram, desta feita, os protestantes, que tinham a base epistemológica ligada à nova ordem do capital. Essa quarta fase se apresentou com a necessidade de traduzir a Bíblia para que a cultura indígena fosse sobreposta pelo mundo judaico-cristão e, mais importante ainda, acelerar os rumos de um país cristão monolíngue implementando um bilinguismo de transição.

Assim, uma missão evangélica especializada na tradução do Novo Testamento da Bíblia para línguas ágrafas, o Summer Institute of Linguistics (SIL), estrategicamente entrou com uma pesquisa-missão

em países como o México, o Peru e o Brasil, e tornou essa atividade uma forma de conversão de grupos pequenos, que acabaram se tornando agentes evangélicos na comunidade (BARROS, 2004).

Em terras brasileiras, o SIL iniciou os trabalhos na década de 1950, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) estava na transição da base positivista (“fase doutrinária”, cujo principal mentor foi Cândido Rondon) para uma base teórica antropológica (“fase científica”, de Darcy Ribeiro, um dos principais aliados do SIL) (BARROS, 2004).

Eni Orlandi (2002), em profunda análise sobre o discurso do e sobre o SIL, nos apresenta valiosas informações, não somente voltadas à linguística, mas também acerca da posição político-ideológica e religiosa desse Instituto. A posição defendida por esse grupo de estudos linguísticos colocou em questão a preservação da cultura indígena e, conseqüentemente, a preservação da soberania territorial, numa terra abundante de recursos naturais. Cultura, liberdade de crença, identidade social e território são conceitos extremamente relacionados, e o mercado sabe dessa proximidade, por isso têm interesse específico na língua e nas políticas linguísticas.

A mediação que o SIL (cuja sigla estrategicamente passa a indicar Sociedade Internacional de Linguística, por causa de movimentos críticos em relação à entidade) passou a realizar não se deu somente entre o índio e a população, e o Estado, e outro índio, e Deus ou consigo mesmo, mas também entre o índio e sua própria língua, “com os seus modos de significar a si e ao mundo” (ORLANDI, 2002, p. 80).

Os linguistas-missionários se tornaram intérpretes das comunidades indígenas, ocupando lugar de destaque nas pesquisas sociolinguísticas das minorias indígenas na América Latina, instituindo dependência, doutrinando, convertendo/catequizando, aculturando e levando a Bíblia a povos que não conheciam a palavra de Deus; o tom científico apontado pela sigla e os métodos usados

para a descrição linguística disfarçaram esses objetivos pelo uso dos termos *assistencial/ajuda, melhoramento moral, educação bilíngue, educação, levando a escrita às línguas desconhecidas*. Assim, entende-se que, para o SIL, a ciência é um instrumento, e a finalidade do seu trabalho é a religião.

O método de análise utilizado no trabalho dessa organização evangelizadora instituiu um modelo de pesquisa de campo que aumentou em muito tempo a permanência *in loco* para a descrição das línguas – pois havia, inclusive ali, um objetivo missionário; tal modelo, do ponto de vista linguístico e gramatical, estava situado no interior do descritivismo estruturalista norte-americano, com nomes como Leonard Bloomfield e Henry Allan Gleason Jr., fornecendo uma sólida base conceitual.

Por outro lado, a tradição norte-americana, no desenvolvimento da linguística aplicada desde o século XVIII, na qual havia estreita relação entre o modelo linguístico-gramatical e o contexto social e cultural, levou os linguistas norte-americanos do SIL a carregar uma herança que vinculava intrinsecamente língua, sociedade e cultura. Tudo isso fez com que o exercício de descrição das línguas indígenas congregasse, naquele momento histórico, a descrição gramatical de rigor estruturalista com os parâmetros positivos da tradição da linguística aplicada norte-americana. Isto foi decisivo no panorama geral das contribuições funcionalistas para a descrição das línguas indígenas, e este tema será novamente abordado quando retomarmos o modelo funcional.

Pela visão pragmática da cultura e da ideologia, o SIL resgatou essa visão positiva e pragmática da linguística da tradição norte-americana. A presença do Summer Institute era constante em várias partes do mundo. Os pesquisadores vinculados ao Instituto empregavam uma metodologia que mesclava duas perspectivas de bases diversas: uma científica, na tradição do descritivismo

americano; outra religiosa, baseada nos fundamentos religiosos das igrejas protestantes americanas da primeira metade do século XX. Esse duplo fundamento – um científico e um religioso – provocou consequências na própria condução do método científico de trabalho empregado nas investigações linguísticas. Para satisfazer as diretrizes religiosas era preciso permanecer por um tempo mais prolongado na pesquisa de campo; era necessário um tempo mais prolongado no local para atender as exigências da evangelização. Essa exigência religiosa fez com que os procedimentos do método científico em linguística fossem prolongados por questões não linguísticas.

Dessa forma, a pesquisa linguística passou a ter um tempo estendido, que não obedecia às necessidades, propriamente ditas, dos métodos gramaticais. Essa defasagem entre métodos gramaticais e tempo de pesquisa só foi redimensionada quando Kenneth Pike, na década de 1950, apareceu como linguista da tradição estruturalista americana de Bloomfield, na tradição do chamado descritivismo americano, mas repensando esse mesmo modelo numa outra direção. Uma direção diferente do também bloomfieldiano Harris. Outros conceitos trabalhados por Pike são introduzidos nas análises gramaticais das línguas indígenas. Novos conceitos morfossintáticos, como o conceito de tagmema, são agora incorporados às análises. Esse conceito proposto por Pike, o tagmema, integra, do ponto de vista metodológico e com base nos fundamentos comportamentalista, “à fonologia a função e a significação” (PAVEAU; SARFATI, 2005, p. 161).

Kenneth Pike, doutor em linguística e professor universitário, foi o emissário da missão no Brasil (já tinha sido anteriormente no Peru). Inicialmente, não houve aceitação do SIL pelo SPI (em 1954), mas, dois anos depois, o pesquisador conseguiu trazer a missão ao Brasil, num acordo com o Museu Nacional. Por seus pesquisadores serem identificados como seguidores, discípulos de Franz Boas, “o prestígio da linguística americanista entre setores intelectuais foi a forma de sustentação inicial da missão no país” (cf. CÂMARA JR., 1977,

p. 65). Foi com o SIL, então, que observamos um papel decisivo do descritivismo americano, tendo como principal expoente Kenneth Pike.

Diante desse panorama, observamos que os ângulos de análises, os pontos de vista, os enfoques metodológicos sempre foram pautados por bases teóricas ora europeias, ora norte-americanas – muitas vezes associadas. Esse corpo de conceitos, cujas matrizes são do pensamento do conhecimento ocidental, muitas vezes travaram o saudável diálogo – nem sempre harmônico – entre o método e o objeto; neste caso, um objeto – línguas indígenas – que nem sempre está erguido sobre a mesma visão de mundo, sobre a mesma racionalidade, dos padrões teóricos que se pretende aplicar.

É neste ponto da pesquisa que os modelos funcionais parecem colaborar com a análise e a reflexão sobre línguas indígenas. Um dos preceitos teóricos mais presentes nas várias vertentes do funcionalismo contemporâneo é a ideia de que a estrutura linguística está diretamente relacionada ao exercício da comunicação, ao fazer discursivo da comunicação. Nesse sentido, não há estrutura gramatical que esteja desvinculada da comunicação discursiva. É precisamente essa concepção funcionalista que passou a interessar aos estudos das línguas indígenas, principalmente quando essa mesma ideia foi fortalecida com a influência definitiva da pragmática britânica sobre os modelos funcionais. Assim, o funcionalismo tornou-se, também, uma perspectiva que tem o uso, o ato de linguagem, como fator estruturante das relações gramaticais, o que abre um novo horizonte para os estudos das línguas indígenas, ou melhor, para estudar uma língua cujo exercício da comunicação discursiva é muito diverso do tradicionalmente experimentado pela vida urbana das cidades brasileiras. Trata-se da abertura que a teoria funcional proporcionou e, dessa forma, inseriu a perspectiva da comunicação discursiva como fator essencial na descrição e compreensão das línguas dos povos indígenas. O funcionalismo começou, então, a

assumir um papel significativo na descrição dessas línguas ágrafas, tão distantes do modo de ser, agir e pensar da tradição europeia. Eis a quinta fase e mais atual, a fase contemporânea.

3. A Perspectiva Funcionalista

A dimensão da Escola Funcionalista nos estudos das línguas indígenas no Brasil leva-nos a traçar um breve panorama da constituição dessa perspectiva no campo das teorias da linguagem. Esse panorama tem início entre o final do século XIX e começo do século XX, quando Ferdinand de Saussure redimensionou as contribuições dos Comparativistas e Neogramáticos e avançou em direção à Linguística como ciência.

Edward Lopes (1997) explica-nos que, nas primeiras décadas do século XX, após a morte de Saussure, havia núcleos dos estudos linguísticos atuando na produção científica que passam a consolidar a Linguística como disciplina no campo das Ciências Humanas. Esses núcleos de estudos são formados pelos Círculos Linguísticos, Escolas Linguísticas que desenvolvem, de forma diversa, as propostas deixadas pelo *Curso de Linguística Geral*.

São vários Círculos: Círculo de Moscou, de Copenhague, de Viena, de Praga e outros. Dentre essas escolas, há uma que interessa de perto para a análise das teorias funcionais, o Círculo Linguístico de Praga. Há, também, um outro núcleo que interessará aqui, neste trabalho: trata-se da Escola norte-americana, que congrega algumas matrizes significativas. A linguística norte-americana converge, de modo particular, várias propostas teóricas, provenientes de escolas diferentes dentro do campo da Linguística. Abraça e articula as propostas que possam ajudar a enfrentar tarefas da vida social, marcando o caráter pragmático da pesquisa.

Podem ser distinguidas duas grandes diretrizes dentro do panorama Norte-americano. Essas diretrizes, mais tarde, no final

do século XX, tomaram rumos que influenciariam de maneira decisiva o desenvolvimento do Funcionalismo. Há uma escola norte-americana que teve origem nos últimos anos do século XIX com trabalhos de linguística e antropologia, com pesquisadores como Franz Boas, Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf, Bronisław Malinowski e outros. Esses pesquisadores são marcados pelo caráter empírico das investigações, isto é, a constatação empírica, a positividade e a aplicabilidade – na época, frente ao desafio da descrição de línguas ameríndias – já se consolidavam como característica preponderante da Linguística norte-americana. No entanto, essa mesma Linguística americana distingue duas ramificações: além dessa Escola originária da perspectiva antropológica de Franz Boas, há também a importante Escola de Yale, com Leonard Bloomfield. Frisamos aqui a relevância dessas duas matrizes teóricas presentes na Linguística norte-americana, visto que essas pesquisas norteadoras interferiram nos estudos das línguas indígenas brasileiras durante boa parte do século XX.

Observa-se que apareceram, mais uma vez, no grande panorama da teoria linguística, duas grandes perspectivas que foram decisivas na constituição da Linguística norte-americana da contemporaneidade. Numa perspectiva, a vertente guiada por Whorf e Sapir, com a hipótese da relação intrínseca entre linguagem e cultura – o que impõe a exigência de olhar a linguagem sempre contextualizada na cultura –, e a perspectiva da linguística descritiva da Escola de Yale, com o nome de Bloomfield. A Escola de Yale deu início ao que se chamou de estruturalismo americano, cujos preceitos epistemológicos são diferentes dos das Escolas europeias.

É preciso lembrar que o método científico de trabalho abarca a reflexão sobre a episteme contemporânea. Tal reflexão, na linguística, necessita que se ampliem os debates, porque há questões conceituais que precisam desses debates, como, muitas vezes, englobar, no mesmo rótulo de estruturalista, pensamentos diversos, e até antagônicos,

como é o caso das ideias próprias do descritivismo estruturalista de Bloomfield e outras correntes ditas estruturalistas na Europa continental, por exemplo.

A Linguística Funcional do século XXI, apesar de ter pressupostos diferentes dos pressupostos bloomfieldianos, foi também devedora dessa perspectiva descritivista porque alguns conceitos morfológicos e sintáticos propostos pelo descritivismo são fundadores dos modelos funcionais e recorrentes neles. São conceitos que vão além da Escola e incorporam-se à própria Linguística, como o conceito de constituintes imediatos e de distribuição, por exemplo, além dos estudos de Harris sobre o discurso, já nos anos 50 do século passado. São conceitos que, mesmo por vezes assumindo nova nomenclatura, revelam a mesma matriz conceitual descritivista.

Nesse cenário, observamos que, a partir do pós-guerra, houve o desenho de outras influências no cenário norte-americano, quando linguistas se interessaram pela lógica pragmática britânica – incorporando, dessa maneira, preceitos importantes da lógica filosófica britânica a estudos linguísticos – e recuperaram, também, preceitos linguísticos funcionalistas oriundos da Escola de Praga. Assim, o funcionalismo pragueano adquiriu nova forma ao chegar à América do Norte; distinguiu-se, por isso, do funcionalismo que ficou na Europa com Martinet e Tesnière, por exemplo. Na América, esse funcionalismo deixou de ser saussuriano, na medida em que não acreditava mais no signo como valor e passou a compreendê-lo como representação, tal qual a lógica britânica de Oxford e Cambridge.

No entanto, a base teórica, os conceitos propriamente linguísticos, um pouco mais técnicos, um pouco mais distantes das questões epistemológicas, permaneceram baseados na gramática proposta por Praga. É preciso ressaltar o papel desempenhado pelo Círculo Linguístico de Praga, cujas ideias funcionalistas surgiram a partir do pensamento precursor de nomes como Mathesius, Troubetskoï,

Jakobson, Bühler, Tesnière, Benveniste, Vendryès, dentre outros; são linguistas representativos dessa Escola que pensam que a diferença só se constitui como valor graças ao desempenho no processo, graças à funcionalidade. Esta foi uma contribuição decisiva para a delimitação da teoria funcionalista porque relaciona de modo intrínseco a língua e o processo da comunicação discursiva; trata-se da perspectiva herdeira da concepção de língua como fato social, como comunicação social.

Uma das contribuições mais importantes deixadas por Praga para a teoria funcionalista está relacionada ao conceito de função. Esse conceito é essencial quando se levam em conta as pesquisas funcionalistas deste novo século, como a Linguística Sistêmico-Funcional, de Halliday. As funções da linguagem aparecem, primeiramente com Bühler (cf. GUERRA; SILVEIRA, 2017), um dos teóricos de Praga, psicólogo austríaco que compreende a língua e a linguagem de forma mais próxima da concepção psicológica do termo. Para o autor austríaco, as funções da linguagem são estabelecidas a partir de três posições perante o ato de comunicação: posição do falante, do ouvinte e do que é falado. Essas três posições traçam, no jogo discursivo, três funções discursivas: expressiva, apelativa e interpretativa, respectivamente.

Nas teses apresentadas pelo Círculo Linguístico de Praga, entre 1928 e 1929 (PAVEAU; SARFATI, 2005), Roman Jakobson reescreve a proposta de Bühler e acrescenta a ela mais três funções de cunho preponderantemente linguístico – metalinguagem, poética e fática – e as redimensiona em seis funções, acrescentando novas funções a essas três e redefinindo as outras, como a função expressiva em emotiva, a apelativa em conativa e a declarativa em referencial, as quais levam a comunicação para dentro da linguística e do conceito como sistema de identidades e diferenças funcionais.

Essa perspectiva se tornou extremamente significativa porque o funcionalismo americano da contemporaneidade, a partir do final do século XX, abraçou os pressupostos teóricos da pragmática e repensou a herança de Praga à luz da teoria pragmática, principalmente a pragmática britânica de Oxford e Cambridge (cf. OTTONI, 1998). A concepção da língua como uso, dos lógicos britânicos, colocou-a na dimensão instrumental, como instrumento de comunicação e representação do mundo. Foram precisamente essas ideias de língua como instrumento e língua como representação que impulsionaram, mais tarde, no final do século XX, a intrínseca relação estabelecida no funcionalismo americano contemporâneo entre função e uso. O linguista Michael A. K. Halliday redimensionou as funções de Jakobson retomando os caminhos de Bühler. A Pragmática britânica, com as propostas de Firth e outros, fez o funcionalismo anglo-americano reelaborar as ideias de Praga.

Assim, Halliday (1976) reconfigurou as funções que Jakobson havia estabelecido em três funções: interpessoal, ideacional e textual, privilegiando as dimensões pragmáticas do discurso. O autor propôs a compreensão da linguagem a partir de funções gerais subjacentes a usos específicos de linguagem. Outros autores funcionalistas também propuseram modelos para as funções da linguagem, mas, se observarmos atentamente e de forma mais abrangente as pesquisas sobre língua indígenas no Brasil, verificamos que boa parte das ideias de Halliday estão subsidiando muitos trabalhos direta ou indiretamente.

As ideias de Halliday, expostas no texto *Estrutura e Função da Linguagem* (1976), mostram essa passagem da concepção de língua de Praga – como fato social e sistema de valores – para a concepção performativa da linguagem (OTTONI, 1998). As funções da linguagem são vistas, agora de acordo com a herança dos lógicos britânicos, como traçadas pelas relações lógico-semânticas delimitadas pelas práticas discursivas da interação comunicativa.

O autor nos mostra que o ato de fala elabora uma seleção de opções de significações simbólicas codificadas na língua, a fim de privilegiar a comunicação discursiva. Explica que o “sistema de opções utilizáveis é a ‘gramática’ da linguagem, e o falante, ou o escritor, seleciona, dentro deste sistema: não *in vácuo*, mas no contexto das situações de fala” (HALLIDAY, 1976, p. 136). As palavras de Halliday enfatizam o conceito de ato de fala como ato criativo e pragmático situado no contexto interacional. Esses ambientes sociais servem a uma variedade de situações comunicativas que, entretanto, podem ser compreendidas como “redes” discursivas, as quais acabam por configurar níveis de funcionamento: as funções da linguagem.

Nessa dimensão pragmática, as funções se aproximam mais de Bühler do que de Jakobson. Elas são, novamente, três funções: ideacional, interpessoal e textual, congregando as três dimensões do texto: lógico-semântica, pragmática e discursivo-gramatical, respectivamente.

A função ideacional refere-se ao componente lógico-pragmático da linguagem. De acordo com essa função, a linguagem serve para a manifestação da “experiência que o falante tem do mundo real” (HALLIDAY, 1976, p. 136). Esta função atua para estruturar essa experiência em termos lógico-pragmáticos, de modo a delimitar papéis lógicos que desenham a configuração discursiva. Há um conjunto de processos que estabelecem papéis sintático-semânticos de diferentes espécies.

A estrutura gramatical, diante dessa função, é compreendida como um processo determinado pelo verbo; é esse processo que traça relações transitivas ou intransitivas: “o modelo mais conhecido e mais simples é o que agrupa todos os processos em duas categorias: a da ‘transitividade’ e da ‘intransitividade’” (HALLIDAY, 1976, p. 140). O autor completa: “Um pequeno número de funções, ou ‘regras’, associam-se a cada tipo de processo, sendo que cada uma delas

representa os papéis que as várias pessoas, objetos ou outras classes de fenômenos podem desempenhar no processo em causa” (HALLIDAY, 1976, p. 140). Nessa perspectiva, temos a oração transitiva comportando três papéis: o de ator, determinado pelos participantes; o de processo, determinado pelo verbo – esses são inerentes; e o circunstante, determinado pela função adverbial, este, muitas vezes, como papel opcional.

Esses papéis modalizam, de forma lógico-funcional, a ordenação da experiência traduzida na oração. É precisamente a função ideacional que nos interessa aqui. Trata-se de um nível funcional que procura compreender de que maneira a experiência do mundo – seja interior ou exterior – é traduzida e representada na linguagem; ou seja, de que maneira a experiência do mundo se estrutura em termos lógico-pragmáticos na oração. A função ideacional nos mostra quais articulações sintáticas são tecidas para a expressão dos processos, dos participantes e circunstantes por meio dos mecanismos de transitividade. De acordo com a linguística Sistêmico-Funcional de Halliday, a transitividade é um conceito sintático-semântico que nos aponta – de acordo com a perspectiva pragmática – o modo sintático de como a língua exerce o papel de representação lógico-semântica da experiência.

Nessa perspectiva, estudar a sintaxe das línguas indígenas é um exercício de compreensão não somente do nível técnico da gramática, mas, sobretudo, um exercício de entendimento de como o nível gramatical da linguagem descortina as relações semânticas que expressam os modos de vida e relações sociais de dada comunidade. Assim, a transitividade ordena linguisticamente os processos que expressam as experiências do mundo. Tudo isso está definido na sintaxe e na semântica da oração por meio das relações de transitividade.

Pensar nas relações de transitividade das línguas indígenas vai além da compreensão gramatical da língua porque essa gramática é montada a partir do uso e da experiência e indica o modo como os processos, os participantes e os circunstantes traduzem as relações sociais da sociedade. Nesse quadro, temos, por exemplo, o quadro da língua Kaingang, cujas relações transitivas diferem das línguas latinas.

É seguindo essa direção que é possível perceber que a função ideacional nos interessa de perto quando se trata dos estudos funcionalistas aplicados à compreensão das línguas indígenas brasileiras, porque, como vemos no exemplo do Kaingang, as relações do verbo em algumas dessas línguas não são ordenadas segundo padrões de transitividade nominativa, mas em termos ergativos. A ergatividade mostra um processo cujo verbo estrutura a frase de modo que os papéis – ator, processo, participante e circunstantes, com o processo representado pelo verbo – adquirem configurações de acordo com uma estrutura lógico-semântica na qual o processo é conduzido pelo participante afetado nos processos que representa.

A transitividade das línguas latinas geralmente apresenta padrões transitivos nos quais há um sujeito agente, o processo e o participante afetado, estabelecendo uma identidade entre o sujeito lógico e o sujeito gramatical. No entanto, temos línguas que estruturam logicamente a experiência de forma diversa; ou melhor, a experiência é expressa na língua de maneira que a relação entre os participantes siga outros rumos e nem sempre o sujeito lógico coincida com o sujeito gramatical.

Observa-se, então, que a escola funcionalista contribuiu para o avanço da compreensão das línguas e, conseqüentemente, da cultura dos povos indígenas. A parceria estabelecida entre a linguística e a antropologia funcional norte-americana, no início do século XX, e a visão da língua como comunicação, da Escola de Praga, convergem

e formam uma base teórica que é extremamente útil na descrição de línguas marcadas pela alteridade. Tanto para Praga quanto para os linguistas vindos da Escola de Boas, a ideia de que a língua é produto social, é fato social e tem a estrutura gramatical dimensionada pelas práticas discursivas é uma ideia central abraçada pelo funcionalismo contemporâneo e que ajuda a tecer alguns parâmetros linguísticos de línguas tão diversas quanto as línguas da família Jê e outras. No contexto delimitado pela produção científica da pesquisa linguística sobre língua e cultura dos povos indígenas, não há como deixar de lado a valiosa presença do funcionalismo. As relações lógico-pragmáticas apontadas pela Linguística Sistêmico-Funcional, por exemplo, desde as últimas décadas do século passado, foram decisivas para abertura de novos horizontes nos estudos dessas línguas indígenas brasileiras.

4. Palavras finais

Constatamos, diante da explanação aqui desenvolvida, que a contribuição do método funcionalista para descrição das línguas indígenas no Brasil é decisiva para a construção do enfoque discursivo que leva em conta a comunicação como fator constitutivo das relações gramaticais.

Chamamos atenção, mais uma vez, para a oportuna teoria da linguística funcional norte-americana, que rediscute a transitividade em função de línguas nominativo-acusativas e absolutivo-ergativas. Essa discussão abre novos horizontes para a descrição gramatical de muitas línguas Macro-Jê, por exemplo.

Tudo isso mostra que o funcionalismo é uma teoria útil na pesquisa e interpretação gramatical de línguas ágrafas. A questão relativa às línguas ágrafas é essencial quando se tem em vista a realidade bilíngue e multilíngue, a realidade das populações indígenas aqui representadas pelos estudos das línguas indígenas no norte do Paraná. Essa realidade linguística tem interferência significativa na educação escolar dos povos indígenas.

A escola indígena, direcionada há décadas como uma escola grafocêntrica, numa realidade cultural em que a escrita não participa dos processos de comunicação, conta agora com estudos funcionalistas direcionados pela funcionalidade do uso; isso colabora para que a interação social baseada na oralidade comece a tomar corpo numa escola que, até então, era pautada por um desprestígio da linguagem oral (cf. CAVALCANTI; MAHER, 2005).

É preciso lembrar, também, das valiosas contribuições da sociolinguística norte-americana de caráter funcional e baseada no uso linguístico, como a teoria variacionista. Essa sociolinguística variacionista, por exemplo, configura uma teoria que oferece a oportunidade de compreender a língua de maneira viva, contemplando a diversidade de registros que o cotidiano social das várias comunidades apresenta.

As línguas indígenas estão dispersas por todo o país – vão do norte da Amazônia ao sul do Rio Grande do Sul – e isso afeta a configuração linguística de cada uma dessas línguas. A diversidade social, política e econômica que se presencia no Brasil faz com que o Kaingang do Rio Grande do Sul seja diferente do Kaingang do Paraná. Há, ainda, para exemplificar de modo exemplar essa questão variacionista, o caso do Guarani, com as variantes já consagradas, como o Nhandewa, o Kaiowá, o Mbyá e o Avá-Guarani, todos eles apresentando significativas diferenças nas opções do sistema.

Essas diferenças que os falares regionais vão assumindo, de acordo com a intrínseca relação entre língua, sociedade e cultura, são elucidadas pela pesquisa norte-americana, com nomes como William Labov, Richard Hudson e Dell Hymes.

O panorama geral aqui traçado mostra a contribuição funcionalista não apenas para descrever línguas ameríndias, mas, além disso, para, a partir da descrição linguística, compreender o modo ser, agir e pensar de comunidades marcadas pela diferença, por padrões

diversos da cultura grega e latina. Este é, sem dúvida, um significativo legado deixado pelas teorias funcionais: a inevitável contextualização da língua no seio da vida social, a comunicação discursiva como norteadora dos estudos gramaticais. Somente com o entendimento da língua como recorte cultural e com a concepção de uma gramática construída pelo cotidiano da comunicação é que vamos caminhar para a efetiva compreensão do diferente na Linguística e nas Ciências Humanas e Sociais.

| Referências

AGNOLIN, A. **Jesuítas e selvagens**: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas, 2007.

BARROS, M. C. D. M. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 47, n. 1, p. 45-85, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v47n1/a02v47n1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BATISTA, R. de O. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil Colonial. **D.E.L.T.A.**, v. 21, n. 1, p. 121-147, 2005.

CÂMARA JR., J. M. Comentário do co-relator J. Mattoso Câmara Jr. ao relatório do professor Aryon Rodrigues. 1963-1965. *In*: SCHADEN, E. (ed.). **Homem, cultura e sociedade no Brasil**. Seleções da Revista de Antropologia. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1977 (Estudos Brasileiros I).

CAVALCANTI, M. do C.; MAHER, T. de J. M. **O índio, a leitura e a escrita. O que está em jogo?** Campinas: Cefiel/IEL/UNICAMP; MEC, 2005.

FREITAS, E. B. de. A expansão da pecuária nordestina e os grupos indígenas. **Nordeste Indígena**, Recife: 3a SUER-Funai, 1991. p. 75-82 (Série Etnohistória, 2).

GUERRA, M. J.; SILVEIRA, M. Linguística, Poética e Sintaxe. *In*: PINHEIRO, C. L.; LIMA, M. H. A. de. (org.). **Diálogo**: Saussure e os estudos linguísticos contemporâneos. v. 3. Natal: EDUFRN, 2017. p. 167-184.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. *In*: LYONS, J. (org.). **Novos Horizontes em Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 125-161.

LIMA, F. das C. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, Tomo IV, n. 13, p. 43-64, 1842.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LOPES, E. **A Identidade e a Diferença**. São Paulo: EDUSP, 1997.

MEDEIROS FILHO, O. de. Os Tarairiús, o Rio Grande do Norte e a Guerra dos Bárbaros. **Nordeste Indígena**, Recife: 3a SUER-Funai, p. 83-86, 1991 (Série Etnohistória, n. 2).

MOTA, L. T. Os índios Kaingang no Rio Tibagi. *In*: SILVEIRA, M.; GUERRA, M. J.; SANTOS, L. C. dos. (org.). **Macro-Jê – língua, cultura e reflexões**. Londrina: EDUEL, 2019. p. 59-88.

ORLANDI, E. P. Ética e política das línguas. *In*: ORLANDI, E. P. **Língua e Conhecimento Linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. p. 75-100.

OTTONI, P. **Visão Performativa da Linguagem**. Campinas: UNICAMP, 1998.

PAULA, R. de. The architecture of the Missions of Guayrá. *In*: UNESCO; ICOMOS. (org.). **The Jesuit missions of the Guarani**. Verona: Commercial Bureau, 1997. p. 90-153.

PAVEAU, M.-A.; SARFATI, G.-E. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. Tradução Maria do Rosário Gregolin *et al.* São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 35-38, jun. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

VILLALTA, L. C. A educação na colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. *In*: PRADO, M. L. C.; VIDAL, D. G. (org.). **À margem dos 500 anos**: reflexões irreverentes. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 171-184. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/aeducacaonacoloniaeosjesuitasdiscutindoalgunsmitos.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

QUINTA PARTE

**Funcionalismo e
Cognição**

OS ESPAÇOS CONTRAFACITUAIS ATIVADOS PELAS *HASHTAGS* #GOSTARIAQUE E #GOSTAVAQUE

Carolina Martinez Canelo

1. A visão cognitivista da linguagem

A Linguística Cognitiva analisa a linguagem sob uma perspectiva não modular, ou seja, a teoria “prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem” (FERRARI, 2014, p. 14). Sendo assim, a estrutura linguística interage com o conteúdo conceitual, e as palavras orientam a construção de sentido. Além disso, a arquitetura da gramática, nessa perspectiva, seria uma rede neural com pontos de interligação, ou seja, a sintaxe acessa diferentes pontos, como a morfologia, a semântica e vice-versa. O significado linguístico é resultado da interação entre construção mental e mundo: a língua faz parte da conexão entre ambiente sociocultural e cognição, sendo a sintaxe, a semântica e a pragmática fundamentais na compreensão do sentido.

A cognição e a linguagem possuem uma relação estreita de interdependência, pois há processos linguísticos que dependem de estratégias cognitivas, bem como existem processos mais complexos que precisam de uma base linguística. Como aponta Cabral (2005, p. 213-214, grifos nossos),

Apesar das menções de que as funções mentais superiores [...] não estão todas elas subordinadas a ou dependentes da linguagem, admito como Cassier (1944) que, após a entrada da criança no domínio do signo verbal,

opera-se uma verdadeira avalanche na apreensão do conhecimento. Isto porque, em vez de ela sozinha ter que inventar um nome para cada referência, as pessoas que a cercam já são herdeiras de um sistema que atribui aos signos os mesmos valores básicos e o transmitem, assim como o receberam (ou aproximadamente). Podemos, pois, afirmar que, *embora a linguagem verbal não seja a única forma de representar a experiência, ela é a forma privilegiada para comunicá-la.*

Portanto, a linguagem verbal é responsável por melhorar a apreensão de conhecimento por um falante de uma língua natural. Além dessa melhor compreensão, privilegia-se a linguagem verbal como meio de expressão, seja em redes sociais, em conversas por telefone, face a face: a comunicação se dá, principalmente, por meio de tal linguagem. Ademais, a transmissão dessa língua envolve também valores socioculturais, afinal, uma comunidade de falantes está inserida em uma sociedade com crenças e instituições estabelecidas.

Além de relacionar a linguagem humana com cognição, a teoria cognitiva também pressupõe que

[...] o pensamento provém da constituição corporal humana, apresentando características derivadas da estrutura e do movimento do corpo e da experiência física e social que os humanos vivenciam por meio dele. Além disso, o pensamento é imaginativo, o que significa dizer que, para compreender conceitos que não são diretamente associados à experiência física, emprega metáforas e metonímias que levam a mente humana para além do que se pode ver ou sentir. (CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 23).

Logo, os sentidos corporais possuem um importante papel não só na constituição do conhecimento, mas também na organização e na aquisição de experiências socioculturais, como a percepção das cores. É possível constatar que o luto é representado de maneiras

diferentes: na cultura ocidental, o preto é a cor que configura a morte, e tal evento natural da vida possui um significado negativo, afinal, perde-se alguém que foi querido, por exemplo. Contudo, na cultura oriental, como a chinesa, o branco simboliza o luto, uma cor que representa brilho e plenitude. Nossos sentidos percebem ambas as cores, preto e branco, e o contexto sociocultural acaba conferindo significações distintas para o que está sendo descoberto pela experiência corporal⁵².

Outrossim, o uso de metáforas e de metonímias é uma ferramenta cognitiva para apreendermos o mundo: expressões linguísticas como *o pé da cadeira*, *o braço do sofá*, por exemplo, trazem pistas de um processamento metafórico de objetos que existem no mundo, e é por meio desses recursos que somos capazes de expressar também conceitos mais abstratos, como amor, raiva, etc. Como exemplo, pode-se notar que, ao falar de amor, Camões (2001) escreveu os versos “*Amor é fogo que arde sem se ver/É ferida que dói e não se sente*”, e utilizou metáforas para conseguir codificar linguisticamente o que seria esse sentimento.

Assumindo, então, a existência de uma interdependência entre cognição e linguagem, é possível propor que o significado é uma “construção mental, em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais” (FERRARI, 2014, p. 15). Dito de outro modo, o significado de uma sentença não envolve suas condições de verdade, mas abrange as representações mentais de um falante sobre o mundo, falante este que está inserido em uma sociedade e, portanto, adquire e carrega traços ideológicos, como crenças, baseados na cultura transmitida no grupo no qual convive.

52 Cf. Guimarães (1996, p. 1-17).

Também cabe deixar claro que, como aponta Marcuschi (2010, p. 43, grifos do autor),

[...] minha concepção de língua pressupõe um fenômeno *heterogêneo* (com múltiplas formas de manifestação), *variável* (dinâmico, suscetível a mudanças), *histórico e social* (fruto de práticas sociais e históricas), *indeterminado* sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como *texto e discurso*.

Logo, a visão de língua adotada neste trabalho assume (i) a existência de diversos meios de produção linguística⁵³; (ii) a influência constante de valores socioculturais que são alterados ao decorrer da história e (iii) o uso linguístico como ferramenta de construção da gramática⁵⁴. Ainda vale acrescentar que a língua é também um fenômeno *cognitivo*, uma vez que a produção linguística ocorre por meio da cognição.

2. A Teoria dos Espaços Mentais

Postulada por Fauconnier (1994, 1997) e Fauconnier e Turner (2002), a *Teoria dos Espaços Mentais* busca propor uma análise da linguagem e da organização do conhecimento sob uma perspectiva cognitiva. Segundo Fauconnier (2002, p. 1, tradução nossa),

Espaços mentais são vários grupos parciais construídos enquanto pensamos e falamos, para propósitos de entendimento e ação. Eles contêm elementos e são estruturados por *frames* e modelos cognitivos.

53 Ao citar “meios de produção linguística”, entende-se o amplo leque de textos escritos e falados, bem como os diferentes gêneros textuais e os veículos que compartilham tais textos, como as redes sociais, jornais, revistas, etc.

54 Assume-se que o uso molda a gramática, isto é, a partir do uso ficam evidentes as estruturas sintáticas prototípicas de uma língua, bem como a relação entre fonologia, morfossintaxe, semântica e pragmática.

Espaços mentais são conectados a conhecimento esquemático de longo prazo, como o *frame* para andar por um caminho, e a conhecimento específico de longo prazo, como a memória da vez em que você escalou o monte Rainier em 2001.⁵⁵

Esses espaços mentais (EM) são responsáveis, então, pela estruturação do nosso pensamento e da nossa fala. A partir de experiências vividas e de um contexto sociocultural, os espaços mentais vão sendo criados. É fundamental atentar para o fato de que eles são dinâmicos: ao longo da vida, um falante é capaz de alterar os espaços mentais específicos, ou seja, ligados à sua própria experiência, bem como os esquemáticos, relacionados à cultura e à sociedade na qual vive.

Desse modo, o conhecimento adquirido ao longo da vida é organizado por meio de espaços mentais diferentes. O conhecimento esquemático envolve eventos compartilhados pela sociedade, como, por exemplo, a famosa Corrida Internacional de São Silvestre, que ocorre no último dia do ano em São Paulo. Já o conhecimento específico abrange experiências pessoais, memórias, como o Dia das Mães de 2015 para um determinado falante. Todos esses acontecimentos são coordenados por EM e, ao longo do discurso, podem ser ativados e conectados por ferramentas mentais, como os *frames*.

Em outras palavras, as experiências socioculturais são relacionadas por meio de *frames*, os quais se caracterizam como estruturas mentais que enquadram e organizam o nosso *background*, isto é, o conhecimento sociocultural adquirido ao longo da vida. Esses *frames* são ativados na construção do sentido, uma vez que carregam

55 No original: "Mental spaces are very partial assemblies constructed as we think and talk, for purposes of local understanding and action. They contain elements and are structured by *frames* and cognitive models. Mental spaces are connected to long-term schematic knowledge, such as the frame for walking along a path, and to long-term specific knowledge, such as a memory of you climbed Mount Rainier in 2001."

informações extralinguísticas necessárias para a interpretação dos papéis relacionados em um discurso, bem como os conhecimentos específicos e esquemáticos. Segundo Fauconnier e Sweetser (1996, p. 5, tradução nossa),

Frames, então, tipicamente incluem funções para participantes, como *noiva e noivo e bolo*, ou o clássico caso de *cliente e garçom e menu* em um restaurante (Schank e Abelson, 1977), ou *comprador e vendedor e bens* em um evento comercial. Funções são criadas por framings [enquadramentos] gerais sociais ou físicos da experiência [...]. Funções, assim como indivíduos, podem ter propriedades ou atributos.⁵⁶

Tal ferramenta cognitiva, portanto, organiza a relação entre papéis e participantes de um discurso. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

(1)



Para compreender (1), é necessário discutir o *frame* que organiza os participantes envolvidos na sentença. Primeiramente, há um falante que emite um desejo por meio do verbo *gostar*. Tal desejo é modalizado, pois o tempo verbal escolhido é o futuro do pretérito, o qual, nesse caso, combinado com o verbo “dar”, expressa uma

56 No original: “Frames thus typically include **roles** for participants, such as *bride and groom and cake*, or the now-classic cases of *customer and waiter and menu* in a restaurant (Schank and Abelson 1977), or *buyer and seller and goods* in a commercial event. Roles are created by general social or physical framings of experience (...). Roles, like individuals, can have properties or attributes.”

consequência de algo que não poderia ocorrer⁵⁷. Ademais, para compreender que (1) não trata de uma situação que possivelmente pode acontecer no mundo real, deve haver um entendimento prévio de que vacas dão leite, mas não achocolatado quente.

Logo, ao ativar o *frame* que contém a informação de que vacas apenas produzem leite, consegue-se analisar (1) como uma sentença que projeta um desejo em um espaço contrafactual, uma vez que tal desejo não é possível de ser realizado e é contrário à realidade, a qual apresenta somente vacas que possuem a capacidade biológica de gerar leite.

Vale destacar, como aponta Fauconnier (1994, p. xxxix), que os *frames* proporcionam os esquemas abstrato-induzidos que dirigem mapeamentos por meio dos espaços mentais⁵⁸. É por meio deles que se torna possível relacionar espaços diferentes e interpretar as informações abstratas que vão sendo expressas ao longo dos discursos, como pôde ser visto em (1).

3. O meio digital e a função das *hashtags*

O estudo do *Twitter* é pertinente à visão cognitiva: por ser uma rede social, já é pressuposto um contexto informal, corriqueiro, no qual ficam evidentes as construções sintáticas usadas em uma comunidade de fala. Outrossim, “A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, a organização da sociedade” (MARCUSCHI, 2010, p. 35, grifos do autor). Isto é, por meio da língua somos capazes de expressar os valores socioculturais que aprendemos no contexto em que estamos inseridos. O *Twitter*, então,

57 Cunha e Cintra (2001) apresentam que o futuro do pretérito pode servir como meio de denotar um fato que seria uma consequência certa e imediata de outro evento e que não ocorreu ou não poderia ocorrer.

58 No original: “The *frames* provide the abstract-induced schemas that drive mapping across mental spaces.”

seria um meio virtual de compartilhamento não só da gramática, mas também de ideias que moldam a sociedade. Cabe ressaltar que “O surgimento dos gêneros digitais trouxe consigo uma nova atitude também diante da linguagem e da conversação como um todo: esta seria realizada em tempo real, mas mediada pelo computador e essencialmente por escrito.” (MODESTO, 2011, p. 41).

Dito de outro modo, a conversação no meio digital representa uma mescla das modalidades de uso da língua: fala e escrita. Essa combinação é interessante, uma vez que permite identificarmos uma progressão contínua entre essas categorias, e não uma segregação absoluta entre escrita e fala. Então, mostra-se pertinente entender que o *Twitter* carrega uma produção linguística virtual que está baseada em um texto “falado por escrito”.

Dessa maneira, esse texto “falado por escrito” reflete uma relação mais próxima e espontânea entre os atores interacionais, uma vez que vínculos vão sendo criados e compartilhados no meio digital. Apesar de os interlocutores estarem distantes – característica da escrita –, a interação pode ocorrer de modo dialogado, devido à instantaneidade proporcionada pelo ambiente virtual.

Além disso, a objetividade do discurso, devido à limitação de 280 caracteres, pode se mostrar bastante intrigante, uma vez que revela ferramentas encontradas pelos falantes, como a *hashtag* e o uso de *emoticons*, para já informar de modo bastante claro e conciso o assunto de seu texto. Haveria, então, uma espécie de formatação do texto escrito, pelo prisma dessa nova tecnologia. Tal rede social é bastante relevante, uma vez que é usada globalmente para veicular todo e qualquer tipo de informação. Além disso, o *Twitter* é uma ferramenta com amplo alcance para compartilhar textos curtos. O limite imposto nos *tweets* é um fator que possibilita o uso das *hashtags*, as quais evidenciam os temas mais frequentes e facilitam o compartilhamento de diversos assuntos (*trend*⁵⁹), por exemplo.

59 O conceito de *trend* envolve a tendência de temas compartilhados, ou seja, as *hashtags* sintetizam determinado assunto e, quanto mais elas foram usadas, mais tal tópico será divulgado.

4. O espaço mental de contrafactualidade

Definir um espaço contrafactual não é uma tarefa fácil. Por muito tempo se pensou que o conceito de contrafactualidade envolvia apenas avaliar a verdade de uma proposição. Para a semântica cognitiva, mostra-se mais pertinente analisar como esse tipo de EM é configurado e estruturado. Cabe ressaltar novamente que, para o recorte teórico adotado neste trabalho, estudar a construção de espaços mentais é investigar modelos mentais do **discurso**, e não modelos do mundo real.

“Tradicionalmente, contrafactualidades como ‘Se os homens tivessem asas, eles voariam’ são vistas como casos de argumentos possivelmente válidos de premissas que são falsas na realidade” (FAUCONNIER, 1994, p. 109, tradução nossa)⁶⁰. “O contrafactual constrói uma situação imaginária que difere da real em uma circunstância fundamental, expressa na parte antecedente (A, prótase) da construção *Se A, então B.*” (FAUCONNIER, 1996, p. 58, tradução nossa)⁶¹. Logo, ativar um EM contrafactual é tecer hipóteses sobre um mundo alternativo, o qual é incompatível com o mundo real. Por isso, a construção desse EM funciona da seguinte maneira (FAUCONNIER, 1994): um espaço M_1 é incompatível com outro espaço M_2 se alguma relação explicitamente especificada em M_1 não é satisfeita pelos elementos correspondentes de M_2 . Há, portanto, um conflito entre M_1 e M_2 , uma vez que existe a incompatibilidade. Dito de outro modo, a contrafactualidade “apresenta um espaço sendo configurado contradizendo diretamente uma realidade que é conhecida e que não pode ser alterada” (DANCYGIER; SWEETSER, 2005, p. 76)⁶².

60 No original: “Traditionally, counterfactuals like ‘If men had wings, they would fly’ are viewed as cases of possibly valid reasoning from premises that are false in actuality”.

61 No original: “[...] a counterfactual sets up an imaginary situation which differs from the actual one in one fundamental respect, expressed in the antecedent part (A, the protasis) of the *if A then B* construction.”

62 No original: “It presents the space being set up as directly contradicting a reality that is known and cannot be changed”.

A cognição humana é um fator decisivo para permitir a operação do irreal, sendo possível processar a contrafactualidade. Conforme Fauconnier e Turner (2002, p. 217),

Nossa espécie possui uma habilidade extraordinária para operar mentalmente no irreal, e essa habilidade depende da nossa capacidade para integração conceptual avançada. [...] Seres humanos podem operar diversos cenários, mentalmente checando os resultados, e fazendo escolhas, tudo em minutos em vez de gerações. Conceber novos cenários complicados em quase qualquer domínio enquanto se faz novas inferências complicadas e escolhas é agora algo que pode ser operado como parte da vida mental e cultural. As capacidades cognitivas dos seres humanos modernos não apenas permitem aos indivíduos um maior poder de concepção e escolha, mas também permitem que culturas transmitam escolhas que foram feitas e testadas por comunidades inteiras⁶³.

É dentro desse panorama evolutivo que se encontra a habilidade para gerenciar e ativar a contrafactualidade. Especular sobre o irreal, portanto, é uma tarefa cognitiva bastante complexa e realizada ao longo do ato comunicativo. Além disso, a evolução humana possibilitou o compartilhamento de contextos socioculturais, os quais também estão em foco na análise cognitivista.

Depois de considerar a importância evolutiva da cognição humana, é necessário observar que construir espaços contrafactuais exige um esforço cognitivo maior justamente por ativar e mesclar espaços

63 No original: "Our species has an extraordinary ability to operate mentally on the unreal, and this ability depends on our capacity for advanced conceptual integration. [...] Human beings can run several scenarios, mentally check the outcomes, and make choices, all in minutes rather than generations. Conceiving complicated new scenarios in nearly any domain while making complicated new inferences and choices is now something that can be run as part of mental and cultural life. The cognitive capacities of modern human beings not only allow individuals a far greater power of conception and choice, they also allow cultures to transmit choices that have been made and tested by entire communities."

diferentes, uma vez que se estabelece a relação de incompatibilidade entre um espaço *R*, referente à representação do mundo real, e um espaço *C*, referente à idealização de um mundo contrafactual. É precisamente essa mescla de EM que torna a comunicação um processamento cognitivo muito dinâmico, pois vários espaços podem ser ativados e misturados conforme o discurso está sendo produzido. Por isso, é possível afirmar que, segundo Fauconnier (1994, p. xliv, tradução nossa),

Os mapeamentos e *blendings* cognitivos são o cerne da construção do significado. As construções sintáticas [...] representam espaços genéricos de alto nível. Juntamente com itens lexicais, que são eles próprios construções, eles podem ser mapeados e misturados em espaços progressivamente mais específicos. Este esquema geral permite que vários níveis de organização sejam projetados simultaneamente em uma determinada configuração de espaço mental.⁶⁴

Fica claro, então, que a construção de EM e do sentido depende de sintaxe e léxico, ambos componentes da gramática, para que ocorra progressivamente a ativação de diferentes EM. Essa dinamicidade processual é bastante coerente com a comunicação, pois ela também é concebida de modo dinâmico, seja ao avaliar a troca de papéis entre interlocutores, seja ao considerar os diversos assuntos e memórias – individuais e/ou socioculturais – evocados no discurso.

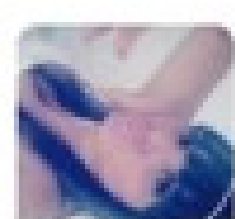
Para investigar a contrafactualidade, torna-se imprescindível assumir que existe a integração conceptual para que haja EM contrafactuals. Sem *blendings*, não há como relacionar e combinar mundos irrealis com a realidade.

64 No original: "Cognitive mappings and blendings are at the heart of meaning construction. Syntactic constructions [...] represent high-level generic spaces. Together with lexical items, which are themselves constructions, they can be mapped and blended into progressively more specific spaces. This general scheme allows multiple levels of organization to be simultaneously projected in one given mental space configuration."

A dinâmica cognitiva também pode ser verificada no modo como EM são construídos. Ao longo do discurso, base (fornece o ponto de vista inicial), foco (espaço específico) e ponto de vista (o espaço a partir do qual, nesse ponto no discurso, outros podem ser acessados ou criados) são alterados diversas vezes, e estão relacionados por conectores espaciais (como advérbios, conjunções, etc.) Partindo de um espaço base, outros EM são adicionados. A possibilidade de combinações é infinita e essas ocorrem concomitantemente durante a comunicação.

Além da relevância da mesclagem conceptual (*blending*) e da dinâmica cognitiva, vale destacar que interpretar uma sentença assumindo a ativação da contrafactualidade depende – e muito – do ponto de vista. Analisemos (2) a seguir:

(2)



Eai Rafa ! @rafaela_sk8 · 12 de ago de 2015

#gostariaque bioquímica fosse fácil !

Em (2), deve ser considerado o ponto de vista: para a falante que publicou esse *tweet*, pode-se assumir que bioquímica não é fácil, ou seja, no espaço *R* essa área do conhecimento é difícil. Logo, ao expressar um desejo (espaço *D*) e mesclá-lo com o mundo real – do ponto de vista da interlocutora – e com um mundo idealizado, há como resultado a construção da contrafactualidade (espaço *C*), como vemos na Figura 1:

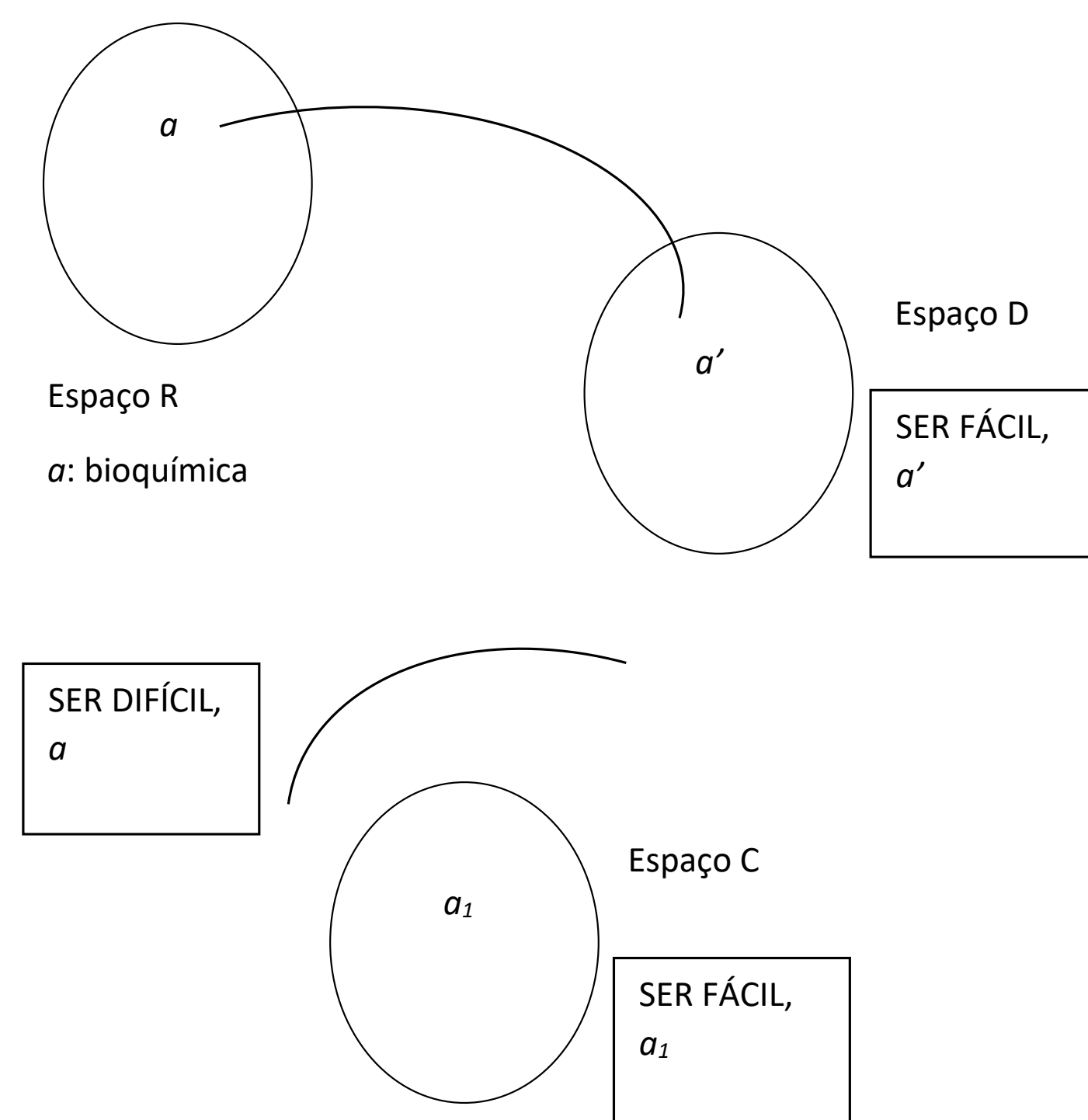


Figura 1 – Representação de EM de (2)

Fonte: Elaboração própria

Entretanto, se (2) fosse produzido por uma pessoa que considera bioquímica fácil, poderia se pensar que ela estaria expressando um desejo aliado a um fato da realidade dela:

(2)

a. Gostaria que bioquímica fosse fácil, *mas* para mim não é.
INTERPRETAÇÃO CONTRAFACTUAL

b. Gostaria que bioquímica fosse fácil, *mas* para mim é.
INTERPRETAÇÃO DE UM DESEJO JÁ ALCANÇADO

As variações (2a) e (2b) apontam para pontos de vista diferentes: se, para o falante, bioquímica não é fácil, torna-se possível confirmar a construção de um EM contrafactual. Contudo, em (2b) haveria um desejo, combinado a uma situação da realidade do interlocutor, considerado no espaço R . Logo, nessa segunda sentença, não há incompatibilidades sendo construídas. Por isso, "um espaço será contrafactual dependendo do ponto de vista que se tome – isto é, no

espaço que serve como ponto de vista”⁶⁵ (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 230, tradução nossa). Em outras palavras, incompatibilidades precisam ser estabelecidas entre o espaço *R* e o espaço *C* para que a relação de contrafactualidade ocorra.

Ademais, outros fatores devem ser averiguados para a interpretação contrafactual. Além do ponto de vista, “a combinação de tempos, modos e referência temporal nas duas orações ora sugere ou força a contrafactualidade”⁶⁶. Em outras palavras, as escolhas gramaticais influenciam diretamente na construção de EM contrafactuais. Dependendo do contexto linguístico, tais EM podem ser mais fortemente contrafactuais, ou menos. O interessante desse ponto é notar que há uma gradação da contrafactualidade, ou seja, um *continuum*.

4.1. Contrafactualidade forte

Como mencionado anteriormente, há elementos gramaticais e lexicais que podem fortalecer a interpretação contrafactual. Assumiremos aqui que a contrafactualidade forte significa a expressão de situações hipotéticas **totalmente** incompatíveis com a realidade, ou seja, que não possuem a menor possibilidade de se concretizarem no mundo real. Também consideramos que a força contrafactual impede que outras leituras sejam interpretadas: em um EM contrafactual forte, nota-se a mescla entre espaço *R* e espaço *D*, não sendo provável ativar outros EM, como o de possibilidade, de modalização de pedidos, de futuro.

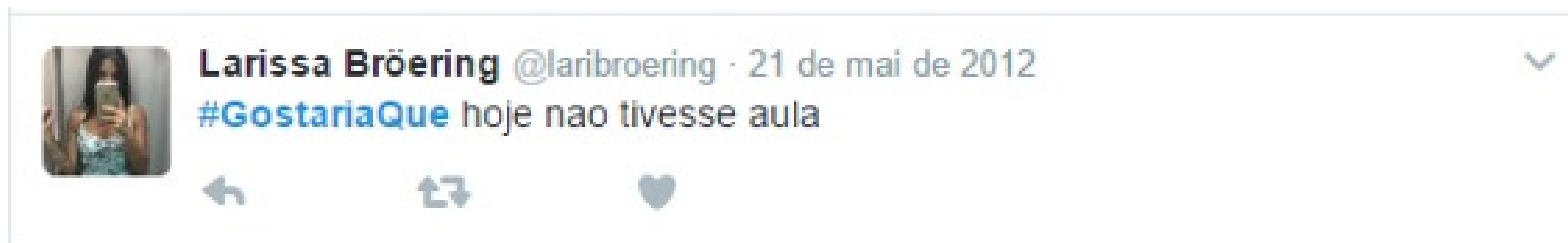
Quanto à dimensão lexical, Fauconnier (1994) aponta que as negações⁶⁷ e verbos como *wish* (desejar; querer) são ferramentas fortes na construção da contrafactualidade. Analisemos (3):

65 No original: “A space will be counterfactual depending on the point of view one takes – that is, on the space that serves as the viewpoint.”

66 No original: “A combination of tenses, moods, and time reference in the two clauses either suggests or forces counterfactuality.”

67 Fauconnier (1994, p. 110, grifos do autor) cita como exemplo de negação e ferramenta de contrafactualidade a seguinte sentença: “Fortunately, the fire *did not* cross the highway. My house would have been destroyed.”

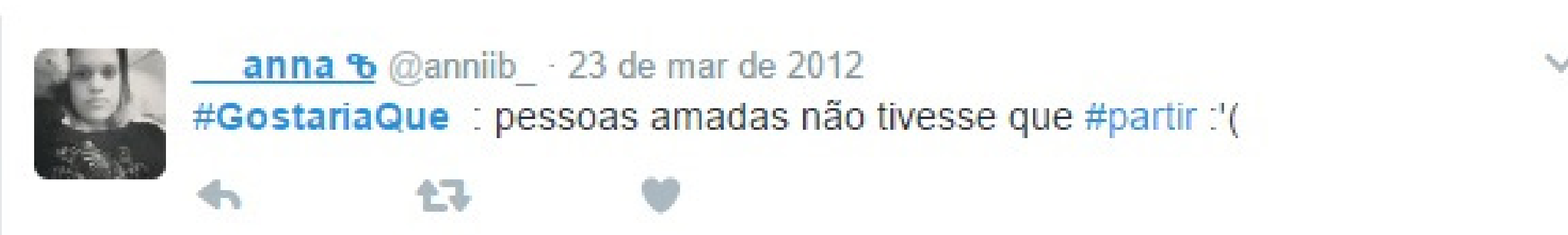
(3)



Em (3), há evidências linguísticas que apontam para a construção de uma contrafactualidade forte. Em primeiro lugar, nota-se o uso do verbo *gostar* associado a uma vontade, a um desejo combinado a uma sentença negativa, a qual é marcada pelo uso do sintagma adverbial de negação *não*. As pistas lexicais já apontam para um EM contrafactual forte, isto é, uma situação hipotética totalmente incompatível com a realidade.

Seguindo o *continuum*⁶⁸ contrafactual, condicionais do tipo *Se A, então B*, e verbos modais como *could* e *might* (*poderia*) também estabelecem relações contrafactuais. Na língua portuguesa, o verbo *ter* seguido da conjunção *que* é uma expressão linguística que pode construir um EM de contrafactualidade forte, como verifica-se em (4):

(4)



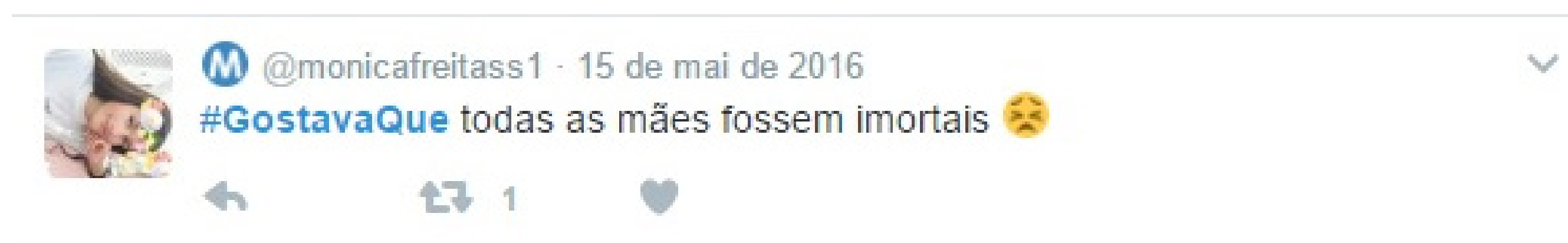
Em (4), *ter que* funciona como uma modalização que expressa basicamente um dever. Além disso, é possível notar a presença da negação (*não*) como instrumento fortalecedor da hipótese contrafactual. Considerando os itens lexicais é possível interpretar a expressão de um desejo (*gostaria que*): pessoas amadas não deveriam

⁶⁸Vale ressaltar que entendemos *continuum* como uma gradação: não assumimos a existência de categorias fechadas, ou seja, classificações que separam totalmente as expressões linguísticas. Considerar um *continuum* é entender a língua com suas funções direcionando para algo mais ou menos contrafactual, por exemplo.

partir. Porém, o fato do mundo real é que essas pessoas partem, ou seja, morrem.

Quanto à dimensão gramatical, a variação do tempo verbal pode reforçar a hipótese contrafactual. O uso de uma referência passada pode fortalecer a interpretação contrafactual. Analisemos (5):

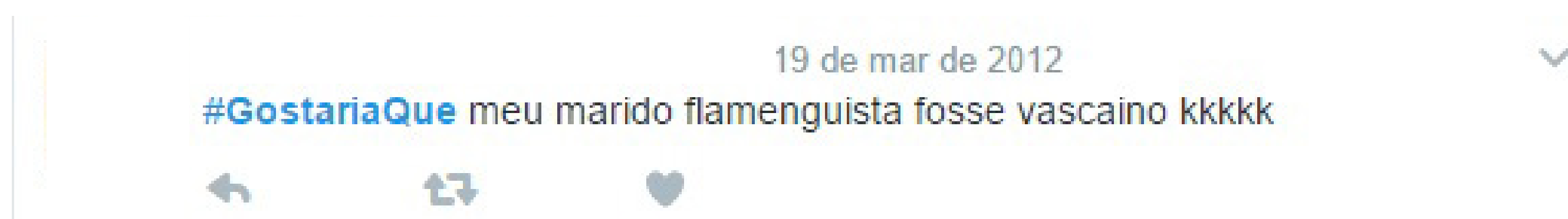
(5)



Em (5), o verbo *gostar* flexionado no pretérito imperfeito aponta para um momento de referência que já passou. Justamente por isso, tecer hipóteses sobre algo passado acaba resultando em contrafactualidade, uma vez que se criam mundos irrealis incompatíveis com situações passadas finalizadas.

O futuro do pretérito é uma outra forma de ativar também a contrafactualidade. Tomemos como exemplo a sentença (6) a seguir:

(6)



Em (6), há o uso do futuro do pretérito para codificar um desejo sob um ponto de vista passado com projeção ao futuro, resultando em uma hipótese. Essa combinação, associada ao verbo *gostar*, acarreta um desejo hipotético, ou seja, que não apresenta chances de se tornar realidade. Ademais, a oração subordinada substantiva objetiva indireta traz uma referência do presente: o mundo real representado no EM contém um marido que é flamenguista. A Figura 2 ilustra a ativação dos EM de (6):

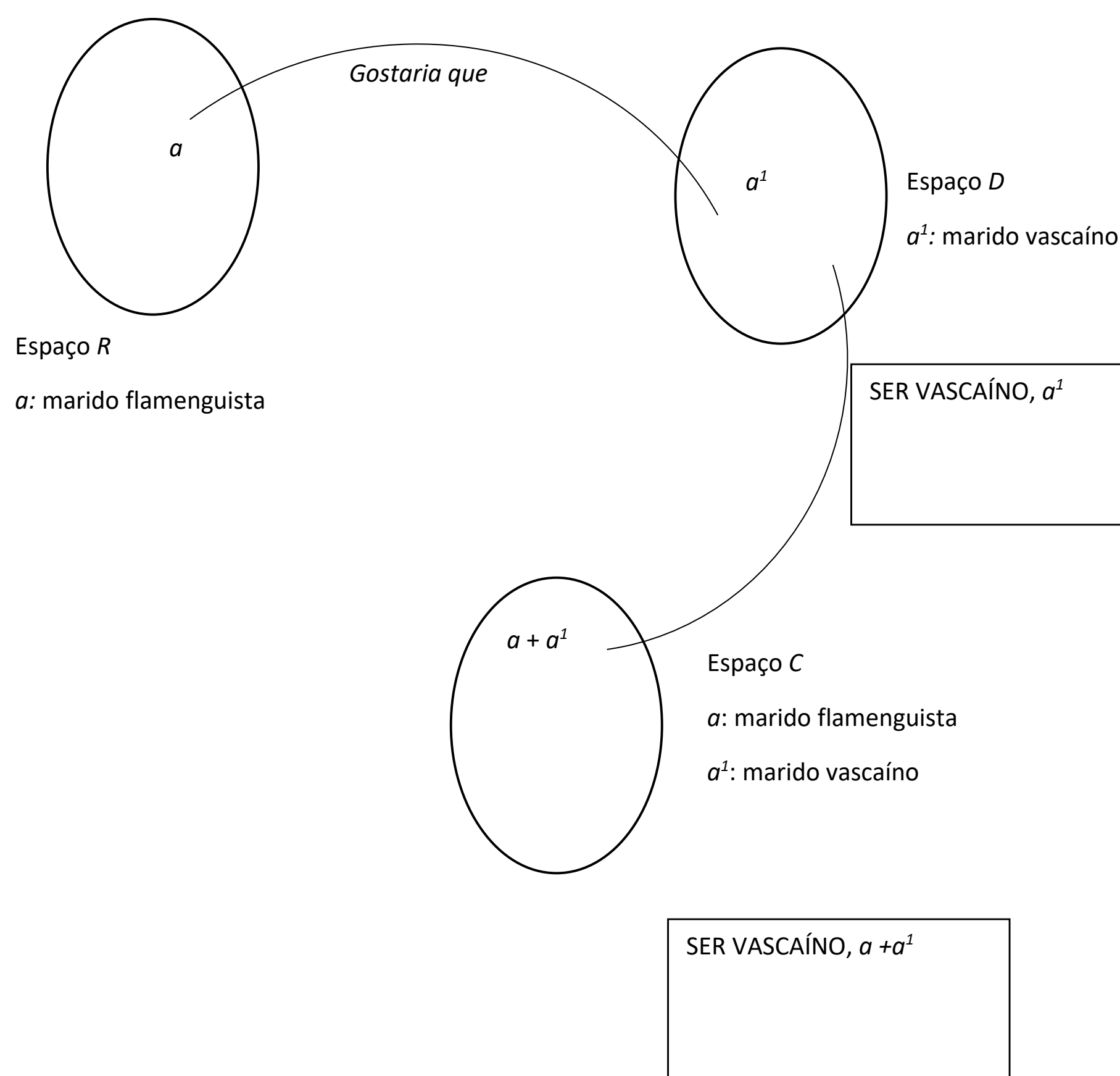


Figura 2 – EM de (6)

Fonte: Elaboração própria

É no Espaço C contrafactual que ocorre a mistura entre os dois elementos projetados: o marido flamenguista e o marido vascaíno. A é uma representação que consta no Espaço R da realidade da falante; a^1 é a reprodução mental do desejo da interlocutora; e a combinação de a com a^1 resulta na incompatibilidade expressa: um marido flamenguista que é vascaíno. Logo, mesmo havendo a referência de uma situação do presente – o fato de o marido ser, hoje, torcedor do Flamengo –, é possível projetar um EM contrafactual forte, pois o futuro do pretérito fortalece a característica de tecer hipóteses sobre uma situação irreal.

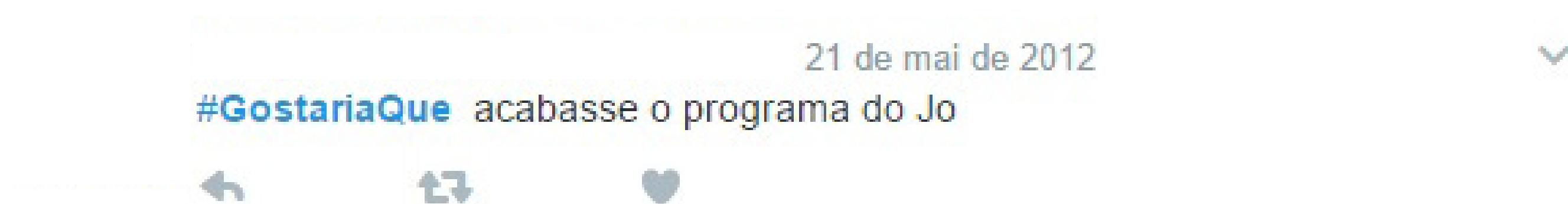
Contudo, nem sempre a contrafactualidade é imposta pelos elementos lexicais e gramaticais discutidos. Como veremos adiante, mostra-se possível criar EM contrafactuals mais fracos.

4.2. Contrafactualidade fraca

A contrafactualidade fraca pode ser entendida como um caso de ambiguidade: há mais de uma interpretação cabível para a sentença, como a contrafactualidade e a possibilidade. Assume-se que um EM de possibilidade projeta uma situação compatível com a realidade, isto é, que tem chances de se concretizar no mundo real. Portanto, o que será explicado nesta subseção é a leitura ambígua: ora pode-se entender que ocorre a ativação de um EM incompatível com a realidade, ora compatível com essa.

Analisemos a sentença (7) a seguir:

(7)



Em (7), há duas leituras plausíveis para a sentença: uma incompatível com a realidade, e outra compatível. As variações (7a) e (7b) ilustram melhor as interpretações:

(7)

a. Gostaria que acabasse o programa do Jô, *mas* ele não vai acabar.
LEITURA CONTRAFACTUAL

b. Gostaria que acabasse o programa do Jô, *mas* ele vai acabar.
LEITURA DE POSSIBILIDADE

(7a) e (7b) apontam para uma ambiguidade, resultado de uma contrafactualidade fraca. Se interpretarmos (7) como (7a), teremos uma leitura contrafactual, uma vez que haveria uma hipótese incompatível com o mundo real. Contudo, ao considerar (7b), a interpretação passa a girar em torno de uma possibilidade: é possível que o desejo da falante se torne realidade e que o programa do Jô acabe.

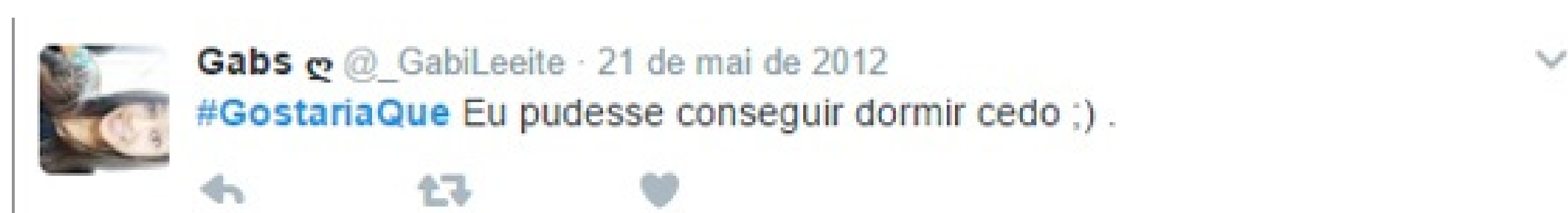
A contrafactualidade acaba perdendo sua força devido a fatores lexicais, por exemplo. Verbos como *wish* podem fortalecer hipóteses irreais, mas nem sempre, como aponta Fauconnier (1994, p. 111).

(8) I *wish* you help me tomorrow. (Eu quero que você me ajude amanhã).

Em (8), o espaço projetado é compatível com a expectativa do falante, por isso não haveria a contrafactualidade, uma vez que o EM ativado está de acordo com o mundo real: o interlocutor vai ajudar o falante amanhã. Entretanto, ao considerar que o enunciador de (8) não receberá ajuda, a interpretação acaba sendo contrafactual. Fica evidente, portanto, que há uma ambiguidade instalada: tanto a leitura da contrafactualidade quanto a da possibilidade se tornam perfeitamente plausíveis.

Outra escolha lexical que pode enfraquecer a contrafactualidade é o uso de verbos modais, como nota-se a seguir:

(9)



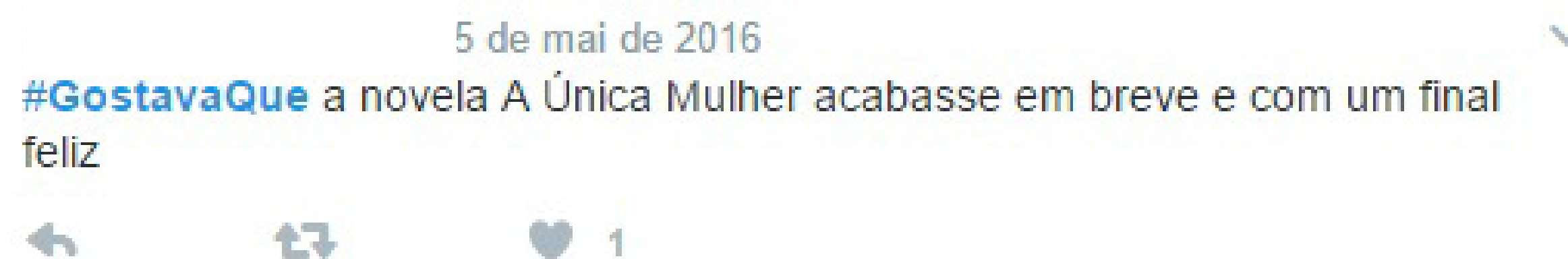
Em (9), o verbo modal *poder* é uma escolha lexical que acaba enfraquecendo a leitura contrafactual. O desejo da falante é conseguir dormir cedo, algo que pode ser compatível ou incompatível com a realidade. Tal ambiguidade é reforçada pela presença do *emoticon* ;), o qual representa uma expressão alegre, sugerindo que a situação hipotética projetada tenha chances de se concretizar no mundo real, já que a falante estaria animada.

Também é possível considerar em (9) a interpretação contrafactual combinada com o *emoticon*: a falante não consegue dormir cedo, mesmo querendo, mas tal incompatibilidade com a realidade não

seria desanimadora. Mais uma vez, verifica-se a presença de uma leitura ambígua, a qual enfraquece a contrafactualidade.

A sentença (10) a seguir ilustra a interpretação ambígua decorrente do uso do pretérito imperfeito:

(10)



Em (10) há vários EM sendo ativados. Primeiramente, pode-se notar um espaço contrafactual: a novela não acabará logo e nem terá um final feliz, ou terminará em breve, mas com um final triste. Uma segunda leitura seria a possibilidade de a novela se encerrar em breve, juntamente com um final feliz. A Figura 3 representa os EM de (10):

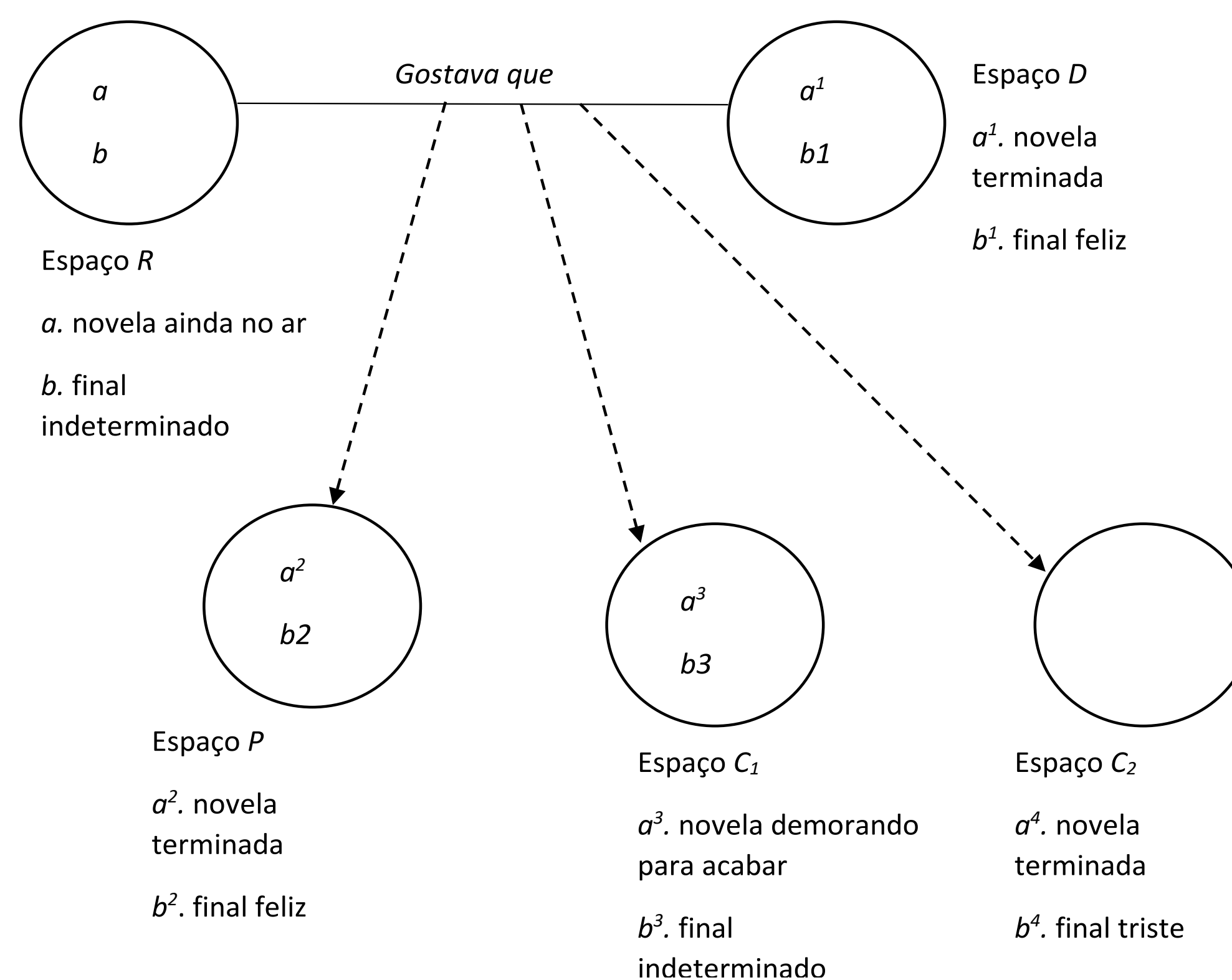


Figura 3 – Os EM de (10)
Fonte: Elaboração própria

A Figura 3 apresenta os diversos espaços que estão sendo ativados na produção e interpretação da sentença (10). A ampla gama de leituras se deve ao uso do pretérito imperfeito, bem como de uma referência futura de um evento: o término da novela *A Única Mulher*. A combinação desses tempos acaba resultando no enfraquecimento da contrafactualidade, pois a projeção de um mundo real possível acaba sendo realizada.

Fica claro, portanto, que uma situação incompatível com o mundo real pode ser enfraquecida, abrindo-se brecha para que outros EM sejam ativados concomitantemente no ato comunicativo, como o espaço de possibilidade.

5. Conclusão

Ao longo do capítulo, discutiu-se sobre a relação entre linguagem e cognição. O recorte teórico apresentado considera fortemente a importância do processamento cognitivo para a compreensão do mundo ao nosso redor. Ademais, é a partir do contexto sociocultural no qual estamos inseridos que somos capazes de interpretar a realidade e de usar nosso conhecimento linguístico para nos expressarmos. Portanto, os valores morais, as experiências sociais e a percepção sensorial moldam todo o aparato linguístico que é decodificado mentalmente.

Pensando no meio digital, os usuários do *Twitter* contam com variadas ferramentas, como as *hashtags*, que ajudam a expressar críticas, desejos, comentários, notícias, enfim, uma série bastante diversificada de informações na rede.

Além disso, é de suma importância destacar que a produção do sentido envolve fatores linguísticos e extralinguísticos, como a relação entre os interlocutores, onde o texto foi veiculado, o meio sociocultural do sujeito falante, qual escolha linguística foi tomada pelo indivíduo. Todos esses itens contribuem como pistas para

analisar o processamento cognitivo, o qual não é visível para os seres humanos.

Para conseguir entender como a cognição consegue processar a linguagem, a Teoria dos Espaços Mentais foi discutida e aplicada na análise do *corpus*. Foi possível verificar que, ao longo do ato comunicativo, diversos espaços são acionados e correlacionados, os quais funcionam para retomar eventos passados, introduzir situações presentes ou também projetar circunstâncias futuras, sendo essas todas possíveis ou não. É por meio de EM que os falantes conseguem organizar o discurso e expressar o que eles querem. Daí decorre a importância dos *frames*, os quais são estruturas mentais que enquadram e organizam o nosso *background*, isto é, o conhecimento sociocultural adquirido ao longo da vida. Os *frames* funcionam, então, como um meio de ativar o conteúdo semântico das sentenças.

Ao olhar atentamente para as *hashtags* *#gostariaque* e *#gostavaque*, verificou-se que essas duas expressões linguísticas ativam espaços mentais contrafactuais, os quais projetam situações incompatíveis com a realidade, ou seja, que não correspondem ao mundo do falante. O tipo de contrafactualidade pode variar, indo da mais forte para a mais fraca. A diferença da força contrafactual se baseia em quanto o evento ativado carrega incompatibilidade com a situação real.

Referências

CABRAL, L. S. Linguagem e Cognição no Processamento Verbal. *In*: MIRANDA, N. S.; NAME, M. C. (org.). **Linguística e Cognição**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. p. 211-219.

CASSIER, E. **An essay on man**: An introduction to a philosophy of human culture. New York: Doubleday, 1944.

CAMÕES, L. **Os Lusíadas**. São Paulo: Ateliê, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (org.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. **Mental Spaces in Grammar: Conditional Constructions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FAUCONNIER, G. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. **Mental Spaces**. Publicação eletrônica disponível em: <http://www.cogsci.ucsd.edu/~faucon/BEIJING/mentalspaces.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

FAUCONNIER, G.; SWEETSER, E. **Spaces, worlds, and grammar**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The Way We Think**. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2014.

GUIMARÃES, L. Percepção das cores e da cultura. In: **XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação INTERCOM/96**. 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2010.

MODESTO, A. T. T. **Processos Interacionais na Internet: Análise da Conversação Digital**. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ESQUEMAS DE CONHECIMENTO E A CENTRAÇÃO EGOICA NO INDIVÍDUO DIAGNOSTICADO COM ESQUIZOFRENIA

Fernanda Trombini Rahmen Cassim

A esquizofrenia é um transtorno psicótico crônico que se manifesta, de maneira geral, na faixa etária entre 15 e 35 anos (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2007). Em termos históricos, antropológicos e sociais, o indivíduo esquizofrênico carregou – e ainda carrega – o estigma da loucura, a qual foi encarada e tratada de diferentes maneiras ao longo da história. Desde o Renascimento até o estabelecimento da sociedade moderna, o “louco” teve um lugar dedicado a ele, quase sempre um lugar de anulação ou isolamento. Assim, a razão dos “sãos” dedicava à loucura a marca da discriminação e da exclusão.

O discurso desses indivíduos serviu e serve para coadunar com essa estigmatização e exclusão, especialmente no que se refere à esquizofrenia. De acordo com Silva (2006), o conceito de esquizofrenia surgiu ao final do século XIX a partir da descrição da demência precoce por Emil Kraepelin, com influências dos estudos de Eugen Bleuler. Por meio do modelo médico, Kraepelin descreveu como sintomas característicos da demência precoce as alucinações, perturbações em atenção, compreensão e fluxo de pensamento, esvaziamento afetivo e sintomas catatônicos e, para ele, o transtorno surgia por causas internas. Bleuler foi quem criou o termo “esquizofrenia”, em que “esquizo” significa divisão, e “phrenia” remete à mente, substituindo o termo “demência precoce” na literatura. Assim, conceituou-se que o esquizofrênico apresenta uma cisão entre pensamento, emoção e comportamento (o que incluiria a linguagem).

Segundo o CID-10, Classificação Internacional de Doenças, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com versão atualizada em 2008,

Os transtornos esquizofrênicos se caracterizam em geral por distorções fundamentais e características do pensamento e da percepção, e por afetos inapropriados ou embotados. Usualmente mantém-se clara a consciência e a capacidade intelectual, embora certos déficits cognitivos possam evoluir no curso do tempo. Os fenômenos psicopatológicos mais importantes incluem o eco do pensamento, a imposição ou o roubo do pensamento, a divulgação do pensamento, a percepção delirante, ideias delirantes de controle, de influência ou de passividade, vozes alucinatórias que comentam ou discutem com o paciente na terceira pessoa, transtornos do pensamento e sintomas negativos. (CID-10, 2008, p. 85).

Freud, a partir de seus estudos sobre a psicanálise, contribuiu e designou muitas indicações referentes à esquizofrenia, abordando o funcionamento do pensamento e da linguagem. Conforme Freud postula, nas formas graves de psicose, “o mundo exterior não é percebido de modo algum ou a percepção dele não possui qualquer efeito” (FREUD, 1996, p. 168). Assim, nos sintomas esquizofrênicos, a realidade torna-se outra, divergente daquela compartilhada, mas uma realidade singular ao sujeito, que influencia todo o seu modo de funcionamento mental.

Em seu icônico texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, publicado em 1905, Freud traz noções básicas e indispensáveis para a psicanálise. É importante, nesse sentido, retomar dois termos cunhados por ele e amplamente utilizados pela psicanálise: o de pulsão e o de libido. Resumidamente, a pulsão é a energia psíquica do sujeito, sua força motriz, que, com a organização pulsional ao longo do desenvolvimento do indivíduo, é dirigida na forma de

libido para um objeto externo ou para o próprio eu. Inicialmente, a libido é autoerótica, pois as pulsões estão voltadas exclusivamente para um eu; posteriormente, investe-se nos objetos que estão no mundo externo. Por meio do contato contínuo com a realidade, do investimento amoroso dos pais e de suas próprias identificações, o indivíduo começa a fazer uma diferenciação adaptativa em seu psiquismo, e o seu ego (eu) vai se estruturando, de forma que o primeiro investimento egoico passa a ter uma dimensão real, vai sendo recoberto por um eu imaginário, um eu ideal (FREUD, 1969).

Tendo em mente as formas de organização pulsional, observa-se que o esquizofrênico se encontra em uma organização pulsional autoerótica, com um investimento libidinal voltado para o eu, mas um investimento em um eu primário, um eu corporal, visto que este é o primeiro eu a ser formado. Freud (1969, p. 82) apresenta que o indivíduo esquizofrênico “parece realmente ter retirado sua libido de pessoas e coisas do mundo externo, sem substituí-las por outras na fantasia. Quando realmente as substitui, o processo parece ser secundário e constituir parte de uma tentativa de recuperação, destinada a conduzir a libido de volta a objetos.”.

Dessa maneira, no caso dos esquizofrênicos, a pulsão não estaria voltada a objetos do mundo externo, mas retornaria sob o próprio corpo, dando margem às vivências de despersonalização e de desagregação corporal. Há, nesses casos, um investimento libidinal no eu ideal, mantendo-se em uma posição narcísica.

A partir de tais considerações, buscamos compreender melhor como a linguagem do indivíduo diagnosticado com esquizofrenia reflete sua organização psíquica, de modo a verificar o funcionamento do Esquemas de Conhecimento e dos Enquadres Comunicacionais em diálogos com pacientes de um Hospital Psiquiátrico. Realizamos 12 entrevistas com 6 pacientes do sexo masculino e 6 pacientes do sexo feminino no Hospital Psiquiátrico de Maringá. As entrevistas

foram gravadas com a autorização expressa da instituição e tácita dos pacientes envolvidos, que concordaram em participar da pesquisa, e, em seguida, foram transcritas com base nas normas do projeto NURC (PRETI, 2003), modificando-se os nomes dos pacientes para manter suas identidades sob sigilo⁶⁹.

Nos diálogos com os informantes, estes demonstravam uma dissonância em relação às suas pressuposições de conhecimento e às pressuposições da pesquisadora, gerando uma formação atípica do discurso. A noção de Esquemas de Conhecimento, dada por Tannen e Wallat (2002), demonstra a importância das mensagens que são baseadas nos dados informacionais pressupostos, compartilhados ou não compartilhados pelos participantes da interação. Esses esquemas podem apresentar discrepâncias em casos específicos, podendo gerar também mudança de enquadre comunicacional.

Ao examinarmos uma interação, vemos tanto a estabilidade decorrente do contexto social quanto a variabilidade de interações específicas resultantes da natureza emergente do discurso. No caso das entrevistas com os pacientes do Hospital Psiquiátrico, a estabilidade decorre de elementos contextuais relevantes, como o próprio enquadramento da entrevista e da posição pesquisadora-paciente ou indivíduo do contexto externo-indivíduo institucionalizado. Apesar disso, o diálogo se torna variável diante das necessidades dos falantes, considerando que se trata de pessoas que pouco se conhecem e que, muitas vezes, têm expectativas diferentes diante daquela interação.

Os Esquemas de Conhecimento, ainda segundo Tannen e Wallat (2002), dizem respeito às expectativas que os participantes do evento comunicativo têm em relação às pessoas, objetos, fatos, cenários

69 Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo COPEP – Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética de número 71700417.7.0000.0104.

e alinhamentos que são negociados em uma interação específica. Tais expectativas se dão de forma dinâmica e os significados dados pelos falantes só podem ser compreendidos em relação a um modelo de conhecimento anterior. Ou seja, aquilo que se enuncia ou que se recebe como enunciado somente será entendido a partir de um modelo de conhecimento já existente, com o qual já se teve contato.

Heidegger (1962 apud TANNEN; WALLAT, 2002) apresenta o exemplo da palavra “martelo”. Tal termo pode não ter quaisquer significados para alguém que nunca tenha visto um martelo em uso. Portanto, a utilidade desse objeto constitui o esquema de conhecimento específico necessário para que ele componha um enunciado. Não deveria ser possível, então, falar sobre um martelo com alguém que nunca viu tal ferramenta, a não ser que se apresente esse objeto de antemão, contextualizando o interlocutor e explicando sua utilidade. Trata-se de compreender os Esquemas de Conhecimento existentes para tal interlocutor e adequar o evento interacional para que se possam atingir os objetivos do falante.

Outro exemplo apresentado por Fillmore (1976 apud TANNEN; WALLAT, 2002) consiste na diferença entre as noções de “chegar em terra firme” e “tocar o solo”. No primeiro caso, há um fato associado a viagens marítimas, enquanto, no segundo, ele está associado a viagens aéreas. Assim, ocorre um preenchimento de informações não proferidas, o qual advém do conhecimento e das experiências anteriores dos interlocutores. Importante destacar que, embora os Esquemas de Conhecimento não sejam estáticos, eles não são facilmente alteráveis, tendo em vista que foram constituídos ao longo da vivência dos indivíduos. Vejamos, agora, algumas ocorrências de nosso *corpus* de pesquisa em que se observam as relações entre os Esquemas de Conhecimento dados na interação entre pesquisadora e paciente. Nas transcrições, a letra “P” representa a fala da pesquisadora, enquanto a “I” representa a fala do informante.

(1)

I e:... sabe o grêmio? Grêmio de .. Grêmio

P Grêmio?

I é:...

*aquele negócio que tem uma escadinha assim
uma escadinha*

P Grêmio de Maringá ... o que que tem?

I eu era centro-avante

P você era centro-avante do Grêmio?!!!

(Onório, 56 anos)

Nessa ocorrência, o paciente Onório verifica de antemão o esquema prévio da pesquisadora. Questiona se ela conhece o Grêmio, demonstrando sua capacidade de análise a respeito dos Esquemas de Conhecimento do outro. Quando a pesquisadora retorna outra pergunta (“Grêmio?”), o paciente percebe que talvez não seja um conhecimento existente para ela, e busca fazer algumas conexões mnêmicas que ajudem na interação: “aquele negócio que tem uma escadinha assim”. Logo a pesquisadora se lembra de que os estádios de futebol possuem muitas escadas e faz uma associação ao time de que Onório fala. Nesse caso, uma adequação em termos referenciais fez com que os Esquemas de Conhecimento se alinhassem para que a interação pudesse prosseguir. Em outros momentos, o mesmo paciente não se preocupa com tais adequações e prossegue considerando que está sendo compreendido:

(2)

I 210. *é ((ri alto)) ai ai*
211. *não aqui todo mundo me conhece .. ##*
212. *só que .. eu vou falar um negócio pra você ..*
213. *se entrar outro cara igual aquele ..*
214. *eu vou por cima*

P *que cara que o senhor está falando?*

I *é um cara moreno que tem aí entendeu? ..*
da cara fechada

P *ele é n/ele é paciente?*

I *é paciente ..*
eu não quero me sujar meu nome não ..

(Onório, 56 anos)

Enquanto falava sobre sua estadia no hospital, Onório interrompe esse tópico para introduzir uma informação nova: a de que alguém estaria o agredindo ou o provocando no hospital. Ele identifica essa pessoa como “*outro cara daquele*”, mas a informação é dada de forma que não se apresenta à pesquisadora quem seria esse “outro cara”. Onório pressupõe que fosse uma informação conhecida, quando de fato não o era. O funcionamento dos Esquemas de Conhecimento aqui é indispensável para que a pesquisadora acione as informações que poderiam estar ligadas ao fato: ser alguém que está dentro do hospital, outro paciente. Ajustados os Esquemas de Conhecimento, a conversação segue de maneira que o paciente possa explicar a informação nova.

Tratando mais a fundo de Esquemas de Conhecimento, vejamos uma ocorrência que se dá com a paciente Marta a respeito de seus motivos e vontades para sair do hospital.

(3)

P o que você quer fazer quando sair daqui?

I aniversário

P de quem?

I aniversário de festinha de (churrasco)...

P sério?

I sério

P você já foi em muito churrasco?

I fui .. fui mu/... BASTante churrasco que minha mãe fez pra mim

P mas como é que é isso?

[...]

P hm:::

então quando você sair você quer fazer churrasco de aniversário

I QUÉro:::...

bolo salgadinho tudo isso daí...

e almoço também

(Marta, 40 anos)

Nessa ocorrência, o esquema acionado por Marta a respeito de um aniversário divergia do esquema da pesquisadora. Enquanto, para Marta, "aniversário" incluía a ideia de "fazer churrasco", com "bolo salgadinho tudo isso daí... e almoço também"; para a pesquisadora, tratava-se de dois eventos diferentes. Em determinado momento, a pesquisadora une os dois conceitos e utiliza a expressão "churrasco de aniversário", que, para ela, atenderia ao conceito de aniversário dado por Marta. Vemos nesse caso dois Esquemas de Conhecimento que dizem respeito a conteúdos não conflitantes, mas diferentes. Como a pesquisadora se colocou em uma posição de interlocutora que busca compreender os sentidos e significados postos pelos pacientes, ela se flexibilizou na tarefa de alterar seu esquema de conhecimento no que tange ao evento "aniversário", ainda que tal alteração se dê momentaneamente para a manutenção da interação

entre elas. Em outros momentos, em outros contextos, poderia ser que a interação ficasse truncada pela diferença de tais esquemas – ou por haver, em outros casos, até incompatibilidade entre eles.

Vejamos agora uma ocorrência do diálogo com Fernando que demonstra a expectativa do paciente em relação aos Esquemas de Conhecimento da pesquisadora:

(4)

*I eu:: eu .. tenho minha família né ..
eu morei sempre com a minha avó ..
daí .. eu fui morar com a minha mãe um tempo
daí:: meu padrasto também foi morar
faz vinte e dois anos que eu moro lá
e ele sempre começou a fazer tortu::ra
negócio de::/pra .. veneno em comida ..
remédio pra ereção .. tomava remédio né ..
daí tomava só:: remédio ruim né ..
e agora eu só tomo complexo B.. ## e carbamazepina ..*

(Fernando, 38 anos)

Foi solicitado a Fernando que falasse sobre si. Ele inicia discorrendo sobre sua família, suas relações familiares e sobre o lugar onde morou. Em seguida, Fernando fala sobre os medicamentos que estava tomando, usando, inclusive, o nome da composição do medicamento, de forma bem específica, da mesma forma que afirma tomar “complexo B”. Os Esquemas de Conhecimento da pesquisadora que foram pressupostos por Fernando advêm do contexto clínico. A pesquisadora usava um jaleco branco (uso requisitado pela direção do hospital) e conversou com o paciente em uma sala de “atendimento”, no modelo de entrevista. Isso pode tê-lo levado a crer que se tratava de alguém da área médica. Em contrapartida, os Esquemas de Conhecimento pressupostos por Fernando não corresponderam ao que de fato a pesquisadora sabia, o que se comprova pela pergunta seguinte, feita por ela:

(5)

P me fala de novo o nome desses remédios que eu não sei

I neozine ..

P neozine ..

*I carbamazepina .. e com..plexo B ..
e:: eh:: o Dr. Pedro passou pra mim sabe*

(Fernando, 38 anos)

A pesquisadora demonstra seu desconhecimento a respeito da informação, colocando-se como uma profissional fora da expectativa de Fernando. Ao perceber que suas expectativas a respeito dos Esquemas de Conhecimento da pesquisadora foram equivocadas, o paciente refere-se ao médico “Dr. Pedro” para realocar seu ato de fala, como se estivesse “justificando” o equívoco a respeito dos Esquemas de Conhecimento esperados.

Fernando prossegue:

(6)

*I é:: porque eu tenho uma namorada que ta grávida de mim
minha namorada ..
e:: a turma lá tem oitenta e cinco anos de casado
não mas tudo bem mas eh:: tava indo feliz
que e::u respeito as mulheres entendeu
que eu respeitar/gostar é uma coisa .. respeitar é outra ..
e.. tava tudo bem lá daí pnharam eu pra dentro
que eu acho que é por causa que mexeram no benefí::cio meu ..
porque faz muito tempo que eu te::nto .. e eu/
só que eu quero sair daqui o mais rápido possível
será que vocês não ajudam a eu sair daqui não?*

(Fernando, 38 anos)

Ao falar sobre si, o paciente conta sobre um relacionamento com uma namorada e de súbito insere uma informação desconhecida pela pesquisadora: “e:: a turma lá tem oitenta e cinco anos de casado”. Esse dado, “a turma”, coincide, pelas pistas linguísticas (uso da terceira

pessoa do plural), com os agentes das outras ações narradas: colocar Fernando para dentro do hospital e mexer em seus benefícios. Talvez Fernando, nesse momento, tenha pressuposto que, por ser alguém de fora do hospital, a pesquisadora tivesse as referências necessárias para compreender tais informações. Isso se comprova porque, ao final, Fernando utiliza a segunda pessoa “vocês”, no plural, como se a pesquisadora representasse uma entidade externa à sua realidade, com acesso a tudo o que se passa fora dali, inclusive ao contexto sobre o qual Fernando falava. Para demonstrar ao paciente que suas expectativas sobre os Esquemas de Conhecimento da pesquisadora estavam destoantes, ela continua:

(7)

P bom Fernando você lembra o que a Silvia falou sobre mim?

I aham .. ah ta ..

P eu sou professo::ra ..

I é professora

P e psicóloga ...

I aham .. ta

P e eu vim .. conversar com vocês porque eu quero ouvir o que vocês têm pra dizER ..

I então ..

P mas eu não sou advogada ..

*I eu sei eu sei eu entendo
mas igual eu no meu caso
eu não fiz NAda pra ta aqui sabe ..
e agora t/daí/meu negócio na justiça lá
que eu quebrei o RÁdio esses dias da minha mãe ..
fiquei bravo mas eu não sou agressivo nem nada
eu tive uma briga com ela uma vez .. PAGUEI ..
fiquei no manicômio lá .. paguei
eu não devo nada ..
só que agora eh:: .. eu:: queria sabe::r ..
é .. ## vou embora daqui né .. mas*

(Fernando, 38 anos)

Mesmo que a pesquisadora explique que não tem conhecimento ou capacidade de ajudá-lo a sair da internação, Fernando parece ter em mente que todo aquele que vem de fora do hospital é capaz de ajudá-lo. O esquema construído por Fernando acerca da oposição *dentro do hospital x fora do hospital* permite a ele acreditar que qualquer força que não esteja institucionalizada como ele é capaz de levá-lo para o lado de fora. Ao contrário, a pesquisadora compreende que essa polarização construída por Fernando é ineficaz, já que o fato de vir de fora do hospital não lhe dá poder de interferir nas forças instituídas do hospital.

Afirmar-se como professora e psicóloga foi um caminho encontrado pela pesquisadora de demonstrar tais esquemas a Fernando, o que não surte muito efeito, tendo em vista que os esquemas acionados pelo paciente (*membro externo ao hospital x membro interno*) se sobrepõem aos papéis de pesquisadora e psicóloga. O “não surtir efeito”, nesse caso, expressa-se pelo “mas” (*mas igual eu no meu caso*) que introduz a continuidade de um argumento o qual já vinha sendo dado antes. Importante destacar também que o uso de “pagar”, nessa ocorrência, remete-nos ao fato de que o paciente vê na situação de internação um caso judicial, como se fosse prisioneiro. A própria pesquisadora apreende essa visão com o uso da palavra “advogada”. A concepção da loucura como algo que deve ser tratado pelo sistema penitenciário reverbera na fala do paciente e ele toma essa concepção como partilhada pela pesquisadora.

Outro momento interessante da entrevista com Fernando é transcrito a seguir:

(8)

*I esquizofrenia é uma doença que::
a minha por exemplo é ((começa a chorar)) .. é:: ..
é/é muito difícil ..
porque vamos supor eu chego/igual eu faço ensaio de dança né ((para de chorar))
..... a freguesa falo assim é .. eh:: .. marca meu endereço pra você
pra você vim..
aí eu:: esqueço o endere::ço ..
e:::u .. sabe? às vezes assim eu/às vezes eu ... converso outra coisa
a .. em vez de conversar o que ela quer .. que chega ao ## ideal sabe ..
e::: é uma coisa assim que você fala uma coisa e pensa outra
pensa uma coisa e fala outra!*

P então é assim que é pra você?

*I é.. é..
e aí eu também eu fico vendo assim ..
a pessoa assim é boa .. mas aí eu fico com medo da pesso::a ..
essas coisas de esquizofrenia ..
eu:: já to fazendo tratamento
mas só que eu::: consigo controlar minha esquizofrenia*

(Fernando, 38 anos)

Diante da sua realidade, Fernando constituiu para si uma representação de “esquizofrenia” que é própria dele. Isso se expressa pelo pronome “minha” (*a minha por exemplo é [...]*). Coloca-se como uma esquizofrenia que pode ser diferente para cada indivíduo e, para Fernando, a “dele” tem um determinado significado. O esquema construído por Fernando acerca do que vem a ser esquizofrenia se baseou em suas experiências pessoais e, por isso, ao explicar a forma como entende a doença, o paciente retoma eventos passados para exemplificar. Para demonstrar que se trata de uma visão particular dele, a pesquisadora faz a pergunta: “*então é assim que é pra você?*”. O “*pra você*” expressa que o esquema de conhecimento dela diferente do esquema de Fernando em relação ao transtorno, já que a pesquisadora nunca vivenciou uma crise psicótica e, portanto, aquilo que ela sabe se deu a partir de outras fontes que não são experiências próprias. Fernando, por sua vez, constituiu um esquema de conhecimento

único, aliando suas experiências íntimas àquilo que lhe disseram sobre a esquizofrenia. Aqui, os Esquemas de Conhecimento que são diferentes se tocam a ponto de a pesquisadora praticar um exercício de alteridade que a permite ampliar e/ou modificar seu esquema de conhecimento acerca da esquizofrenia.

A entrevista de Cássio demonstra também um esquema de conhecimento acerca da atividade da pesquisadora que se assemelha ao cuidado médico, assim como demonstramos no exemplo apresentado anteriormente. Vejamos um excerto:

(9)

*I eh:: na verdade eu comece::i ..
eu comecei depois de conhecer uma professora na escola ..
a professora me conhece::u ..
eu li uma tese .. e ela realmente me colocou num luga::r .. mais privilegiado ..
me colocou pra ser estudado ..
como você ta.. ta me estudando agora ..*

P ahm

*I na realidade .. desde pequenininho eu já passava por psiquiatra ..
psicólogos ..
enfermeiro ..
médico ..
tudo ..
e e::u .. tinha tudo isso sabe?*
por te/por nascer diferente

(Cássio, 32 anos)

O paciente, ao contar sobre si, relata uma situação passada que envolvia uma professora que o “estudava”. Por meio da oração comparativa (*como você ta.. ta me estudando agora*), Cássio coloca a pesquisadora em uma função semelhante à de sua professora da infância, função esta também ligada à atividade médica: estudar o paciente. A palavra “estudar” funciona aqui em um campo semântico que abrange tanto a atividade da pesquisadora, quanto da sua professora de infância, quanto dos médicos, psicólogos, enfermeiros

citados por Cássio. A constituição desse Esquema de Conhecimento parece entremear, entrelaçar todos esses conceitos em um campo semântico que engloba o fato de Cássio ser especial. Aqui poderíamos discutir o delírio presente na história contada pelo paciente, mas não nos cabe, neste trabalho, realizar um profundo estudo sobre suas questões subjetivas. Cabe-nos, entretanto, buscar compreender por meio de pistas linguísticas como o paciente constitui seus Esquemas de Conhecimento e como ele os traz à interação com a pesquisadora. Utilizar a oração comparativa “*como você ta.. ta me estudando agora ..*” nos revela determinadas intencionalidades de Cássio, as quais são derivadas de seus Esquemas de Conhecimento prévio. Essa expressão comparativa deixa uma mensagem à pesquisadora, qual seja: “eu quero que você me estude, assim como os profissionais semelhantes a você o fizeram”.

Assim como Fernando busca apresentar seu entendimento sobre esquizofrenia, Cássio, em determinado momento da interação, também procura apresentar seu ponto de vista sobre o autismo que ele supõe ter. Isso se expressa no seguinte exemplo:

(10)

*I porque:::.. eu não sei ..
 uma das primeiras doenças que eu tive foi chamada de autismo ..*

P autismo?

I é

P sei

*I sabe? a pessoa que pensa grande ..
 e::: como ele pensa grande .. pensa tão grande ..
 que:: tudo que ele faz dá certo*

P ... mas é tipo um poder então ..

(Cássio, 32 anos)

Os Esquemas de Conhecimento acionados por Cássio para definir o que é autismo são atravessados não só pela sua experiência, mas

também pelos seus desejos. O que a pesquisadora entende por autismo, nesse caso, pouco importou, pois o foco estava não no transtorno citado, mas em seus “efeitos”. O paciente busca, por meio do conceito que tem de autismo, demonstrar seu “poder”, como ele afirma. Ele transforma seu transtorno esquizofrênico em algo que o torna especial, poderoso. A repetição das palavras “grande” e a relação causa-consequência (*como ele pensa grande .. pensa tão grande .. que:: tudo que ele faz dá certo*) demonstram essa intencionalidade. O esquema de conhecimento acionado por Cássio atende às suas necessidades naquele momento, a uma realidade com a qual ele se identifica. Também podemos hipotetizar que, nesse ponto, o paciente utiliza com equivalência semântica as expressões homófonas “auto” e “alto”, já que ele está falando sobre “altos poderes”. Tal dado, se verdadeiro, também influencia diretamente nos Esquemas de Conhecimento presentes na conversação.

O diálogo com o paciente José é entremeado de dissonâncias entre os Esquemas de Conhecimento da pesquisadora e do paciente. Trata-se da conversação do *corpus* que mais possui perguntas, repetições e confirmações da pesquisadora. José parece criar expectativas sobre o conhecimento da pesquisadora que fogem à compreensão dela, como no excerto descrito a seguir, em que os informantes estão conversando sobre as vantagens e desvantagens de se comer carne de porco:

(11)

I pra VOCÊ faz bem ..

P pra MIM faz bem ..
você sabia que tem umas religiões ..
que não comem carne de porco?

I isso é:::.... é é é às vezes é ...
faz parte de luxo ..

P luxo?

*I é porque e/eu .. tem vez que eu não como carne porque é ..
pra não/prá não ficar forte ..
de sexo*

P forte de quê?

I de sexo ..

P como assim?

*I pra não ficar forte de sexo ..
eu deixo a carne .. # não como ..
mas eu/mas eu/eu gosto de comer carne ...*

(José, 61 anos)

A pesquisadora procura abrir um diálogo sobre o consumo de carne de porco diante dos princípios de algumas religiões. José, por sua vez, continua o tópico aliando o consumo de carne de porco e a religião ao luxo e ao sexo. O esquema de conhecimento de José parece aliar a religião ao pecado, se considerarmos que “luxo”, nesse caso, estaria ligado à luxúria, por exemplo. De fato, são hipóteses que podem ser levantadas, mas não podemos fechar nossa análise nesse âmbito. Importante notar, por exemplo, que a pesquisadora faz perguntas a ponto de compreender o que o paciente diz, e ele, na tentativa de explicar, traz ainda mais elementos que compõem seu entendimento acerca do assunto. As expectativas da pesquisadora sobre os Esquemas de Conhecimento de José não são atendidas: pelo contrário, ela é surpreendida com outras informações que, para ele, estariam ligadas ao esquema de conhecimento sobre a visão do consumo de carne suína nas religiões.

Para finalizarmos as análises a respeito das pistas linguísticas que nos revelam Esquemas de Conhecimento específicos dos pacientes e da entrevistadora, vejamos um exemplo retirado da interação com a paciente Meire.

(12)

*I falei o mesmo que eu to falando aqui..
que eu queria ir embora
não é por nada .. né por ..
se fosse pra mim não ir embora eu ficava aqui bastante tempo né..
e então o patrão .. o dono da chácara..
só eu que eu tenho lá ..
só eu que tem... um marido é morto..
os dois que eu:: o Arlindo é morto que era caminhoneiro
que só/só trabalhava nessas.. nessas ca... nessas carreta grande
cê sabe qual que é # ...
e o outro morreu aqui em...em Peabiru*

P de carreta também?

I não ... esse morreu a torto e a direita

P como é que é morrer a torto e a direita?

*I é porque...
porque chegou esse que trabalhava
aí ele chegou me/me soltou
acabou de me soltar e já...
já morreu na mesma hora*

(Meire, 61 anos)

O uso da expressão “não é por nada” revela a expectativa de Meire a respeito da pesquisadora. Para a paciente, a pesquisadora faz parte do esquema de conhecimento que ela tem a respeito do hospital, como se a pesquisadora fizesse parte daquela instituição e, por isso, pudesse censurá-la pela vontade de ir embora. Outro esquema de conhecimento acionado nesse exemplo é o da morte súbita. Para Meire, “morrer a torto e a direita” significa morrer sem um sinal prévio, morrer de repente. A pesquisadora, por sua vez, estranha a expressão utilizada nesse contexto, pois não vê relação correlata entre a ideia apresentada anteriormente e a notícia da morte do segundo marido. Isso porque Meire fala de seu primeiro marido expressando sua atividade laboral (o fato de ser caminhoneiro); então a pesquisadora esperava que a notícia do segundo marido viesse acompanhada de uma informação parecida. Quebrando essa expectativa, Meire

aborda a morte do segundo marido, usando a expressão “a torto e à direita”. No esquema de conhecimento acionado pela paciente, o fato de contar que o primeiro marido era caminhoneiro já pressupõe que sua morte estivesse ligada à sua atividade laboral – diferentemente para a pesquisadora, que imaginou que Meire estivesse falando dos empregos dos falecidos maridos. O esquema de conhecimento “maridos de Meire”, em jogo nessa conversação, está relacionado a fatos diferentes para Meire e para a pesquisadora, o que faz com que a expressão “a torto e à direita” se torne de difícil compreensão para esta última. Também poderíamos compreender que a informante possui certo desconhecimento do uso do termo “a torto e à direita”, e então chegaríamos à conclusão de que ela não domina o sentido “padrão” da expressão, o que também ocorre na fala de indivíduos não diagnosticados com esquizofrenia.

| Considerações finais

Muitos foram os momentos, nas várias entrevistas realizadas, em que os Esquemas de Conhecimento dos pacientes diferiram dos esquemas da pesquisadora. A expectativa de ambas as partes acerca de determinados tópicos conversacionais, conceitos e termos por muitas vezes foi surpreendida pela divergência de vivências e experiências dos interlocutores. Essas dissonâncias frequentemente foram amenizadas por explicações, fugas, paráfrases. Outras vezes, tanto pacientes quanto pesquisadora não puderam acionar Esquemas de Conhecimento específicos para tornar a conversação totalmente compreensível. Segundo Bartlett (1932 apud GOFFMAN, 2002), todos os tipos de estruturas de expectativa, incluindo a noção de esquema, são dinâmicos. Ou seja, as expectativas sobre objetos, pessoas, cenários, modos de interação etc. são continuamente comparadas à experiência de vida dos falantes e então revistas.

Nesse sentido, vemos que, na linguagem dos indivíduos diagnosticados com esquizofrenia, há menos frequentemente a

verificação ou consideração dos Esquemas de Conhecimento do ouvinte. A linguagem está, portanto, mais ligada ao desejo do falante de se expressar do que ao jogo dialógico da comunicação, ou seja, importa mais o falar do que o se fazer compreender. Considerando a descrição, no âmbito da psicanálise freudiana, dos transtornos esquizofrênicos, encontramos alguma correlação entre o funcionamento linguístico desses indivíduos e a supercentração do ego. A pulsão que não se volta a objetos do mundo externo, mas retorna sob o próprio corpo, no processo de despersonalização e de desagregação corporal, é reinvestida no eu ideal, mantendo-se em uma posição narcísica. A linguagem, nesse sentido, reflete esse funcionamento, excluindo o outro do processo dialógico.

| Referências

FREUD, S. **Neurose e psicose, v. XIX.** Tradução J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1924].

FREUD, S. **Sobre o Narcisismo:** uma introdução. Tradução J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969 [1914].

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Tradução J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969 [1905].

GOFFMAN, E. Footing. *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional.** São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 107-148.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. **Compêndio de psiquiatria:** ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Cap. V. 2008.

PRETI, D. **Análise de textos orais**. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

SILVA, R. C. B. Esquizofrenia: uma revisão. **Psicol. USP**, v. 17, n. 4, p. 263-285, 2006.

TANNEN, D. **Talking voices**: Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres Interativos e Esquemas de Conhecimento em interação: exemplos de um exame/consulta médica. *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 183-214.

TRANSITIVIDADE GRAMATICAL: COMPARAÇÃO DE RELATOS ESCRITOS EM CARTAS DE PACIENTES DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PINEL (1934-1938)

Antonio Ackel

Introdução

Este capítulo apresenta parte de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre aplicação da teoria funcionalista, orientadas pelos estudos de Hopper e Thompson (1982), sobre os graus de transitividade analisados em sentenças do português brasileiro. As sentenças foram retiradas de correspondências pessoais, escritas entre 1934 e 1938 por pacientes que ficaram internados no Hospital Psiquiátrico Pinel, em São Paulo.

A primeira seção – *O corpus* – contextualiza o Sanatório Pinel, os autores das cartas e apresenta a transcrição de fragmentos⁷⁰ de cada carta que compõe o *corpus* desta pesquisa⁷¹. As cartas foram escritas por pessoas que ficaram internadas por sofrerem, segundo os prontuários médicos, de doenças mentais, assim recebiam os tratamentos mais modernos que se podiam pagar, em São Paulo, na época: imersão em banhos; remédios; eletroestimulação. Para a seleção do material utilizado na pesquisa, optou-se por uma mostra que, dentre o total de autores disponíveis no *corpus*, tem

70 Para a elaboração desta pesquisa, foram transcritas 120 orações e divididas em 20, por carta. A divisão foi feita de forma igual nas seis cartas, selecionamos as 20 primeiras orações de cada uma. A transcrição é justalinear (CAMBRAIA, 2005) e não faz modificação de ortografia, com relação ao que está manuscrito no original, faz de separação de fronteiras de palavras e de pontuação.

71 Toda a documentação dos pacientes está disponível no Fundo PINEL, guardada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

como elemento comum o diagnóstico. Assim, para apresentar resultados parciais neste capítulo, foram analisados dois homens com esquizofrenia (Es1 e Es2); um homem e uma mulher com parafrenia (Pa1 e Pa2); um homem e uma mulher com psicastenia (Ps1 e Ps2)⁷².

A segunda seção deste capítulo – *Os Parâmetros* – utiliza as sentenças da primeira seção e mostra que o fenômeno da transitividade gramatical vai além da classificação binária de um verbo, como ensinada pela gramática tradicional. Trata-se de uma organização de variado número de componentes sintáticos e semânticos dentre os quais apenas alguns se referem ao objeto do verbo, os demais, a outros componentes da oração. Assim, são descritos nesta seção cada um desses parâmetros (HOPPER; THOMPSON, 1982), que num *continuum* de transitividade, fazem uma oração ser mais ou menos transitiva no discurso de um falante.

Na seção – *A correlação* –, conjecturam-se hipóteses de correlação entre linguagem, processos cognitivos e psicopatologias⁷³. Busca-se saber se há similaridade nos graus de transitividade de um dado diagnóstico, ou seja, se organizações sintáticas e semânticas se aproximam entre si quando elaboradas por pessoas diagnosticadas com determinada doença mental. Para se pensar em correlações entre fenômenos linguísticos e transtornos mentais, apresenta-se uma tabela com a quantidade dos parâmetros encontrados nas 120 sentenças utilizadas para esta pesquisa. O capítulo se conclui com uma prévia de apontamentos que levam a futuros estudos linguísticos.

Quando um gramático funcionalista se debruça sobre seu objeto de estudo, busca reconhecer não só a interação social, mas a

72 Nesta seção apresenta-se breve descrição de cada quadro clínico. Informações detalhadas sobre as doenças e suas referências podem ser encontradas na Classificação Internacional de Doenças, disponível no site da Organização Mundial da Saúde: <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en>.

73 Toma-se como exemplo o estudo de Gomes (2017), que trabalhou também com entrevistas de esquizofrênicos em comparação com pessoas que não sofrem de distúrbios mentais.

motivação do que foi escrito e o contexto de produção. Encontrar explicações para a natureza da linguagem, sob termos funcionais, é também verificar se formas linguísticas são condicionadas pelos usos contextualizados em situações específicas de interação verbal e, em caso positivo, analisar o funcionamento dessas formas (HALLIDAY, 1973).

O corpus

Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988) foi figura proeminente. No governo de Getúlio Vargas, o médico e professor da Universidade de São Paulo foi convidado a dirigir o Departamento de Assistência aos Psicopatas (1930), pertencente ao então criado Ministério da Educação e Saúde. O Professor Pacheco e Silva dedicou grande parte de sua carreira a compreender, controlar e curar hábitos e doenças mentais, tendo um importante papel na história da psiquiatria brasileira.

No final da década de 1920, fundou em sociedade com outros médicos o Hospital Psiquiátrico Pinel, com a intenção de solucionar o problema da superlotação de leitos hospitalares com a qual já sofria a cidade. Até então, pessoas com transtornos mentais eram atendidas no Hospital do Juqueri. Ainda, o Sanatório Pinel deveria suprir as necessidades de inovações terapêuticas no país, que só eram possíveis em clínicas bem aparelhadas.

A análise de prontuários do Arquivo do Sanatório Pinel evidencia a confusão de critérios de definição para determinação de seu diagnóstico. O ingresso dos pacientes no hospital era determinado por uma associação entre os interesses familiares à internação e os conhecimentos clínicos. Nesse contexto o relacionamento do paciente no interior da família se tornava um dos critérios essenciais para imposição dos valores normativos de comportamento. Havia, inclusive, um questionário respondido pelos familiares com dados do comportamento do paciente que integrava os

prontuários e servia como ingrediente para a definição do prontuário médico. (MELONI, 2000, p. xiv).

De acordo com Assumpção Jr. (2003, p. 45), a questão da Higiene Mental era um dos pontos centrais do pensamento profissional de Pacheco e Silva. Em 1936, lança o livro *Problemas de Higiene Mental*, no qual divulga sua crença de que as doenças mentais, a miscigenação das raças, e tantos péssimos hábitos de fato atrapalhavam a vida em sociedade e o progresso do país. Um dos antídotos para tais mazelas sociais era segregação dos indesejáveis.

[...] a sociedade não pode ficar exposta às reações mórbidas de psicopatas impulsivos e agressivos, que a põem em permanente risco... quando em liberdade têm esses psicopatas os seus instintos mórbidos exacerbados pela ação dos tóxicos e de outros fatores psicossociais inerentes ao próprio ambiente nocivo das megalópoles, sendo levados à prática do crime. (PACHECO E SILVA, 1974, p. 128).

Durante a internação e o tratamento de um paciente no Instituto Pinel, muitas vezes contra a própria vontade, alguns pacientes escreveram cartas por diferentes razões, por exemplo, para o próprio Dr. Pacheco e Silva e outros médicos da direção do Hospital, pedindo informações sobre seu quadro clínico; para seus familiares, contando alegrias e tristezas; para eles mesmos, como uma forma de lembrança. Todas as cartas que compõem o patrimônio cultural deste Hospital, narram, sob a ótica de um internado, a realidade, o pensamento e a retórica própria de um grupo de pessoas que viveu segregada da sociedade e, em vão, tentou se comunicar para além dos muros que as separavam.

Abaixo apresenta-se a transcrição dos fragmentos das seis cartas utilizadas nesta pesquisa.

Carta escrita em 1937, por um paciente de 19 anos, diagnosticado com esquizofrenia (Es1).

/1 Eu estava com 18 annos de idade, e estudava no Gymnasio, quando meus pais mudando-se para o interior deixaram-me só num hotel de S. Paulo⁷⁴. /2 Ahi é que vim a conhecer uma moça, que era noiva /3 e por quem me apaixonei loucamente. /4 Depois de uns mezes de convivência, já o nosso amor era violento. /5 Foi então, que considerando a minha condição de estudante de Gymnasio, e confrontando-a com a do noivo da pequena resolvi renunciar o meu amôr. /6 Então mudei-me para outro hotel, /7 e cheguei a usar oculos pois a vista se me embaralhava toda, /8 e os olhos lacrimejam depois de lêr algumas linhas. /9 Para esquecer aquelle amôr entreguei-me completamente ao estudo, chegando a estudar 10 horas por dia. /10 Não obstante eu ainda frequentava normalmente as casas de raparigas, /11 e embora às vezes nervoso cumpria as funções do coito. /12 Aos 20 annos entrei para um partido politico illegal /13 Foi depois de alguns mezes no partido que comecei a notar com grande magúa, que a minha virilidade já não era a mesma, /14 e quanto mais me preocupava com isso peiores eram os resultados. /15 Assim passei dias nos quaes eu com o firme proposito de cumprir de qualquer maneira o coito eu recorria aos animaes. /16 Mudei-me para o Rio de Janeiro. /17 Foi por esses dias que (voltando as) procurando as casas de raparigas consegui um coito normal /18 Então apareceu a primeira obcessão que foi a de pensar que os meus novos amigos no Rio julgassem que eu fosse um pederasta passivo /19 Consegui vencer essa obcessão, /20 e quando já havia determinado cumprir um regime de vida, apareceu a segunda obcessão de que o Sr. teve conhecimento.

74 O sinal / indica o início de uma nova linha. O número que sucede / indica o número da linha.

Carta escrita em 1939, por um paciente de 38 anos, diagnosticado com esquizofrenia (Es2).

/21 Minha amada noivinha, envio-te o meu coração e a minha imensa saudade. /22 Desde que nos separamos não deixei de pensar em ti um minuto. /23 Tenho passado por tantas cousas estes ultimos dois annos. /24 no trem quando viajamos de Conceição à Suarão tinhas me fallado, sou portugueza, mamãe é viuva, meu pai morreu na guerra. /25 Quando chegamos em tua casa me disseste, eu tive um namorado /26 No dia 2 de Janeiro fomos ao cinema e eu tive este pensamento: será que já vinha a este cinema antes de nos conhecermos? /27 Quando iamos chegando me fallaste é esse o automovel do advogado. /28 Agora já sei toda as notícias. /29 De ti já falai à mamãe e aos irmãos, /30 elles que nunca se esquecem dos amigos da monarchia /31 O Sanatorio tem muitas pessoas de situação proeminentes no paiz. /32 Encontrei-me aqui com teu paizinho adorado Carlos Alberto, que não morreu e é vivo. /33 Não conversei com ele /34 As pessoas do governo deixam substitutos durante o tempo que se tratam. /35 Eu recebi a tua abençoada cartinha em fim de Maio aqui em S. Paulo /36 nas vespuras do dia que devias voltar fui internado no instituto Paulista sem ser avizado, /37 uma empregada que me recebeu disse que estariam em Suarão /38 Fazendo ponto por hoje envio as minhas immensas saudades a querida sogrinha. /39 No portão me despedi com um adeus no coração e duas lagrimas /40 e fui-me embora.

Carta escrita em 1934, por uma paciente de 35 anos, diagnosticada com parafrenia (Pa1).

/41 A tua carta é a mais bem dourada pilula que tenho visto em minha vida. /42 Fingindo dar noticias das crianças mostras quanto a minha falta foi bem suportada, como ella não se fez absolutamente sentir. /43 Primas por occultar que o nome de mamãe tenha se quer sido pronunciado

pelos meus adorado filhinhos. /44 A desgraçada que roubou-te ao meu carinho, não roubará o amor e a alma dos meus filhos. /45 O orgulho, a vaidade, cegaram-na. /46 Que Deus, senhor onipotente se amercie de sua alma /47 Hoje eu digo; perdi mãe, perdi pae, o unico irmão que valia alguma cousa, que era uma creatura com alma e compreensão, morreu. /48 Então tu me traiste. /49 Hoje estou só, num quarto de manicómio, separada de tudo na vida e dos meus ricos e adorados filhos. /50 Por mais que juravas tratar-me, na realidade escarnecias. /51 Foste tu a quem tudo dei. /52 Disseste-me que era indiferente ir commigo. /53 Não penses que me sujeitarei a viver no lar do sultão. /54 Não patuarei com a indignidade que criaste. /55 Eu, tua mulher pra todos, ella, a mulher que sacia a fantasia /56 Uma vez daqui sahida, reivindicarei os meus direitos, exigindo a entrega dos meus filhos. /57 O Lauro⁷⁵, que dizia sempre te comprehender, na verdade, te odiava /58 O meu mais ardente desejo é venhas para cá e sejas recebido no pavilhão 18, como eu o fui no 23. /59 o desquite continua em pé. /60 Que a maldição cae sobre ambos.

Carta escrita em 1938, por uma paciente de 43 anos, diagnosticado com parafrenia (Pa2).

/61 Irmã eu preciso fugir /62 Si eu ficar eles me tomam a esposa /63 Si eu partir ella irá para casa dos paes. /64 Si eu ficar soffrerei horrivelmente. /65 Si eu fugir e conseguir escapar eu glorificarei o nome de Deus na minha fuga. /66 Talvez nunca mais no veremos na terra, (si não for achado) /67 mas nos veremos no reino de Deus. /68 A senhora diga á Maninha o que quizer e achar bom, porque ella não comprehenderá nada bem. /69 O soffrimento virá breve para todos quantos estiverem escriptos no livro da vida do Cordeiro. /70 Fiz o possivel para deixar dinheiro /71 mas não consegui /72 e eu mesmo levo só algumas moedas. /73 O pae de Maninha vindo ele pagara alguma despeza feita. /74 Si a irmã quizer poderá levar Maninha para a casa da irmã Maria até o pae chegar. /75

75 Os nomes foram alterados para preservação da identidade dos referidos nas cartas.

Estamos no fim e /76 a pregação breve cessará. /77 Todos os crentes morrerão. /78 Peço dar a paz de Deus para todos os irmãos. /79 Peço não dar muito alarme /80 e fazer tudo consultando com os anciãos.

Carta escrita em 1943, por uma paciente de 29 anos, diagnosticado com psicastenia (Ps1).

/81 Até aos 21 anos de idade, nada vejo a mencionar de importante. /82 Nessa idade fiz exame de sangue a conselho de minha Mãe; /83 o resultado foi fortemente positivo. /84 Fiz tratamento anti-sifilitico com arsenico, mercurio, iodo e bismuto. /85 Sinto dizer que não melhorei, /86 pelo contrário senti-me mais fraco. /87 Tive auctorização do medico para me casar /88 e assim o fiz aos 23 anos de idade. /89 Trez anos depois, (eu morava em Portugal) fiz viagem para o Brasil, por motivo de ordem financeira, /90 mas tive a infelicidade de ao chegar sentir-me tão sem forças ao ponto de procurar um medico. /91 Depois de ter percorrido 2 consultorios, um em Santos e outro em S. Paulo, vim a saber que estava tuberculoso (loite superior direita-pneumonica). /92 A noticia foi-me bastante desagradável e desanimadora para quem vinha com a familia procurar melhores dias. /93 Ainda em S. Paulo, fui tratado para ganhar forças para subir para Campos do Jordão, onde me internei no Sanatorio Santa Cruz. /94 Foi-me instalado um pneumothorax que deu bom resultado, /95 mas sobreveio um pleuriz com febre alta, mas sem puz. /96 Apareceu uma aderencia progressiva, que disto só vim a saber mais tarde. /97 Tive ordem de passear 1.2 hora por dia, o que me alegrou bastante. /98 Num destes passeios distanciei-me mais um pouco e ia subindo um morro, e distanciei-me do Sanatorio uns vinte minutos a pé. /99 Sempre gostei de passear a pé /100 nessa ocasião senti-me satisfeito por poder realizar um passeio mais longo, em virtude de estar lá tanto tempo impossibilitado de o fazer.

Carta escrita em 1939, por uma paciente de 47 anos, diagnosticado com psicastenia (Ps2).

/101 Exmo. Snr. Dr. Director do Sanatorio Pinel, Sebastião Couto da Fonseca diz de inicio que pharmaceutico e moço ainda, casou-se em Lavras, em 1921 com Norma Pontes de Oliveira, filha de Jovelino Pereira de Oliveira, chefe politico na localidade, homem millionario e cuja familia gosava de real prestigio e grande conceito. /102 Entretanto ao poucos foi se desfazendo o optimo casamento que julgara ter feito, um pouco /103 antes de morrer seu sogro, os filhos fizeram que elle vendesse todas as suas acções e fazendas de Cia. Agrícola e Industrial de Lavras, Cia d'elles mesmos, /104 assignando a escriptura um seu cunhado de nome Catulino. /05 Agora e ainda em vida de sua sogra 300 contos que devia ter, desappareceram como por encanto absorvidos pela mesma Cia. /105 Assim se desfizeram as condições da fortuna da familia a que se ligou pelos laços de casamento; e, com os acontecimentos que irá relatar, desfazem-se de vez as qualidades de nobreza e de honestidade da mesma familia. /106 Summariando, o padre portuguez Henrique Moraes, da parochia de Lavras e que, já levou a deshorna, a dissolução de muitos lares, — emquanto o signatario se achava ausente tornou-se amante decidido de sua mulher Arminda Lins Xavier, mais conhecida por Mindi e que professa com fanatismo a religião catholica. /107 Sua filha Myrna Loy documentou todo o adulterio /108 e até uma noite que apanhou partilhando do leito de seu pae lhe fez ver a audacia e o repeliu terminantemente, /109 — ele então quiz lhe bater. O padre não contente de ter levado a deshorna ao lar alheio ou temendo na certa uma revanche, uma reparação a seu procedimento de devasso, armou de cumplicidade com o Club de danças daquela cidade, a trama mais horrivel, mais deshumana de assassinar dormindo sòzinho o pae de familia que firma este, /110 confiando essa missão horripilante aos individuos Carlos Padova, a um mendigo, morador do fundo da casa do referido padre, Teotonio Caldas e outros que facil seria descobrir o gabinete de investigações da policia do Estado. /111 Historiando o facto,

diz que de 27 de Janeiro levou um seu filho a matricularse no 1º anno de gymnasio da Academia de Commercio em Juiz de Fora, deixando em casa sua mulher, suas filhas Neide de 17 annos, Myrna Loy de 14]

annos — e seu filho João Eduardo de 6 annos, /112 recomendando que ninguem sahisse de casa, que ficassem zelando pelos nossos interesses, vendendo algum preparado pharmaceutico e fazendo algum recebimento. /113 Emquanto o menino se preparava para os exames, revia o signatario seus parentes e procurava solucionar de transferencia da familia toda para aquella cidade. /114 Eis que em resposta a um bilhete que mandara a sua esposa sobre um namorado sua filha Neide, recebe d'ella uma longa carta começada de tinta e terminada a lapis, /115 cuja linguagem tão aspera e tão demudada que achou prudente escrever uma carta a sua sogra D.a Eugênia Lima Pontes, na estação de Lavras, /116 remettedo-lhe junto a carta de sua mulher, pedia que lhe dêsse bons conselhos e que fosse mesmo buscal-a até que pudesse voltar. /118 Infelizmente isso não foi effectivado. /119 Approvado o menino, fez a transferencia de sua filha Myrna Loy do gymnasio São José para o collegio Stella Matutina, /120 tirado o certificado do 5º anno de gymnasio de sua filha Marila, fez a sua matrícula no 1º anno de perito-contador no Instituto Grambery, /121 tratou de vir embora, porém como acabasse o dinheiro e tinha de remetter incontinente de familia, passou em Barbacena, Estado de Minas e tirou de premio por intermedio de um cunhado seu, no Banco local, o emprestimo de um conto de reis.

| Transitividade

Os estudos funcionalistas caracterizam-se, de um modo geral, por abordar a língua como meio de comunicação humana em contextos socioculturais e psicológicos e, a partir desse fato, entender como ela pode ser modelada (BUTLER, 2015).

Sob esse ponto de vista, a gramática funcional se distancia da tradicional, na medida em que leva linguistas a analisarem a língua

sob a perspectiva do texto e seu contexto. Tal visão amplia-se para além de fenômenos estruturais gramaticais quando analisa a situação comunicativa em que determinado texto é expresso. O Funcionalismo busca reconhecer o propósito da fala, os participantes da interação comunicativa e o contexto em que se insere (MOURA NEVES, 2018).

A partir de estudos de Givón (1970), as restrições gramaticais, regras de sintaxe, transformações estilísticas e similares passam a ser entendidas não como normas pré-configuradas no código genético do organismo, mas como fenômenos que desempenham funções específicas. Para ele, a língua é o instrumento de comunicação, e por isso não pode haver estrutura de uma língua sem padrões e funções comunicativas.

Para entender o que é gramática, como é e porque é como é, deve-se fazer referência aos parâmetros naturais que formam língua e gramática: cognição e comunicação, cérebro e processamento da linguagem, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. (GIVÓN, 1995, p. xv).

Hopper e Thompson (1982) observam a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística, assim, buscam entender o propósito de um determinado uso, e se tal foi alcançado. O uso da língua é estudado a partir de suas funções sociais. “[...] um estudo coerente sobre linguagem MOTIVADA deve ser iniciado (e não somente incluído) em sentenças individuais de um discurso.” (HOPPER; THOMPSON, 1982, p. 295)

Para que possa fazer escolhas de caracterização semântica e sintática em uma língua, o falante precisa valer-se de uma rede de componentes que desempenham diferentes funções em seu discurso. A partir de uma proposta de gramática sistêmico-funcional, que interpreta o sistema linguístico em categorias funcionais, Halliday

(1973) aborda três metafunções: a *ideacional*, que codifica a vivência e a experiência do mundo de um falante, assim, facultando imagens da realidade (física ou mental). É um elemento que pode ser identificado em todos os usos da linguagem, portanto, ajuda a atribuir significados de experiência vivida; a *interpessoal*, que sistematiza a interação linguística e permite defender as posições de um falante, de acordo com seu enunciado. Ela é responsável por atribuir significados de ideologias e relações sociais; e a metafunção *textual*, que organiza os significados *ideacionais* e *interpessoais* de um falante, num todo linear e coerente. É responsável pelo desenvolvimento textual e pela organização retórica.

Uma oração é uma unidade estrutural por meio da qual expressamos uma gama particular de significados ideacionais, nossa experiência dos processos — os processos do mundo exterior, concretos e abstratos, e os processos de nossa própria consciência, ver, gostar, pensar, falar e assim por diante. A transitividade é simplesmente a gramática da oração em seu aspecto ideacional. (HALLIDAY, 1973, p. 150).

As três metafunções estão no mesmo nível de abstração e preocupam-se com os aspectos do mundo no qual a comunicação se dá. Cada uma, a seu modo, contribui para o significado e organização de uma sentença e para quase tudo o que é dito ou escrito por um falante adulto⁷⁶. No contexto em que a estrutura ou a regularidade gramatical surge a partir do discurso e é formada por ele, o conceito de gramática refuta a necessidade de uma estrutura fixa e a vê como fato secundário no discurso (HOPPER, 1992). Este conceito começou a cristalizar-se nos trabalhos iniciais de Hopper e Thompson (1982) e os estudos sobre a Transitividade foram derivados das metafunções do

76 De acordo com Halliday (1973), (i) há algumas formulações no discurso de um adulto que não são multifuncionais, por exemplo, cumprimentos, expressões de dor, etc.; (ii) Durante o processo de aquisição de linguagem, a produção de crianças pequenas é monofuncional, trata-se de uma fase transitória que chegará a ser multifuncional, na idade adulta.

discurso. A determinação e o sistema de organização que estabelecem a transitividade representam um *continuum* de imagens da realidade adaptadas às necessidades de expressão e comunicação em determinada sociedade. Assim, Hopper e Thompson (1982) definem um conjunto de parâmetros (de natureza sintática e semântica e inter-relacionados no uso da língua), a partir do qual a transitividade oracional (conceituação contínua e escalar) pode ser analisada. Em seus estudos, verificaram que o fenômeno de transitividade pode ser medido em graus, a depender de quantos parâmetros compuserem uma oração. De um total de dez parâmetros, quanto mais fizerem parte da organização de uma oração, mais transitiva ela será.

O primeiro parâmetro trata do número de **(1.) participantes** que estão contidos nas sentenças. O termo participante é usado para se referir às funções que podem ser atribuídas às pessoas que estão na interação linguística (CRYSTAL, 2008).

Orações contêm referências a um ou dois *participantes*. Estes participantes estão distribuídos em um grau extremamente assimétrico, e esta assimetria ou ausência gera consequências para a gramática (morfologia e sintaxe). De fato, o número, o tipo e as interrelações dos participantes servem, frequentemente, de base para a organização de todo o sistema verbal em sua conjugação e em classes aspectuais. (HOPPER; THOMPSON, 1982, p. 1, tradução nossa)⁷⁷.

A transferência de uma ação requer, no mínimo, dois participantes. Na sentença nº 48, retirada da carta de Es2 — *Então tu me traíste* — as entidades são relacionadas por meio da ação descrita pelo verbo *trair*. O pronome *tu* faz referência a um participante agente; e o pronome *me*

⁷⁷ No original: "Clauses typically contain references to one or two participants. These participants are to an overwhelming degree asymmetrically arranged, and this asymmetry — or its absence — is found time and again to have consequences for grammar (morphology and syntax). Indeed, the number, kind, and interrelationships of the participants are frequently the basis for the organization of the entire verb system into conjugational and aspectual classes."

refere-se ao participante paciente. O grau de transitividade dependerá da natureza dos participantes e das relações sintático-semânticas nas quais estão envolvidos. No exemplo do documento nº 83 — *o resultado foi fortemente positivo* —, há apenas um participante; não há transferência de ação de um para o outro.

2. Chinês. Bybee (2010, p. 155) propõe que, “sendo a língua uma estrutura mental em constante uso e afetada por atividades processuais que mudam, então nela [co]existem variação e gradiência”. Para esta proposta, optou-se por uma representação gradiente do valor semântico dos verbos, partindo de uma expressão de ação plena até chegar a uma expressão de não ação. Hopper e Thompson (1982) destacam que se trata do montante de ação física envolvido na ação e que somente ações podem ser transferidas, e não estados. Se comparados o exemplo da sentença nº 63 — *...ella irá para casa dos paes* —, com o da sentença nº 2 — *vim a conhecer uma moça* —, a ação *ir*, descrita na oração do primeiro exemplo, caracteriza movimentos físicos, materialidade, concretude. Já o verbo *conhecer*, utilizado na sentença do segundo exemplo, trata de uma representação mental, e não de uma ação transferida do agente para o paciente.

3. Aspecto. Ao tratar do aspecto, Hopper e Thompson (1982) avaliam que uma sentença de *aspecto télico* mostra que a ação foi finalizada, efetivada. De outro modo, uma ação *atélica* é aquela que demonstra transferência parcial, ou não transferência. Castilho (2010) assinala que as formas verbais do *gerúndio* e do *perfeito do indicativo* são codificadores frequentes de imperfectivo, portanto, representantes do *aspecto atélico*. Por exemplo, na sentença nº 98, — *distanciei-me do Sanatorio uns vinte minutos a pé* —, há aspecto télico no verbo *distanciar-se*; e no exemplo da sentença nº 65 — *eu glorificarei o nome de Deus na minha fuga* —, encontra-se um tempo futuro que indica uma ação não finalizada, portanto de aspecto atélico.

4. Punctualidade. Para Comrie (1976), situações de punctualidade necessariamente envolvem mudança de estado, portanto são ações, não estados. O que distingue uma punctualidade de outra é sua duratividade no tempo. Punctualidade ocorre em ações perfectivas, o usuário da língua vê o evento como um todo único, mesmo que nem todo perfectivo seja pontual. Vejamos os exemplos do documento nº 51 — *Foste tu a quem tudo dei* —, em comparação com o documento nº 80 — *fazer tudo consultando com os anciãos*. No primeiro exemplo, o verbo *dar* é descrito como uma ação finalizada, completa, diferentemente do segundo exemplo, *consultar*, que dá ideia de ações contínuas, principalmente com o gerúndio, que dá noção de constância.

5. Intencionalidade: Trata-se da deliberação, da vontade, da intenção do agente de exercer uma ação. A intencionalidade mede o impacto exercido sobre o paciente quando o agente executa sua ação com propósito, por exemplo, como na sentença nº 29 — *De ti já falei à mamãe e aos irmãos* —; e na sentença nº 77 — *Todos os crentes morrerão*. O primeiro exemplo mostra um agente executando uma ação por vontade própria. No segundo exemplo, *morrer* demonstra que o agente não o fará por sua vontade.

6. Polaridade: Hopper e Thompson (1982) vão além do critério de classificação de sentenças afirmativas e negativas, quando apontam para expressões que apresentam negação, mas podem expressar valores discursivos diferentes. Algumas expressões são compostas por elementos de negação, mas são distintos desse valor. De acordo com Ilari (1984), há expressões negativas que podem dar origem a uma negação sem carregar um elemento de negação explícita. Por exemplo, na sentença nº 29 — *...elles que nunca se esquecem dos amigos da monarchia...* —, o falante da sentença está dizendo que “eles não se esquecem”, no entanto não há utilização do advérbio de negação *não*. Há também expressões de polaridade negativa, que requerem a presença de negação explícita na sentença, como

no exemplo do documento nº 85 — *Sinto dizer que não melhorei* —, a forma de organização sintática poderia ter sido *Sinto dizer que piorei*, mas o autor da missiva preferiu explicitar a negação em sua sentença.

7. Modalidade: Sob a perspectiva de Givón (1995), a modalidade é considerada como o julgamento do falante instaurado na atividade comunicativa, constituindo uma propriedade da interação verbal. É através dos modos *realis* e *irrealis* que o usuário da língua mostra sua atitude com relação ao que fala. No modo *realis*, as afirmações são explicitadas com narrativas do falante, por exemplo, no documento nº 39 — *No portão me despedi com um adeus no coração e duas lágrimas* —, há descrição de um fato real. No modo *irrealis*, o falante apresenta um teor de menor certeza, pois conjectura hipóteses, emite opiniões, por exemplo, documento nº 66 — *Talvez nunca mais nos veremos na Terra*. O falante, neste último exemplo, vislumbra uma possibilidade, especula, presume, não está narrando um evento que, de fato, vai acontecer, está acontecendo ou aconteceu, é uma hipótese.

8. Agentividade: Hopper e Thompson (1982) baseiam este traço na transferência de uma ação de um *agente* para um *paciente*. Para os autores, um participante com alta agentividade pode efetuar a transferência de uma ação para outro mais facilmente. Veja-se o exemplo da sentença nº 56 — *O Lauro...te odiava* —, de um participante com alta agentividade. Aqui, o participante agentivo *Lauro* representa o papel ativo de odiar o paciente. Na sentença nº 95 — *sobreveio um pleuriz com febre alta...* —, o participante *pleuriz* possui baixa agentividade e, neste caso, não demonstra transferência de ação para o outro participante da oração.

9. Afetamento de objeto: Segundo Hopper e Thompson (1982), o grau de transferência de uma ação está diretamente ligado a quão completamente o objeto é afetado pela ação imputada ao agente

e expressa pelo verbo. Por exemplo, a sentença nº 62 — *Si eu ficar eles me tomam a esposa* —, mostra o objeto sendo afetado pela ação verbal: *eu sem esposa*. Na sentença nº 37 — *uma empregada... disse-me que estariam em Paraty* —, dizer algo a alguém não afeta o objeto.

10. Individuação de objeto: Para Hopper e Thompson (1982), um paciente com as características humano ou animado, singular, contável e definido é mais individuado do que um paciente sem essas propriedades. Desta forma, uma ação pode ser mais eficazmente transferida para um paciente individuado. Na sentença do documento nº 06 — *Então mudei-me para outro hotel* —, verifica-se um paciente completamente individuado, ou seja, com todas as características propostas pelos autores, e, portanto, houve uma ação transferida. Ao contrário do primeiro exemplo, na sentença nº 28 — *Agora já sei de todas as notícias* —, mostra que o agente não transfere uma ação para o paciente não individuado.

A partir da descrição de cada um destes parâmetros, apresentam-se abaixo três sentenças⁷⁸ analisadas sob todos os seus parâmetros. As sentenças são transcritas em sua forma completa, mas a análise é feita no componente informacional do discurso⁷⁹, que está destacado em negrito e separado para visualização mais clara:

1. Eu estava com 18 anos de idade, e estudava no Gymnasio, quando **meus pais** mudando-se para o interior **deixaram-me só** num hotel de em S. Paulo.

Em *...meus pais... deixaram-me só...* encontramos:

78 A numeração de cada sentença se refere ao número de sua linha de transcrição na seção Sanatório Pinel.

79 Trata-se de um estudo realizado no fim dos anos 1970, que divide o discurso em dois planos: Fundo, que é composto pelas orações informacionais do discurso e Figura, plano formado por orações que contextualizam o discurso. A alternância entre esses dois planos discursivos pode motivar, organizar e explicar a transitividade.

A. Dois participantes: meus pais e eu (representado pelo pronome *me*);

B. O verbo de ação *deixar*, portanto há **cinese**;

C. A desinência de modo temporal *-ram* (pretérito perfeito) no verbo, que indica **telicidade**;

D. Punctualidade, que expressa uma ação única no ato de *deixar*;

E. Neste contexto, **intenção** por parte do agente;

F. Sentença de **afirmativa**;

G. Ação que ocorreu de fato, portanto oração marcada como **realis**;

H. Participante com alta **agentividade**, *meus pais*;

I. Paciente **afetado**, ao ser deixado só;

J. Paciente **individuado**, representado pelo pronome *me*;

2. Ahi é que **vim a conhecer uma moça**, que era noiva;

Em *...vim a conhecer uma moça...* encontramos:

A. Dois participantes: *eu* e uma *moça* (representado pela desinência número pessoal no verbo *vim*);

B. O verbo de ação *conhecer*, portanto há **cinese**;

C. A locução verbal *vim a conhecer*, que indica **telicidade**;

D. Neste contexto, **intenção** por parte do agente;

E. Sentença **afirmativa**;

F. Ação que ocorreu de fato, portanto oração marcada como **realis**;

G. Participante com alta **agentividade**, *eu*;

H. Paciente **individuado**, representado pelo pronome *me*.

O verbo *conhecer* pode conotar um processo transitório de ir *conhecendo* até *conhecer* efetivamente o objeto; conhecer não afeta o objeto conhecido, assim não foram encontrados os parâmetros Punctualidade e Afetamento de objeto.

31. **O Sanatorio tem muitas pessoas** de situação proeminentes no paiz.

Em ...*O Sanatorio tem muitas pessoas...* encontramos:

A. Dois participantes: *Sanatorio e muitas pessoas*;

B. A locução verbal *vim a conhecer*, que indica **telicidade**;

C. Neste contexto, **intenção** por parte do agente;

D. Sentença **afirmativa**;

E. Ação que ocorreu de fato, portanto oração marcada como **realis**;

F. Participante com alta **agentividade**, *eu*;

G. Paciente **individuado**, representado pelo pronome *me*.

Ter não caracteriza, neste contexto, um verbo de ação, assim, não se pode considerar uma oração com o parâmetro Chinês.

Com estes poucos exemplos descritos, fica claro perceber que a transitividade envolve toda a oração, não somente o verbo. Destaca-se, por exemplo, a sentença nº 61 — *Irmã, eu preciso fugir* —, que apesar de ser considerada transitiva pelos critérios normativo-classificatórios da abordagem formal, apresenta baixo grau de transitividade, quando analisada sob a perspectiva funcionalista aqui apresentada (apenas *polaridade* e *agentividade*). Isto significa dizer que se trata de uma análise que não opõe binariamente verbos transitivos e intransitivos, mas de uma perspectiva que entende transitividade como uma propriedade escalar que focaliza diferentes ângulos da transferência da ação de um agente para um paciente em diferentes trechos do enunciado.

Além das relações linguísticas entre a estrutura semântica e formal da transitividade, obtida por meio da aplicação dos graus de transitividade de Hopper e Thompson (1982), como se apresenta abaixo, esta pesquisa investigou também as diferenças quantitativas no uso das estruturas transitivas, comparando os grupos clínicos. O resultado dessa análise será apresentado na seção *Correlação*.

Aplicação dos parâmetros de transitividade nas orações do paciente Es1.

/1 Eu estava com 18 anos de idade, e estudava no Gymnasio, quando **meus pais** mudando-se para o interior **deixaram-me só num hotel** de S. Paulo.

dois participantes, cinese, télico, punctual, intencional, afirmativo, realis, agentivo, afetado, individuado – 10

/2 Ahi é que **vim a conhecer uma moça**, que era noiva

dois participantes, cinese, télico, intencional, afirmativo, realis, agentivo, individuado – 08

/3 e **por quem me apaixonei** loucamente.

dois participantes, cinese, télico, afirmativo, realis, agentivo, afetado, individuado – 09

/4 Depois de uns mezes de convivência, já **o nosso amor era violento**.

afirmativo, realis, afetado – 10

/5 Foi então, que considerando a minha condição de estudante de Gymnasio, e confrontando-a com a do noivo da pequena **resolvi renunciar o meu amôr**.

dois participantes, cinese, punctual, intencional, afirmativo, agentivo, afetado, individuado – 8

/6 Então **mudei-me para outro hotel,**

dois participantes, chinesa, t3lico, intencional, afirmativo, realis, agentivo, afetado, individuado – 09

/7 e **cheguei a usar oculos** pois a vista se me embaralhava toda,

dois participantes, chinesa, t3lico, afirmativo, realis, agentivo, individuado – 07

/8 e **os olhos lacrimejam** depois de l3r algumas linhas.

chinesa, afirmativo, realis – 03

/9 Para esquecer aquelle am3r **entreguei-me** completamente **ao estudo**, chegando a estudar 10 horas por dia.

dois participantes, chinesa, t3lico, punctual, intencional, afirmativo, realis, agentivo – 08

/10 N3o obstante **eu** ainda **frequentava** normalmente **as casas de raparigas,**

dois participantes, chinesa, punctual, intencional, afirmativo, realis, agentivo. – 07

/11 e embora 3s vezes nervoso **cumpria as fun33es do coito.**

dois participantes, chinesa, intencional, afirmativo, realis, agentivo, – 06

/12 Aos 20 annos **entrei para um partido politico illegal**

chinesa, t3lico, punctual, intencional, afirmativo, realis, agentivo, afetado – 08

/13 Foi depois de alguns mezes no partido que comecei a notar com grande mag3a, que **a minha virilidade j3 n3o era a mesma,**

realis – 01

/14 e quanto mais me preocupava com isso **peiores eram os resultados.**

afirmativo, realis – 02

/15 Assim passei dias nos quaes eu com o firme proposito de cumprir de qualquer maneira o coito **eu recorria aos animaes.**

dois participantes, cinese, intencional, afirmativo, realis, agentivo, afetado, individuado – 08

/16 **Mudei-me para o Rio de Janeiro.**

dois participantes, cinese, télico, intencional, afirmativo, realis, agentivo, afetado, individuado - 09

/17 Foi por esses dias que (voltando as) procurando as casas de raparigas **consegui um coito normal**

dois participantes, cinese, télico, intencional, afirmativo, realis, agentivo – 07

/18 Então **apareceu a primeira obsessão** que foi a de pensar que os meus novos amigos no Rio julgassem que eu fosse um pederasta passivo

télico, punctual, afirmativo, realis – 04

/19 **Consegui vencer essa obsessão,**

dois participantes, cinese, punctual, télico, intencional, afirmativo, agentivo, afetado, individuado – 09

/20 e quando já havia determinado cumprir um regime de vida, **apareceu a segunda obsessão** de que o Sr. teve conhecimento

télico, punctual, afirmativo, realis – 04

| A correlação

Como o agrupamento das sentenças analisadas, buscou-se investigar se as escalas de transitividade são similares nas organizações sintáticas e semânticas elaboradas por pacientes que tenham sido diagnosticados com doenças mentais. O intuito foi o de verificar se há algum tipo de recorrência ou semelhança em relação à transitividade de usuários da língua que compartilham um mesmo fator extralinguístico. Como explicado, foram agrupadas as sentenças escritas por pacientes que apresentam o mesmo diagnóstico, atribuído pelo Sanatório⁸⁰, e em cada sentença foram aplicados os 10 graus de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1982).

Uma questão bastante relevante que deve ser considerada na análise de resultados é a natureza relacional dos parâmetros de transitividade nas organizações sentenciais. Os resultados sintetizados entre as tabelas 2 e 7 mostram que a maior parte dos parâmetros de transitividade se encontram distribuídos de maneira mais ou menos equilibrada nas orações dos seis pacientes. Não é possível apontar grupo de elementos que se destaque em relação à doença diagnosticada. É certo que a pesquisa preliminar apresentada neste capítulo não pretende, de forma alguma, se contrapor à teoria proposta por Hopper e Thompson (1982). Estes autores se interessam pela correlação entre os parâmetros de transitividade de sua teoria linguística, e não especificamente pela correlação desta teoria com fatores extralinguísticos.

Os resultados apresentados aqui apontam para certas particularidades na organização da estrutura transitiva e sugerem diversas possibilidades para que se analise a associação entre semântica e sintaxe da transitividade. Do ponto de vista estatístico, os

80 Todos os diagnósticos estão descritos no catálogo de apresentação sobre o Fundo Pinel, composto por dois volumes, elaborado pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Podem também ser encontrados nos prontuários de cada paciente, disponíveis para consulta, na mesma Instituição.

parâmetros todos aparecem em quantidades diversificadas quando correlacionadas às doenças, não revelando uma hipótese específica a respeito. As interpretações são diferentes porque o grau dessa relação é diferente e porque esses parâmetros são qualitativamente diferentes. Por exemplo, o número de participantes de uma oração está ligado a uma função sintática: sujeito e objeto; a polaridade de uma oração associa-se à semântica da oração; da mesma forma, relaciona-se à modalidade e, assim, cada um dos parâmetros apresenta sua característica dentro do *continuum* de transitividade. É a partir dessa diferença conceitual que a correlação estatística pode ser diferentemente interpretada. Trata-se, portanto, de uma interpretação de resultados que deve levar em conta elementos que divergem entre suas naturezas. Essa distinção é importante porque ela mostra de diferentes formas a correlação entre o parâmetro de natureza sintática ou semântica e seu valor na organização transitiva. Os resultados ainda não destacados referem-se à construção e organização narrativa em contexto de um quadro clínico e social. Essa relação entre discurso, transitividade e contexto sócio-histórico mostra consistência ao serem comparadas cada uma das tabelas nas ocorrências de parâmetros. Parece tratar-se, portanto, neste momento, de uma discussão essencialmente linguística da transitividade.

Média dos 10 parâmetros encontrados nas sentenças de cada carta:

Esquizofrenia	Es1	13,9
	Es2	13,9
Parafrenia	Pa1	10,6
	Pa2	9
Psicastenia	Ps1	9
	Ps2	8,8

Tabela 1

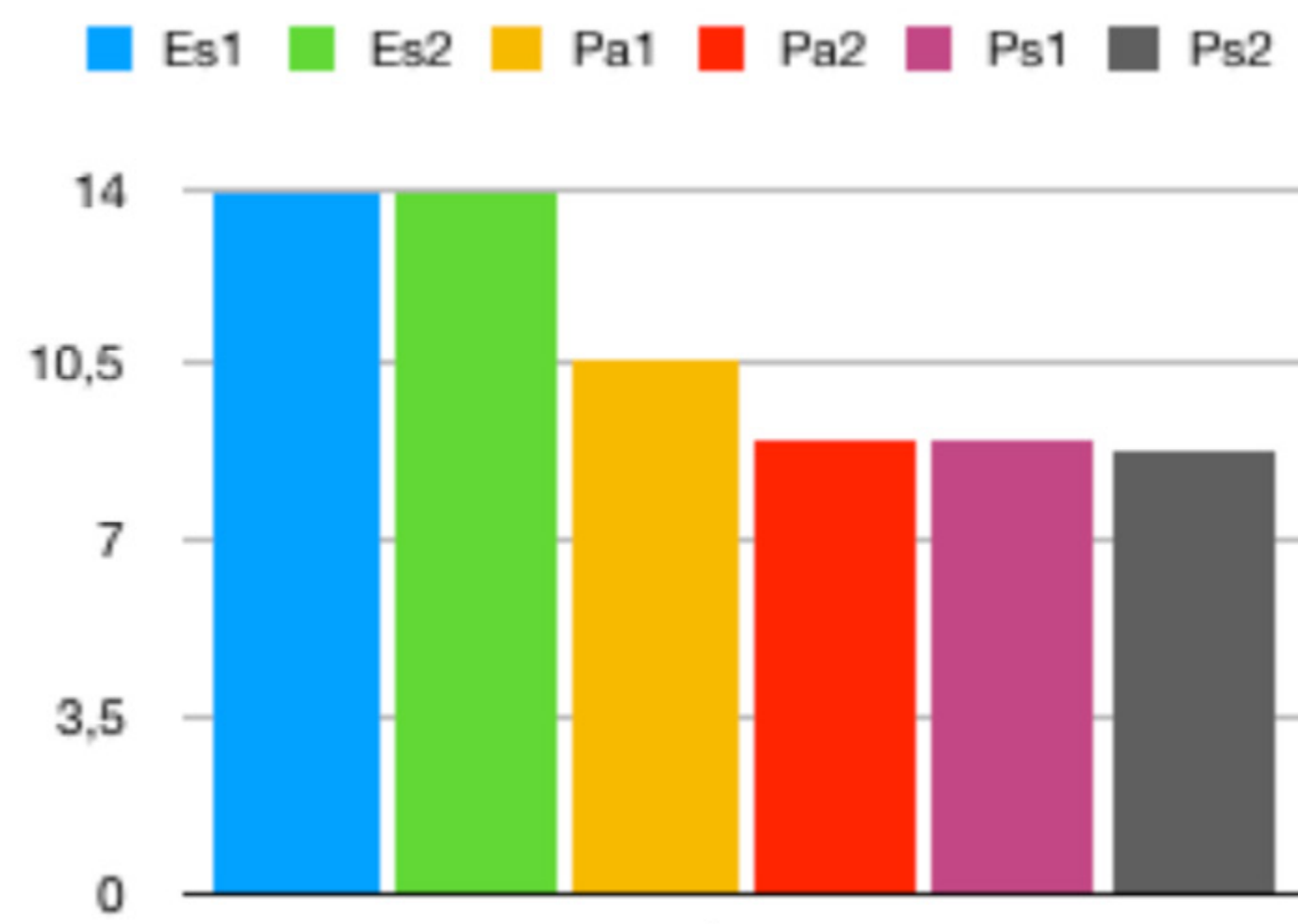


Gráfico 1

Ocorrências de cada parâmetro encontrado nas 20 sentenças de cada autor:

Es1	dois participantes	13
	chinese	15
	aspecto	12
	punctualidade	8
	intencionalidade	12
	polaridade	19
	modalidade	18
	agentividade	14
	afetamento	19
	individação	9

Tabela 2

Es2	dois participantes	15
	chinese	11
	aspecto	12
	punctualidade	12
	intencionalidade	14
	polaridade	19
	modalidade	19
	agentividade	18
	afetamento	7
	individação	12

Tabela 3

Pa1	dois participantes	8
	chinese	9
	aspecto	17
	punctualidade	5
	intencionalidade	8
	polaridade	18
	modalidade	18
	agentividade	13
	afetamento	5
	individação	5

Tabela 4

Pa2	dois participantes	18
	chinese	12
	aspecto	13
	punctualidade	10
	intencionalidade	15
	polaridade	18
	modalidade	18
	agentividade	14
	afetamento	8
	individação	9

Tabela 5

Ps1	dois participantes	10
	chinese	5
	aspecto	4
	punctualidade	2
	intencionalidade	13
	polaridade	17
	modalidade	15
	agentividade	7
	afetamento	4
	individação	8

Tabela 6

Ps2	dois participantes	10
	chinese	12
	aspecto	2
	punctualidade	3
	intencionalidade	12
	polaridade	17
	modalidade	4
	agentividade	17
	afetamento	2
	individação	8

Tabela 7

Considerações finais

A pesquisa mostrada neste capítulo buscou investigar se havia diferenças de graus de transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1982) no uso de organizações textuais elaboradas por pessoas diagnosticadas com quadros clínicos específicos. Os resultados quantitativos,

obtidos a partir da seleção de sentenças e mostrados na tabela 1, referem-se inicialmente a uma relação entre estruturas sintáticas e os parâmetros de transitividade que, independentemente das questões sobre doenças mentais, não se modificam pelo diagnóstico do autor das sentenças, mas pela relação entre sintaxe e semântica. Quando comparados os três grupos clínicos, pode-se dizer que tais resultados permitem abordar questões essencialmente linguísticas da transitividade, ainda que o grupo *Es* tenha apresentado resultados com maiores graus de transitividade.

Em relação ao segundo grupo de resultados mostrados entre as tabelas 2 e 7, as análises revelaram padrões sintáticos e semânticos específicos no grupo *Es*. Estudos recentes feitos com um grupo semelhante de pessoas diagnosticadas com esquizofrenia corroboram esta pesquisa. De acordo com os resultados obtidos nos trabalhos de Gomes (2017, p. 164), é possível observar “[...] uma correlação significativa entre diferentes aspectos da transitividade linguística e o discurso de pessoas com diagnóstico de esquizofrenia.”.

Para além das relações verificadas, seria possível interpretar os resultados, a partir do contexto em que se circunscrevem os autores das cartas, por exemplo, o pensamento acerca da Higiene Mental, as constantes terapias médicas a que eram submetidos, a reclusão social, com relação ao grau de transitividade de suas narrativas escritas. A partir desse pensamento, a pesquisa tem continuação com a busca de outros fenômenos verbais que se destacam em suas narrativas.

Os resultados parciais obtidos e apresentados nesta pesquisa confirmam uma relação estreita entre os dez parâmetros semânticos e sintáticos da transitividade propostos por Hopper e Thompson (1982) e o *corpus* produzido por pacientes com diagnósticos de doenças mentais. No entanto, a quantidade de dados necessita ainda ser aumentada para que se confirmem hipóteses sobre a descrição

de aspectos de doenças mentais em base linguística. Para tanto, existem propostas a serem desenvolvidas no campo dos estudos funcionalistas, por exemplo, que sejam utilizados grupos de pessoas que não possuam diagnósticos de doenças mentais para que novas análises comparativas possam ser elaboradas.

Os dados obtidos até o momento convidam pesquisas a se aprofundarem na possibilidade de descrever manifestações orais do estado da língua em uso relacionados a situações de aspectos extralinguísticos. Certamente, uma categoria de análise como esta promove novos questionamentos para grupos de estudos relacionados à linguagem e cognição e pesquisas futuras baseadas em processamentos de linguagem.

Ao procurar colaborar com estudos linguísticos que se debruçam sobre a linguagem e seus processos cognitivos, pretende-se saber se mais elementos semânticos e sintáticos, além dos utilizados neste capítulo, poderiam revelar determinados fenômenos linguísticos, tais como a transitividade, que pudessem também ser relacionados a contextos extralinguísticos, como o caso de doenças mentais, fazendo com que novas teorias acerca de mecanismos linguístico-cognitivos se façam perceber em outros campos do conhecimento.

Referências

ASSUMPÇÃO JR., F. A ideologia na obra de Antonio Carlos Pacheco e Silva. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, ano VI, n. 4, p. 39-53, 2003.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.

BUTLER, C. S. Functional Approaches to Language. *In*: BUTLER, C. S.; GÓMEZ GÓNZALES, M. A.; DOVAL-SUÁREZ, S. (ed.). **The Dynamics of Language Use: Functional and Contrastive Perspectives**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 3-17.

CAMBRAIA, C. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTILHO, A. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

COMRIE, B. **Aspect**: An Introduction to the Study of Verbal Aspect and Related Problems. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1976.

CRYSTAL, D. **A dictionary of linguistics and phonetics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

GIVÓN, T. Notes on the semantic structure of English adjectives. **Language**, v. 46, p. 816-837, 1970.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GOMES, M. **Transitividade na esquizofrenia** [manuscrito]: comparação dos relatos orais de eventos psicóticos entre grupos clínico e não clínico. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

HALLIDAY, M. The Functional Basis of Language. *In*: BERNSTEIN, B. (ed.). **Class, Codes and Control**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1973.

HOPPER, P. Emergence of grammar. *In*: BRIGHT, W. (ed.). **International Encyclopedia of Linguistics**. New York & Oxford: Oxford University Press, 1992. p. 364-367.

HOPPER, P. E.; THOMPSON, S. Studies in Transitivity. **Syntax and Semantics**. v. 15. Introduction. London: Academic Press Inc, 1982.

ILARI, R. Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um tema de todo mundo. *In*: ILARI, R. **Linguística: Questões e Controvérsias**. Série estudos 10. Uberaba: Faculdade Integrada de Uberaba, 1984. p. 83-97.

MELONI, A. O Sanatório Pinel de Pirituba. **Catálogo do Fundo Pinel do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Tomo I. São Paulo: Editora do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2000.

MOURA NEVES, M. H. de. **Gramática Funcional**. São Paulo: Contexto Editora, 2018.

PACHECO E SILVA, A. C. **Hippies, drogas, sexo, poluição**. São Paulo: Martins Editora, 1974.

**SOBRE OS
COLABORADORES
DESTA OBRA**

Alfredo Vital Oliveira é graduado em Educação Física (1990) e em Letras (1993). Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente, é doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma Universidade. Os principais interesses de pesquisa são sintaxe funcional, linguística textual e ensino da língua portuguesa.

Ana Luiza Ferancini Nogueira é graduada em Letras (Português/Espanhol) e mestre em Estudos Linguísticos pela UNESP de São José do Rio Preto. Atualmente, trabalha como professora de língua portuguesa da rede privada de ensino.

André V. Lopes Coneglian é doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente, é professor da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde participa do Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU). Os principais interesses de pesquisa são a interface cognitivo-funcional dos componentes da linguagem na descrição gramatical e a relação entre linguagem, cognição e sociedade.

Antonio Ackel é doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, mestre pelo mesmo programa (2019) com estágio na Rijksuniversiteit Groningen (2019) pela Erasmus+ ICM. Possui pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018). Foi pesquisador visitante na Katholieke Universiteit Leuven (2016). Possui graduação em Linguística pela Universidade de São Paulo (2016). Seus estudos estão relacionados a Filologia, Paleografia e História da Língua Portuguesa.

Bárbara Ribeiro Fante é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – São José do Rio Preto), onde se dedica à descrição das orações condicionais do espanhol sob perspectiva discursivo-funcional.

Beatriz Goaveia Garcia Parra-Araujo é graduada em Letras (Português/Espanhol) e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – São José do Rio Preto). Atualmente, é aluna de doutorado e bolsista CAPES do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da mesma instituição.

Carolina Martinez Canelo se formou em Letras (Português/Linguística) pela Universidade de São Paulo (USP) em 2015. Após adquirir o grau de bacharela e licenciada, obteve o título de mestra em 2018, na mesma instituição. Atualmente, é doutoranda do Programa de Filologia e Língua Portuguesa da USP e dá aulas de língua portuguesa no Colégio Bandeirantes.

Fernanda Trevizan e Silva possui graduação em Letras, com licenciatura em Língua Portuguesa e Inglesa pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras também pela Universidade Estadual de Maringá, onde realiza pesquisas na área da Descrição Linguística.

Fernanda Trombini Rahmen Cassim é graduada em Letras, com Mestrado e Doutorado na área de Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá. Também se graduou em Psicologia pela mesma universidade. Atua como Psicóloga Clínica e Professora da rede privada de ensino.

Gabriele Pecuch cursa mestrado na Universidade Estadual de Maringá, no qual desenvolve pesquisa na linha da descrição linguística, sob o enfoque teórico da Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory – RST*). Durante a graduação em Letras, nessa mesma universidade, participou de pesquisa na área da História Social da Língua.

Hélcio Batista Pereira é docente da graduação e da pós-graduação em Letras da UEM. Possui Bacharelado em Letras (2002) pela USP, mestrado (2005) e doutorado (2011) em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma universidade. Suas pesquisas tomam por objeto a descrição da gramática do Português Brasileiro e sua História Social.

Juliano Desiderato Antonio possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (1994), mestrado e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1998/2004), *campus* de Araraquara, e pós-doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2011), *campus* de São José do Rio Preto. É docente da Universidade Estadual de Maringá, onde atua na graduação e na pós-graduação.

Kátia Roseane Cortez dos Santos é graduada em Letras – Português/ Inglês pela Universidade Estadual de Maringá e Mestre em Letras pela mesma universidade. Atualmente, é doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Desenvolve pesquisas na área de Descrição Linguística, a partir de uma perspectiva funcionalista.

Luiza Prevedel Pereira é graduanda do quinto ano de Letras português/francês e mestranda em Letras na área de Descrição Linguística da UEM. Realizou dois projetos de iniciação científica na área da linguística, análise de sentimentos e descrição retórica utilizando como aporte teórico a *Rhetorical Structure Theory* (RST).

Marcelo Módolo é professor pesquisador da Universidade de São Paulo e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6). É mestre (1998) e doutor (2004) em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma Universidade. Cumprir estágio de pós-doutorado (2006) em Linguística Histórica e Semântica Cognitiva no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade

Estadual de Campinas. Atualmente, é professor de Filologia e Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Marcelo Silveira é graduado em Letras Anglo-Franco-Portuguesas (UEL, 1993), Mestre em Letras (UEL, 1997), Doutor em Letras (USP, 2007). Docente do Curso de Letras Português da Universidade Estadual de Londrina. Atualmente, pesquisa a Língua Kaingang.

Maria José Guerra é graduada em Letras (1989), mestre em Linguística (1995), Doutora em Semiótica e Linguística Geral (2000), e Pós-doutora em Ciências da Comunicação (2006), todos pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora da Universidade Estadual de Londrina, na qual é membro da Comissão Universidade para os Índios (CUIA).

Sâmia Leticia Cardoso dos Santos possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2015), especialização em Neuropedagogia pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (2017), e mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Maringá (2019). Tem experiência no ensino básico e no ensino superior. Atualmente, é docente do Colégio Estadual Monteiro Lobato e da Faculdade Eficaz.

Sandra Denise Gasparini-Bastos é graduada em Letras (Português/Espanhol) pela UNESP de São José do Rio Preto, mestre em Linguística pela UNICAMP e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP de Araraquara. Atualmente, é docente do Departamento de Letras Modernas e do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UNESP de São José do Rio Preto.

Talita Storti Garcia é professora Assistente Doutora do Departamento de Letras Modernas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – São José do Rio Preto), onde atua na Graduação e na Pós-graduação. Dedicar-se à descrição do português e do espanhol sob perspectiva funcionalista.

Virgínia Maria Nuss é professora colaboradora na UNESPAR – Apucarana/PR. Mestre em Estudos Linguísticos pela UEM, Licenciada em Letras e Pedagogia e Especialista em Ensino de Língua Portuguesa, Filosofia e Sociologia e Psicopedagogia. Atualmente, está em processo de doutoramento pela UNESP/IBILCE.

